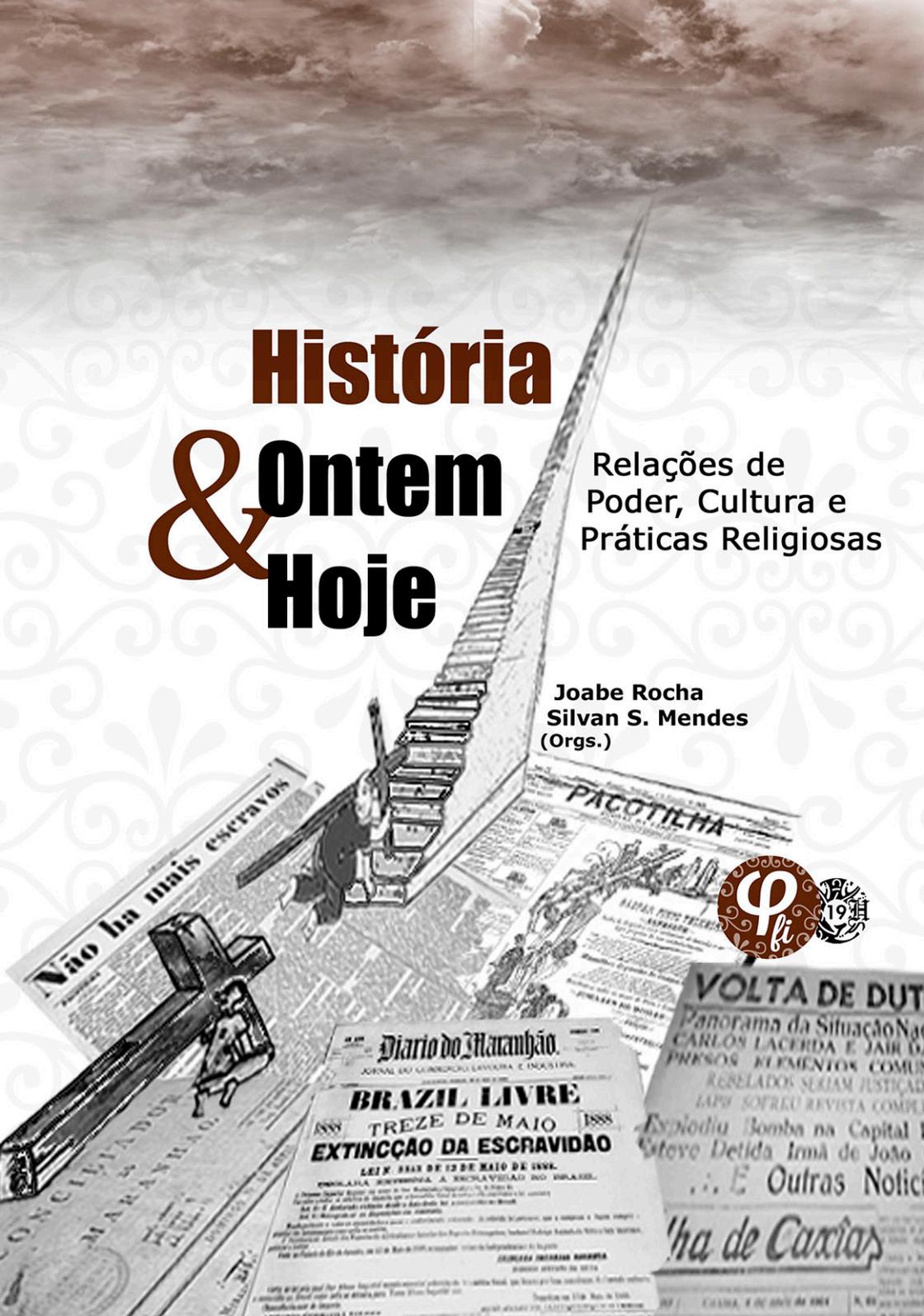


# História & Ontem Hoje

Relações de  
Poder, Cultura e  
Práticas Religiosas

Joabe Rocha  
Silvan S. Mendes  
(Orgs.)



Não há mais escravos

CONCILIADOR

MARANHÃO

Diário do Maranhão.

JORNAL DO MUNICIPIO DE MARANHÃO E DO ESTADO.

**BRAZIL LIVRE**

1888

TREZE DE MAIO 1888

**EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO**

LEI N.º 338 DE 13 DE MAIO DE 1888.

EMULGULA A SOBERANIA E A ESCRAVIDÃO DO BRASIL.

PACOTILHA

HALPES POCO FELIZES

REFRACÃO

PROFESSOR DO UNIV. DE

**VOLTA DE DUT**

Panorama da Situação Na

CARLOS LACERDA E JAIR DE

PRISOS ELEMENTOS COMUM

REVELADOS SERIAM JUSTIÇA

LAFI SOFREU REVISTA COMPLE

Explosão Bomba na Capital

Esteve Detida Imã de João

... E Outras Notícias

ha de Caxias

Há duas formas de se pensar a historiografia como uma ciência viva: primeiro, como já havia sido sugerido por um grande pensador crítico no século XIX, a ciência da história não lida simplesmente com fatos mortos do passado, mas como o fluxo da vida que se atualiza a cada momento e a cada momento é objeto de reflexão e entendimento; segundo, a própria ciência da história faz da história da historiografia uma história de constante (re)atualização teórica e metodológica. Mas, o movimento de renovação, bem como o da (re)atualização da teoria e das obras e autores tornados clássicos não seria possível sem a renovação do elemento humano que faz ou escreve a história. É essa história viva que reconstrói perpetuamente uma “terceira instância” que une o ontem e o hoje e elabora uma proposta de entendimento e de sentido no mundo em que estamos, que os leitores encontrarão neste presente livro. Além desse exercício de historicização, como apreensão do tempo humano e de temporalização, como figuração e atualização dessa experiência histórica, temos uma articulação entre heterogeneidade de temas e referenciais teórico-conceituais e uma homogeneidade ou comunhão no que diz respeito ao tipo de abordagem. Neste segundo sentido, o dos aspectos comuns, o presente livro traz trabalhos que se caracterizam, sobretudo, pela adoção de uma perspectiva de uma história social enquanto história “vista de baixo”. Referimo-nos aqui ao longo e poderoso movimento de democratização da chamada “história oficial”, que tendia a privilegiar apenas a história dos chamados “grandes indivíduos” e das estruturas tradicionais de poder.

**Victor de Oliveira Pinto Coelho**



## **História Ontem & Hoje**



---

## Comitê Editorial

**CAROLINE TECCHIO**

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DANIELE BROCARDO**

Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

**DOUGLAS SOUZA ANGELI**

Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**EVERTON FERNANDO PIMENTA**

Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**GUILHERME FRANCO DE ANDRADE**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI**

Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

**LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**LUIZ ALBERTO GRIJÓ**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL GANSTER**

Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL HANSEN QUINSANI**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**RAFAEL SARAIVA LAPUENTE**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**TIAGO ARCANJO ORBEN**

Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

**VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL**

Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

# História Ontem & Hoje

Relações de Poder, Cultura e Práticas Religiosas

**Organizadores:**

Joabe Rocha

Silvan S. Mendes



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Revisão gramatical:** Jessilene Gonçalves Mota

Graduada em Letras Licenciatura Habilitação em Língua Portuguesa,

Língua Espanhola e Respectivas Literaturas - CESB/UEMA

Graduanda em Direito Bacharelado - CESB/UEMA

**Desenhista da Capa:** Gennerson Luiz de Sousa Santos Cunha

Historiador. Desenhista. Fotógrafo.

**Montagem da Capa:** Joabe Rocha de Almeida

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi  
estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Historicus - 19

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ROCHA, Joabe; MENDES, Silvan S. (Orgs.)

História ontem & hoje: relações de Poder, Cultura e Práticas Religiosas [recurso eletrônico] / Joabe Rocha; Silvan S. Mendes (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

218 p.

ISBN - 978-85-5696-769-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Historiografia; 2. Brasil; 3. Religião; 4. Política; 5. Sociedade; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História

900

*“Se queres conhecer o passado, examina o presente que é o resultado;  
se queres conhecer o futuro, examina o presente que é a causa”.*

(Confúcio)



# Sumário

**Prefácio.....11**

**História ontem, hoje... e amanhã**

Victor de Oliveira Pinto Coelho

## Parte I

### História & relações de poder

**1 ..... 17**

**Mudanças ou Permanências? A Capitania do Piauí a partir da implantação do Primeiro Governo (1759)**

Ariani de Oliveira Lima

**2..... 34**

**Entre *Res* & *Persona*: Práticas suicidas e a condição de propriedade privada dos negros escravizados no Maranhão (1840-1888)**

Carlos Victor de Sousa Ferreira

**3.....55**

**O legado de Barbosa de Godóis no campo educacional maranhense**

Ivã Dutra Lima

**4..... 69**

**Citadinos, Medo & Ordem: Jornal *Fôlha de Caxias* no diálogo positivo com o Regime Militar em 1964**

Joabe Rocha de Almeida

**5..... 84**

**“Em São Luís Ele Proliferou Como Praga”: História e Política no jornal O Conciliador do Maranhão (1821-1823)**

Mário Augusto Carvalho Bezerra

**6..... 105**

**Recrutamento militar e a farda do soldado: representações de poder, violência e abrigo**

Polliana Borba

**Parte II**  
**História, cultura & práticas religiosas**

7.....	123
<b>A Escravidão no Brasil: Entre experiências, sujeitos e representações</b>	
Esmênia Miranda Ferreira da Silva	
8 .....	144
<b>A magia do futebol: Cosmovisão em jogo</b>	
Jandson Joubert Maciel Rodrigues	
10 .....	158
<b>Gilberto Freyre &amp; Florestan Fernandes: Duas propostas para uma questão racial brasileira e dois projetos de Brasil</b>	
Messias Araujo Cardozo	
11.....	172
<b>O <i>Pacotilha</i>: Um campo de disputa de memória sobre a escravidão</b>	
Silvan Sousa Mendes	
12 .....	188
<b>Cristianismo &amp; Marxismo: A Teologia da Libertação na América Latina e no Brasil</b>	
Teresa Cristina Freitas Oliveira	
13 .....	202
<b>Entre Imagens, Memórias &amp; Mitos: O processo de sertanejização de São Francisco no sertão do Ceará</b>	
Yann Victor Maia Santos	
<b>Posfácio .....</b>	<b>214</b>
<b>A cultura e o poder pelos olhar dos artesões de Clío</b>	
Jakson dos Santos Ribeiro	
<b>Sobre os organizadores e autores.....</b>	<b>216</b>

## Prefácio

### História ontem, hoje... e amanhã

Victor de Oliveira Pinto Coelho <sup>1</sup>

Há duas formas de se pensar a historiografia como uma ciência viva: primeiro, como já havia sido sugerido por um grande pensador crítico no século XIX, a ciência da história não lida simplesmente com fatos mortos do passado, mas como o fluxo da vida que se atualiza a cada momento e a cada momento é objeto de reflexão e entendimento; segundo, a própria ciência da história faz da história da historiografia uma história de constante (re)atualização teórica e metodológica. Mas, o movimento de renovação, bem como o da (re)atualização da teoria e das obras e autores tornados clássicos não seria possível sem a renovação do elemento humano que faz ou escreve a história. É essa história viva que reconstrói perpetuamente uma “terceira instância” que une o ontem e o hoje e elabora uma proposta de entendimento e de sentido no mundo em que estamos, que os leitores encontrarão neste presente livro.

Além desse exercício de historicização, como apreensão do tempo humano e de temporalização, como figuração e atualização dessa experiência histórica, temos uma articulação entre heterogeneidade de temas e referenciais teórico-conceituais e uma homogeneidade ou comunhão no que diz respeito ao tipo de abordagem. Neste segundo sentido, o dos aspectos comuns, o presente livro traz trabalhos que se caracterizam, sobretudo, pela adoção de uma perspectiva de uma história social enquanto história “vista de baixo”. Referimo-nos aqui ao longo e poderoso movimento de democratização da chamada “história oficial”, que tendia a privilegiar apenas a história dos chamados “grandes indivíduos” e das estruturas tradicionais de poder.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas na Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus Pinheiro e do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas - PPGHis/UFMA.

Nesse sentido, cabe destacar que as universidades exerceram sua vocação para a pluralidade do sentido histórico democrático, que veio se unir àquele velho espírito da afirmação da liberdade de pensamento e da pesquisa. Especialmente as ciências humanas, antenadas e ao mesmo tempo influenciadas pela história que acontecia para além de seus muros acadêmicos, vieram a incorporar em sua visão da história a própria força da democratização representada, por exemplo, pelos movimentos dos direitos civis dos negros, pelos movimentos de liberação do então chamado “Terceiro Mundo”, pelo movimento feminista, pelos movimentos operários e socialistas. Além disso, o século XX trouxe à necessidade de se pensar as ideologias – sejam de esquerda, de direita, revolucionárias, contrarrevolucionárias, liberais, conservadoras etc. – não apenas como movimentos de elites ou partidários, mas como movimentos de massa.

Além disso, cabe destacar que algumas das chamadas “escolas” historiográficas – especialmente o grupo francês dos *Annales*, em seguida a micro-história italiana, sem falar no “velho” marxismo – deslocaram a tradicional ênfase na história política e do poder para a história feita no cotidiano, a história feita anonimamente, mas sendo história, assim. Houve a ampliação dos temas, das abordagens, que foi acompanhada pela necessária ampliação das fontes de pesquisa: não mais apenas os arquivos oficiais, oriundos das estruturas estatais, mas também a tradição oral, os objetos cotidianos, matérias de jornais etc., novas fontes que demandavam novas reflexões teóricas e metodológicas para sua melhor utilização.

A cultura e a arte também não são mais apenas a cultura erudita das elites e a arte de vanguarda, mas também a cultura e as formas da religiosidade popular, suas práticas e representações, imaginários e a cultura material. Abordagens estas valorizadas, vieram acompanhadas por novas reflexões e concepções do tempo histórico: não mais apenas o “tempo curto” dos eventos políticos ou da explosão das grandes crises econômicas, mas também a longa duração.

Também no caso da história do poder, não temos mais apenas o foco no Estado e em grandes líderes, mas também nos movimentos políticos de massa, tanto partidários como não partidários, sejam urbanos ou rurais, e a própria noção de poder foi ampliada, especialmente com as noções de micropoder(es) e biopoder. A chamada nova história política promoveu, em movimentos convergentes vindo de diferentes

campos historiográficos, a renovação de antigos conceitos como os de ideologia e hegemonia e a elaboração de novos, tais como o de cultura política.

Fruto da iniciativa de um grupo de mestrandos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão – PPGHis/UFMA, turma 2018, este livro apresenta, em seus 12 capítulos, uma variedade de temáticas divididas em duas partes: *História e relações de poder e História, cultura e práticas religiosas*.

Na primeira parte, temos a reflexão renovada sobre a estruturação do poder através de diversos temas e perspectivas: história da cidade, história da escravidão, história da educação, história da ditadura, história da imprensa e história militar. Em todos os seis capítulos, o leitor poderá perceber como a historiografia se configura como um processo de reflexão sobre fontes em que os conceitos e métodos são necessários para a melhor compreensão não de fatos já previamente dados, mas de como podemos reconstruir o passado através de uma narrativa autorreflexiva, que dialoga com o leitor trazendo-o para a própria temporalização de uma experiência histórica através de uma atividade séria de investigação.

O mesmo se dá na segunda parte, onde o leitor poderá mergulhar novamente na história da escravidão e também na história do futebol, na reaproximação de dois clássicos do pensamento brasileiro, na história da imprensa como lugar de memória, na Teologia da Libertação e na história da religiosidade popular. Em todos esses capítulos, o que temos não é simplesmente uma reflexão distanciada de práticas sociais e culturais, mas um tornar presente formas das experiências coletivas que, mesmo que não sejam a experiência do leitor, tornam-se ainda assim a *nossa* experiência pelo trabalho de configuração de sentido própria do ofício do(a) historiador(a), como foi colocado anteriormente.

O leitor observará um intenso diálogo com autores não apenas brasileiros, mas, sobretudo com alguns dos autores/historiadores que se tornaram clássicos no campo da teoria e história da historiografia, tais como francês Roger Chartier e o britânico E. P. Thompson. Se por um lado isso diz respeito a uma realidade em que os países mais ricos acabam possuindo também maior capacidade de influência, devido à maior estruturação de suas universidades (o que implica obviamente melhores recursos financeiros para a pesquisa e divulgação), por outro lado o leitor perceberá que já temos, no Brasil (como em outros países fora do cha-

mado centro desenvolvido), uma forte prática historiográfica que, além de contar com seus/suas historiador(as) de prestígio e de imensa competência, conta também com departamentos, programas, grupos de pesquisa e pesquisadores que vêm construindo a história da consolidação de nosso campo acadêmico. O próprio PPGHis/UFMA vem passando por uma etapa de atualização da área de concentração e a abertura da primeira turma de doutorado na história do Maranhão, em 2019. O que de certa maneira vem também proporcionar um maior estímulo e envolvimento dos mestrandos.

Em 2019 também tivemos um regresso definitivo de ideologias autoritárias reacionárias ao primeiro plano, com direito à apologia do período da ditadura inaugurada em 1964, perseguições ideológicas a professores, artistas, ativistas, tentativas de retomada do nefasto e ardiloso projeto “Escola sem Partido” (que pretende instaurar a censura no ensino sob o pretexto de combater uma suposta “doutrinação” de esquerda). Negacionismo histórico, produzido fora da esfera historiográfica profissional, foi alçado ao estrelato, no mesmo momento em que autoridades governamentais chantageiam a oposição com ameaça de “novo AI-5”. Diante disso, numa conjuntura política de enorme perigo à nossa frágil democracia, o desafio do/as historiadores se torna ainda mais imperativo não só com relação ao compromisso e com a ética profissional, mas também no esforço de não (re)produzirmos censura ao conhecimento histórico sob o pretexto de uma suposta isenção.

Embora o Brasil novamente tenha dado um passo atrás quanto às políticas oficiais de financiamento da pesquisa, com o “bônus” dos ataques reacionários às ciências humanas – lembremo-nos do que dissemos sobre o impulso democrático e democratizador que já é algo incorporado na nossa experiência acadêmica –, nós seguimos em frente, e este presente livro é um ótimo exemplo de como será difícil derrotarem a história, a nossa história.

São Luís-MA, 9 de dezembro de 2019.

## Parte I

### História & relações de poder

*“O historiador é um pouco ignorante (ou um pouco mais pretensioso) que o comum dos mortais. Enquanto a humanidade busca, sem sucesso, resposta às eternas questões “de onde viemos”, “para onde vamos?”, o historiador acha que pelo menos consegue ser o profeta do passado, capaz de antever... o que já se aconteceu”.*

(Jaime Pinsky)



## **Mudanças ou Permanências? A Capitania do Piauí a partir da implantação do Primeiro Governo (1759) <sup>1</sup>**

Ariani de Oliveira Lima

Desde a sua “conquista”, o Piauí trazia em seu âmago uma forte hierarquia. De um lado, tínhamos a população menos favorecida, destinada sempre a servir como mão de obra e gerar lucro para o Estado, porém, vista com seus modos rústicos e incivilizados, como algo a atrapalhar o bom andamento dos negócios. E, por outro, uma grande disputa de poder na capitania, entre os sujeitos que pretendiam controlar a população (a igreja e os donos de terras) e a administração portuguesa.

O que se percebia era várias tentativas de controle da população, constituída por vários projetos que proporcionavam diferentes e diversos rumos para a capitania. Em 1759, com a implantação do primeiro governo, teremos uma nova forma estrutural de relações sociais e econômicas, porém, ainda tecidas com base em relações de interesses pessoais. O aparato administrativo buscará desenvolver-se mediante uma rede de pactos locais<sup>2</sup>, com os grandes proprietários locais e a igreja.

No restante do mundo, ao florescer do final do século XVIII, com a chegada do então século das “luzes”, teremos maior exaltação da figura do homem, em detrimento da religiosidade. O homem, agora, deixa de pensar e desenvolver suas relações baseadas em indicações divinas para utilizar-se da racionalidade, esta que trazia consigo um ar de progresso e

---

<sup>1</sup> Este artigo corresponde a um dos capítulos (refeito) do meu trabalho de conclusão de curso (TCC), defendido em 5 de julho de 2017, na Universidade Federal do Piauí (UFPI- PICOS), intitulado: *Projetos coloniais e administração portuguesa na capitania de São José do Piauí, século XVIII*.

<sup>2</sup> Estes pactos locais seriam uma forma encontrada pela coroa portuguesa para manter a ordem e o controle na capitania, em que a igreja e os grandes proprietários serviam a coroa com base na política das graças e das mercês, recebendo benefícios e jurando lealdade a El'Rei de Portugal. Ver: HESPANHA, Antônio Manuel. “Depois do Leviathan”. *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

desenvolvimento. No Piauí, teremos a utilização da racionalidade voltada para a busca por controlar uma população que vivia “submersa na ignorância”, indisciplinada, para gerar desenvolvimento econômico à Coroa Portuguesa.

O uso da razão foi colocado a serviço dos negócios do império. As fontes sugerem que o racionalismo iluminista chegou às colônias como exercício de poder, pois os habitantes eram contados, descritos e submetidos às leis, diagnósticos, normas e instruções detalhadas de como e onde deviam morar, vestir-se e trabalhar em prol do engrandecimento econômico do império português e da construção do seu ideal de sociedade. (FONSECA, 2010, p. 13).

Outro fator que veio contribuir e dar subsídios para a efetivação de um projeto político-econômico-administrativo da Coroa Portuguesa para a capitania do Piauí foi a reforma Pombalina. Esta agia em consonância com a criação da Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>3</sup>, a expulsão dos jesuítas de todo o território e a criação de vilas tinham as finalidades de gerar aumento populacional na colônia e um maior desenvolvimento comercial, com base na extensão dos gêneros de exportação. Temiam-se as ameaças inglesa e espanhola, desta forma, seria necessário demarcar fronteiras, e, para ter maior avanço da colônia, nada mais necessário do que aumentar a população, o que geraria mais mão de obra para o comércio.

Na segunda metade do século XVIII, enquanto Portugal e Espanha tentavam delimitar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, o gabinete pombalino arquitetava um plano secreto para introduzir mercadorias nas terras espanholas da América e obter prata por contrabando. O Piauí, por sua posição geográfica, tornou-se centro de atenção, pois era o caminho que ligava por terra o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil. (FONSECA, 2010, p. 14).

Assim, o Piauí assumia uma posição importante para os negócios da Coroa, funcionando como um entreposto comercial, que possibilitava a ampliação dos domínios portugueses e a demarcação de fronteiras. Dian-

---

<sup>3</sup> Uma empresa comercial com ideais mercantilistas seria criada no final do século XVIII, no período Pombalino, pelo Marquês de Pombal, que visava manter o monopólio econômico das atividades comerciais com os Estados do Grão-Pará e Maranhão para assim fortalecer o controle no reino. Ver: SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan.-Jun, 2014.

te desses fatores, com uma região recém-descoberta, fazia-se necessário controlar e disciplinar a população existente para que assim fosse possível alcançar os objetivos traçados.

## **1. A busca pelo controle da capitania: O governo de Pereira Caldas (1759-1769)**

Em 1712, Mocha tornava-se a primeira vila da capitania do Piauí, e, posteriormente, em 1718, em capital da freguesia, com o objetivo de criar um aparato administrativo na capitania e desmembrar-se econômica e administrativamente do Maranhão. Porém, é fatídico que isso não aconteceria de imediato.

Assim, 47 anos após a objetivação da criação de um governo para o Piauí, em 1759, cumprindo-se o decreto expedido pelo rei D. José, em 21 de agosto de 1758, pelo ofício de nº 34, página 337<sup>4</sup>, teremos de fato o primeiro governador para a Capitania do Piauí. Nesse trâmite, foi indicado o nome de João Pereira Caldas para assumir o então cargo de governador, dadas as credenciais, assim como disposto nos autos da carta enviada de Lisboa por D. José, “conhecido por prestar bons serviços e atender aos merecimentos de tal posição que assumiria. Sendo este sargento-mor da Infantaria no Pará, o qual assumiria o cargo com a patente de Coronel, recebendo de soldo dois contos de réis em cada um ano de serviços prestados”<sup>5</sup>.

Todavia, o governo do Piauí ficaria subordinado ao governo do Grão-Pará. João Pereira Caldas ficaria então subordinado ao cargo de governador por duração de três anos, podendo esse prazo ser prorrogado, devido à necessidade ou falta de uma pessoa para substituir-lhe. Desta forma, o mesmo deveria ter disponibilidade para permanecer no cargo quanto tempo fosse necessário, até a chegada de um sucessor.

Fui servido crear [sic] de novo o governo da Capitania do Piauhy, subordinado ao governo do Grão-Pará: E attendendo aos merecimentos e serviços que concorrem na pessoa de João Pereira Caldas, Sargento-mor da Infantaria no Pará: Hey por bem nomealo [sic] para governador da mesma Capitania do

---

<sup>4</sup> Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 5, D. 358.

<sup>5</sup> Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 5, D. 358.

Piauí com referida subordinação e por tempo de três anos, e o mais que lhe for servido, enquanto não lhe mandar sucessor [...]”<sup>6</sup>.

Por consequência, apenas depois de dois anos após a implantação do Primeiro Governo na Capitania, Mocha efetiva-se de fato como capital e sede da freguesia, em 1761, agora recebendo o nome de Oeiras, em homenagem ao então Conde de Oeiras<sup>7</sup>.

Em contrapartida, a criação do primeiro governo vinha como meio de reorientar as relações sociais na capitania e adquirir forma de controle administrativo e econômico local para a própria região, e, para tanto, necessitava separar-se não somente politicamente da capitania do Maranhão, mas também econômico e administrativamente. Contudo, cabe ressaltar que essa nova forma de orientação da população não vai diferir muito da anterior, baseada na disputa dos senhores e da igreja, tendo em vista que as novas relações passariam agora a serem tecidas com base em acordos e troca de favores. Assim sendo, tinha-se o mesmo objetivo, o foco na questão econômica, na geração de lucros.

Podemos perceber na carta enviada por Manoel Bernardo de Melo e Castro, capitão-general e governador do Pará, ao rei D. José, em 12 de novembro de 1761, informações sobre o envio de uma carta ao então governador da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas, que determinava o cumprimento da carta régia de 19 de julho 1761, acerca da ordem de criação de um almoxarifado na então região, este que seria independente da Capitania do Maranhão [...] ordenando que “por elle se faça arrecadação de todos os direytos reaes [sic], mais rendimentos pertencentes a mesma Cappitania na forma do Regimento dado ás provedorias do Estado do Brasil”<sup>8</sup>.

Essa mudança nas relações sociais com a criação de um governo não representava de fato melhoria na forma de tratar e ver a população existente, mas sim apenas uma forma de a Coroa Portuguesa manter o seu controle e poderio sobre a região, uma vez que se temia a perda de

---

<sup>6</sup> Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 5, D. 358.

<sup>7</sup> Titulação criada por D. José como homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, diplomata e primeiro-ministro de Portugal. Passando este título de Conde de Oeiras, em 1769, a ser substituída pelo Marquês de Pombal.

<sup>8</sup> Carta do [governador e capitão-general do Pará] Manoel Bernardo de Melo e Castro, ao [Rei D. José], sobre as intenções do governador do Piauí, [João Pereira Caldas], de criar um almoxarifado, no Piauí, independente do Maranhão. Pará, 12 de novembro de 1761. AHU\_ACL\_CU\_018, CX. 8, D. 497.

controle para a igreja e os senhores de terras. Assim, com a criação de um governo na capitania, criava-se todo um aparelho burocrático em que:

[...] os administradores coloniais eram os chamados reinóis, nascidos na metrópole, enviados para ocupar os postos mais altos no governo da capitania. Outros cargos públicos, como os de juizes, militares, vereadores, eram escolhidos entre os nobres da terra, geralmente fazendeiros ou pessoas que tinham alguma influência local<sup>9</sup>.

Assim sendo, a Coroa não precisava estar de corpo presente para reafirmar seu poder e controlar os lucros adquiridos, pois os próprios funcionários do governo acabavam fiscalizando-se e entregando os deslizes ou desonestidades cometidas pelos seus companheiros de trabalho.

Tal fato é perceptível nas primeiras ações desenvolvidas por Pereira Caldas, nos primeiros anos de seu governo, quando envia uma carta, em 26 de janeiro de 1760, ao rei D. João, solicitando o aumento de sua jurisdição a fim de enviar algumas pessoas para caçar os povos indígenas nas capitanias do Pará e Maranhão, pedindo liberdade para interferir e agir nas extremidades dessas regiões e conter os gentios, que para ele eram tidos como ameaças ao desenvolvimento da produtividade das terras pelos senhores, por consequência, acabava causando insatisfação nos mesmos. Podendo ser compreendida assim como está disposto no fragmento abaixo:

[...] preciso que Vossa Magestade [sic] me permita licença para me exceder dos limites da jurisdição do meu governo, podendo continuar a guerra em terras pertencentes as capitanias do Pará e Maranhão, em que habitas os referidos gentios, e aonde se faz preciso procurarillos [sic], desejando tão bem que Vossa Magestade [sic] me de licença para que sendo naquella ocasião necessária a minha asistencia [sic] nas ditas partes, possa acharme [sic] nellas, sem encargos de haver que sair fora do território do meu governo, que não posso fazer se a dita licença<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Carta do [governador e capitão-general do Pará] Manoel Bernardo de Melo e Castro, ao [Rei D. José], sobre as intenções do governador do Piauí, [João Pereira Caldas], de criar um almoxarifado, no Piauí, independente do Maranhão. Pará, 12 de novembro de 1761. AHU\_ACL\_CU\_018, CX. 8, D. 497.

<sup>10</sup> Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio. Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 6, D. 384.

Confirma-se nos atos dos gentios, que saqueavam e destruíam várias fazendas, matavam gados, destruíam plantações, tudo isso devido à insatisfação da interferência dos novos povoadores de suas terras, estes, que além de tomarem seu território, acabavam caçando e utilizando-os como mão de obra escrava. Em vista disso, assim como para a Coroa Portuguesa, para Pereira Caldas, os povos tidos como bárbaros e incivilizados estavam por atrapalhar o bom andamento dos negócios, assim também como atrapalhando o “desenvolvimento” do País. Portanto, Pereira Caldas informa ao rei D. João que travar guerras e exterminar esses povos seria a única solução de contê-los, uma vez que, dessa forma, os povos nas capitânicas viveriam melhor, teriam maior produtividade e haveria grande aumento no pagamento de dízimos. Assim como vos fala na carta:

A minha limitada compreensão, com a experiência ocular que tenho deste país, não alcança outro meio com que se possa evitar tão grande ruína, e sossegar estes aflitíssimos povos, que esperam remédios do seus trabalhos do Paternal animo de Vossa Magestade [sic], e da sua inácta piedade e real poder, para se verem felices [sic], cultivando suas terras, e povoando as excelentes, que presentemente cupão os gentios, para tão bem utilizarem com mais avultados dízimos a Real fazenda de Vossa Magestade [sic] que mandará o que for servido<sup>11</sup>.

## 2. De propagadores da fé a inimigos da Coroa

No contexto do final do século XVIII a Coroa Portuguesa, agora voltada para a ideia do progresso, influenciada pelas ideias iluministas, passa a utilizá-las como meio para atingir seus fins, transformando a ideia de progresso humano, com base no uso da razão, em um meio para dar ênfase e suporte para abrir espaço para um desenvolvimento econômico.

No Piauí, todavia, não foi diferente. Com a criação do Primeiro Governo visava-se alargar as fronteiras, aumentar a população da região, demarcar fronteiras, ou seja, reafirmar seu poder enquanto metrópole na capitania. Houve estreitamento de laços para com a igreja e senhores de terras e, além desses, mantendo relações com base em troca de favores e

---

<sup>11</sup> Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio. Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 6, D. 384.

gratificações. O Império português, contudo, passará a ver outro empecilho para a efetivação de suas novas medidas, sendo estes os jesuítas.

Objetivando-se a expulsão destes de todo o território brasileiro, assim também como do Piauí, em 1759, tem-se início o período Pombalino, que terá em seu comando o então Conde de Oeiras, agora conhecido pelo título de Marquês de Pombal, que terá expulsado definitivamente todos os jesuítas do território até 1760. Com essas e outras ações, teve-se como intuito trazer maior desenvolvimento econômico para o país, podendo assim gerar mais lucros para a corte.

No caso do Piauí, após a expulsão dos padres inacianos, em 21 de janeiro de 1762, João Pereira Caldas envia uma cópia do ofício para o Desembargador Luís José Duarte Freire, em que menciona o que deve ser feito com os bens deixados pelos padres da Companhia de Jesus, com encargos de capelas, minas, sufrágios<sup>12</sup> e outras obras pias<sup>13</sup>. Apresenta-se, dessa forma, uma relação que se destacam os seguintes pontos:

[...] primeiramente se destaque o nome do instituidor, ou instituidores de cada huma das instituições [sic] daquela natureza. Em segundo lugar, os títulos pelos quais dispozerão [sic]. Em terceiro lugar, as obras, que ordenarão. Em quarto lugar, os bens e rendas que deixarão para o cumprimento das suas disposições [sic]. Em quinto lugar, o que anualmente produzem nas rendas certas, ou incertas, todos e cada hum dos bens sujeitos à capella de que se trata. Em sexto, e ultimo lugar, o que em cada huma destas capellas, ou instituições [1 palavra incompreendida] livre aos seus respectivos administradores, ou [1 palavra incompreendida] cumprimento do legado<sup>14</sup>.

As fazendas e todos os bens pertencentes à Companhia de Jesus ficariam agora sob a responsabilidade da fazenda real, seriam de posse do Estado, o que geraria lucros para a Coroa. Dentre esses bens estariam inclusas as fazendas herdadas pelos padres em 1711, após a morte de Domingos Afonso Sertão, o que permitiu a instalação e fixação dos mesmos na capitania. Assim como podemos observar nos relatos de memória de Domingos Gomes:

---

<sup>12</sup> Era certo tipo de moeda de valor, concedida por um imperador a uma pessoa que lhe conferisse alguma honra.

<sup>13</sup> Objeto feito de pedras bem resistentes, que se encontra nas igrejas; utilizados para a realização do batismo.

<sup>14</sup> OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao desembargador e ouvidor, [Luís José Duarte Freire], sobre a relação que deveria ser feita dos bens administrados pelos jesuítas, com encargos de capelas, minas, sufrágios e outras obras pias. AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 8. D. 500. Oeiras do Piauí, 21 de Janeiro de 1762.

[...] Falecido Domingos Afonso no ano de 711, partiu para o Piauí o Senhor Mathias Francisco com o Padre Manoel da Costa a tomar posse das Fazendas, e acharão que já os chamados filhos de Domingos Afonso a estavam tomando, e o Juiz da terra lhe dava com seu Escrivão; de onde os sobreditos religiosos por suspeita esta justiça, é apenas queira admitir a disposição do Testamento do defunto Domingos Afonso, recorreram ao Governador do Maranhão, indo pessoalmente o sobredito Padre Manoel da Costa, donde trouxe provisão para o Escrivão da Igreja nos dar a dita posse, e fazer Inventário com duas louvadas independente de maior Justiça, a que tudo assim se fez dentro em cinco anos, começando-se a diligencia pelos sobreditos dois Religiosos no sobredito ano da morte de Domingos Afonso de 711, e declarando-se no ano de 717, os quais cinco anos se tomarão para segregarem também todos os gados [...] <sup>15</sup>.

Os mencionados padres que vieram para as Américas e, por consequência, ao Brasil em 1549, que, de acordo com seus propósitos religiosos cristãos, praticavam o exercício espiritual do catolicismo através da realização das atividades de catequese e educação. No Brasil, esses tiveram uma grande atuação e participação no processo de colonização, tendo uma importância significativa no âmbito religioso, na catequese e aldeamento dos índios.

Na América, os colégios jesuítas, para além do papel de educar os filhos dos colonos que não tinham oportunidades de irem estudar na metrópole, exerciam também uma educação religiosa, voltada para a formação de indivíduos que viessem a ingressar na carreira religiosa, assim também como a propagação desses colégios serviu como um demarcador de fronteiras, determinando os limites do território.

Após a Restauração da monarquia portuguesa, o poder dos jesuítas aumentou de maneira expressiva nos domínios ultramarinos, pois entre 1640 e 1668 as dioceses de Angola, Congo, Cabo Verde, São Tomé, Cochim, Goa, Macau, Malaca, Meliapor e Bahia ficaram sem bispos, já que Roma só reconheceu a Dinastia de Bragança após a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Espanha. Entretanto, devido a vários problemas em Portugal e também pelo grande poder econômico e político que adquiriram na Colônia, os inicianos foram expulsos pelo marquês de Pombal, em 1759. (MENDES; LACERDA, 2010, p. 91).

---

<sup>15</sup> *Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí*. AHU-PIAUI-CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

Porém, mesmo que emanados por ações divinas, movidos por buscar a “salvação para as almas perdidas e presas na escuridão”, as ações da Companhia de Jesus tinham um cunho político-econômico, sendo considerados grandes senhores de escravos, dentre estes indígenas, e portadores de muitas riquezas. Mesmo tendo como incumbência catequizar e proteger os índios, acabavam por utilizar os mesmos como mão de obra, para, assim como os colonos, adquirir riquezas, dando liberdade e considerando “livre” apenas o índio que aceitava a evangelização. Ou seja, ora eram contra as práticas escravistas, ora se utilizavam delas para bem próprio.

No caso do Piauí, a realidade encontrada pelos padres se distinguia do restante do território, uma vez que no Piauí, suas ações se restringiram às ações de aldear e catequizar a população indígena e administrar as fazendas deixadas por Mafrense, visto que no Piauí a população não demonstrava interesse para questão educacional, fossem pela forma de atividade econômica desenvolvida ou pelo tipo de população e sua quantidade.

Ainda que a fixação de fato dos inacianos no Piauí tenha se dado após a obtenção das fazendas deixadas pelo falecido Mafrense, tem-se conhecimento da passagem desses pela capitania desde 1607, como foi o caso do padre Luís Figueiredo, que fugindo das guerras travadas contra os gentis acabou atravessando o Rio Parnaíba, buscando refúgio com alguns de seus companheiros nas terras do Maranhão.

Caso exemplar pode ser analisado, é um registro datado de 1704, do Padre Miguel de Carvalho, que trata de suas ações ao dirigir-se para Lisboa para tratar de guerras travadas contra índios Tremembé, na região do Delta do Rio Parnaíba, este que servia de passagem para ter acesso às terras do Maranhão. Porém, ações efetivas, de fato, só ocorreram após 1711. (MENDES; LACERDA, 2010, p. 93).

Nesse contexto, após algum tempo, a relação entre a Coroa Portuguesa e os padres jesuítas acabou entrando em crise, passando estes a serem vistos como uma ameaça para os interesses econômicos. Em contrapartida, simultaneamente à instalação de um governo na capitania do Piauí, o rei D. João nomeia seu então ministro como Marquês de Pombal, este que acabaria prendendo e expulsando os inacianos de todo o território brasileiro.

Cabe observarmos que essa ação recorrente em todo o território não ocorria de maneira isolada e acontecia em um momento favorável, uma vez que, para Pereira Caldas, para além dos senhores de terra, o mesmo dividia a disputa do poder com a igreja. Tornando-se perceptível que:

Ministro do Rei D. José I<sup>2</sup>, em Portugal, encontrou em João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania do Piauí, um fiel defensor que, certamente, não gostaria de ver seu poder de administrador rivalizando-se com o dos administradores jesuítas [...]. (MENDES; LACERDA, 2010, p. 98).

### **3. Das margens dos rios para a sede das vilas: Uma análise sobre a Capitania do Piauí no Primeiro Governo (1759)**

Ao assumir o posto de governador da Capitania do Piauí, em 1759, João Pereira Caldas, visando o cumprimento das ordens expressas na Carta Régia de 29 de julho de 1759, coloca em prática a criação de vilas no Piauí, para que assim como desejava a Coroa Portuguesa, a população que vivia nas margens dos rios e em brejos se direcionasse para a sede das vilas, povoando-as e fixando-se nelas.

Entretanto, as condições nas vilas não eram das melhores, não tendo suportes ou subsídios suficientes para firmarem-se como tais, devido a vários fatores, dentre eles “as condições geográficas da capitania: pequena densidade, baixo nível cultural, nenhum povoamento de significação social” (NUNES, 2007, p. 114). As fundadas vilas não contavam com condições mínimas para a permanência da população em seus seios, visto que a administração portuguesa visava criar, mas não destinava nenhuma verba ou subsídios para o desenvolvimento.

Assim, em 1761, ao receber outra Carta Régia de 19 de julho, o então governador destina-se a colocar em prática o que já lhe tinha sido ordenado desde o ano de sua posse como administrador da capitania. Como já foi mencionado, por consequência, a vila da Mocha seria elevada à categoria de cidade e capital da capitania e as demais povoações assumiriam a posição de vilas. Diante do ocorrido, a capitania recebe o nome de São José do Piauí e a então vila da Mocha, agora cidade, passa a ser chamada de Oeiras.

Visando o povoamento das vilas, passou-se a serem concedidas sesmarias para quem desejasse morar na Capitania. Muitos fazendeiros

doaram prédios para a criação de órgãos administrativos, e outros mais se comprometeram em fazer casas nas sedes das vilas. Mas, na prática, isso de início pouco aconteceu.

Entretanto, três anos após a criação de um órgão administrativo na Capitania (1762), as vilas ainda contavam com um número insignificante de fogos<sup>16</sup>, se comparadas aos subúrbios. Contabilizando os fogos dispersos entres as sete vilas, somava-se um total de 413, que é insignificante comparando com os 1579 espalhados pelo interior da capitania. Tornou-se perceptível uma forte resistência por parte da população em aderir às novas objetivações de um projeto político-administrativo-social que atingia de forma direta as formas de relacionar-se, viver e os costumes para com os “ideais de progresso” e transformação.

Podemos analisar na tabela a baixo:

**Tabela 7: Número de pessoas livres e cativos, e de fogos na sede e nos subúrbios, no Piauí em 1762.**

	Sede			Subúrbio		
	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos
Oeiras	270	655	465	324	1411	1084
Valença	39	121	33	266	751	578
Marvão	19	56	9	176	715	279
Campo maior	31	128	34	276	1120	585
Parnaíba	4	8	11	330	1747	602
Jerumenha	16	71	28	77	300	298
Parnaguá	34	37	60	130	229	576
Total:	413	1076	642	1579	6273	4002

**FONTE:** APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II - 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Com relação ao número de pessoas existentes em ambos os espaços da capitania, percebemos um número muito grande de cativos que em algumas localidades ultrapassava ou chegava quase a atingir a mesma proporção de homens livres, como é o caso da sede de Parnaíba e Parnaguá, onde o número de escravos é maior que o da população livre. Também podendo ser perceptível na sede de Oeiras, então capital do Piauí, onde tendo uma população de 655 homens livres, contando, por outro lado, com 465 escravos, quase chegando a atingir o mesmo número de pessoas livres.

Voltando-nos para os subúrbios, temos proporções parecidas a das sedes, com uma quantidade de escravos bem significativa, mas, por outro lado, os casos se invertem, uma vez que o número de pessoas livres no

<sup>16</sup> A palavra fogos neste século, segundo consta nos documentos oficiais, se refere a moradias ou casas.

interior da capitania é quase cinco vezes maior que o de pessoas livres nas sedes. Mais um fator que comprova quão grande era a resistência da população em permanecer no interior da capitania, recusando-se a mudar para as vilas.

Diante dos dados fornecidos, podemos perceber que o Piauí pode ter sido excluído das relações do restante do país por algum tempo, mas ao ser inserido nessa cadeia de relações de dependência passou a reproduzir as mesmas ações e ideias do restante do território, podendo ser perceptível na proporção da utilização da mão de obra negra escrava nas atividades voltadas para a pecuária.

De acordo com alguns relatos, assim como “desbravador do Piauí”, Domingos Afonso Sertão também foi o primeiro a introduzir os primeiros escravos negros<sup>17</sup> no território. Estes que diferente do que alguns historiadores anteriormente pensavam ser apenas utilizados nas atividades de produção de gêneros de exportação, acentuadamente nas zonas açucareiras, passaram a ser reestudadas, e foi perceptível quão significativo foi a participação da mão de obra negra no Piauí nas atividades voltadas para a pecuária. Sendo ainda relevante destacar que se os escravos foram trazidos para o Piauí com o intuito de serem utilizados na pecuária essa prática já existia em outras regiões do país.

[...] O surgimento e evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas. Se Domingos Afonso Sertão, como afirmou em seu testamento, e os outros colonizadores trouxeram juntamente com o gado, os primeiros escravos para o Piauí, é óbvio que a prática escravista na pecuária vinha de outras regiões. Logo não foi na bacia oriental do Parnaíba que ela adquiriu essa característica. (BRANDÃO, 1999, p. 115).

A atividade escravista foi algo que fez parte de todo processo colonizador em toda a América, um fator histórico, que deixou marcas profundas. Contudo, a sociedade Piauiense desde a chegada do primeiro “desbravador” passou a desenvolver relações pactadas, estabelecidas por meio de arranjos e trocas de favores, o que acabou dando subsídios para uma verdadeira desordem na capitania. Pois, como podemos perceber, o

---

<sup>17</sup> Sendo importante destacar que a escravidão no Piauí pode ser entendida por dois aspectos: em sua fase inicial, de descoberta e desbravamento, pela utilização predominantemente da mão de obra indígena; e em um segundo momento, por ser mais eficaz, e devido uma maior agilidade, força e disposição, pela utilização de escravos negros. Ver: BRANDÃO, Tânia. *Características da Escravidão no Piauí*. In: *O escravo na Formação do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora UFPI, 1999.

que se tinha traçado para o território piauiense não era apenas um projeto político, mas vários, que visavam atender aos interesses da igreja, agentes reinóis, até o criado em 1759, para atender aos interesses da Coroa.

Um dos principais fatores que contribuíram para a formação desta sociedade está relacionado à sua localização geográfica e à dificuldade de comunicação com os principais centros urbanos da colônia, fazendo com que esta região onde se encontra o atual estado do Piauí não pudesse ser assistida com maior rigor pela política colonial, deixando-a abandonada e sob uma total anarquia (COSTA, 2008, p. 1)

Cabe pontuar que a colonização dessas terras não se deu de início pelos administradores portugueses, tendo em vista que uma região de clima e localização geográfica desfavoráveis não despertou o interesse imediato da Coroa, e, desta forma, tiveram como colonizadores os fazendeiros, merecendo destaque Afonso Sertão e a Casa da Torre, com a ajuda ainda dos desbravadores do sertão, os bandeirantes<sup>18</sup>.

A criação dos currais só passou a ser mais um meio para justificar as crueldades de tratamento contra os povos indígenas da região. Não sendo diferente das outras regiões do Brasil, a eminência do cativo indígena forçava os grupos a fugirem do território. Assim sendo, o processo de colonização do Piauí se daria mediante uma intensa e acentuada política de despovoamento da população nativa.

## Considerações Finais

De início, sob tutela da administração das Capitanias do Pernambuco e Bahia, posteriormente sob a do Maranhão, e pós 1718 com a criação da Capitania de São José do Piauí, essas terras não tinham uma organização política, social ou administrativa própria, o que acabava por gerar

---

<sup>18</sup> Os bandeirantes passaram a adentrar o sertão nordestino em busca de pedras preciosas e com o objetivo de caçar, perseguir, e quando conseguiam terminar uma guerra com sobreviventes indígenas, os aldeavam para a catequese. Todavia, como forma de gratificação pelo bom desempenho do seu trabalho recebiam doações em sesmarias na capitania, o que deu subsídios e contribuiu para a criação dos primeiros currais, e, por consequência, do desenvolvimento da pecuária, que viria a se tornar a principal atividade econômica.

<sup>18</sup> Com a necessidade de uma maior força de trabalho, os grandes proprietários de terras passaram a substituir a mão de obra indígena, estes que eram vistos como frágeis e preguiçosos, pela negra, com um maior porte físico, agilidade e força. Mas, isso não significou o estabelecimento da paz ou libertação dos ameríndios, o que ainda perdurou por muito tempo.

grande desordem nas decisões e soluções de problemas. Sendo assim, quase um século depois de sua descoberta, em 1758, o rei D. João determina a criação de aparelho administrativo na capitania, com o intuito de estabelecer a ordem e o controle na mesma, uma vez que, o que se presenciava era grande disputa local entre os sesmeiros e a igreja, e um “cenário de violência”.

Desta forma, com base nos relatos dos documentos administrativos e trocas de correspondências entre a Coroa e seus encarregados, visava-se que a criação de um governo na capitania seria a solução para todos os problemas. Mas, o que ocorria de fato era a preocupação com o bem-estar da capitania? Será que essas terras que de início não tinham importância, agora tinham algum significado para a coroa? Teremos agora então uma nova forma de ver e tratar a população existente na capitania?

As respostas para todas essas perguntas se dão de maneira negativa, porque o que teremos é apenas a implantação de um órgão administrativo, mas que continuará tecendo suas ações com base em relações de prestações de favores e trocas. Que continuará a utilizar a população existente apenas como um meio para atingir um fim, sendo este de cunho econômico. Processo que encontrava na escravidão um meio para segregar e classificar a população existente.

Contudo, agora com ideais de progresso e modernização, a Coroa Portuguesa, visando cada vez mais garantir seu sustento com a exploração da colônia, passará a interferir no modo de vida da população, objetivando, através da criação de vilas na região, tirar a população existente no interior da capitania para se deslocar para a sede, onde seriam criadas as primeiras vilas. Olhando de forma superficial, até que seria uma boa ideia, mas, por outro lado, o que se tinha em mente era obter o controle dessa população tida como incivilizada, mudar seus costumes e modo de vida em prol de um possível progresso.

E todo esse emaranhado de relações acontecia em consonância com as ações da religião católica. Esta, que tinha como lema a salvação, acabava por estar inserida em uma ordem global, utilizando-se da ação divina como justificativa e como instrumento para alcançar domínio pelo mundo, desempenhando como finalidade um papel unicamente político e não propriamente divino.

## Referências

### Documentos manuscritos

APEPI. **Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de S. José do Piauí.** Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

**Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio.** Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 6, D. 384.

**Carta do [governador e capitão-general do Pará] Manoel Bernardo de Melo e Castro, ao [Rei D. José], sobre as intenções do governador do Piauí, [João Pereira Caldas], de criar um almoxarifado, no Piauí, independente do Maranhão.** Pará, 12 de novembro de 1761. AHU\_ACL\_CU\_018, CX. 8, D. 497.

**Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí.** Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU\_ACL\_CU\_016, CX. 5, D. 358.

**Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí.** AHU-PIAUI – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

**OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao desembargador e ouvidor, [Luís José Duarte Freire], sobre a relação que deveria ser feita dos bens administrados pelos jesuítas, com encargos de capelas, minas, sufrágios e outras obras pias.** AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 8. D. 500. Oeiras do Piauí, 21 de Janeiro de 1762.

### Dicionários e relatos de viagem

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> acesso em: 05/02/2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3.ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

**Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí.** AHU-PIAUI – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

## Bibliografia

- ALVES, Vicente Eudes Lemos. **As bases históricas da formação territorial piauiense.** Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, jul. /dez. 2003. pp 55-76.
- BRANDÃO, Tânia. Características da Escravidão no Piauí. In: **O escravo na Formação do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII.** Teresina: Editora UFPI, 1999.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. **Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII).** São Paulo: Revista de História, nº 168, p. 167-200, janeiro/ junho 2013.
- CHAVES, Monsenhor. O escravo no Piauí. In: **História, literatura e sociabilidade.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- COSTA, Ozael de Moura. **A caracterização da desordem na Capitania de São José do Piauí no século XVIII.** Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
- DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial, In: **História e Historiografia.** Cidade: editora, 2006.
- FAUSTO, Boris. O Brasil colonial (1500- 1822). In: **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 9-75.
- FERREIRA, Murilo Cunha. **A Política Pombalina de Planejamento Espacial e Territorial na Colonização do Piauí durante o século XVIII.** (UFRN). [19--?].
- FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A Pedra e o Pálio:** Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina 2010.
- LABORIE, Jean-Claude. **A dispersão do saber missionário sobre as américas de 1549 a 1610:** O exemplo jesuíta. Revista de História 152, 2005. p. 09-27.
- MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. **Jesuítas no Piauí: negócios e educação.** Revista F@ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 89-102.
- MOTT, Luís, R.B. **Piauí Colonial:** População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1976.
- MOTT, Luiz R. B. **Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial:** Um caso de povoamento Rural Centrífugo. In: Piauí colonial: população, economia e sociedade, 1976. p. 89-123.

- NUNES, Odilon. **Pesquisa para a História do Piauí**: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros... Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.
- NUNES, Odilon. **Primeiros Governos**. In: Pesquisas para a História do Piauí. 2. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Artenova, 1966. pp. 95-126.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias. **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. pp. 1- 9.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. **A “civilização dos índios” no século XVIII**: da legislação pom-balina ao “Plano” de Domingos Barreto. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan.-Jun, 2014.
- SANTOS, Fabricio Lyrio. **A “civilização dos índios” no século XVIII**: da legislação pom-balina ao “Plano” de Domingos Barreto. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -jun, 2014. pp. 233-260.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira**. [19--?]. século XVIII. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010.
- SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil**: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

**Entre *Res & Persona*:  
Práticas suicidas e a condição de propriedade privada  
dos negros escravizados no Maranhão (1840-1888)<sup>1</sup>**

Carlos Victor de Sousa Ferreira

*“[...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.*

(BLOCH, Apologia da História, 2001, p. 54).

No dia 25 de Outubro de 1875, entre idas e vindas da movimentada cidade de São Luís, no cotidiano de livres, libertos pobres e escravizados, a cafuza Raimunda enforcou-se na casa de Manoel Joaquim Fernandes, a qual acabara de chegar da cidade de Turiaçu, interior da província, para ser vendida na capital maranhense<sup>2</sup>. Raimunda é mais um dos casos que constam no Livro de Crimes e Fatos notáveis, suicídios perpetrados por escravizados que já não encontravam mais motivos para viver neste plano. Partindo da importância do trabalho escravo escravizado no avanço colonizador e exploratório do Brasil, a morte, sobretudo, através do suicídio, tiveram consequências drásticas nas relações entre escravizados e senhores.

Raimunda, sendo vista como *res* e moeda de troca, seria vendida pelo seu senhor, provavelmente para obter novos lucros ou sair da crise que à época afetava os proprietários e fazendeiros do Maranhão. Dado pela sua condição jurídica, o senhor de Raimunda teria total liberdade para usufruir da escravizada enquanto mercadoria. No entanto, a escla-

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como finalização da disciplina “Cultura e Identidade – Teoria e Pesquisa”, ministrada pelo professor Antonio Evaldo no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – PPGHIS/UFMA. Este artigo é desdobramento da pesquisa que tem sido desenvolvida no mesmo Programa de Pós Graduação, cujo título é: “Procurão com a morte pôr termo aos seus sofrimentos”: as experiências históricas dos suicídios de negros escravizados no Maranhão.

<sup>2</sup> Livro de Crimes e Fatos Notáveis. Livro 2.113 (Ano 1873-1881), p.149. Setor Códices – APEM – São Luís – MA.

vizada preferiu morrer a que ser vendida para outro senhor ou local desconhecido. Devido à data que aconteceu o caso, podemos conjecturar que, possivelmente, Raimunda seria mais uma dos escravizados vendidos no Tráfico Interprovincial que levou milhares de braços escravos do norte e nordeste para o sudeste, onde trabalhavam nos cafezais. O caso de Raimunda também foi noticiado nas manchetes do jornal Diário do Maranhão:

**Suicídio** – A cafuza Raimunda, escrava, vinda do ultimo vapor costeiro, do Tury-aasú, a entregar ao Sr. Manoel Joaquim Fernandes para a vender, amancebou ontem enforcada na trave da escada da varanda da casa do mesmo Fernandes.

**Raimunda desde que chegou do interior que se conserva triste e comendo muito pouco; talvez já preocupada com o sinistro desígnio de pôr fim a existência.** Serviu-se da corda do balde do poço, que tirou e fez com ela o funesto laço.

Porque torturas de espírito não passou a infeliz a ponto de se lhe perturbar a razão até leva-la ao suicídio!

**Arrancada talvez a todas afeições da família, da terra do nascimento e quem sabe até dos filhos, para, a semelhança de qualquer mercadoria, ser vendida em praça a quem maiores vantagens oferecer.** Não teve a coragem de arrostar a triste sorte a que está condenado o escravo; achou-a tão medonha que preferiu-lhe a morte.

**Pobre e infeliz criaturas<sup>3</sup>. (grifo nosso).**

A preocupação do Diário do Maranhão é demonstrar os momentos finais da vida de Raimunda e, para isso, caracteriza a tristeza e a infelicidade que a escrava estava enfrentando. Se aproximarmos este caso da historiografia tradicional da escravidão negra, a escravizada estaria sendo acometida pelo chamado *banzo*<sup>4</sup>. A quebra dos laços afetivos de Raimunda com a terra natal e os seus pares, para o jornal, pode ter sido um fator preponderante para a escravizada cometer o suicídio.

O caso de Raimunda e tantos outros escravizados que optaram pela morte voluntária implicavam diversos problemas ao poder e à economia dos senhores e da sociedade, representando, assim, uma fissura e limitação do poderio de seu senhor, perpetrada pelo escravizado para alcançar sua “liberdade extrema”, assim, contrariava a característica de “*res*” que

<sup>3</sup> Diário do Maranhão, 27 de Outubro de 1875, ed. n.º 669, p. 2.

<sup>4</sup> Saudades da terra natal, que levava muitos escravizados à tristeza profunda e ao desejo de morte.

sempre os colocavam apenas como mercadoria de valor e realçavam o seu aspecto de “*persona*”<sup>5</sup>.

Partindo desse pressuposto, o artigo ora apresentado tem como objetivo analisar as práticas suicidas dos escravizados no Maranhão, observando esses forjamentos de liberdade em relação ao poder e à propriedade privada e jurídica dos donos e proprietários de escravos.

Em *Palmares: A guerra dos escravos*, Décio Freitas afirma que: “legalmente, só havia duas maneiras do escravo adquirir a liberdade: pela morte natural ou pela alforria” (FREITAS, 1978, p. 29). Embora concordemos que a morte natural foi fator decisivo para muitos escravizados obterem a liberdade, porém, consideramos que outras formas de morrer, por exemplo, através do suicídio, devem ser consideradas e não desprezadas. Pois, ao praticar o suicídio, o escravizado levanta uma série de questões sobre as relações escravistas como a senhor – escravo – sociedade.

É válido ressaltar que nas últimas duas décadas têm sido crescentes os trabalhos historiográficos acerca desta temática, os pesquisadores têm se detido sobre as diversas nuances que englobam o momento em que esses sujeitos escravizados decidiram não viver mais. A análise desses casos de suicídios escravos é envolta de diversos empecilhos, primeiro, que a documentação que os pesquisadores utilizam é, quase sempre, produzida através do olhar do outro, nesse sentido, da sociedade letrada e dos não escravos, que lançaram diversas visões sobre os atos dos escravos, sobretudo a condenatória.

Segundo, que os nossos agentes históricos, a maioria, eram pouco afeitos com a escrita, assim, até o presente momento, não dispomos de registros escritos acerca de suas vontades e justificativas sobre o passo que decidiram por termo em suas vidas. O que nos leva, como historiadores, a recorrer para a análise das entrelinhas nos documentos, e de circularmos pelo âmbito do provável para compreender as reminiscências e as nuances que englobam esses suicídios.

Fábio Lopes (2014, p. 33) afirma, em um levantamento realizado em meados da década de 90, que as pesquisas eram desenvolvidas principalmente no campo das saúdes mentais, e no campo da História ainda careciam de pesquisas sobre. Porém, 15 anos após esse primeiro levantamento, destaca o crescimento de estudos em grande parte dos estados

---

<sup>5</sup> *Res* e *Persona* são palavras em latim, que traduzindo para o português são “negócio” e “pessoa”, respectivamente.

brasileiros com diversas perspectivas de análise, a exemplo: o suicídio como fato histórico; as representações da morte voluntária; os sentidos de morrer; experiências e discursos.

Acreditamos que o motivo da pesquisa tardia acerca da temática está por tratar-se de um ato de resistência individual e por incidir em impacto de menor proporção para a modificação do sistema escravista, geralmente foi analisada em pequenas brechas na história, sendo apenas citada de forma simples, em geral, atrelada aos atos de resistências e estratégias maiores, como quilombos e insurreições, inclusive na historiografia maranhense.

Perceber as reverberações que estas práticas tomam em sociedade é compreender que os escravizados mesmo adjetivados como “coisas”, por historiografias precedentes, alcançaram espaços e abriram fissuras na sua condição jurídica de propriedade, no poderio de seu senhor e da sociedade não escrava, os quais, por diversas vezes, tentavam impor limites às suas subjetividades.

Para Kátia Mattoso, o assassinato e o suicídio são “na verdade a expressão violenta da revolta interior do escravo inadaptado”, o escravizado, portanto, “foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade” (MATTOSO, 1988, p. 52). Embora a autora analise casos majoritariamente da Bahia, acreditamos que o suicídio não tem seu fim apenas na interpretação de que o escravizado era apenas um ser inadaptado, mesmo que a autora pondere uma gama de motivações, como maus tratos recebidos ou o temor da venda.

Em contraponto a isso, buscamos outro percurso do problema: seriam todos os suicídios de escravos contra o sistema escravista? Devemos enquadrar todos como resistência, com intuito de libertar-se do cativeiro? Embora uma vasta bibliografia tenha se debruçado sobre a afirmação positiva dessas interrogações<sup>6</sup>, no entanto, pelo menos no caso do Maranhão, nem todos os escravizados suicidas têm o cativeiro como principal motivação. Não devemos desconsiderar essas análises, mas é necessário buscar outros enfoques sobre o suicídio e a escravidão.

É a partir dessa proposta que entendemos quão necessário é analisar o suicídio através da experiência histórica do escravizado, seja no cativeiro ou nas teias sociais que este mantinha. Dessa forma, talvez,

---

<sup>6</sup>Ver: BASTIDE, Roger (1943), GOUALART, José Alípio (1972), MATTOSO, Kátia (1988), MOURA, Clóvis, (2004).

compreenderemos por que matar-se foi a válvula escapatória para muitos escravizados. Muito mais do que observar os suicidas apenas como resistentes à escravidão, mas como sujeitos históricos e sociais.

Desse modo, ampliam-se as discussões em torno das sociabilidades mantidas pelos escravizados em vida, buscamos, portanto, uma interpretação de uma história crítica do cotidiano através dos casos de suicídios dos escravizados (FERREIRA, 2011, p. 25). Sendo assim, para além de analisar o suicídio pelo suicídio.

A partir desse pensamento, creditamos esta pesquisa a partir da análise de Jackson Ferreira, que analisa através dos campos de possibilidades as diversas interpretações sobre as motivações que levaram os escravizados a se suicidarem, não sendo, por conseguinte, apenas um sinal de sua não adaptação ao cativeiro. Todavia, as relações que os escravizados mantinham podem ser de fundamental importância para compreender por que era preferível morrer. Pois, como afirma Sidney Chalhoub sobre a experiência escrava, os cativos “agiram de acordo com as lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais” (CHALHOUB, 2011, p. 318).

Desse modo, podemos pensar na possibilidade do forjamento de uma “liberdade”, ainda que extrema e mesmo que tenha sido com a própria vida, nesse sentido, ainda concordando com Chalhoub que assevera: “o significado de liberdade foi forjado na experiência do cativeiro” (CHALHOUB, 2011, p. 29). Portanto, onde houve negociações e conflitos, muitas vezes terminou em morte (FERREIRA, 2009, p. 19).

Nesse sentido, a historiografia a partir da década de 1980 tem ampliado as análises e a compreensão da atitude escrava no Brasil, principalmente com intuito de realçar a subjetividade do “ser escravo”. Influenciada pelos escritos de Edward Palmer Thompson<sup>7</sup>, que descreveu as experiências históricas do operariado inglês do século XVIII, enfatizando a participação das camadas populares dentro dos processos históricos. Assim, deu novos fôlegos aos escritos da História Social<sup>8</sup> da escravidão negra no Brasil.

---

<sup>7</sup> Edward Palmer Thompson (Oxford, 3 de fevereiro de 1924 – Worcester, 28 de agosto de 1993) foi um historiador britânico da concepção teórica marxista e é considerado por muitos como o maior historiador inglês do século XX, um dos fundadores da chamada História Social.

<sup>8</sup> “A história social direciona-se, então ao alargamento do enfoque no sentido da consideração de múltiplos aspectos de uma sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões econômico-políticas, mas, também, as dimen-

A preocupação de Thompson não era enfatizar as perdas, mas as lutas nos processos históricos. Dessa maneira, pensamos que, para além de perda, o suicídio também pode figurar como luta ou negociação. Assim, a História, para Thompson, é contexto, processo e movimento.

Silvia Lara (1995, p. 43) afirma que a ligação de Thompson com a experiência escrava no Brasil é teórica e política e não temática, apesar da distância entre o tempo cronológico e os objetos para análise serem ínfimos, pouco dispomos de elementos comuns entre a sociedade inglesa do século XVIII e a brasileira do XIX.

De todo modo, não se propõe encaixar ou aglutinar a análise de E. Thompson sobre a sociedade inglesa do século XVIII à realidade dos escravizados suicidas no Maranhão do século XIX. Na verdade, centramos na análise da complexidade histórica das relações sociais, assim, vislumbrando os campos de possibilidades dos agentes históricos, nesse caso, os escravizados e os seus suicídios.

Analisamos os casos encontrados na província do Maranhão entre as décadas de 1840 a 1888. Essa delimitação temporal foi escolhida pela importância desse recorte temporal para a desregulamentação do sistema escravocrata brasileiro. Dividimos este artigo, para melhor compreensão, assim: num primeiro momento, observaremos o “Estatuto Civil” do escravizado negro no Brasil, observando pelo viés jurídico as leis que definiam o “ser escravo” como bem comercializável e propriedade.

Por fim, observaremos alguns casos de suicídios no Maranhão, notaremos seus impactos dentro da sociedade e a contrariedade à lógica escravista tradicional, que sempre aliou a “liberdade” do escravo à tutela e vontade de seus senhores. Transitar sobre *persona* e *res* foi algo muito comum para o negro escravizado no Brasil, entretanto, quanto mais se tentavam atribuir o adjetivo de “coisa” e legitimar a vontade do senhor como bem comercializável e propriedade, o escravizado foi “*persona*” e suicidou-se.

---

sões socioculturais em um momento histórico singular. [...] Com isso, as fontes e os documentos históricos tradicionais foram revisitados, na busca de historiar outros atores e suas experiências, bem como novas fontes foram valorizadas.” IN: SCHUELER, Alessandra Frota de. *Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória: as contribuições de Edward Palmer Thompson*. Disponível em: [https://docs.google.com/file/d/oB8\\_gvWjrwU3ZbzdKVmllMkJuTEo/edit](https://docs.google.com/file/d/oB8_gvWjrwU3ZbzdKVmllMkJuTEo/edit). Acesso em: 23.12.2018.

## 1. Entre *PERSONA* & *res*: O olhar jurídico sobre o “ser escravo” no século XIX

Diferentemente de outras plagas na América, o Brasil nunca teve um **Código Negro** que especificasse as condições do escravizado brasileiro, contendo leis específicas para crimes, definir as relações com seus senhores ou seus direitos enquanto *persona*. Entretanto, as leis que definiam questões relacionadas aos escravizados podem ser encontradas em diversos espaços da legislação brasileira, como a *Constituição de 1824*, o *Código Criminal do Império de 1830*, nas Ordenações Filipinas de 1603, dentre outros.

Para compreendermos esses olhares é necessário perceber que desde a transição da Idade Medieval para a Moderna a escravidão da população africana fez parte da cultura lusitana. Em consequência disso, com o estabelecimento do Império brasileiro em 1822, a escravidão foi mantida ao ponto de ser vista como “natural”. (CAMPELLO, 2018, p. 29)

André Campello evidencia que as primeiras aparições na legislação da América Brasileira sobre a população escravizada negra são nas Ordenações Filipinas de 1603<sup>9</sup>. Segundo pondera o autor sobre as Ordenações:

Surgiram como o diploma legislativo mais próximo das realidades do Novo Mundo e da exploração mercantilista das riquezas naturais das colônias. O vocábulo “servo” aparece totalmente substituído por “escravo”, relacionado apenas aos africanos: [...] escravo, a partir da colonização das terras ultramarinas, refere-se a uma realidade objetivamente distinta da que recobre o mouro cativo, servo ou “escravo” metropolitano. (CAMPELLO, 2018, p. 32).

Dessa forma, antes legitimava a escravidão do mouro<sup>10</sup> como prisioneiro de guerra nos conflitos ultramarinos de Portugal, e que se aproximava mais da condição “servil”, o infiel da religião cristã, entretanto, tinha direito à alforria. Todavia, com o surgimento do mercantilismo e a exploração do continente africano, a escravidão e os seus atores foram modificados pelo braço africano e o indígena explorado nas Américas.

---

<sup>9</sup> As Ordenações Filipinas, ou Código Filipino, é uma compilação jurídica que resultou da reforma do Código Manuelino, por Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante e depois da anexação da Espanha, o Código Filipino foi confirmado para continuar vigendo em Portugal por D. João IV. Vigeu no Brasil em matéria civil até 1916.

<sup>10</sup> Povos oriundos do norte da África e que eram praticantes do islamismo.

Assim, tornaram-se objetos comercializáveis ao longo dos mais de trezentos anos de escravidão nas Américas. São dentro das Ordenações Filipinas (1604) que encontramos o primeiro local que cita o “suicídio” dos escravizados, neste contexto, no Livro IV, Título XVII, cujo título “Quando os compram escravos, ou bestas, os poderão enjeitar por doenças ou manqueiras”, nessa mesma parte também é tratada a venda de animais, à vista disso, ressalta-se as dificuldades que pudessem vir a tornar-se empecilho do comércio de escravos, e o suicida seria um deles:

Se o escravo tiver cometido algum delito, pelo qual, sendo-lhe provado, mereça pena de morte, e ainda não for livre por setença, e o vendedor ao tempo da venda e não declarar, poderá o comprador enjeitá-lo dentro de seis meses, contados da maneira, que acima dissemos. **E o mesmo será, se o escravo tivesse tentado matar-se por si mesmo com aborrecimento da vida, e sabendo-o o vendedor, o não declarasse.** (ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XVII, 1603, p. 798). (**Grifos nossos**).

Nesse sentido, a tentativa de suicídio figurava como estorvo no comércio de escravos, e seria tarefa do vendedor perceber os sujeitos que tivessem tentado o autoextermínio para que não os vendesse. Esse processo de desumanização do escravizado, figurado na transmutação de “ser” para “objeto”, foi parte do sistema escravista brasileiro que os tornou como bens semoventes comercializáveis (CAMPELLO, 2018, p. 136). Embora as referidas ordenações tenham sido criadas alguns séculos anteriores ao nosso recorte temporal, suas vigências alcançaram o século XIX, mesmo depois da criação do *Código Criminal do Império* em 1830.

Por outro lado, a sua análise se faz necessária para denotar como o suicídio foi considerado uma adversidade para o comércio e, sobretudo, para a propriedade dos senhores. E o principal aspecto destacável no documento é que nele o suicídio do escravizado era visto como possível “aborrecimento da vida”. Esses aborrecimentos eram como justificativas à diáspora africana ou à vida difícil que grande parte dos escravizados estavam submetidos?

Pensar um Estatuto Civil do escravizado no século XIX é preciso compreender fora do direito comum considerado aos cidadãos, pois pensando como André Campello, o “Estatuto Civil do Escravo” era sempre uma exceção do Direito Comum, por isso se fazia mais uso do Direito Romano para assegurar as relações mantidas de escravidão (CAMPELLO, 2018, p. 127).

Discutia-se sobre por onde rege a condição do escravizado, pelo regime jurídico das coisas ou das pessoas. O conselheiro Joaquim Ribas assevera sobre os escravizados brasileiros: “entre nós também os direitos do senhor sobre o escravo constituem domínio e poder, em relação ao domínio o escravo é coisa, em relação ao poder é pessoa” (RIBAS, 1982, p. 281-282).

Ribas se referia e comparava a escravidão moderna brasileira com a antiga que foi constituída em Roma, e afirma que as compreensões sobre a escravidão eram diferentes. Por outro lado, definia-se que o escravizado era tanto *res* como *persona*, e o “ser”, definido como pessoa ou sujeito aqui, não é como alguém que possui direitos.

O escravo não era sujeito de direito, pois era considerado uma coisa, ou melhor, um animal humano. O *dominus* exercia sobre o *servus* o **direito de propriedade** e para sancionar esse direito fazia o uso da *reivindicatio*, isto é, da mesma ação de que se servia em se tratando de um objeto móvel. (NÓBREGA, 1995, p. 130). (**Grifos nossos**).

Dessa forma, os escravizados transitavam entre os dois campos, entre *res* e *persona*, e como afirma Agostinho Marques Perdigão Malheiros: “Por isso que o escravo é reputado coisa, sujeito ao (*dominium*) de seu senhor, e por ficção da lei subordinado às regras gerais da propriedade. Enquanto homem ou pessoa, (acepção da lata) é sujeito ao poder do mesmo (*potestas*) com suas respectivas consequências” (MALHEIROS, 1867, p. 68). É através desse direito de propriedade que os escravos eram posses de terceiros (*res*), senhores que tentavam definir as relações mantidas pelos escravizados ou o rumo que estes deveriam tomar pelo seu *potestas* (poder) definido por lei.

O direito de propriedade de grande parte do ocidente foi fundamentado pelas ordens do Direito Romano. Segundo Roberta Braga: “a propriedade era considerada como um direito absoluto, perpétuo, oponível, *erga omnes* e exclusivo de seu titular que poderia dela dispor com plenitude” (2017). A autora afirma que, através deste, o direito de propriedade variava conforme as temporalidades e os contextos históricos e Roma representaria o pontapé disto:

Foi o Direito romano que estabeleceu um complexo mecanismo de interditos visando tutelar os direitos individuais em relação aos arbítrios estatais. A *Lei das doze tábuas* pode ser considerada a origem dos textos escritos consagra-

dos da liberdade, da propriedade e da proteção aos direitos do cidadão. (MORAES, 2001, p. 7).

Nesse sentido, percebemos uma forma de proteger os bens individuais e assegurar o âmbito privado dos cidadãos brasileiros. O império brasileiro em sua constituição de 1824 também enfatizou sobre o direito de propriedade conforme o artigo abaixo:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

(...)

XXII E' garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A Lei marcará os casos, em que terá lugar esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização (BRASIL, Constituição de 1824). (**Grafia atualizada**).

Dessa maneira, apesar de não mencionar os escravizados enquanto uma propriedade, esses exerceram na prática a função de “objetos semi-móveis”, visto que eram comprados, vendidos e alugados por um proprietário legalmente reconhecido. E, em caso de perda, extravio ou roubo, os proprietários dos escravizados poderiam fazer o uso do *reivindicatio* para reaver as suas posses.

Ainda que se esteja pautado em leis e aparatos jurídicos da sociedade dominante que tentava regular o corpo do escravizado, tomamos o exemplo de E. Thompson como exemplo de análise em sua obra *Costumes e Comuns* (1998), que tem demonstrado o quanto o historiador social precisa ter cuidado com análises de categorias e nomenclaturas da sociedade dominante, que na sua maioria eram adjetivações dessa sociedade para com as classes consideradas inferiores. E deveras nem sempre significam a verdade do cotidiano ou as relações que eram mantidas pelo escravizado.

Nesse sentido, ainda que o Direito Romano tentasse enquadrar os escravizados dentro de ditames pré-estabelecidos pelas leis imperiais, o cotidiano, as relações de forças e o peso social deram outras conotações às vivências dos escravizados. Portanto, esses sujeitos resistiam e quebravam diversas vezes a lógica jurídica em oportunidades ou a partir de suas atitudes e vontades, como afirma Yuri Costa:

O negro escravizado, quando objeto de normalização pelos diferentes ramos do direito imperial, resistiu à lógica jurídica que se tentou atribuir a ele. O escravo negou uma das mais pretensões do direito moderno: a ideia de que o ordenamento jurídico é um sistema, “um todo integrado de princípios universais” (LOPES, 2003, p.199). Diante do escravo, fragmentou-se a aspiração de que as diferentes divisões do direito (constitucional, civil, criminal, processual...) mantiveram uma interação orgânica. (COSTA, 2015, p. 269).

Assim, entendemos que mesmo que a lógica jurídica afirme que o escravizado se trata de uma propriedade, quando este praticava o suicídio, ele quebrava essa lógica e demonstrava ser o principal interventor de seu próprio corpo. Mesmo com a forma mais drástica de libertação da vida escrava, era preferível para muitos morrer a viver sob a tutela e vontade dos seus senhores. “A principal resistência gerada pelo cativo deriva do fato de este ser algo que *se quer coisa*, mas que sendo autor, vítima ou testemunha de crime *mostra-se sujeito*” (COSTA, 2015, p. 270).

## **2. A luta pela liberdade: Conflitos entre os suicídios de escravos e a propriedade de seus senhores**

O braço do escravizado negro teve expressiva importância na exploração e colonização do Maranhão durante pouco mais de dois séculos. Por isso que se discute e tenta ampliar os aspectos que se referem às diversas vivências mantidas pelos escravizados na província do Maranhão. Sendo assim, o estado compõe um dos principais locais de documentações referentes a essa parte específica da História do Brasil.

Assim, as documentações utilizadas nesta pesquisa são registros policiais, judiciais, eclesiásticos e jornalísticos, encontrados no livro de Registro de Correspondência do Chefe de Polícia com o Presidente da Província e as demais autoridades locais (livros – 1869, 1932 e 1935), os livros de Crimes e Factos Notáveis (nº 2112, 2113 e 2114) acondicionados no setor de códices do Arquivo Público do Maranhão. Já no Setor de Avulsos, dispomos de documentos como as correspondências recebidas e trocadas pelo Chefe de Polícia e o Presidente da Província do Maranhão e registros das subdelegacias.

Os Jornais maranhenses, por sua vez, noticiavam os casos e na maioria das vezes abordavam questões em torno do suicídio que são de suma importância, bem como traziam à tona o juízo de parte da sociedade

maranhense sobre o suicídio. Por fim, os Livros de Atestados de Óbitos das freguesias maranhenses abordam a parte que contempla os ritos fúnebres para os suicidas, por exemplo, como e onde eram enterrados, além de tratarem dos dados pessoais dos suicidas.

Destarte, foram encontrados 89 casos até o presente momento, que se subdividem em suicídios consumados, tentativas, mortes por afogamento e as “mortes acidentais”. As mortes por afogamento e as “acidentais” precisam ser analisadas, pois podem tratar de assassinatos cometidos por senhores de escravos e capitães do mato ou tratarem de suicídios perpetrados pelos próprios escravizados.

Sobre isso, concordamos com Mary Karasch ao afirmar que as mortes por afogamento poderiam estar ligadas a determinadas crenças de grupos africanos: “os que se afogavam talvez acreditassem que a água era a barreira (calunga) que tinham de cruzar para chegar à África e reunir-se aos ancestrais (...)” (KARASCH, 2000, p. 416). Para a autora, alguns suicidas acreditavam que poderiam retornar à África através do afogamento e o Atlântico seria a principal ponte para isso.

Em Julho de 1850, foi encontrado afogado um dos escravos da senhora Ana Jansen, na Praia dos Remédios, através das documentações encontradas no livro de correspondência do Chefe de Polícia do Maranhão, o qual relata que “Em Ofício desta data participa-me o subdelegado de polícia da freguesia da Conceição, que ontem pelas 6 horas da manhã fora avistado na praia dos Remédios, achava-se lançado pelo Mar, o cadáver d’ um preto”. Demandou o Chefe de Polícia para realizar o corpo de delito para descobrir “se se trata de um caso fortuito ou praticado por alguém”, visto que o mesmo escravo havia fugido da fábrica de sua senhora e o mesmo “quando [ilegível] querendo atravessar morrera afogado” <sup>11</sup>.

A documentação desse caso declara bastante como eram pesadas e difíceis as vidas escravas para alguns. Nesse primeiro momento, acreditou-se na possibilidade de ter sido um caso praticado por alguém, porém, as condições em que o escravo se encontrava contribuíram para que perpetrasse sua fuga da fábrica e o possível afogamento nas águas da Praia dos Remédios, como consta no ofício de 16 de julho:

---

<sup>11</sup> MARANHÃO. *Secretária de Polícia do Estado do Maranhão*. Ofício de 16 de Julho de 1850 Do Chefe do Polícia do Maranhão ao Presidente da Província. APEM. Setor Códices. Livro 1.869. Fl. 116-116 v, doc. 182.

Havendo se me participado ontem 15 do andante pelas 6 horas do dia que na praia dos Remédios havia um Corpo morto, imediatamente fui ver e achei um cadáver de um preto com um ferro ao pescoço sem sinal de castigo, sendo a perna direita e a pá do braço esquerdo sem carne, conhecendo se perfeitamente ser comido de algum peixe grande [...] logo procedi ao corpo de delito em conformidade da Lei [...] soube então ser escravo de D. Anna Jansen Pereira - que estando preso na sua Fabrica em frente desta Cidade fugirá daquele lugar atravessando para a parte da Cidade morrera afogado (sic) e determinei a sua Sr<sup>a</sup> q o fizesse sepulturas<sup>12</sup>. (**Grafia atualizada**).

Observamos que as condições como foi encontrado e estava antes de cometer o ato dizem muito sobre sua atitude de fuga e o seu possível afogamento, estava com “ferro ao pescoço” e “preso na sua fábrica” e “fugira daquele lugar atravessando para a parte da cidade”. Depreendemos que o mesmo escravo estava preso na fábrica e com ferro no pescoço como forma de castigo, e, talvez, conflitos dentro do cativo e o fizeram fugir. A atitude do escravizado demonstrou que preferia fugir e tentar atravessar a cidade a nado, nem mesmo o ato de estar preso lhe impediria de decidir sobre os rumos que deveria tomar sobre sua vida a partir dali, demonstração clara de abertura de fissuras do direito de propriedade de sua senhora e que possivelmente prejudicou diretamente o seu poder econômico, uma vez que o mesmo representaria uma baixa de mão de obra e logo na produtividade de sua fábrica.

Ainda sobre os casos que dispomos no Maranhão, a partir dos gêneros, demonstram que os homens têm maior número de casos consumados. Mas entre as mulheres há peculiaridades interessantes, por exemplo, a desobediência de algumas escravizadas às ordens de seus senhores demonstra parte dos micropoderes que foram forjados pelos escravizados, que assim transgrediam a ordem proposta pelo direito de propriedade assegurado em lei. Veronica se precipitou da sacada da casa de sua senhora, após desobedecer às ordens dadas por esta. Conforme consta no ofício do dia 30 de janeiro de 1885:

[...] no dia 23 do corrente as 10 horas da noite no hospital da Misericórdia, procedi o exame e corpo de delito na preta Verônica, escrava de Dona Luiza Rita Munnis por se ter lançado de uma janela da Casa do negociante Antonio Joaquim de Lima Junior onde morava em consequência de ter a mesma es-

---

<sup>12</sup> MARANHÃO. *Secretária de Polícia do Maranhão*. Ofício de 16 de Julho de 1850 do Subdelegado de Polícia do 2º distrito da capital ao Chefe de Polícia. APEM. Documentos Avulsos/ Setor de Polícia Civil.

crava seguir para o interior da Província por ordem de sua senhora para onde não queria esta seguir, dos inquéritos e mais diligencias q procedi, verifiquei não ter havido criminalidade alguma da parte d'aquela negociante, e hoje fui enformado ter a mesma escrava falecido em consequência desse sofrimentos<sup>13</sup>. (**Grafia atualizada**).

Acreditamos que Veronica, possivelmente, seria vendida para o interior da província ou sua senhora poderia estar com a intenção de alugá-la, uma vez que o ato ocorreu na casa de um negociante. Observamos que nesse caso há novamente um rompimento do poderio dos senhores de escravos, orquestrado por Veronica ao utilizar o seu corpo como prova de contestação à escravidão. Nesse sentido, o suicídio representa tanto um realce da subjetividade do escravizado, enquanto um ser humano dotado de sentimentos e vontades, quanto uma contrariedade à vontade de sua senhora.

Por outro lado, a criminalidade foi mecanismo utilizado por diversos escravizados em suas vivências, o escravizado Pedro Gago, propriedade de dona Antonia Mendes, suicidou-se na delegacia da cidade de Coroatá após ser preso e ter cometido agressões e assassinatos, conforme consta na documentação que trata do seu caso:

O delegado de polícia do Coroatá, participou-me, que em 24 de Fevereiro deste ano suicidou-se com uma corda o escravo de Donna Antonia Mendes, de nome Pedro, Gago, recolhida a cadeia d' aquela Villa pelo ferimento que fizera em Antonio dos Santos Ferreira e assassinato da mulher deste, de nome Felomena, sendo que procedera o corpo de delito e as necessárias indagações a respeito<sup>14</sup>. (**Grafia atualizada**).

Não dispomos de documentações que tratem do motivo que levou Pedro a cometer esses atos contra Antonio Ferreira e sua esposa, mas podemos depreender que matar-se talvez fosse o caminho encontrado por Pedro para não enfrentar as punições ou condenação de seu crime pela justiça imperial. As leis imperiais condenavam os escravizados que atentassem contra a vida de seus senhores ou matassem, poderiam ser punidos, até mesmo com pena de morte. Pela gravidade dos atos cometidos por Pedro Gago, este talvez tivesse se dado conta que sua punição

---

<sup>13</sup> MARANHÃO. Ofício de 30 de Janeiro de 1885 do Chefe de Polícia ao Presidente da Província do Maranhão. Delegacia de Polícia da Capital. Documntos Avulsos. APEM.

<sup>14</sup> MARANHÃO. *Livro de Crimes e Factos Notáveis*. Livro 2.113 (Ano 1873-1881), p. 47. Setor Códices - APEM - São Luís - MA.

não seria branda, nesse sentido, o suicídio do escravizado também representaria uma resistência ao controle do estado pelas Leis Criminais do Império ao seu corpo.

Em relação aos métodos pela forma como foi completado o infortúnio dos escravizados, segundo as documentações, dispomos de casos cometidos através de enforcamento, afogamento, veneno, por arma branca, precipício e outros casos que não foram identificados os métodos utilizados pelo escravizado. Mary Karasch assinalou que grande parte dos casos de suicídios de escravos no Rio de Janeiro através do enforcamento pode está ligado a determinadas crenças de alguns grupos étnicos africanos.

Segundo a autora:

Os que se enforcavam, especialmente na floresta, talvez acreditassem na associação entre espíritos e árvores (...) é o complexo de crenças sobre a vida após a morte que provavelmente explica melhor por algumas nações- minas, congos, e gente do Galbão – eram tidas como mais propensas ao suicídio do que outras. (KARASCH, 2000, p. 416).

Desse modo, acreditamos que o exemplo também é válido para os escravizados da província do Maranhão, uma vez que grande parte das etnias que foram para o Rio de Janeiro também chegou a estas plagas. E o maior método utilizado na província do Maranhão é o enforcamento.

O caso do suicídio da escravizada Luiza cometido no dia 17 de agosto de 1876 tem aspectos singulares, porque envolve terceiros diretamente. Na documentação, podemos depreender algumas motivações para o ato, enquanto o relatório culpa pela péssima índole da escrava. Luiza cometeu suicídio após matar o próprio filho de nove meses na fazenda de seu senhor.

Segue abaixo dois documentos policiais que tratam acerca do suicídio da escrava:

O crime dis-se por meio de estrangulação sendo encontrada com o cadáver da vitima uma corda e uma faca ensanguentada no rancho da **desnaturada mãe** [grifo nosso], que em seguida desapareceu e fora no dia imediato achada no poço da dita fazenda, onde se suicidou. (**Grafia atualizada**).

O processo observou:

Luiza, escrava de José Francisco de Nogueira Brandão, depois de ter posto termo a vida de seu filho menor que ela ainda amamentava, precipitou-se ao

po<sup>co</sup> da fazenda de seu senhor, e ali se suicidou, sendo q fora essa escrava levada a pratica de tais atos só por sua índole perversa, visto como não lhe foram encontrados no corpo sinais de sevícias, feito por seu senhor<sup>15</sup>. (**Grafia atualizada**).

A partir do documento acima e por tratar de um documento de caráter oficial, observamos um posicionamento bem claro de condenação ao suicídio da escrava Luiza, segundo a fonte, a mesma cometeu o ato do suicídio por ser “mãe desnaturada” e tratar-se de alguém de “perversa índole”.

Fica claro, nesse documento, que as autoridades não tentaram entender o real fato que levou a escrava a cometer o ato, percebemos que, ao matar o pequeno filho de nove meses, não queria que ele vivesse em condição e sob a perversidade da escravidão, pode-se aferir que nem a mesma se permitia viver sob os atos do seu senhor. Ainda na documentação, é possível perceber que as autoridades esperavam que o caso da escrava pudesse está ligado às sevícias de senhores, porém, como não foram encontrados no corpo de delito os sinais, a índole da escrava foi a principal causa para o ato. Luiza, possivelmente, encontrava no suicídio uma forma de libertação, forjamento de liberdade, daquilo que ela acreditava ser melhor para si.

Outro caso bem claro de realce da subjetividade do escravizado, enquanto agente histórico, é a tentativa de suicídio de Veridiana, que era propriedade de dona Constância Maria. O caso ocorreu no dia 10 de janeiro de 1850 na capital da província maranhense, no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. O ato aconteceu logo após Veridiana ter alta do hospital, como consta no ofício do subdelegado de polícia da capital:

Neste momento acaba de participarme o Almojarife da Santa Casa de Misericórdia que a mulata Veridiana, escrava de D. Constância Maria de Cerqueira Pinto Nunes. Tendo se lhe internado a alta do Hospital, pegando de uma faca, e com Ella dera um golpe na garganta, imediatamente mandei ao subdelegado da Freguesia da Conceição para o dito Hospital fazerem o respectivo Corpo de delito falo geral aguardando para informar mais circustanciadamente a V<sup>a</sup> Ex<sup>mo</sup><sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> MARANHÃO. *Livro de Crimes e Factos Notáveis*. Livro 2.113 (Ano 1873-1881), p. 13. Setor Códices - APEM - São Luís - MA.

<sup>16</sup>MARANHÃO. *Secretária de Polícia do Maranhão*. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Chefe de Polícia do Maranhão para o Presidente da Província. APEM. Setor de Códices. Livro 1869, Fl. 65 doc. 10.

Nesse primeiro momento, é apenas narrada a tentativa de Veridiana de alcançar o suicídio após utilizar uma faca e enfiar em sua garganta. No ofício do subdelegado de polícia do 2º distrito da capital enviado ao Chefe de Polícia, é afirmado o suposto motivo que levou a escrava a tentar cometer o ato. Segundo a documentação:

(...) tentara se suicidar-se por ouvir dizer que havia ter alta para ser entregue a sua senhora de cujo poder tenha sido tirada no dia 4 de setembro do ano passado, por causa das barbáries horrorosas castigos por sua senhora empregado na referida Veridiana, duas escravas dos quais atos hoje não está curada e já se vesse na referida mulata algumas deformidades, provenientes destes desumanos castigos vim no conhecimento de que realmente tentou suicidar-se com uma faca de mesa velha (...) <sup>17</sup>. (**Grafia atualizada**).

Veridiana encontrava no suicídio a melhor forma de morrer sem ser pela mão de sua dona, por isso, a mesma tentou adiantar o que segundo ela seria feito pela sua proprietária ao retornar para casa. A utilização da faca de mesa por Veridiana e os “grandes golpes que tomou na parte superior do pescoço” levam a crer que encontrou solução no desespero que se aguardava no momento em que voltasse ao poder de sua senhora.

Ainda nesse ofício foram cogitados possíveis problemas mentais que a escrava poderia estar sofrendo: “(...) e fazendo-lhe neste ato algumas perguntas presentes testemunhas a ver se descobria n’ella *indícios de alienações*, não pude colher nem só pelas respostas, como mesmo pelos gestos(...)”. Sobre o comportamento do subdelegado, no século XIX obteve-se o olhar científico sobre o suicídio, em que saiu da esfera dos julgamentos apenas morais e religiosos. E, assim, ampliaram-se novas categorias científicas como “alienação mental” e “monomania”, quem se matava já não era mais apenas um pecador que teria sua alma queimada no inferno, mas também poderiam tratar de pessoas doentes (MINOIS, 1998).

Nesse sentido, pelo comportamento do subdelegado de polícia, observamos que este considerou apenas as análises do comportamento, dos gestos e das falas da escravizada, poderia averiguar se ela sofria de problemas de alienação mental. Por outro lado, não foram levadas em conta as afirmações da escrava sobre o desejo de sua senhora de matá-la, comprovado pelos sinais de sevícias e pelo fato da mesma encontrar-se num

---

<sup>17</sup> MARANHÃO, Secretária de Polícia do Maranhão. Ofício 10 de Janeiro de 1850 do Subdelegado de Polícia do 2º distrito da capital ao Chefe de Polícia do Maranhão. Documentos Avulsos. APEM.

hospital devido aos “desumanos castigos” de sua senhora. Veridiana contraria a vontade de sua senhora de ter novamente a escrava e de poder oferecer-lhes os seus serviços. No entanto, cansada dos maus tratos e castigos de sua senhora, preferiu o suicídio a voltar para o poder de sua dona.

### Considerações Finais

Os casos que foram analisados neste presente artigo contestam a premissa de que os negros escravizados eram seres passivos ou que sua “liberdade” era atrelada somente aos seus senhores. Enquanto agentes históricos, participavam diretamente das relações sociais, influenciando, contribuindo, embargando, conflitando e cedendo, que variavam conforme a experiência do escravizado no cativeiro.

Desse modo, não há uma única forma de compreensão da relação de escravização no Brasil, principalmente a de acreditar que o direito de propriedade que os senhores tinham sobre seus escravos era um poder hegemônico e completamente rígido. A prática do suicídio confronta diretamente sobre a vontade de seu senhor e sobre os incursos do meio social. Enquanto para os senhores e proprietários poderia representar um prejuízo econômico, de direito e de domínio, para o escravizado uma “libertação” da vida que levava.

A premissa central desta pesquisa é perceber que embora o corpo jurídico afirmasse sobre a condição jurídica que os escravizados estariam submetidos, ainda assim, tiveram atitudes diversas que contrariavam os liames do direito moderno. Os suicidas realçaram mais suas características de *persona* que a de *res*, embora tenha sido com a mais drástica forma de rompimento da escravidão. Assim, Veronica, Pedro Gago, Raimunda, Veridiana e tantos outros que buscaram o suicídio demonstraram que poderiam ir além da vontade de seus senhores e o julgo do direito moderno.

### Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos (org). **O Maranhão e a Escravidão Moderna** – São Luís: EDUEMA, 2016.

ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**: Tradução Luzia Ribeiro. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1981.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O ofício de historiador**. Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Roberta Chaves. **Direito de Propriedade e a constituição federal de 1988**. 2009. Disponível em: <http://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2014/12/Roberta-Chaves-Braga.pdf>. Acesso em: 15/10/2018

CAMPELLO, André Barreto. **Manual Jurídico da escravidão**: Império do Brasil. 1. Ed. – Jundiá (SP): Paco, 2018.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **“É mais uma scena da escravidão”** Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. 170f. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação)

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O rosário das almas ancestrais**: fronteiras, identidades e representações do “viver e morrer” na diáspora atlântica. Freguesia do Pilar- São João Del-Rei (1787-1841). – Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017.

DURKEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

FERREIRA, Jackson. **Por hoje se acaba a lida**: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). Afro-Ásia, núm. 31, 2004, pp. 197-234; Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

\_\_\_\_\_. **Desta para melhor**: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. In: Coleção Revista de História no Bolso; 3 - A era da escravidão/ Organizado por Luciano Figueiredo – Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

\_\_\_\_\_. **Loucos e Pecadores**: suicídio na Bahia do século XIX. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em Comum**: escravidão e liberdade sob a pena do Estado Imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos, 2. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978.

- GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (orgs). **O Maranhão Oitocentista**. 2. ed Revista e Ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.
- KARASCH, Mary C. **A vida de escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. **BLOWWIN' IN THE WIND**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Revista do Programa de Estudos Pós - Graduados de História. ISSN 2176-2767, v 12,1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revhph/article/view/11300/8283>. Acesso em: 14.09.2017.
- LOPES, Daylana Cristina da Silva. **Vivências escrava na cidade**: experiências de liberdade em São Luís (1870-1888) (Monografia) - UEMA, 2010.
- LOPES, Fábio Henrique. **Sentidos da morte e do morrer na Ibero - América**. Eduerj, Rio de Janeiro, UERJ, 2014.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. **O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH - São Paulo, Julho de 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/conteudo/view> Acesso: em 08. 06. 2017.
- MINOIS, Georges. **História do Suicídio**. A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Tradutor Serafim Ferreira. Lisboa: Teorema, 1998.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago ed. 1997.
- OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. **O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão**. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.
- PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista - Pós-Graduação em História, PUC/SP, São Paulo, 2001 - Dissertação (Mestrado).
- PEREZ, Louis A. **To die in Cuba: suicide and society**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo. Cia. Das Letras, 1989.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHUELER, Alessandra Frota de. **Marxismo e Historiografia no Reino de Vitória**: as contribuições de Edward Palmer Thompson. Disponível em: [https://docs.google.com/file/d/oB8\\_gvWjrwU3ZbzdKVmlIMkJuTEo/edit](https://docs.google.com/file/d/oB8_gvWjrwU3ZbzdKVmlIMkJuTEo/edit). Acesso em: 23/01/2019.

SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR**: representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 - 1900). (Monografia) - UFMA, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Revisão técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Pontes - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## O legado de Barbosa de Godóis no campo educacional maranhense

Ivã Dutra Lima

A transição do século XIX para o século XX foi marcada por um evento histórico de significativa importância para o Brasil. Isso ocorreu a partir das novas condicionantes impostas pelos grupos políticos que alçaram o poder no final do século XIX.

A Proclamação da República (1889), evento que veio solapar a monarquia brasileira, marcou o início de um processo com (pelo menos) dois objetivos bem claros: primeiro, levar a cabo um exercício de silenciamento e esquecimento da ordem monárquica através do banimento da família imperial brasileira e da borracha que seria passada na carga simbólica que incorporava todo o arcabouço da ordem imperial estruturada no Brasil ao longo de quase um século no poder; segundo, alicerçar as bases para a construção de uma nova nação, cujo arquétipo refletia-se na difusão de um discurso que pregava a implementação de colunas vitais para a gestação da ordem e do progresso (a civilização, o desenvolvimento e a ampliação de oportunidades que se desdobrariam em mecanismos democratizantes para um povo que conheceria, na prática, a difusão da cidadania), pois “o entusiasmo e as expectativas despertadas em certas camadas da população pelo advento do novo regime provinham de promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical” (CARVALHO, 1987, p. 46).

Opera-se numa lógica em que a República, embora esteja em um campo de disputa cujos vários grupos se digladiavam ideologicamente sobre qual modelo republicano seria o ideal para o Brasil, representava o novo, uma ruptura com o passado. Um olhar para frente, para um Brasil que se abria à possibilidade de reconstruir-se e reestruturar-se rumo ao progresso e desenvolvimento. Convém lembrar que o fenômeno republi-

cano brasileiro foi emoldurado por um quadro de várias facetas: partindo das tendências conservadoras (alicerçadas no âmago de grupos que buscavam apenas instalar-se no poder) até chegar às tendências mais liberais (ou radicais) cujo lastro ideológico se assentava na defesa de transformações estruturais, levando a cabo a construção de um país promotor de justiça social.

Constitui-se, assim, um embate de forças em torno do ideal republicano, configurando um embate ideológico entre grupos que operavam a partir da construção e difusão de representações acerca da república ideal para o Brasil - não é a república que está em jogo, pelo contrário, ela representa o novo - o que está em jogo, na verdade, é o alcance das mudanças que seriam implementadas a partir da nova ordem, ou seja, a afirmação de um determinado grupo no poder seria a materialização de um arquétipo de governo abrangente ou excludente. Os anos iniciais do novo regime foram um espelho da complexidade inerente, não apenas ao jogo político que ganhou corpo em volta da instalação da república, mas, principalmente, à dificuldade de ajustar a engrenagem socioeconômica de uma nação com a dimensão continental do Brasil. Grosso modo, o que se viu foi a avassaladora derrubada do regime monárquico e a chegada da República. O Brasil estava diante de um horizonte que deve ser entendido por suas mudanças e permanências.

Convém lembrar que a construção de uma cidadania abrangente, aspecto tão enfatizado na propaganda republicana, não passou de um devaneio no decurso dos acontecimentos, visto que, após a afirmação da oligarquia cafeeira no poder, a questão social passou a ser tratada como caso de polícia, pois, conforme Nicolau Sevcenko (apud CAMPOS, 2016, p. 268):

Aos pobres em geral, nessa sociedade, não se atribuía a identidade jurídica de cidadãos, típica de uma república. Na prática, era reservado a eles um tratamento similar ao dos antigos escravos, controlados pelo terror, ameaças, humilhações e espancamentos, com o Estado assumindo as funções de gerente e feitor. É claro que há diferenças muito evidentes entre o estilo de repressão da sociedade escravista e o da republicana.

Para uma breve percepção da questão social no período republicano, é bom enfatizar que durante o processo de formação da nação no referido período, o Brasil foi sacudido por uma onda de revoltas e greves,

dando-nos a dimensão do nível de exclusão da plebe, pois os movimentos sociais, para além da análise de sua complexidade, tomaram corpo tanto no universo rural, quanto no universo urbano. Olhando a relação dialógica Estado/sociedade, considerando o alcance dos descontentamentos dos sujeitos que se esgarçavam em lutas sangrentas nos mais variados espaços geográficos do país, fica claro que um projeto de cidadania com vistas a promover justiça social não norteava as ações políticas dos grupos detentores do poder, pois segundo Júlio de Mesquita Filho, ao fazer um breve balanço a respeito da Primeira República no Brasil, evidencia-se que “a política se orienta não mais pela vontade popular livremente manifesta, mas pelos caprichos de um número limitado de indivíduos sob cuja proteção se acolhem todos quantos pretendem um lugar nas assembleias estaduais e federais” (apud CAMPOS, 2016, p. 273).

Dessa forma, põe-se a República a desnudar-se e a revelar diante de todos os trilhos a serem percorridos no curso da história brasileira no início do século XX. Mudaram os detentores do poder, mas as bases da desigualdade, da exclusão, das injustiças sociais continuaram firmes e em curso constante, inseridas em uma nova dinâmica política que irá reconfigurar os mecanismos de dominação e exploração da nova/velha feição das relações de poder amparadas na força econômica e na imposição da lei.

## **1 A República e os passos do progresso**

A República brasileira se estrutura e consolida-se no curso inicial do século XX. As elites dirigentes imprimem suas marcas, abraçando os mais variados campos da sociedade: legislação, economia, educação, política. A dinâmica histórica do Brasil no começo do século passado tem a feição e a lógica dos interesses e das disputas de poder que se desenharam na cena republicana no referido contexto. Evidencia-se, porém, diante de nós um aspecto que merece destaque ao analisarmos a implantação da república: a falta de uniformidade, a busca de um projeto de nação, de um projeto com alcance social. Isso teve como reflexo a dissonância de interesses Estado/povo corroborando o que diz Carvalho (1987, p. 45): “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão dos direitos civis e políticos”.

A estruturação de uma carga simbólica com vistas a dar legitimidade ao novo regime, ou seja, promover a inserção dos valores republicanos na dinâmica mental da sociedade a fim de criar um lastro mental de aceitação do regime é prova da complexidade das relações de poder e dos conflitos em voga no processo de sustentação da república brasileira. O Brasil insere-se numa lógica de mudanças, visando a ruptura com o passado e a celebração de um futuro marcado por novas possibilidades de desenvolvimento, desta forma:

A abolição da escravatura; a institucionalização de um modelo político, que em seus discursos exaltavam a “ordem e progresso”; e a mudança de uma economia agrária exportadora, onde essencialmente se utilizava a mão de obra escrava africana para a implantação de outra forma de geração de renda, baseada na industrialização, impulsionou o estado republicano a adotar medidas que favorecessem a incorporação de ideias, hábitos e posturas que diferenciassem o Brasil república do Brasil império. (SILVA; CASTRO, 2012, p. 250).

Fica evidente o peso do lastro cultural/ideológico que o novo regime visava implantar no Brasil com a finalidade não apenas de promover as transformações estruturais pretendidas, mas, sobretudo, inferir mudanças de comportamento numa sociedade vista como atrasada. Era preciso mergulhar no corpo social e implementar as bases da civilização, ou seja, era preciso gestar uma nova sociedade consoante às virtudes da civilização e seus benefícios à nação: novos hábitos, novas normas, novos padrões de conduta e pensamento, sem os quais o Brasil jamais alcançaria o nível das nações-modelo do progresso e do desenvolvimento. Assim sendo, não bastaria ficar no plano do discurso, das pretensões quiméricas perdidas no espaço e no tempo. O novo regime criou mecanismos e práticas que teriam consequências no futuro da nação.

Em consonância com tais objetivos, os republicanos reconheceram a educação enquanto área de fundamental importância para alcançar a tão sonhada “ordem e progresso”. A escola passou a ser o lócus das operações pedagógicas com claras finalidades políticas, pois não se trata apenas de educar um povo atrasado, em dissonância com a civilização e o progresso, trata-se de educar para o progresso, um progresso que esteja em conformidade com os ideais republicanos. Nesse sentido, Silva e Castro (2012, p. 250) afirma que “tal ação foi entendida como ferramenta estratégica que possibilitava a inculcação de valores, o incentivo ao patriotismo e o respeito às autoridades”.

## 2 Implementação e difusão dos valores cívicos do novo Regime no Maranhão

Ao passar pelo processo de transição do império para a república, o Maranhão vê-se num contexto político/econômico envolto em duas dimensões. É o que explica Reis (2007, p. 70):

A crise final do império comporta duas dimensões: a primeira, política, como foi visto, resulta do faccionismo, das dificuldades do núcleo dirigente em absorver o aumento da competitividade intra-oligárquica preservando o jogo partidário, fator que foi designado como o início de um processo de fragmentação interna da oligarquia; a segunda é a aceleração da crise do sistema exportador e o enfraquecimento do grande produtor rural.

Inserido na ordem republicana, o Maranhão não ficou imune às di-retrizes e abrangências do novo regime. Assim, o campo educacional, enquanto estratégia de um plano global para a efetivação das transformações pretendidas pelo regime em voga, passa por mudanças significativas com vistas a adequar-se aos imperativos do regime republicano, pois o Maranhão estava longe de atender aos objetivos do novo regime, por apresentar uma cena educacional defasada nos mais variados aspectos (pedagógico, estrutural, corpo docente) (SILVA; CASTRO, 2012, p. 252). Evidencia-se o arquétipo que nortearia as ações no âmbito da dinâmica educacional maranhense, ou seja, caberia ao governo do Maranhão executar as reformas necessárias na área educacional e trabalhar no sentido de alicerçar o novo regime, visto que “por toda parte do país verifica-se a uniformidade dos discursos em torno da importância dessas escolas, vinculando a sua criação às expectativas de desenvolvimento econômico, de progresso, de modernização e de manutenção do novo regime político”. (SOUSA, 2009, p. 43 apud SILVA, 2015, p. 19).

Em um olhar macro, uma percepção da história enquanto processo e breve análise dos aspectos que norteavam a área educacional nos referidos contextos históricos - Império e República -, é válido para lembrar que durante a fase imperial o ensino dava-se de forma isolada e descentralizada, sobrepondo-se uma estrutura e base profissional precarizadas. Tal situação só começou a mudar “a partir da transição da política imperial para a republicana, quando as ideias referentes à educação básica

tiveram o propósito de contribuir para o progresso do país” (SILVA, 2015, p. 53). Vê-se claramente que as mudanças pretendidas para a área educacional não implicavam apenas em questões referentes ao viés pedagógico. Elas abarcavam pretensões de cunho político com vistas à afirmação do regime republicano, considerando: civismo, ordem, desenvolvimento e progresso e a educação enquanto coluna firme na gestação da grande pátria republicana.

Com base nessas perspectivas, o Maranhão toma decisões no sentido de implementar as mudanças exigidas pelo novo regime e mudar a configuração da área educacional.

Para transformar tal realidade e garantir a concretização dos ideias republicanos, Alexandre Colares Moreira Junior, governador do Estado (1902-1906), resolveu determinar a criação de Grupos Escolares no Maranhão ao constatar que as Escolas Estaduais de nível primário apresentavam uma série de inadequabilidades ao sistema recém-adotado, especialmente relacionado ao método de ensino implantado, à falta de seriação e graduação e à presença de professores inabilitados. Isso o levou a autorizar a conversão das seis escolas localizadas no perímetro de São Luís em dois Grupos Escolares, cada um, composto por três escolas por meio da Lei nº 323, de 26 de março de 1903, regulamentada em 1904, pelo decreto nº. 36 de 1º de julho. (SILVA; CASTRO, 2012, p. 252).

É nesse contexto de tentativa de afirmação do regime republicano que se insere a fecunda obra de Barbosa de Godóis- História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal-, não podemos deixar de considerar os aspectos relevantes que alicerçam uma compreensão aprofundada no que diz respeito aos escritos de cunho educacional para o período em que foi publicada e de sua importância nos quadros da historiografia maranhense, fundamentais para os estudos em voga sobre o processo de formação histórica da educação maranhense.

A abordagem sobre a obra é de suma importância para que possamos mergulhar no universo de Barbosa de Godóis, sendo também um exercício de tamanha envergadura que exige certos cuidados na relação dialógica com o passado, visto que trata de situar no espaço/tempo a fim de entender sua dinâmica nos mais variados aspectos: política, economia, relações de poder, cultura, educação.

### 3 A obra de Barbosa de Godóis consoante com o novo Regime

Antônio Batista Barbosa de Godóis nasceu em 4 de setembro de 1860 (faleceu em 1923), estudou direito na Faculdade de Recife, onde tornou-se Bacharel em Direito. Após concluir seus estudos, retornou ao Maranhão e passou a advogar, atuando também como procurador da Justiça Federal e jornalista (LICAR, 2011). No entanto, seu nome ganhou notoriedade por sua atuação no campo educacional maranhense.

Ao assumir a direção da Escola Normal e toda a instrução pública do Estado, Barbosa de Godóis tornou-se a figura central no campo pedagógico maranhense no início do século XX, fato confirmado pelas suas publicações destinadas à educação, como Cantos escolares, Um programa de história e Sínteses histórica da educação, Instrução Cívica (resumo didático, 1900), História do Maranhão, Escripta rudimentar (1904), O mestre e a escola (1910), Os ramos da educação na escola primária (1914), Higiene pedagógica (1914) e À memória do Dr. Benedito Pereira Leite (1911) (MORAES apud LICAR, 2011, p. 45).

Sua atuação na cena literária maranhense situa-se no contexto entre o final do século XIX e início do século XX, integrando o grupo Novos Atenienses (uma alusão aos grupos de intelectuais precedentes: Grupo Maranhense – 1832/1868 e Atenienses – 1868/1894). Fazia parte de um grupo de intelectuais cujo discurso foi marcado como saudosista, inferindo uma percepção decadentista sobre a realidade maranhense vivida (LICAR, 2011; SILVA, 2015).

Tais informações são indícios de que a obra de Barbosa de Godóis, como qualquer obra, não está solta no espaço e no tempo, não é construída sem a influência dos valores que fazem parte do referido contexto. Barbosa de Godóis é um homem de seu tempo e em permanente diálogo com as questões mais urgentes que se faziam presentes no cotidiano maranhense, de onde percebia seu papel enquanto agente de fundamental importância no processo de consolidação dos valores difundidos pelo novo regime, pois,

Praticamente todo o seu trabalho e suas ações foram direcionados tendo em vista a consolidação das instituições republicanas, sobretudo a escola. Neste aspecto, mais que um nostálgico intelectual de gabinete da Atenas Brasileira, como muitos de seus colegas de geração, Godóis foi um liberal cuja vida se pautou pelo engajamento e trabalho educativo. (MELO, 2010, p. 49).

Barbosa de Godóis foi um homem de ação no sistema educacional maranhense, desenvolvendo frutífero trabalho teórico e prático com vistas a dar seu contributo para a construção de um Maranhão em consonância com o desenvolvimento e o progresso, conforme alardeava o governo republicano. Ele acreditava que a escola tinha papel fundamental na lógica de modernidade pretendida pelos republicanos, ancorada na ideia de “difundir a perspectiva de que a escola e o ensino deveriam denunciar os atrasos impostos pela monarquia e assumir o papel de regenerar os indivíduos e a própria nação, colocando o país na rota do progresso e da civilização” (GONTIJO, 2006, p. 2).

Barbosa de Godóis se situa, assim, no contexto histórico marcado pelo advento da República e sua trajetória intelectual não pode ser pensada sem considerarmos a relação dialógica que ele mantém com os imperativos do novo regime. O lugar político/social de Godóis é, por excelência, o de um homem que teve participação efetiva na estruturação do modelo educacional pretendido pelo governo, qual seja, “a formação de um cidadão de um cidadão que se adequasse aos ideais políticos defendidos pelos republicanos” (SILVA, 2015, p. 40).

É fundamental situar Godóis no espaço/tempo – compreendendo que ao escrever, o referido autor o faz em conexão com os valores inerentes ao contexto em que está inserido. Ele é um intelectual que atua na área educacional maranhense no contexto de afirmação dos valores republicanos, exposto em sua obra *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal*, editado em 1904. Godóis produziu uma obra de valor historiográfico significativo, capaz de atravessar o tempo e chegar até nós como aporte bibliográfico de suma importância para fomentar o debate em torno do processo de formação do Maranhão. Em 2008, a Academia Maranhense de Letras publicou a segunda edição da obra, evidenciando e contribuindo para tornar o livro acessível ao público.

A imersão que fazemos na referida obra deve considerar os materiais didáticos enquanto representações, pois tais manuais não estão soltos no espaço e no tempo, dado que portam as inferências de quem os escreve, carregam sua percepção de mundo, ecoando certo sistema de valores, pois devemos considerar nuances significativas na construção de um manual didático, tais como o lugar de fala, visto que “as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”

(CHARTIER, 1990, p. 17). Situando aspectos importantes quanto à produção do livro, convém destacar que:

As condições de produção do livro, portanto, ocorreram em meio bastante adverso, onde a figura do se combinava a determinadas variáveis, tais como: condição social favorável, comprometimento e empenho pessoal com as causas educacionais, interesses e projetos intelectuais próprios, força do idealismo e capacidade para enfrentar premências imediatas, como ausência de materiais didáticos específicos para ministrar novas áreas do conhecimento escolar. (MELO, 2010, p. 51).

A partir do exposto, algumas questões valiosas para a análise do livro devem ser clareadas: a importância do livro por seu ineditismo enquanto material didático para o estudo da História do Maranhão voltada para discente; a produção do referido manual didático não foi uma imposição da lógica de mercado; a consonância das ações de Barbosa de Godóis na área educacional com o ideal de educação pretendido pelos republicanos.

A obra apresenta uma divisão que se observa no seguinte arquétipo cronológico: Colônia, Império e República. O que se pode evidenciar quando nos debruçamos sobre a obra é que Godóis preocupa-se em construir uma narrativa cuja dinâmica é fortemente marcada pelo sistema de valores do autor, ou seja, da impressão pessoal dele quanto ao processo de construção da história maranhense, atribuindo aos referidos períodos cronológicos um sistema de valores ancorados na dicotomia bom/ruim.

Ele discorre sobre a História do Maranhão enveredando por essa premissa do olhar particular, moralizante e nostálgico. Por seu lugar na intelectualidade maranhense e com inserção tão profunda no campo educacional maranhense, sua obra se articula a um processo em curso no âmbito da arquitetura simbólica em gestação com a Proclamação da República: a criação de heróis, tão fundamentais na inculcação dos valores republicanos, lastro político/mental de suma importância para a consolidação do novo regime. Portanto, podemos observar a dimensão e a complexidade envoltas no trabalho que é a produção de um manual didático.

Destaca-se, no livro, quando analisa as primeiras investidas lusitanas no Maranhão, como ato de bravura e coragem, um empreendimento articulado por um povo cuja força e grandeza, malgrado o insucesso inicial, não esmoreceram diante das adversidades “a valentia de ânimo do audaz navegante não foi coroada de melhor sucesso que a tentativa

dos outros donatários, seus antecessores na empresa” (BARBOSA DE GODÓIS, 2008, p. 51).

Ao desbravar os mares, os portugueses imprimiram na história a marca dos grandes heróis, dispostos a vencer colossais obstáculos em nome de uma causa maior. Grandeza de tal monta que teria desdobramentos positivos no processo de formação da sociedade maranhense, pois “o valor e a nobreza de sentimentos mostrados pelos portugueses no Maranhão, no tempo da invasão holandesa, são uma pedra de toque por onde se pode aferir da qualidade do pessoal que havia na colônia” (GODÓIS, 2008, p. 191). Onde nem mesmo a presença dos degredados teria força para obscurecer as virtudes dos colonos, por se apresentarem em número reduzido. Infere o autor um tom racista, tratando como superiores os colonos que aqui viviam.

Enfatiza, ainda, que o destemor dos portugueses os fez fincar raízes no Maranhão, no longo processo de conquista, marcado pela incursão de franceses, os quais Barbosa de Godóis (2008, p. 102) fazia deferências positivas devido à civilidade, dizendo “os franceses não deixavam escapar, como se vê, cousa alguma que pudesse lhes estreitar a amizade e confiança dos indígenas” e de holandeses, ambos os grupos fizeram incursões no Maranhão e foram expulsos pelos portugueses. Nesse processo de conquista e ocupação da nova terra, Barbosa de Godóis chama a atenção para a implantação das Câmaras Municipais, locus dos homens bons que atuavam em defesa da coletividade.

Defender, nessa época, os interesses e o direito do povo conculcados pelos grandes, era uma cousa extraordinária, mas, e isso é digno de nota, mostrava que a vida municipal, mesmo absorvente como era, havia criado o sentimento democrático, tênue, débil, é certo, mas sempre o sentimento democrático. (GODÓIS, 2008, p. 201).

Assim, o passado colonial apresenta-se como uma referência positiva para a estruturação de uma máquina administrativa republicana alicerçada na ética e no bom tratamento político do patrimônio público. No que concerne à criação de heróis com vistas a fundamentar os valores republicanos, aparece Manuel Beckman, um homem que se desliga do egoísmo tão comum aos seres humanos e empreende uma batalha colossal contra forças opressoras. A referida figura histórica cria os meios ideais para a gestação de heróis tão buscados pelo regime republicano na

lógica da inculcação dos valores republicanos, pois, “quando um homem superior desposa uma ideia ou sentimentos que estão na massa popular, comunica-lhes um vigor novo, e dá-lhes a direção que muitas vezes lhe falta para chegar à realidade” (GODÓIS, 2008, p. 227). A percepção positiva sobre a Colônia na obra torna-se evidente não apenas pela exaltação do espírito altivo do lusitano, como também pelo fato de ser a primeira parte do livro e a ocupar a boa parte do manual didático.

No percurso da narrativa é demonstrado descontentamento com certos eventos inseridos no processo histórico maranhense, tais como a Balaiada, movimento popular que ocorreu durante o período do Império brasileiro. Barbosa de Godóis é um intelectual falando sobre um movimento de iletrados, um educador situado no contexto republicano analisando um evento que se deu no Império, ao mesmo tempo não podemos nos distanciar do fato de que ele constrói uma narrativa com forte caráter pedagógico devendo estar em consonância com os valores incutidos pelo regime republicano. Portanto, não é uma fala desprezível, pois a fala situa-se no espaço e no tempo, ecoando, ou silenciando, certo sistema de valores, pois, “quem no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter essa espécie de linguagem?” (FOUCAULT, 1987, p. 57). Segundo Barbosa de Godóis (2008, p. 351), os balaios não passavam de “indivíduos ignorantes e arrastados pela paixão fremente da vingança contra a raça que consideravam sua opressora, não podiam ter um ideal nobre, nem se bater por qualquer questão política ou social”. A Balaiada é tida como um episódio fatídico na cena histórica maranhense, segundo o autor.

A República no Maranhão é interpretada por Barbosa de Godóis como o período da decepção, da dissonância entre o almejado e o concretizado. Contemporâneo do regime republicano. O autor se viu imerso em um contexto político e econômico marcados por problemas, a saber: disputas pelo poder e crise econômica. O novo regime, tão proclamado como difusor dos valores cívicos, da ordem e do progresso, não passou de um devaneio, visto que continuou abarcado por disputas políticas e o evidente foco das elites políticas em fazer valer seus interesses particulares. O Estado, enquanto possibilidade de construir um país ancorado nos valores do desenvolvimento e da justiça social, não se constitui nada mais do que espaço de disputas e barganhas políticas, lócus da clientela e do apadrinhamento que em nada condizia com o que se bradou aos quatro cantos do Brasil na gênese da República.

A República, logo nos seus primeiros passos, sofrera, portanto, com aquele governo coletivo, a influência perniciosa de uma impressão verdadeiramente desgraçada, aliando-se o seu advento na Província à prática de tropelias em ordem a gerarem no espírito popular a ideia de que o novo regímen, em vez de garantir a ordem e os direitos dos cidadãos, fazia periclitar a primeira e investia contra os segundos (GODÓIS, 2008, p. 361).

Barbosa de Godóis pinta com cores turvas, dessa forma, a recém implantada República, pois o horizonte positivo que se desenhou no discurso dos republicanos apagou-se, segundo ele, abarcado pela desordem política e econômica sedimentadas logo nos primeiros tempos de atividade do novo regime.

### **Considerações Finais**

O exercício de análise da obra *História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal*, publicado em 1904, sendo publicado novamente em 2008, significa adentrar na narrativa construída por Barbosa de Godóis na tentativa de extrair, a partir dela, a percepção de mundo do autor, as conexões que ele estabelece com o contexto vivido, bem como suas tentativas de inferir sobre tal contexto enquanto agente diretamente ligado ao sistema educacional, na lógica do que se pretendia para os rumos do Brasil, na dinâmica dos interesses republicanos ancorados na ideia do novo enquanto redenção nacional norteado pelos princípios da ordem e do progresso.

Faz-se, assim, necessário entender que a obra não está solta no espaço e no tempo, pois, como qualquer outra, conecta-se com o contexto histórico em que se processa sua construção. Nesse caso, é imperioso destacar que o referido livro nasce sob a República, que, em processo de afirmação, vê na área educacional lugar de suma importância para a edificação e propagação dos valores almejados pelo novo regime: civilidade, ordem, progresso, desenvolvimento. É preciso formar um novo cidadão, ajustado aos novos valores republicanos. Portanto, a obra deve ser compreendida “nos contextos de usos, que colocados na sua relação com as circunstâncias, remetem aos traços que especificam o ato de falar, de agir e de escrever” (DE CERTEAU, 1994, p. 96).

A apresentação didática de Barbosa de Godóis se sustenta na tríade: Colônia, Império e República, dando ênfase ao período colonial maranhense, o que diz muito sobre as pretensões do autor, pois devemos considerar o livro didático “veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de uma determinada época e de determinada sociedade” (BITTENCOURT, 2011, p. 302). Dessa forma, Barbosa de Godóis tem que ser pensado enquanto homem de seu tempo, falando a partir de um contexto específico e carga de valores particulares.

Como parte do campo intelectual maranhense e atuando de forma destacada na área educacional maranhense, o autor imprime sua marca na obra, sobressaindo uma narrativa que põe em voga aspectos singulares tais como: apego ao passado colonial, enquanto possibilidade de redenção do presente e desencanto com a República, que, segundo o mesmo, foi marcada por lutas políticas e crise econômica, não sendo capaz de pôr em prática as premissas alardeadas pelos republicanos: a ordem e o progresso.

Vê-se uma narrativa de inferência teleológica, nostálgica e decadentista, em que um passado de realizações se sobressai diante de um presente desencantador, ou seja, “após o período colonial, o Maranhão afundou cada vez mais em destrutivos conflitos e disputas políticas, movidas ao sabor dos interesses individuais” (MELO, 2010, p. 61). Ressaltamos, ainda, que a obra de Barbosa de Godóis atravessou o tempo e tomou lugar de destaque no campo bibliográfico maranhense, dando importante contributo ao debate que se faz sobre o processo de formação histórica do Maranhão.

## Referências

- BARBOSA DE GODÓIS, Antônio Batista. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. 2 ed. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LICAR, Ana Caroline Neres Castro. OS MESTRES E A ESCOLA: Relações de poder no campo educacional maranhense. **Revista Outros Tempos** - Dossiê História e Literatura, Volume 8, número 11, 2011. pp. 41-62. Disponível em < [www.outrostempos.uema.br](http://www.outrostempos.uema.br) > Acesso em 26/08/2018.

CAMPOS, Flavio de. **Oficina de História**. São Paulo: Leya, 2 ed, v. 2, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e Ensino da História na Primeira República: algumas observações. **Usos do passado - XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006. pp 1-9. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org> Acesso em 26/08/18.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. **O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas**. In: CARVALHO, Cláudio Amório; CARVALHO, Germana Costa Queiroz. **Pergaminho Maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café & Lápis, v. 1, 2010.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [ s. n.], 2007.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)**. São Luís: UEMA, 1ª ed, 2015.

\_\_\_\_\_. CASTRO, Cesar Augusto. Os rituais nos Grupos escolares maranhenses. In: CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Velazquez; FELGUEIRAS, Margarida Louro. (Org.). **Escritos de história da educação: Brasil e Portugal**. 1ed. São Luís: Café & Lápis, 2012, v. 1, p. 249-262.

**Citadinos, Medo & Ordem:  
Jornal *Fôlha de Caxias* no diálogo positivo  
com o Regime Militar em 1964**

Joabe Rocha de Almeida

*Passado meio século de tantos enganos, releituras e novas narrativas, chegou a hora da exumação dos restos mortais da imprensa de 1964. [...] Trata-se de mais um trabalho de “descobrimento”, de desconstrução narrativa, de revelação da ambiguidade de certos discursos e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob a poeira das frases do passado.*

(Juremir Silva)

Caxias, cidade ao leste maranhense, já foi estudada por uma gama de objetos de análises nos mais variados recortes tempo-espaciais. Estudos que vão desde sua independência ao poder português, no dia 1 de agosto de 1823, bem como quando deixa de ser *Vila de Caxias* para se tornar cidade, em 5 de julho de 1836, mudando-se o nome apenas para *Caxias das Aldeias Altas*, e outros estudos como as normas e costumes sociais em variados recortes temporais (tanto da classe burguesa ou chamada de elite caxiense e os excluídos desta burguesia) investigadas através dos idos da formação educacional, organização dos espaços urbanos, da economia. Esta por sua vez, analisada sob alguns aspectos como as antigas fábricas, a linha férrea que fazia uma ligação forte de comércio entre Maranhão e Piauí e o próprio rio Itapecuru que, por muito tempo, foi utilizado para o setor econômico de diversas formas. A religião e práticas de religiosidade, muito viva nos citadinos, as disputas políticas, a famosa guerra da Balaiada, a construção imprensa e sua importância, fonte documental muito forte como principal veículo de informações, principalmente a partir da aceitação que Portugal concedeu tipografias no Maranhão em 1821, são outros trabalhos que fazem parte do campo historiográfico de Caxias.

Surgia, então, a partir desta data de 1821, o primeiro jornal a circular livremente entre os caxienses, *Jornal A Crônica* (1833). Sem demora, surgiriam vários outros jornais, tais como: *O Justiceiro* (1835), *O Telégrafo* (1839), *Brado de Caxias* (1845), *Jornal Caxiense* (1846). Em 1847, fundaram-se cinco jornais no mesmo ano: *Jornal Povo*, *Maribondo*, *Telégrafo* (2ª fase), *Correio de Caxias* e *Lidador* (1ª fase). Na década de 50, os jornais mais importantes eram *O Farol Caxiense* (1850), *O Pelourinho* (1851), *O Echo Caxiense* (1852) e *Marmota Caxiense* (1857). Foram numerosos expressivos de fundações de impressos no século XIX. Conta-se de 1833 ao final dos Oitocentos uma média de 70 prelos que circularam por esta cidade.

No século XX, a imprensa seria também muito importante na vida social dos caxienses. Abriria, assim, já em 1900, o *Jornal O Trepa*, considerado pasquim devido às suas intenções e ideias políticas e o *Jornal A Mocidade*. Desta data até final do final da década de 90, surgiram em torno de 100 jornais. Dentre estes, os mais destacados, devido às notícias e ao tamanho da circulação dos exemplares, estão os jornais: *O Caxiense* (1911), *Ferro em Brasa* (1917), *Jornal dos paroquianos*, *Cruzeiro* (1931), cuja epígrafe era: Deus, Pátria e a Família, *Voz do Povo* (1931), *O Democrático* (1936), *Timbiras* (1950), *Cidade de Caxias* (1957), *Tribuna Caxiense* (1960), *Fôlha de Caxias* e *O Pioneiro*, ambos de 1963, dentre outros. Os anos 2000, principalmente em 2007, seria a decadência dos veículos impressos como principais veículos de comunicação. Até que alguns surgiram, como *O Balaio* (2000), *A Verdade* (2001), *Jornal do PT* (2002), *Folha Evangélica* (2004), *Folha do Povo* (2007) <sup>1</sup>, mas não resistiram mais aos meios de informações advindos da televisão que se tornavam cada vez mais comuns na família caxiense.

Dos jornais citados acima, sem sombra de dúvidas, os dois mais influentes no século XX, em Caxias, foram os *Jornais Fôlha de Caxias* e *O Pioneiro*, ambos fundados em 1963, que não somente estavam a favor do Regime Militar – propagando positivamente a imagem do presidente Castelo Branco e da dita Revolução de 1964 –, como também combatentes de uma “ameaça” comunista que tentava instalar-se no Maranhão. Porém, tenho que ressaltar que como o recorte temporal deste estudo se

---

<sup>1</sup> Tomei como referência a cronologia destes jornais que circularam em Caxias do século XIX ao XXI, o livro: VILANETO, Quincas. Catálogo Histórico da Imprensa Caxiense: Do Prelo ao Prego (1833-2007) / Quincas Vilaneto. Vol. 3. Caxias: Estação Gráfica Ltda, 2008.

faz apenas no ano de 1964 e, não encontrando o periódico *O Pioneiro* desse mesmo ano nos arquivos públicos da cidade de origem e tampouco na Biblioteca Pública Benedito Leite (São Luís), o objetivo deste artigo se construiu através da análise de como o Jornal *Fôlha de Caxias* atuou na sociedade caxiense divulgando enunciados político-ideológicos de caráter positivo de ordem e progresso dessa nova forma de governo e como eles representaram a ação comunista no ano de 1964. O Jornal, aqui tomado como fonte da pesquisa, encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC.

Nesta linha de raciocínio, tal produção se constrói sob o viés de dois objetos muito perscrutados no seio acadêmico de diversos olhares: cidade e imprensa. Posso defender, então, que esses são dois objetos que caminham juntos, um influenciando o outro. Enquanto a cidade é “além de continente das experiências humanas, [...] também, um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (ROLNIK, 1995, p. 9), a imprensa, por sua vez, é aquilo que Martins ressaltou: “fundamentalmente produto do urbano na medida em que foi nas cidades que ela encontrou o ambiente favorável” (2016, p. 393).

A definição de cidade é, na verdade, um debate que vem desde séculos passados. No XIX, quando os espaços urbanos fervilhavam-se com a aceleração das fábricas e indústrias e, com isso, davam um novo sentido e sentimento sobre os cidadãos, os filósofos Karl Marx e Friedrich Engels definiram o termo cidade a partir da luta entre burgueses e classe operária:

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades. (MARX; ENGELS, 2007, p. 50).

Se para Raquel Rolnik “o próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história” (1995, p. 9), esse espaço é percebido através das variadas sociabilidades e relações de poder existentes nele, sejam pelas interferências diretas e indiretas do Estado, Religião, Cultura e as ferramentas midiáticas – os jornais impressos e televisivos. Mais do que

isso, os jornais tecem em suas páginas o cotidiano e as vivências de um determinado recorte tempo-espacial, como escreveu Maria Helena Cape-lato: “A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real [...]. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (1988, p. 21). Por isso, não deixa de ser representações, reflexos dos acontecimentos e fatos ocorridos na(sobre) cidade – possibilidades de resgatar um passado através das narrativas expostas nas folhas amarelas dos periódicos – e, ao mesmo tempo, lança discursos político-ideológicos na sociedade, suscitando novas formas de consciências, tanto na camada elitizada como nas pessoas ditas comuns.

## **1 “Infiltração dos comunistas em território caxiense”<sup>2</sup>: Jornal *Fôlha De Caxias* e a busca da ordem em 1964**

### **1.1 Notas explicativas sobre a direção e escopo do Jornal *Fôlha de Caxias***

O Jornal *Fôlha de Caxias*, do mesmo modo o Jornal *O Pioneiro*, já foram usados como fontes de pesquisa para entender a sociedade caxiense, o que mostra o grau da importância desses jornais que circulavam na cidade<sup>3</sup>. Alguns dados importantes são apreendidos em primeira mão, assim que me deparei com as folhas amareladas e desgastadas pela ação do tempo. O primeiro é o fundador e diretor-proprietário desse impresso, o maior empresário que Caxias já teve, Alderico Jéferson da Silva<sup>4</sup>, bem como o seu filho, deputado Aldenir Silva<sup>5</sup>, ficando como diretor responsável pela ad-

<sup>2</sup> Frase retirada do título do Jornal *Fôlha de Caxias*. In: *Fôlha de Caxias*. 14 de abril de 1964.

<sup>3</sup> Infelizmente, as duas monografias produzidas na UEMA-Campus/Caxias sobre o Jornal *Fôlha de Caxias* não se encontram mais no acervo da biblioteca. Sobre artigos produzidos, encontrei um trabalho na internet: SANTOS, et al. A abordagem do tema Ditadura Militar no Jornal *Fôlha de Caxias* no Estado do Maranhão. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1416-3.pdf>. Acesso em: 31/12/2018.

<sup>4</sup> Mais conhecido como Alderico Silva ou de seu apelido “Seu Dá”. Nasceu em 1908 e morreu em 2005, aos 97 anos. Foi casado com a escritora Dinir Silva. Segundo o trabalho acadêmico de Belchior dos Santos (2016, p. 25): “[...] O Comendador Alderico Silva percorria mundo afora, tornando-se conhecedor de culturas diversas e de tudo que pudesse ser associado ao novo homem. Era pelos Silva que a experiência moderna, da segunda metade do século XX, tornava-se real em Caxias-Ma. Eles tinham o poder de apresentar o chic, o moderno, o melhor, o civilizado, o progresso. Esse monopólio do simbólico ampliava, sem dúvidas, a sua capacidade de realização do controle material e político. [...] A ligação entre Europa, Brasil e Caxias tornou-se muito forte, principalmente no que diz respeito à França”.

<sup>5</sup> Aldenir José da Silva, ou mais conhecido como Aldenir Silva (1934-2009), enveredou-se para a política ainda jovem. Foi deputado estadual do Maranhão em 1962 pelo Partido do PSD, chegando até ser o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão em 1963. Por isso que o Jornal *Fôlha de Caxias* mostrava-se do lado de certos políticos na

ministração da tipografia. Já a direção responsável pelas redações ficou nas mãos do escritor e jornalista Vitor Gonçalves Neto.

Além da direção do prelo formada por empresários e políticos, contou com o apoio de vários colunistas em 1964, dentre eles: Selene de Maria, Vitor Gonçalves Neto, o próprio proprietário Alderico Silva, Abreu Sobrinho. Outros fizeram parte em 1965 e 1966 como, por exemplo, Antonio Augusto Ribeiro Brandão, Francisco de Assis Oliveira, Austregêtilo de Athayde, as poesias esporádicas de J. Pita. O que, a partir disso, já é possível caminhar melhor no entendimento do cunho político-ideológico do *Fôlha de Caxias*. Afinal, é através dos dirigentes, donos dos veículos de comunicação e dos redatores/colunistas que conhecemos a posição política de determinado jornal.

Outra informação que encontrei a partir da própria fonte impressa, além de deixar de ser um jornal bissemanal para ser um periódico diário, com exemplares saindo ao público de domingo a domingo, sendo nos dias úteis no preço de Cr\$ 20,00, com quatro páginas, e Cr\$ 30,00, com seis páginas, nos dias de domingo, foi o motivo que levou a criação do Jornal para os leitores caxiense. Quando completava um ano de existência, o artigo da colunista Selene de Maria, cujo título *'Fôlha de Caxias' Como nasceste?*, ressalta algumas informações importantes:

Gosto de saber de tudo. Desde que se trate de coisas da terra e para o bem da mesma. Então, quis saber como e porque Fôlha de Caxias nasceu. Os donos me contaram. E agora eu lhes vou contar.

Desde que os jornais se foram acabando aqui em Caxias (e já os tivemos para mais de 70) passou a ser preocupação do diretor – proprietário de F.C., industrial Alderico Silva, fundar um Órgão de imprensa, em moldes modernos, independente e noticioso, a fim de suprir por vez e á altura a lacuna inconcebível.

Mas o tempo passava... até que veio parar aqui, como assistente da direção da firma A. Silva – Comércio e Indústria S/A., o jornalista Vitor Gonçalves Neto, que tem nas veias misturado com sangue o micróbio dos tipos de jornal. [...].

Não que não tivéssemos antes jornalistas outros capacitados aqui residentes, a exemplo de dr. Amandino Nunes, para citar apenas um, mas, com o Vitor é

---

época, dentre eles Assis Chateaubriand, um dos mais influentes na política e na imprensa, através dos *Diários Associados*, e o então governador do Maranhão, de 1961 a 1965, Newton Belo, como demonstra com o título: “Aplaudido discurso do governador Newton Belo, ontem, na capital pernambucana” (*FÔLHA DE CAXIAS*. 18 de abril de 1964, p. 1). Somente em 1965, com o Ato Institucional 2 (criação do bipartidarismo), foi que Aldenir Silva foi para o lado do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, sendo eleito a deputado federal pelo Maranhão. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aldenir-jose-da-silva>. Acesso em: 17/01/2019.

que Fôlha de Caxias nasceu e vive. (DE MARIA. Fôlha de Caxias. 18 de fevereiro de 1964, p. 7).

Fundado em 18 de fevereiro de 1963<sup>6</sup>, com administração e oficina situadas na Rua Cisco, nº 681, centro de Caxias, num período conturbado da história nacional, visto que “os anos iniciais da década de 1960 foram marcados por profundas instabilidade política: eleição, posse e renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961; crise em torno do sucessor, [...] João Goulart, que, entretanto, não contava com o apoio de setores da sociedade civil e das forças armadas” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 93), o Jornal *Fôlha de Caxias* se apresentava à cidade como um periódico de objetivo comercial, “independente e noticioso” (FÔLHA DE CAXIAS. 13 de setembro de 1964, p. 2), porém, além de cumprir essas duas determinações, também se apresentou desde o início como um jornal político, principalmente em 1964, como impresso combatente a favor da política civil-militar.

Não é estranho ver um jornal tomar certas posições, seja ele a favor ou contra a chamada Revolução de 1964, uma vez que enquanto o país fervilhava em torno de bruscas mudanças com a saída de Goulart e o discurso do medo que jorrava na consciência social de uma ação comunista como algo ruim para o progresso da nação, “a imprensa atuou como importante ator político no desenrolar dos acontecimentos” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 93). Essa atuação no desenrolar dos acontecimentos foi nada mais do que uma imprensa que expôs opinião, teceu ideias sobre a nova ordem política regida pelos militares, serviu aos interesses de grupos políticos e de setores empresariais.

Por isso, reforço a ideia de que não é de estranhar o Jornal *Fôlha de Caxias* tomar posições de discurso político. E, como o fundador desse periódico, Aldeiro Silva, estava ligado a grupos políticos do lado do regime militar<sup>7</sup>, o Jornal não poderia ir para outro rumo senão apoiar a atuação desse novo governo. O que nos mostra claramente que não so-

---

<sup>6</sup> Os últimos exemplares do *Fôlha de Caxias* estão registrados até 1979, o que pode indicar que foi encerrada sua circulação nesse período.

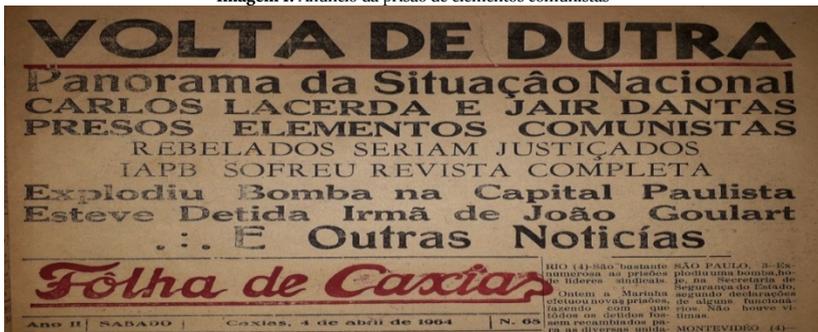
<sup>7</sup> Defendo esta ideia a partir das fotografias tiradas por Sinésio Santos, quando este registrou momentos importantes da vida de Alderico Silva, como, por exemplo, as inaugurações, em 22 de janeiro de 1956, da ponte de cimento e do Hospital Miron Pedreira. Nas fotos Alderico Silva está acompanhado pelo político Assis Chateaubriand. E quando Castelo Branco visitou Caxias em 1966. Essas imagens, hoje, encontram-se disponíveis no acervo pessoal da filha de Sinésio Santos, Márcia Santos, professora do Departamento de Educação da UEMA/Campus Caxias, e em sites da internet.

mente os jornais das grandes capitais estavam discursando redações de caráter pró-governo civil-militar (ou mesmo negando-o), mas nas pequenas cidades também havia imprensas locais que tentavam repassar à sociedade mensagens sobre a política nacional.

## 2. Combatendo a contraordem na “princesa do sertão”: *Fôlha de Caxias* como veículo propagador da imagem positiva do governo militar

Quando folheei pela primeira vez as páginas do Jornal *Fôlha de Caxias*, no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), que, por coincidência no ato da pesquisa, abri bem em cima da edição de abril de 1964 – momentos recentes da entrada do Governo de viés militar –, deparei-me de imediato com um anúncio que chamaria bastante atenção:

Imagem I: Anúncio da prisão de elementos comunistas



Fonte: *Fôlha de Caxias*, 4 de abril de 1964.

Como disse Fustel de Coulanges: “[...] o melhor dos historiadores é aquele que está mais próximo dos textos, que os interpreta com a maior exatidão, que escreve e até pensa apenas sobre eles” (COULANGES, 1888, p. 33)<sup>8</sup>, assim que li na imagem acima “presos elementos comunistas”, busquei aguçar meu olhar de pesquisador e, com os arcabouços teórico-metodológicos que o ofício da Clio exige, fui tentar entender esses discursos e representações nesse Jornal.

<sup>8</sup>A versão original está no *Chapitre Premier, Les documents* (Capítulo Primeiro, Os documentos): “[...] Le meilleur des historiens est celui qui se tient le plus près des textes, qui les interprète avec le plus de justesse, qui n’écrit et même ne pense que d’après eux” (COULANGES, 1888, p. 33). Ver: COULANGES, Fustel de. *La monarchie franque*, em *Histoire des institutions politiques de l’ancienne France*. Hachette, Paris, 1875-89, tomo III, 1888.

Não demoraria muito para achar o anúncio estampado na página inicial do *Fôlha de Caxias*, ainda em abril de 1964, que caíram as dúvidas sobre o posicionamento desse periódico em relação ao regime militar:

Imagem II: Reportagem sobre comunistas encontrados em Caxias



Fonte: *Fôlha de Caxias*. 14 de abril de 1964.

Como a cidade não pode ser interpretada apenas no campo da materialização, do palpável, mas, como o autor Renato Gomes, convergindo com o pensamento de Raquel Rolnik, afirma que a cidade deve ser lida e entendida a partir de seus códigos, ou seja, espaço(s) onde há todo um cenário físico e cultural. Material e simbólico. Sujeitos, discursos, experiências, relações de poder que se cruzam, criam-se e resignificam constantemente. É o que para Sandra Jatahay Pesavento vai explicar que para resgatar o sentido de cidade e seu fenômeno urbano, só é possível quando se enxerga as representações nele existentes, que seria, segundo a autora, “um acúmulo de bens culturais” (PESAVENTO, 1995, p. 281). Destarte, “escrever, portanto, a cidade é também lê-la, mesmo que ela se mostre ilegível à primeira vista” (GOMES, 1999, p. 24).

Seguindo essa lógica de cidade entre o *lôcus* físico e *lôcus* cultural/simbólico, os jornais, no interim do regime militar, foram uma das ferramentas de poder – devido ao jogo de operação discursiva que existe nos impressos – capaz de escrever o comportamento político-social que pairava sobre os cidadãos.

Assim foi o veículo de notícias *Fôlha de Caxias*. Se a Segurança Nacional, controle da ordem e a busca do aclamado progresso brasileiro, presente após a queda de João Goulart, estava a todo vapor em nível nacional, sendo que, para isso, a militância do novo governo fazia uma varredura daqueles contrários à nova governança e divulgadores do comunismo, como está descrito no Jornal: “Rio (3) – o comando militar e a polícia de Guanabara continua efetuando prisões de líderes sindicais”

(FÔLHA DE CAXIAS. 4 de abril de 1964, p. 1) e como também anunciava: “Rio (4) – agentes do DOPS procederam total devastamento nos arquivos do Instituto de Aposentadoria dos Bancários (LAPB), considerado o maior órgão de subversão comunista, esperando encontrar documentos comprometedores” (*Ibidem*, p.1)<sup>9</sup>, bem longe de Guanabara e de Brasília, estava a cidade de Caxias que entrava na onda de combate aos subversivos, relatando o seguinte acontecimento:

4 FERROVIÁRIOS FORAM PRESOS PARA A CAPITAL. DOIS OUTROS SUSPEITOS COMUNISTAS OBTIVERAM LIBERDADE

A cata de elementos comunistas, ou sujeitos, residentes em Caxias, estiveram nesta cidade, domingo último, um tenente e dois sargentos da PM de S. Luís. O militar mais graduado e um dos subalternos prosseguirem logo viagem, ficando em Caxias, até ontem, o conhecido sargento Silas.

Conforme constatou a nossa reportagem, foram efetuadas 5 prisões e uma detenção.

Foram presos apenas trabalhadores ferroviários, aliás, bastante conhecidos: Antonio Lima (Gordo), Francisco Marques (Dindinho), João Evangelista de Sousa (Bode), Luiz Gonzaga Almeida e José Eurides Ferreira (José Bodega). [...].

Na manhã de ontem, em companhia do sargento Silas, que comandou a operação em nosso meio, seguiram de trem para a capital, sendo ali naturalmente ouvidos e julgados. (FÔLHA DE CAXIAS. 8 de abril de 1964).

Havia por parte desse periódico uma presença forte da ideologia militar e, por meio das opiniões editoriais e dos colunistas, ele servia como instrumento disciplinador e regulador da sociedade caxiense. Esse disciplinamento não se fazia por meio de uma ordem imperativa e diretamente imposta à sociedade. Mas, sim, através dos discursos tecidos no Jornal e, sem sombra de dúvidas, tais discursos eram nada mais do que reflexos do espelho nacional. O *Fôlha de Caxias* refletia acontecimentos no âmbito local, bem como sobre o que ocorria pelo Brasil, em que, não só informava os leitores – numa época em que a televisão ainda estava longe de ser um meio de comunicação de todos, pois tinha um custo alto para adquiri-la –, como também conscientizava a conduta moral e os modos de viver dos cidadãos na década de 60.

---

<sup>9</sup> Foi um período inicial do Regime que a inspeção militar sobre os comunistas se fazia presente em todos os lugares possíveis. Não demoraria muito para a polícia entender que a instituição pública capaz de mediar à comunicação de documentos seria através da agência dos Correios, como registra o Jornal: “São Paulo (7) – Farto material subversivo foi apreendido nesta capital, na agência do Departamento dos Correios Telegrafo, num total de nada menos de 4.500 volumes” (FÔLHA DE CAXIAS. 8 de abril de 1964)

Matérias de conscientização que iam desde os ensinamentos de como ter uma boa condição de vida, escritas pela colunista Selene de Maria, sobre o comportamento da mulher no lar, suas obrigações domésticas, e até sobre os hábitos da sociedade elite. Desde o século XIX, “a elite governamental caxiense impingia um padrão de ‘civildade’ aos cidadãos não condizentes com uma cidade que oferecia muito pouco aos seus moradores” (PESSOA, 2009, p. 79) e tal aristocracia cultivava os hábitos importados de fora, espelhados nas grandes capitais do Brasil e da Europa, divulgando e ensinando através da imprensa<sup>10</sup>. Selene de Maria deixa visível a crítica que faz sobre tais costumes tidos “civilizatórios”:

Um domingo no “Paraíso”

Um dia maravilhoso passamos na aprazível Granja Paraíso.

O churrasco no espêto, a farinha seca, **tudo comido simplesmente com o auxílio das próprias mãos, o que seria inadmissível na sociedade hodierna**, davam um sabor diferente e melhor àquele repasto que teve o privilégio de magníficas laranjas da Bahia, como sobremesa.

(DE MARIA. FÔLHA DE CAXIAS, 4 de maio de 1964, p. 4). (Grifos meus).

O *Fôlha de Caxias*, embora fazendo parte da “pequena imprensa” local, trazia notícias nacionais e até mesmo internacionais, como foi anunciado, por exemplo, o aniversário da morte do presidente Kennedy: “Washington 21 – Várias homenagens póstumas serão prestadas, no próximo domingo, 22, em todo o país, pelo transcurso de primeiro aniversário do assassinato do saudoso presidente John Kennedy” (FÔLHA DE CAXIAS, 22 de novembro de 1964, p. 1). Tal característica peculiar nesse prelo acontecia porque o fundador e responsável desse impresso, Alderico Silva, tinha influência e respeito nas grandes imprensas do país, devido à criação de sua imagem como maior empresário de Caxias, sem contar que viajava constantemente por vários lugares, inclusive para

---

<sup>10</sup> O Jornal *Cruzeiro*, que circulou em Caxias de 1931 a 1960, foi um periódico paroquiano importante para entendermos esse tipo de imputação de hábitos aos caxienses com o lema “Deus, Pátria e Família”. Foi no governo de Eurico Gaspar Dutra, a partir de 1946, que o *Cruzeiro* se mostrou mais ainda um impulsionador de vários elementos, além do sentido religioso, como explica Jakson Ribeiro (2014, p. 12): “[...] o *Cruzeiro* surgiu e se estruturou [...] ‘boa imprensa’ buscando formalizar no espaço social caxiense a credulidade por parte dos leitores”. Havia, então, nesse Jornal, uma preocupação com a vida social dos cidadãos. Destacava-se, nas folhas amareladas, “cuidados com o corpo e com a saúde das pessoas, sobretudo dos homens que vivem no mundo do trabalho. Neste sentido, os vícios do alcoolismo, jogo e fumo são fortemente combatidos pelo *Cruzeiro*. [...] as intenções do *Cruzeiro* em trazer o sentido do trabalho para os homens caxienses e em qual imagem de homem perfeito esses caxienses deveriam se espelhar para executarem suas atividades no dia a dia já que o trabalho era fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país” (*Ibidem*, p. 12).

países no exterior, como consta nas edições relatos de viagens para Estados Unidos, França, Alemanha<sup>11</sup>. O próprio Jornal noticiava suas viagens:

Regressou da Feira Mundial de New York o casal Silva  
Foi recebido festivamente, anteontem, em regresso à nossa cidade, o casal Alderico Silva, procedente dos Estados Unidos da América do Norte, aonde, por cerca de 15 dias, visitou a monumental FEIRA em New York. [...].  
Também, agora, o ilustre casal conterrâneo visitou grande parte do México; de lá voltando para os Estados Unidos e, por fim, retornando ao Brasil, via San Domingos. (FÔLHA DE CAXIAS. 29 de outubro de 1964, p. 1).

Uma das matérias muito marcante e que chama bastante atenção de quem desafia estudar esse periódico, espalhada de diversas formas em todo percurso de 1964, claro, além do medo e combate aos comunistas, é a imagem do presidente Castelo Branco sendo positivada como regente político-militar ideal para a ordem da nação. São textos que vão desde o discurso de posse até suas intenções no governo: “Serei Escravos das leis do País” (FÔLHA DE CAXIAS. 15 de abril de 1964, p. 1).

Nesse caminho, as intenções do impresso servia, de certa maneira, como forma de criar uma unidade de pensamento sobre o novo sistema de governo entre os dois grupos: a classe burguesa e os menos favorecidos, como ressalta Mendes: “[...] seu leitor não pertencia somente à elite caxiense da época, mas também a camada menos privilegiada da sociedade” (2014, p. 7). Em outras palavras, para aqueles que temiam a queda de João Goulart em 31 de março e a construção de uma ditadura no país, seja por falta de acesso a veículos de comunicação mais abrangentes (televisão e jornais de porte nacional), ou por não possuir o conhecimento das letras – até porque em Caxias a camada que tinha poder privilegiado na educação estava nas mãos da classe elitizada –, o *Fôlha de Caxias* serviu como instrumento de tentar trazer uma imagem positiva das intenções dos militares na política, bem como da difusão das ideias da cultura e normas dos grupos dominantes, fossem eles da própria cidade ou de grupos.

---

<sup>11</sup> Sobre suas viagens, o Jornal relata em 1966: “Após demorada ausência, de cerca de 4 meses, regressou domingo último ao nosso convívio o industrial Alderico Silva, acompanhado de sua digníssima consorte, d. Dinir Costa da Silva. O distinto casal, nesse tempo, percorreu uma média 15 de países da Europa e do Oriente, inclusive assistiu a Copa do Mundo, na capital britânica. Desde o dia de sua chegada, o industrial e senhora Alderico Silva têm sido constantemente visitados pelos seus inúmeros amigos, os quais lhes levam seus abraços de feliz regresso” (FÔLHA DE CAXIAS. 23 de outubro de 1966, p. 1).

## Considerações finais

O Jornal *Fôlha de Caxias* (1963-1979), assim como outros de seu tempo, foi muito mais que um simples prelo que circulou por alguns anos em Caxias. Como vimos neste estudo, o periódico serviu como porta-voz dos acontecimentos locais, nacionais e até mesmo em outros países. Não somente porta-voz, mas uma voz dissonante e combatente dos comunistas ou qualquer um que fosse contrário ao Regime Militar. Foi um anunciador dos bons hábitos e costumes, da cultura civilizada, nada mais do que ditados pela classe burguesa. Um verdadeiro propagandista do Governo Militar e da manutenção da ordem social, como o jornal costumava afirmar. A somatória desses dois – novo regime e ordem social – é o que daria progressos à *Princesa do Sertão*, segundo a linha editora do Jornal.

Um Jornal que serviu de referência para a sociedade caxiense quando os veículos impressos eram, de forma geral, um meio de comunicação sobre a política, a economia e as modificações na ordem institucional do Estado. Mais do que isso, trazia informações através dos textos editoriais e dos artigos dos colonistas com intenção de conscientizar as classes caxienses, quando, por exemplo, proclamavam positivamente o que eles chamavam de “Revolução de 1964” ou enalteciam a imagem dos presidentes-militares, como foi mostrado em vários momentos quando Castelo Branco, sendo exposto nas páginas do *Fôlha de Caxias*, é colocado na posição de presidente democrático. Quando também se posiciona como defensor do governo do estado do Maranhão, Newton Belo. Aliás, não por acaso, quase não são vistas notícias sobre a campanha de José Sarney, sua vitória e atuação no governo do estado do Maranhão (1966-1970). Apenas relatos sobre a posse e rápidos comentários sobre sua vinda a Caxias em 1966. A ênfase do Jornal se dá muito mais na figura de Castelo Branco que o acompanhava no percurso de inauguração de obras na cidade.

Como a linha editorial de um impresso sempre aderirá a uma posição político-ideológica, da mesma forma foi o Jornal *Fôlha de Caxias*. Os discursos político-ideológicos foram totalmente a favor da política militar. Com isto, a sociedade recebia as informações que se autodeclarava “texto-verdades”, mostrando apenas um lado da moeda. A sociedade caxiense não lia nas páginas do Jornal notícias sobre greves, perseguições

aos antimilitares, fossem eles de dentro da política ou civis, torturas, inflações, desequilíbrio econômico. Nada disso foi noticiado. Os cidadãos caxienses, apegados às fontes do mesmo “partido”, aceitavam os enunciados de “governo democrático”, “Revolução Gloriosa”, como a única verdade na história<sup>12</sup>.

## Referências

### Fontes hemerográficas

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 74, ano II, Caxias (Maranhão). 14 de abril de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

DE MARIA Selene. **‘Fôlha de Caxias’ Como nasceste?.** Jornal Fôlha De Caxias. Nº 72, ano II, Caxias (Maranhão). 18 de fevereiro de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

\_\_\_\_\_. **Um Domingo no ‘Paraíso’.** Jornal Fôlha De Caxias. Nº 126, ano II, Caxias (Maranhão). 4 de maio de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 152, ano II, Caxias (Maranhão). 13 de setembro de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 68, ano II, Caxias (Maranhão). 4 de abril de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 74, ano II, Caxias (Maranhão). 14 de abril de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 70, ano II, Caxias (Maranhão). 8 de abril de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 126, ano II, Caxias (Maranhão). 22 de novembro de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

---

<sup>12</sup> Fugindo do recorte temporal, percebemos este discurso “verdade” sendo exposto no Jornal não somente em 1964. Em outros anos, como por exemplo, em 1973, o Jornal faz uma comemoração ao dia da Revolução de 31, com o título “O nono aniversário da revolução democrática de 64” e mostrando sua importância para o país: “Durante estes últimos nove anos, o Brasil avançou meio século em termo de desenvolvimento. Para gáudio de todos nós, o milagre brasileiro já ultrapassou as fronteiras da América Latina e está sendo alvo de admiração das nações de outros continentes” (REZENDE. Fôlha de Caxias. 31 de março de 1973, p. 5).

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 165, ano II, Caxias (Maranhão). 29 de outubro de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias – IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 75, ano II, Caxias (Maranhão). 15 de abril de 1964. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

**JORNAL FÔLHA DE CAXIAS.** Nº 284, ano IV, Caxias (Maranhão). 23 de outubro de 1966. In: Instituto Histórico e Geográfico de Caxias - IHGC.

REZENDE, Vicente de Moura. **O nono aniversário da revolução democrática de 64.** Jornal Fôlha De Caxias. Caxias (Maranhão). 31 de março de 1973.

## Fontes biográficas

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COULANGES, Fustel de. **La monarchie franque, em Histoire des institutions politiques de l'ancienne France.** Hachette, Paris, 1875-89, tomo III, 1888.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCAS, Tania Regina. **Imprensa e cidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846).** Supervisão editorial, Leandro Konder. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PESSOA, Jordânia Maria. **Entre a tradição e a modernidade: A belle époque caxiense: Práticas fabris, reordenamento urbano e padrões culturais no final do século XIX.** Imperatriz: Ética, 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade /Raquel Rolnik.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, MARIA RAIMUNDA BELCHIOR DOS. **“A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA ALDERICO SILVA NA PRODUÇÃO DO COMPORTAMENTO SOCIAL- POLÍTICO DA ELITE CAXIENSE, NAS DÉCADAS DE 1970-1980”.** 2016. 86f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. Caxias.

SILVA, Napoleão Mendes Batista. **O discurso disciplinador presente no jornal folha de Caxias entre os anos de 1964 a 1968.** 2014. 20f. Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual do Maranhão. Caxias.

VILANETO, Quincas. **Catálogo Histórico da Imprensa Caxiense: Do Prelo ao Prego** (1833-2007). Vol. 3. Caxias: Estação Gráfica Ltda, 2008.

### **Fontes eletrônicas**

ALDENIR JOSE DA SILVA. **Verbetes**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aldenir-jose-da-silva>. Acesso em: 17/01/2019.

GOMES, Renato Cordeiro. **A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema**. Ipotesi:Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 19-30. 1999. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/A-CIDADE-A-LITERATURA-EOSESTUDOS1.pdf>. Acesso em: 7/01/2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahay. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 279-290.

SANTOS, et al. **A abordagem do tema Ditadura Militar no Jornal Fôlha de Caxias no Estado do Maranhão**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-1416-3.pdf>. Acesso em: 31/12/2018.

**“Em São Luís Ele Proliferou Como Praga”:  
História e Política no jornal  
O Conciliador do Maranhão (1821-1823) <sup>1</sup>**

Mário Augusto Carvalho Bezerra

**Da velha à nova história política: jornais como fonte e abordagens**

Para analisar a política oitocentista nas primeiras décadas do século XIX, é necessário um olhar específico para a produção e circulação de impressos pelas províncias brasileiras. No Maranhão, folhetos e periódicos constituíram principais veículos de representação simbólica de poder com a disseminação da política constitucional a partir de 1821, além da instalação da primeira tipografia, novidade do momento.

Este artigo tem como objetivo enfatizar a história política por meio dos jornais, destacando a utilização, desafios e limites de periódicos como fontes e objetos na investigação histórica, produção e circulação do jornal *O Conciliador do Maranhão (1821-1823)* e os debates da política constitucional da época.

Em geral, para compreender os processos históricos e as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do homem no seu tempo, é necessário estabelecer as relações existentes no conjunto social em que o ser humano habita. É olhar para o campo político e perceber o comportamento, o modo de pensar e as transformações da sociedade.

Trata-se de reconstruir o modo por que os indivíduos e os grupos elaboraram a compreensão de suas situações; de enfrentar os rechaços e adesões a partir dos quais eles formularam seus objetivos; de traçar de algum modo a

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado à disciplina “Cultura e Identidade – Teoria e Pesquisa” do Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHis/UFMA. O presente trabalho faz parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada: “Não nos embarecemos com dos dias santos, trabalhemos”: Deputados da província do Maranhão na Câmara dos Deputados (1826-1829).

maneira pela qual suas visões de mundo limitaram e organizaram o campo de suas ações. (ROSANVALLON, 2010, p. 76).

O lugar social e o campo político são pontos de partida do contexto histórico e de produção escrita da história. É no contexto histórico do presente que percebi a necessidade de olhar o passado com renovação, destacando pontos, contrapontos e o não-dito da construção historiográfica<sup>2</sup>. Nesse sentido, a configuração metodológica para entender a operação e práxis da história está inserida no olhar historiográfico e crítico para a construção ou renovação científica da história.

O conhecimento histórico<sup>3</sup> é marcado por intenso movimento de mutação. Sem dúvida, os historiadores da primeira geração da *Escola dos Annales*, criada em 1929, revolucionaram<sup>4</sup> a abordagem histórica com a valorização de novas fontes e as atividades humanas em espaços mais amplos<sup>5</sup> e distintos.

Gradualmente, os impressos foram incorporados na pesquisa reelaborando a escrita da história por meio do papel e funcionamento, interesse e função dos impressos. Com a terceira geração dos *Annales*, os “novos objetos, problemas e abordagens” contribuíram para a inserção dos impressos na investigação histórica.

O historiador Marc Bloch (2002, p. 47) destaca que a história não é apenas uma ciência em marcha, é também uma ciência na infância. Logo, uma ciência em constante modificação teórica e metodológica na constituição da cientificidade histórica<sup>6</sup>. Jörn Rüsen (2010, p. 25-26) vai mais longe ao destacar um processo de autorreflexão por parte do próprio historiador enquanto sujeito cognoscente do pensamento histórico, sem

---

<sup>2</sup> Michel de Certeau (2006, p. 66) afirma que a produção/pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

<sup>3</sup> René Rémond (2003, p. 13) destaca que “o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes, sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época”.

<sup>4</sup> Jacques Revel (1989, p. 36) afirma que a década de 1930 contou com uma novidade que seria a reorganização das ciências sociais no território francês em volta da disciplina História, passando pelo processo de reconstrução dos objetos de pesquisas constituídos pelo próprio homem.

<sup>5</sup> Peter Burke (2010, p. 12) utilizando os estudos de Braudel (1949), na obra *O Mediterrâneo*, destaca: “a história pode fazer mais do que estudar jardins murados”.

<sup>6</sup> Jörn Rüsen (2001) chama atenção para uma construção historiográfica pautada no diálogo com a sociedade, através de sentido e identidade social. Rüsen ressalta a escrita voltada para a aplicabilidade do conhecimento histórico na sociedade, ou melhor, escrever a história sem perder a cientificidade.

esquecer que a pesquisa e a historiografia não são estáticas, permanecem em constantes mudanças.

Com a História Política não foi diferente. Após grande prestígio no século XIX, a política foi deixada de lado nos estudos históricos por uma abordagem mais econômica. A concepção de que o campo econômico<sup>7</sup> explicaria as dinâmicas sociais sem o auxílio das ações políticas ganhou força. O econômico surgia como elemento determinante e definidor das relações entre os homens no interior da sociedade, o objeto central de estudo (GOUVÊA, 1998, p. 26).

Em 1960, com a expansão do marxismo no território francês e com forte influência dos *Annales*, a política ganhou as margens da produção histórica. As considerações da historiadora Marieta de Moraes Ferreira (1992, p. 265) ajudam a entender esse processo: “em nome de uma história total, uma geração de historiadores passou a questionar a hegemonia do político e a defender uma nova concepção de história onde o econômico e o social deveriam ocupar lugar fundamental”.

Marginalizada, a história política ficou classificada como individualista, factual e subjetiva, centralizada na elite, no Estado dominante. A narrativa histórica tinha como foco “os grandes tronos”, excluindo as dinâmicas sociais dos povos em sociedades. Seria o fim da velha história política ou uma fase necessária para repensar seus princípios?

O estudo do político não foi abandonado completamente. De acordo com Pierre Rosanvallon (1995, p. 10), “o declínio da história política tradicional também foi acompanhado pelo desenvolvimento da história das mentalidades políticas e, sobretudo da sociologia política”. Percebe-se a não exclusão do político na ciência política e que esta promoveu o interesse nos trabalhos sobre as forças e sistema político. Isso leva a crer que as ciências são mutáveis, estão em constante processo de renovação.

A história política sempre foi alvo dos historiadores. A política, de fato, está na essência da história. Francisco Falcon (2011, p. 55) destaca que “história e poder são como irmãos siameses” e ressalta que “separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”.

A política vai além das relações de poder, está no centro da convivência humana, nas dinâmicas sociais de grupos em sociedade. Nesse

---

<sup>7</sup> Ao tratar dos estudos econômicos, Peter Burke (2010, p. 19) destacar que “os historiadores foram, talvez, os opositores mais bem organizados da história política. Gustav Schmoller, professor em Estrasburgo, nesse tempo pertencente à Alemanha (1872), por exemplo, foi o cabeça de uma importante escola histórica”.

sentido, a história está na política e está diretamente na história, no coletivo dos homens no tempo. Vivendo no singular, o homem é apolítico, escapa das relações de poder, das estratégias e dos jogos de interesses.

Perceber-se-ão, com os apontamentos que se seguem, a inserção e utilização dos conceitos da história política renovada e como o político torna-se o pilar da sociabilidade política vintista na província do Maranhão, tendo como base, por exemplo, a produção e circulação de impressos, principais fontes para compreender as representações e relações do poder político da época. Busquei, portanto, no dizer de Lúcia Maria Bastos (2009, p. 9), um novo olhar voltado à reflexão do papel dos impressos na constituição de práticas e representações culturais, nesse caso, da província do Maranhão.

A questão política é o ponto de partida para analisar relações entre poderes constituídos e disseminados por meio de instrumentos sociais. Dessa forma, a imprensa é o produto político estruturado e representado por parte de um grupo. Thompson (1998, p. 48) nos mostra que o teatro político é parte significativa nesse processo, uma vez que define interesses nos conflitos sociais entre grupos antagônicos formados no centro das sociedades politizadas.

Entendidos ao mesmo tempo como campo de forças e lutas, Falcon (2011, p. 69) reitera que poder e política passam ao domínio das representações sociais e coletivas e de suas conexões com as práticas sociais. Assim, de acordo com Chartier (1991, p. 179), trata-se de questionar as experiências de uma determinada sociedade marcada por “uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos”.

Como parte da tarefa, cabe no estudo da política oitocentista do Maranhão e, para melhor aprofundamento, o aprimoramento de conceitos específicos, ajudando a entender e situar as especificidades do objeto de investigação. Nesse sentido, o entendimento do conceito de política, representação, elite e cultura política ajudam, por sua vez, a refletir a realidade social vinculada às relações e dinâmicas de poder que por meio dos impressos foram construídas ao longo do tempo.

Uma nova escrita da história política através dos impressos retornou aos poucos nos debates historiográficos com ampla defesa do estudo do político no conhecimento histórico. A importância dada aos impressos contribuiu para abordar a história da imprensa e escrever a história por

meio da função, papel e interesses dos sujeitos históricos construtores da imprensa.

As fontes impressas percorreram um longo trajeto até serem reconhecidas e valorizadas como documentação para a pesquisa histórica. A historiadora Tania Regina de Luca (2010, p. 111) destaca que na década de 1970 ainda era pequeno o número de trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história do Brasil.

Na década de 1930, momento do surgimento dos *Annales*, os jornais foram postos nas margens das documentações, “pareciam pouco adequados para recuperar o passado” e explorar as ações dos homens no tempo. Em 1970, o uso do jornal como objeto da pesquisa foi estabelecido, embora com poucos trabalhos acadêmicos.

A retomada dos estudos políticos pela história contribuiu cada vez mais do uso de fontes impressas. Os trabalhos de René Remond (2003) refletem significativamente o olhar político sobre os impressos e como eles são capazes, quando questionados, de destacar a política na articulação do social e das relações de poder e interesses de uma população em determinado tempo.

Vale lembrar que o mundo dos impressos não é constituído apenas por jornais. Livros, pasquins, folhetos e revistas são produtos sociais criados e deixados pela população de um lugar social. A historiadora Lúcia Maria Bastos (2009, p. 7) destaca que “livros, livreiros, impressores, leitores constituem-se em caminhos diversificados da pesquisa histórica para uma abordagem das práticas culturais e políticas de uma sociedade em determinado momento histórico”.

Assim, não devemos entender os impressos apenas como registros da memória de um tempo, com suas particularidades, pluralidades e singularidades, mas sim como produtos sociais de processos e relações. Carregados de valor simbólico e das representações coletivas forjadas por grupos políticos divergentes.

Sobre a investigação histórica por meio da imprensa, destacam-se as considerações de Tania Regina de Luca (2010) ao trabalhar e analisar o trabalho de Maria Helena Capelato (1980) em que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a

tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos. (DE LUCA, 2010 apud CAPELATO, 1980, p. 118).

É importante chamar atenção aos cuidados de como usar os impressos como fonte e/ou objeto de pesquisa dos historiadores. É necessária uma metodologia de trabalho capaz de oferecer questionamentos e cruzamento de dados e informações, além do contexto relacionado com a documentação. Nenhuma fonte é inocente, não contém a verdade. A fonte impressa, como qualquer outra, deve ser questionada e, aos poucos, extraindo dela os interesses e visões do lugar social.

## **1 Maranhão: Impressos e escrita da história política do século XIX**

Partindo da reconstrução teórico-metodológica da história política na década de 1980, foi possível repensar as abordagens sobre política e suas relações sociais em determinados espaços históricos. No Maranhão, por exemplo, a política oitocentista ganhou nova escrita através de problematizações possíveis de serem apreendidas por meio das representações sociais como relação simbólica de poder. Recentes estudos sobre trabalho, circulação de livros e impressos (folhetos e periódicos), censura, eleições, emancipações/adesões provinciais, modernidade e representação política foram alvos dos historiadores.

Não se trata de perceber superficialmente as ações políticas, mas de compreender os fenômenos políticos enquanto campo de representação do social, no coletivo dos homens no tempo. O ponto central é entender o papel das representações forjadas pelos grupos sociais no seu espaço de atuação e disseminada na sociedade pelos instrumentos de comunicação.

Nesse sentido, representações individuais e coletivas passam a exercer ações importantes, tanto na configuração política quanto nas dinâmicas com a população. De acordo com Roger Chartier (2002, p. 17) as percepções do espaço social não são de forma alguma discursos neutros, ou melhor, pautam-se em práticas e representações, forças e lutas pelo domínio do poder.

A sociedade maranhense da terceira década do século XIX não escapa das representações políticas. É impossível entender os mecanismos de poder sem atentar para os interesses e aspectos forjados dos distintos grupos políticos da época.

Ainda na concepção de Chartier (2002, p. 17): “as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Nesse sentido, o imaginário social constituído a partir das representações estabelece importante função no lugar social.

Portanto, o imaginário é “parte de um campo de representações e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15). Representação, articulação e prática são eixos centrais na construção das formas simbólicas, responsáveis por estabelecer o “mundo como representação”<sup>8</sup>.

No tocante sobre coletivo, é importante registrar que os estudos políticos de construção do Estado no período Oitocentos e a própria ideia de nação (ou império aprendiz) sempre estiveram direcionados ao eixo Centro-Sul do país, e pouco enfatizaram as relações políticas vivenciadas nas províncias brasileiras do Norte. A mesma assertiva vale para esse período, que podemos definir como de transição política do mundo luso-brasileiro.

Gradualmente, a narrativa histórica apresentou a inserção das dinâmicas políticas entre diferentes províncias e os desdobramentos coletivos sobre a movimentação política e econômica. Além disso, os novos conceitos advindos com a renovação da história política problematizaram o universo das representações em que impressos, correspondências, imagens, debates e opiniões públicas constituíram tendências positivas à cientificidade histórica.

## **2 “Soûu mais perto o clarim da liberdade”: Produção e circulação do jornal O Conciliador do Maranhão (1821-1823)**

Os impressos, sejam livros<sup>9</sup>, pasquins, jornais ou folhetos pautados nas ideias da ilustração portuguesa, formaram um público leitor em que

---

<sup>8</sup> Marieta de Moraes Ferreira (1992, p. 270) ao utilizar os apontamentos de Pierre Rosanvallon (1986, pp. 93-104) destaca que: “o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez”.

<sup>9</sup> Marcelo Cheche Galves (2015), Romário Sampaio Basílio (2013) e Lucas Gomes Carvalho Pinto (2015) realizam uma análise pautada na circulação de livros na província do Maranhão na primeira metade do século XIX. Nesse processo, a documentação da Real Mesa Censória e a Mesa do Desembargo do Paço e os jornais que circularam no Maranhão transparecem a circulação de centenas de títulos nas primeiras décadas dos Oitocentos. A documentação ainda oferece informações sobre pontos de venda, títulos, livreiros, público-alvo, preços etc.

“a ideia de liberdade é demonstrada pelo uso quase excessivo da palavra em jornais e folhetos” (NEVES, 2001, p. 84).

Os impressos compreendem formas de sociabilidades inseridas em espaços públicos fortemente politizados, marcados pelo sentido de modernidade política e construção do fenômeno de opinião, permeados pelos princípios do liberalismo<sup>10</sup> do século XIX, em que o indivíduo torna-se o ator principal da vida política.

De acordo com Roger Chartier (2009, p. 98), a imprensa se tornou o pilar privilegiado de uma sociabilidade política, colocando no espaço público os debates recentes, as reformas do Estado e os conceitos da filosofia política liberal do momento.

Para a análise do debate político no Maranhão pós-adesão à Revolução do Porto, parti da seguinte hipótese: a imprensa, com seus recursos e objetivos, constitui um poderoso instrumento de dominação simbólica, capaz de configurar planos ideológicos políticos situados em grupos com interesses particulares, no caso do Maranhão, voltados para a permanência e legitimação do governo constitucional. Como afirma Samuel Castellanos (2012, p. 126): “a tipografia como espaço de produção e distribuição de impressos no Maranhão marcou o início de uma atividade que transformou significativamente a vida da província durante o século XIX”.

Após a “aclamação” e a frente do governo, Pinto da Fonseca, por meio de um ofício encaminhado ao secretário Joaquim José Monteiro Torres, relatou os anseios da população em instalar na província uma tipografia:

Logo que esta Província abraçou o Systema Constitucional Proclamado em Portugal, hum dos mais e apreços desejos dos seus Habitantes foi o de terem huma Imprensa, empenhando-se até, e assignando para huma Gazeta manuscrita; a vista d’ aquella Ansiedade e persuadido quanto huma Tipografia he útil, essencial n’ um Governo Liberal para esclarecer a verdade. (AHU-ACLCU-009, Cx.167, D.12.182).

Instrumento estratégico do grupo político de Fonseca, a atividade impressa daria corpo aos “ares constitucionais”, difundindo ideias sob o controle do governador. Em cartas às Cortes portuguesas publicadas no

---

<sup>10</sup> René Remond (1990) compreende o termo liberal como pertencente ao movimento de liberdade de pensamento pautada na esfera política, exercendo múltiplas mudanças no comportamento social. Para Remond (1990, p. 15): “o movimento liberal é a primeira onda de movimentos que se desencadeia sobre o que subsiste do Antigo Regime, ou sobre o que acaba de ser restaurado em 1815. O qualificativo “liberal” é o que melhor lhe convém, porque caracteriza a ideia-mestra, a chave da abóbada da arquitetura intelectual de todos esses movimentos”.

*Conciliador* (nº 8, 10/5/1821, p. 2), Fonseca justificou a adesão ao movimento do Porto e afirmou o anseio pela liberdade que chegara à província com as notícias da adesão do Grão-Pará, enfatizando que “Soôu mais perto o clarim da Liberdade”.

Naquele momento, parafraseando autores dedicados a outro contexto, “tomar a palavra” poderia significar “tomar o poder”<sup>11</sup>, pressuposto que orientou a instalação da primeira tipografia do Maranhão, em novembro de 1821. Chamada de Tipografia Nacional do Maranhão<sup>12</sup> e mantida pelo Erário Real (financiado pela administração de Pinto da Fonseca) dedicou-se à impressão do expediente do governo, “papeis particulares”<sup>13</sup>, impressões a outros órgãos públicos<sup>14</sup> e produção do primeiro jornal maranhense: *O Conciliador do Maranhão*<sup>15</sup>.

No *Dicionário Geográfico da Província do Maranhão*, César Marques (2008, p. 864)<sup>16</sup> destaca que a comissão administrativa da tipografia nomeada por Pinto da Fonseca em 13 de novembro de 1821 era composta pelo presidente, o desembargador José Leandro da Silva e Sousa; tesoureiro, Lázaro da Silva Guimarães; e o diretor, Antônio Marques da Costa Soares. Tais informações foram publicadas na edição número 36, de 14 de novembro de 1821, no *Conciliador*, por meio do *Decreto nº 384*, que criou a Tipografia Nacional do Maranhão.

Os anseios pela tipografia, segundo os redatores do *Conciliador* (nº 52, 9/1/1822), existiam antes mesmo da publicação da primeira edição manuscrita<sup>17</sup>, em 15 de abril de 1821:

He sabido que este Periódico principiou em Abril de 1821, manuscrito, e debaixo da proteção e auspícios do Governo, e d’ alguns Assinantes generosos e não he occulto, que antes de aparecer o primeiro N. já a ordem estava expedida para vi-

<sup>11</sup> Expressões utilizadas por Robert Darnton (1996, p. 16) no contexto de formação de uma nova ordem após a eclosão da Revolução Francesa.

<sup>12</sup> Com o processo de adesão à Independência em julho de 1823, a tipografia foi denominada *Imperial e Nacional*.

<sup>13</sup> Os preços da impressão eram definidos pela Comissão da Tipografia.

<sup>14</sup> Um recibo assinado pelo administrador dos Correios, Sr. Manoel José de Mello, aponta o recebimento e pagamentos de duas resmas de recibos impressos na Tipografia Nacional do Maranhão, disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite, Ms, 254 (260) M1 G2 E11).

<sup>15</sup> Como já observado, a partir do nº 77, de 6 de abril de 1822, o jornal passou a chamar-se apenas *O Conciliador*. Ao longo deste trabalho utilizarei apenas a palavra “*Conciliador*”, suprimindo a artigo “O”.

<sup>16</sup> A primeira edição do *Dicionário...* de César Augusto Marques é de 1870.

<sup>17</sup> O *Conciliador* passou a ser impresso a partir da edição de número 35, em 10 de novembro de 1821, com a instalação da Tipografia Nacional do Maranhão. Na obra de José Maria Corrêa de Frias (2001, p. 15), - primeira edição é de 1866 - o autor chama a tipografia de “tipocaligrafia”, pelo fato do jornal *O Conciliador* ser manuscrito.

rem de Inglaterra a Imprensa e Typos, positivamente encomendados para imprimir o *Conciliador*. (*Conciliador*, nº 52, 9/1/1822, p. 3).

Das 34 edições manuscritas, somente 8 edições foram impressas na Tipografia<sup>18</sup>. Por meio de artigo publicado no *Conciliador*, os redatores destacaram aos assinantes que seriam remetidas as edições manuscritas, agora impressas: “aos Senhores Assinantes se prometeu então a gratuita entrega de todos os números, que mui caros pagarão manuscritos; do que se deduz que os Redatores estão obrigados a esta satisfação, garantida até por o Governo” (*Conciliador*, nº 52, 9/1/1822, p. 3). Em seguida, os redatores justificaram o atraso da entrega das edições por falta de tempo para realizar as impressões e pela intensa atividade tipográfica a que estavam submetidos:

He notório ou ao menos certo, que a redação deste Periódico foi sucessiva, e gratuita até chegar a Imprensa, e que esta se empregou desde logo na Impressão dos números correntes: observou-se que, apesar de todos os esforços, estes números por muito tempo se retardarão, o que faz a primeira prova de que então não sobrava tempo para aviar outros impressos; e deduz-se a segunda com o facto de que os mais assíduos trabalhos não poderão ainda conseguir nem a impressão dos 34 números manuscritos do *Conciliador*. (*Conciliador*, nº 52, 9/1/1822, p. 3).

Segundo Marques, as atividades da tipografia<sup>19</sup> iniciaram no dia 15 de novembro de 1821, tendo como funcionários: Francisco José Nunes Corte-Real - compositor e recebia uma diária de 1\$200 réis - Francisco Antônio da Silva - impressor e recebia uma diária de 1\$600 réis - Antônio da Silva Neves - ajudante do compositor e amanuense recebendo uma diária de 666 réis - e Antônio Pedro Nolasco - guarda e servente da oficina e recebia uma diária de 200 réis.

As despesas com a Tipografia Nacional foram significativas. Marcelo Galves (2016, p. 128), ao analisar a documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), destaca que o padre Tezinho recebeu dos

---

<sup>18</sup> Não há registros das edições de número 9 a 34 na Biblioteca Nacional (BN) e Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Na edição nº 118 (28/8/1822, p. 6), os redatores anunciaram que a impressão da edição nº 8 seria a última e propunham um acordo aos assinantes que pagaram as 34 edições. Já na edição nº 53, 12/1/1822, os redatores ofereceram os 34 números impressos, antes manuscritos, pela quantia de 6\$400 réis.

<sup>19</sup> Após o surgimento da Tipografia Nacional do Maranhão, outras tipografias funcionaram brevemente em São Luís, como a Tipografia Melandiana (1825), de Daniel Garção de Melo e a Tipografia Constitucional, de Clementino José Lisboa, a partir de 1830.

cofres públicos 139\$200 réis, referentes à “despesa feita com o Periódico e outras publicações desde o dia seis d’Abril do presente ano até o fim de maio” (APEM. Livro 63, nº 133, p. 34).

Outras despesas publicadas no *Conciliador* (nº 46, 20/12/1821, p. 8) são referentes às viagens dos funcionários da tipografia vindos de Portugal: Francisco José Nunes Corte-Real (compositor de letras), Francisco Antônio da Silva (impressor de letras), ambos residentes em Lisboa, que juntos somaram a quantia de 144\$632 réis, e foram subsidiadas pela doação de 427\$424 réis da Casa de Comércio Antônio José Meirelles, Ferreira, e Companhia. Ainda sobre as despesas, a *Conta Geral dos Cofres Nacionais da Província do Maranhão* (1821), publicada como Suplemento da edição número 64 do *Conciliador* (20/2/1822), destaca que a despesa com a tipografia foi de 4:036\$000 réis.

A primeira edição do jornal *O Conciliador do Maranhão* circulou manuscrita em São Luís no dia 15 de abril de 1821, nove dias após a adesão. Era publicado duas vezes por semana, com volume de quatro a oito páginas e suplementos em algumas edições, tendo como redatores José Antônio da Cruz Ferreira Tezo, que exercia o cargo de padre (padre Tezinho), e Antônio Marques da Costa Soares, oficial-maior da Secretaria de Governo e posteriormente diretor da Comissão Tipográfica. “Construtores de um constitucionalismo de ocasião” (GALVES, 2015, p. 101) repercutiram no *Conciliador*<sup>20</sup> louvores à nova ordem, expressos por uma espécie de pedagogia constitucional.

A política constitucional de Fonseca encontrava nas edições e circulação do jornal *Conciliador* os instrumentos ideais de amplificação<sup>21</sup> do “seu” liberalismo. O periódico estabeleceu o ideário político da época, sendo um macro manual de instruções, normas e regras constitucionais na província.

De acordo com Sebastião Jorge (1998, p. 11): “em São Luís ele [o periódico] proliferou como praga”. Assim, o periódico reverberou, nas esquinas, boticas e praças, os ecos da Revolução do Porto, dando-lhe

<sup>20</sup> A repercussão de ideias políticas nas gazetas e nos jornais brasileiros foram práticas contínuas desde a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808, com a instalação da imprensa Real. Nesse sentido, a configuração de circulação de princípios e ideários políticos no Brasil na segunda década do século XIX compreende um avanço em tal atividade com a proliferação dos folhetos, pasquins e jornais. Segundo Oliveira (1999, p. 109): “a circulação de publicações produzidas na Imprensa Régia e na Europa e as operações mercantis possibilitavam a difusão de notícias e de versões desencontradas bem como o de projetos sobre o futuro do Império”.

<sup>21</sup> Joaquim Serra (2001, p. 23) aponta que “saíam centenas de exemplares, que eram lidos com avidez”. A primeira edição é de 1883. Dessa forma, compreendo o processo de circulação do jornal e a prática de leitura como ação contínua e de grande ampliação não somente em São Luís, mas por grande parte da província.

feições provinciais. Ler, opinar, publicar, pensar, refletir foram ações pertinentes aos espaços privados e públicos de São Luís, estabelecidos a partir da cultura vintista permeada pelo *Conciliador* por intermédio de cartas e debates entre personagens, agora componentes de uma esfera pública de representação política.

De fato, a presença de debates políticos entre “cidadãos” nas folhas do *Conciliador* e o envio de querelas, representações, abaixo-assinados e ofícios ao Soberano Congresso demonstram a participação da população no ambiente político da época. Nesse sentido, a criação do espaço comunicacional guardava em cada palavra a formação de uma opinião pública embasada nos acontecimentos políticos e na constituição de espaços públicos de debates<sup>22</sup>. Sem dúvida, a linguagem da cultura política do vintismo, pautada na construção de opiniões públicas, disseminou ideias liberais, a partir de uma concepção polissêmica da noção de “liberdade”.

Com 212 números<sup>23</sup>, “lidos com avidez”, o jornal circulou pela província alcançando regiões distantes de São Luís. Nas edições nº 39, 56, 97, 163, 167 e 190, os redatores publicaram a listagem dos assinantes da folha e suas localidades: São Luís, Bacanga, Itapecuru, Itapecuru Mirim, Alcântara, Caxias, Iguará, Parnaíba, Viana, Guimarães, Oeyras, Mearim, Campo Maior, Cajapió, Brejo, São Bernardo, Peria, Pastos-Bons, Codó, Piauí, Putí, Sipahú, Ceará, Grão-Pará e Liverpool, além de outras localidades chamadas pelos redatores de “cidade do Maranhão” (provavelmente, São Luís). Seguramente, a circulação do jornal compreendeu a prática de leitura, disseminação de ideias políticas constitucionais e formação de espaços públicos de debates não somente em São Luís<sup>24</sup>.

### 3 Pontos e debates políticos no *Conciliador*

O surgimento da imprensa nas províncias brasileiras provocou, por vários caminhos, a ampliação do debate político. Essa ampliação pode ser

---

<sup>22</sup> De acordo com Marco Morel (2005, p. 200), a formação dos espaços públicos de debates políticos são resultados da prática de oralidade e constituição da opinião pública existentes antes mesmo da palavra impressa e que possibilitou a legitimação da nova política constitucionalista no império luso-brasileiro. Nesse sentido, a opinião pública, segundo Morel, constitui “como recurso para legitimação de práticas políticas e como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”.

<sup>23</sup> A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e a Biblioteca Nacional (BN) não possuem as edições de número 9 ao 34, ausência que interfere na análise desse intervalo. Porém, Luís Antônio Vieira da Silva apresenta uma cópia da edição de número 212, de 23 de julho de 1823, dias antes da “adesão” à Independência brasileira.

<sup>24</sup> O jornal poderia ser comprado na botica do padre Tezinho, na botica de Daniel Joaquim Ribeiro e na Tipografia.

visualizada, por exemplo, a partir da circulação de jornais contendo informações dos trabalhos parlamentares das Cortes portuguesas, das províncias adjacentes e da movimentação política entre Brasil e Portugal.

Articulados de algum modo ao liberalismo das Cortes, considero que os impressos luso-brasileiros do início da década de 1820 reverberaram a atuação do Soberano Congresso neste lado do Atlântico. Nesse momento, a imprensa tornou-se o principal veículo de difusão da política das Cortes no além-mar.

A imprensa foi um instrumento simbólico de aproximação entre seus leitores e as Cortes. No Maranhão, certa pedagogia constitucional assumida pelo *Conciliador* estimulou a participação da população nos assuntos políticos. Com o periódico em circulação, a província apresentou ares de modernidade e novas formas de sociabilidade.

Por meio do *Conciliador*, as discussões políticas ganharam o espaço público, contribuindo para a formação de opiniões públicas. Praças, bicos, boticas e cafés corresponderam a espaços propícios para divulgar e opinar sobre a política liberal. Ao ponderar sobre a atuação e expansão dos trabalhos das Cortes pela imprensa, Telmo Verdelho (1981, p. 181) afirma que a partir de “1820, a política saiu do palácio e veio para a rua”.

No Maranhão, a atividade tipográfica<sup>25</sup> também compôs o cenário político. Com o uso da imprensa, a política constitucional das Cortes portuguesas ganhou as ruas da província, especialmente da capital São Luís. *O Conciliador do Maranhão* pode ser considerado como o principal difusor do constitucionalismo na província, evidentemente, lido a partir dos interesses do governo de Pinto da Fonseca.

Filhos do constitucionalismo luso-maranhense, os redatores<sup>26</sup> do primeiro periódico maranhense destacaram as transformações do campo político e econômico e a ligação de cidadãos políticos com as transforma-

---

<sup>25</sup> Marco Morel (2009, p. 163) considera que a imprensa brasileira marcou e ordenou uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais. Para Morel, a circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira e não ficava estancada a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa.

<sup>26</sup> De acordo com Galves (2015, p. 136-137): José Antonio da Cruz Ferreira Tezo - o padre Tezinho - e Antonio Marques da Costa Soares foram redatores do *Conciliador*. Tezinho se envolveu em atividades diversas, acumulou atribuições religiosas, jornalísticas e mercantis, foi proprietário de um botequim, uma casa de bilhar e uma botica. Já Costa Soares era homem de confiança de Pinto da Fonseca, exercia funções no governo, a direção da Tipografia, além de ser o responsável pelas peças encenadas no Teatro União – chamado de “Nacional” pelo *Conciliador*. Diferentemente de Tezinho, Costa Soares não resistiu às mudanças políticas promovidas pela Independência, tendo sido expulso do Maranhão em 15 de setembro de 1823, por decisão da Câmara Geral.

ções da província no pós-adesão às Cortes, em 6 de abril de 1821. De acordo com Marcelo Galves (2015, p. 138): “o intervalo de nove dias entre a ‘adesão’ à Revolução do Porto e a circulação do primeiro jornal do Maranhão evidencia o vínculo entre a nova ordem política e a construção, via imprensa, de uma nova legitimidade”.

O *Conciliador do Maranhão* começou a circular, manuscrito<sup>27</sup>, em 15 de abril de 1821. Considero que o *Conciliador* constituiu um objeto político do vintismo luso-maranhense, ajustado em dois aspectos: o primeiro, no movimento constitucional do Porto e da adesão do governador Pinto da Fonseca; o segundo, na movimentação política das Cortes e da política liberal no pós-adesão da província.

Nas edições foram publicados decretos, ordens e instruções das Cortes. Os redatores tornaram o *Conciliador* um manual político constitucional<sup>28</sup>, baseado na intensa ligação com os comandos de Lisboa como centro do poder administrativo. Entre os decretos publicaram, por exemplo, aquele que regulamentava a liberdade de expressão e imprensa, chave para o controle das opiniões que circulavam pela província, produzindo uma rede de comunicação política (*Conciliador*, n° 35, 10/11/1821, p. 1).

Sobre a liberdade de expressão, os redatores publicavam cartas de cidadãos da província, inseridos nos debates sobre a política local e nos assuntos econômicos. Com essa atividade, nota-se a assimilação da população com palavras e expressões oriundas da revolução portuense e da política liberal. De fato, a imprensa marcou a familiarização do vocabulário político não apenas no Maranhão, mas nos centros políticos das províncias luso-brasileiras em que tivera uso. Ao analisar o *Conciliador*, Marcelo Galves (2015) apontou que:

O significado da “boa ordem” ganhou os primeiros contornos com a pedagogia constitucional, ensaiada nos primeiros números. Condizente com as luzes do liberalismo português, os redatores atribuíram sentido a novos termos

---

<sup>27</sup> A circulação impressa do *Conciliador* começou em novembro de 1821, com a instalação da Tipografia Nacional do Maranhão. A Comissão da Tipografia, criada em 18 de novembro de 1821 era composta por Antonio Marques da Costa Soares (diretor e secretário), o desembargador José Leandro de Souza (presidente) e Lázaro Antonio da Silva Guimarães (tesoureiro). Dos 34 números manuscritos, os 8 primeiros foram impressos.

<sup>28</sup> Ao falar sobre a diferença de gazeta e jornal, Maria Beatriz Nizza da Silva (2009, p. 15) apontou: “No início do século XIX, o leitor de periódicos sabia perfeitamente a diferença entre uma gazeta e um jornal. Enquanto o papel da primeira era simplesmente divulgar notícias, nacionais ou estrangeiras, do segundo esperavam-se maior erudição e análise de questões relacionadas com a agricultura, comércio, a história natural, a economia política, entreamadas, por vezes, com um pouco de poesia”. Dessa forma, o *Conciliador* constituiu um jornal múltiplo, ou melhor, publicava além do campo político, variedades de informações, poesias, editais e anunciava vendas de livros e escravos.

presentes no vocabulário político e novos sentidos a velhas palavras.  
(GALVES, 2015, p. 139).

Entre os extratos das sessões das Cortes<sup>29</sup>, publicados pelo *Conciliador*, destacam-se os registros de trechos dos decretos das Cortes, cartas entre cidadãos da província, cartas para as Cortes, incluindo cartas encaminhadas pelo governador Pinto da Fonseca e representações de cidadãos maranhenses.

Como destacado no capítulo anterior, as Cortes portuguesas iniciaram seus trabalhos em 26 de janeiro de 1821 com um total de 100 deputados do reino. Na primeira edição manuscrita do *Conciliador*, de 15 de abril de 1821, não há registro das sessões das Cortes. Os redatores preocuparam-se em destacar o objetivo do jornal, comemorar sua criação e enfatizar seus vínculos com o constitucionalismo português:

Debaixo desses princípios, querendo nos concorrer para esta interessante obra, quanto cabe no curto limite de nossas forças, nos propomos a oferecer ao Público, neste Periódico, os acontecimentos políticos, que tiveram princípio nesta cidade no memorável dia 6 de abril, e que sucessivamente continuarem. (*Conciliador*, nº 1, 15/4/1821, p. 1).

As informações sobre as Cortes ganham destaque a partir da edição nº 2, de 19 de abril de 1821, com ênfase aos seis primeiros decretos publicados e estabelecidos pelas Cortes, que destacam a criação de uma Regência para as atividades do Poder Executivo.

Os extratos das sessões das Cortes foram publicados pelo *Conciliador* a partir da edição nº 38, de 21 de novembro de 1821, cinco dias antes da posse dos deputados Belford e Caldas. De acordo com Marcelo Galves (2015, p. 141), sem uma ordem cronológica, a transcrição dos debates e das decisões tomadas pelas Cortes ocuparam generosos espaços no *Conciliador*, raramente acompanhados por comentários dos redatores do jornal.

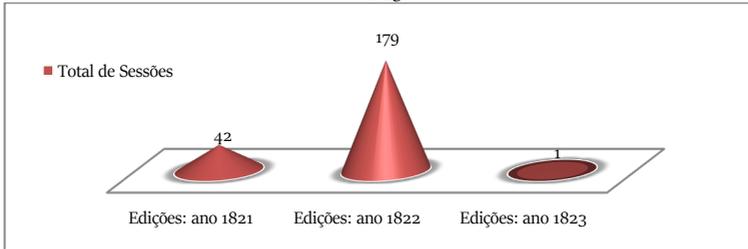
Os extratos não ocupavam um lugar fixo no jornal. Mais comuns na primeira página, aparecem também em outras partes do jornal, em meio às informações locais ou regionais, abrangendo ainda informações de províncias adjacentes, como o Pará, Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro, também relacionados com os debates do Soberano Con-

---

<sup>29</sup> Ao longo deste capítulo, proponho a análise das edições do *Conciliador* em que foram publicados extratos das sessões parlamentares das Cortes e das discussões referentes à província do Maranhão e /ou que contaram com a participação dos deputados Belford e Caldas.

gresso. No gráfico a seguir, apresento a quantidade de sessões parcialmente reproduzidas pelo jornal, entre 1821 e 1823:

**Gráfico 1** – Quantidade de sessões das Cortes portuguesas publicadas no jornal *O Conciliador do Maranhão* de 1821 a 1823.



**Fonte:** *O Conciliador do Maranhão*, edições: 1821/1822/1823.

Os extratos das sessões parlamentares das Cortes selecionadas pelos redatores do *Conciliador*, de um modo geral, trataram de temáticas relacionadas ao Brasil/Maranhão. Na edição n<sup>o</sup> 38, de 21 de novembro de 1821, os redatores iniciam a publicação dos extratos com alguns esclarecimentos:

Por os periódicos portugueses escritos em Londres, tivemos notícias das *Atas do Soberano Congresso*, até 23 de agosto, e delas resumiremos o que tiver relação com a Nação em geral, ou com o Brasil em particular; posteriormente aos últimos papeis públicos vindos diretamente de Lisboa; assim como copiaremos relativamente a este reino algumas reflexões daqueles judiciosos redatores. (*Conciliador*, n<sup>o</sup> 38, 21/11/1821, p. 1).

Note-se que os redatores utilizaram de diversos registros para compor as sessões no *Conciliador*, entre eles, os *Diários das Cortes* e impressos oriundos de outras localidades. Além dos periódicos escritos em Londres, os redatores utilizaram o *Correio Brasiliense*, também impresso em Londres, para complementar as informações<sup>30</sup>. Dessa forma, é compreensível a não publicação das sessões em ordem cronológica, por problemas na recepção dos *Diários*, ou pela falta de conhecimento sobre alguns conteúdos, suprida com a leitura de papéis públicos e periódicos de localidades distantes da província.

Justificando a falta de informações para completar as publicações das sessões das Cortes, os redatores emitiram uma nota na edição n<sup>o</sup> 43 (8/12/1821, p. 2): “por nos faltarem folhas dos *Diários* de Lisboa, omitti-

<sup>30</sup> Durante as edições do *Conciliador*, os redatores destacaram a origem das informações, seja dos *Diários das Cortes* como dos impressos que chegavam ao Maranhão de Pernambuco, Rio de Janeiro, Lisboa, Buenos Aires, Inglaterra.

mos as duas sessões 168 e 169; assim como omitiremos quaisquer outras, que faltem, para as publicarmos quando as obtivermos”.

As edições do ano de 1821 corresponderam a um composto de informações sobre a movimentação política da província, desde a adesão em 6 de abril e o trabalho desenvolvido pelas Cortes, em pequenas e resumidas publicações. De acordo com o gráfico 1, ao longo do ano de 1822, foram publicadas 179 sessões das Cortes no *Conciliador*, momento em que já estavam presentes nas Cortes a grande maioria dos deputados provinciais. Com isso, os debates referentes ao Brasil, e em específico para algumas províncias, foram mais frequentes. Nas edições de 1823 foi encontrada apenas uma sessão das Cortes, publicada da edição nº 178, de 26 de março<sup>31</sup>.

Denominado de *Conciliador*, o jornal estabeleceu, desde seu nome, intensa ligação dos lusos-maranhenses com as Cortes. Nessa perspectiva, o apoio e a união da província com o parlamento português estabeleceram mais uma característica política para o processo de regeneração política das Cortes sobre o território luso-brasileiro. O *Conciliador* vivenciou a política liberal com as publicações de trechos das sessões em que foram debatidas temáticas referentes aos interesses do Maranhão.

Em geral, os extratos das sessões das Cortes estavam relacionados ao controle e organização das províncias brasileiras por meio de decretos, investimentos administrativos e ofícios enviados a Lisboa. Assim, seguiam para as Cortes ofícios e representações com solicitações da junta de governo que foram apresentadas e discutidas durante as sessões parlamentares.

Portanto, filho do constitucionalismo português, o periódico maranhense compreende uma fonte histórica rica e fundamental para analisar a movimentação política da província. Produto da política e do governo provincial, o jornal retratou e divulgou seus interesses, tanto na província quanto em outras regiões e nações, marcando a política constitucional e as transformações que marcaram o cenário político do momento.

---

<sup>31</sup> A sessão publicada é referente à nomeação dos membros da regência do Brasil, entre eles: o Arcebispo da Bahia como presidente, Luiz Antônio Rebello da Silva, Manoel Antônio de Carvalho, Sebastião José Xavier Botelho e João de Souza Pacheco como membros. Como secretários: Francisco José Vieira; para o expediente do reino e Fazenda: Joaquim José de Queirós. Na sessão ficou decretado que a regência do Brasil teria sede na Bahia, podendo ser removida para outra parte do Brasil. Com isso, todas as províncias estavam sujeitas à sede, exceto as do Pará e Maranhão (*Conciliador*, nº 178, 26/3/1823, p. 4). Lembro que, em março de 1823, a província do Maranhão ainda estava vinculada ao Império português.

## Considerações finais

Neste texto, tomei como referência a pesquisa e investigação histórica por meio dos impressos para uma nova escrita da história política, centrada no conjunto de renovação proposta pelos historiadores Pierre Rosanvallon (1995), René Rémond (2003) e outros, e, especificamente nos primeiros anos da década de 1820, para analisar a movimentação política na província do Maranhão, utilizando como objeto o jornal *O Conciliador do Maranhão*. Vintismo, impressos, debates e informações políticas estiveram no centro das minhas preocupações como formadores de representações e fenômenos políticos do lugar social de atuação coletiva.

Reitero que a província do Maranhão passava por transformações na política e viveu novas formas de sociabilidade e de organização social. De acordo com Marco Morel (2005, p. 223): “as transformações tratam-se, portanto, de uma época marcadamente híbrida entre práticas e valores consagrados no que passava a se chamar de Antigo Regime e outros, que se pretendiam modernos”.

Um dos elementos principais da modernidade política da época foi a disseminação de jornais pelo Brasil. No Maranhão, o *Conciliador* é fruto do sistema constitucional instalado no governo. Pelo periódico, foi possível perceber e analisar as relações políticas entre a administração provincial e cidadãos políticos, além da intensa ligação com o corpo político das Cortes portuguesas sediadas em Lisboa.

Com a Revolução do Porto em 1820 e os efeitos do período do vintismo na política maranhense desde abril de 1821, a inserção das ideias liberais nos impressos do Maranhão e a formação de espaços públicos de representação política agitaram a cidade de São Luís, sempre em conexão com Lisboa, a quem se manteve fiel após o “7 de setembro”.

Como observado, o vintismo maranhense ganhou corpo com a adesão do governador Pinto da Fonseca à Revolução do Porto, em 6 de abril de 1821. Desde então, as transformações políticas foram visíveis, incluindo os embates sobre a permanência ou não de Pinto da Fonseca à frente do governo constitucional. O Maranhão, assim como as demais províncias luso-brasileiras, foi palco da política liberal das Cortes portuguesas, e de suas vicissitudes.

Com o *Conciliador*, o constitucionalismo luso-maranhense ganhou as ruas, boticas, becos e praças. A publicação de decretos e a reprodução,

por vezes comentada, dos debates parlamentares, mesclaram-se a notícias/embates do cotidiano da cidade de São Luís, aproximando província e nação.

O intenso movimento das informações criou espaços públicos e, como consequência, opiniões públicas. A imprensa, com seu papel e registros, garantiu aos historiadores um novo olhar às intrínsecas ligações políticas determinadas por conflitos sociais, representações e construções tendenciosas, verdadeiras e/ou falsas.

Por fim, ressalto que os princípios da Nova História Política e as documentações apresentadas neste trabalho são importantes para o estudo da política do Maranhão, e em especial da capital, São Luís, centro de autoridade política. Portanto, superar equívocos, apresentar novas construções historiográficas, novos debates com fontes/documentações, aplicar teorias e métodos para a cientificidade histórica são pontos essenciais para a escrita da história.

## Referências

### Documentos:

#### a) Manuscritos:

- **Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU-ACL-CU-009, Cx.167, D.12182

#### b) Impressos:

- **Documentos Oficiais**

*Diários das Cortes Gerais e Extraordinária da Nação Portuguesa (1821-1822).*

- **Jornais (periódicos)**

(O) Conciliador do Maranhão – Maranhão (1821-1823)

## Bibliografia:

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. 2. Ed. - São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. **O Livro Escolar no Maranhão Império:** produção, circulação e prescrições. 450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. 11 (5), 1991.

\_\_\_\_\_. **História Cultural**. Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Miraflores-PT: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. Uma Revolução da Leitura no século XVIII?. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e Impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 93-106.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (Orgs.). **Revolução impressa**: a imprensa na França (1755-1800). São Paulo: Edusp, 1996, p. 16-25.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas** – 2. ed. São Paulo: Contexto 2010.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e metodologia. 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55-70.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: o retorno da história política. Estudos Históricos, nº 10, 1992.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

\_\_\_\_\_. “Dirigir e retificar a opinião pública”: os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Histórias sobre o Brasil no Oitocentos**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 123-138.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **A História Política no campo da História Cultural**. Revista de História Regional, Verão, 1998, p. 25-36.

JORGE, Sebastião. **Os primeiros passos da Imprensa no Maranhão (1821-1841)**. São Luís: PPG/EDUFMA, 1987.

MARQUES, César Augusto. 1826-1900. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3ª. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

- \_\_\_\_\_. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. **Livros e Impressos: retratos** do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 153-184.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e Impressos: Retratos** do Setecentos e do Oitocentos. – Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucía Maria Paschoal, PRADO, Maria Emília, PEIXOTO, Antônio Carlos (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p. 9-27.
- RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa, Difel: 1989.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: \_\_\_\_\_. **Por uma história do político**. Trad. Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010. p.76.
- \_\_\_\_\_. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 30, 1995, p. 09-22.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Imprensa Periódica na época joanina. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Livros e Impressos: retratos** do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 15-30.
- SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. 3 ed. São Paulo. Siciliano, 2001.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VERDELHO, Telmo dos Santos. **As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820**. Coimbra: INIC, 1981.

## **Recrutamento militar e a farda do soldado: representações de poder, violência e abrigo**

Polliana Borba

O ano é o de 1849. Estamos na vila de Rosário. O então subdelegado Feliciano Xavier Freire relata em ofício ao comandante do destacamento suas preocupações para com o engajamento<sup>1</sup>, haja vista nenhum homem ter-se apresentado como voluntário para o serviço das armas. Desse modo, dever-se-ia principiar o recrutamento. Segundo o subdelegado, era preciso que todos os meios possíveis fossem empregados para que pudessem conseguir homens para o serviço (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/APEM).

Feliciano Xavier Freire, no mesmo texto, relembra ao comandante uma anterior combinação de ambos, tratava-se da forma como seriam “pegos” os possíveis recrutados. O comandante do destacamento deveria orientar os praças que quando saíssem pelas ruas e arredores da vila para “pegar” os recrutados deveriam estar vestidos à paisana para que não fossem percebidos pela população<sup>2</sup> (MARANHÃO, delegado de polícia, ofício nº 25 de 30 de setembro de 1849, anexo. Avulsos/APEM). A estratégia era um tanto ousada, porém necessária, pois somente assim Feliciano Xavier conseguiria “pegar” os homens que deveriam ser feitos soldados e completar sua cota perante sua majestade real<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Beattie (2009, p.17-40) diferencia o recrutamento forçado da “consciência”. Diz que ambos são formas de recrutamento. O primeiro é um ato “coercitivo” determinado por autoridades a quem incumbem o ato; o segundo exige a confecção de uma lista ou alistamento de pessoas. O engajamento, no Oitocentos, é para aqueles que se apresentam de forma voluntária (AMARAL, 1872)

<sup>2</sup> “Tempo do pega” é uma expressão de como ficou registrado na memória coletiva o alistamento forçado para as forças armadas, como Assunção (1998; 2003; 2008) registrou em suas pesquisas.

<sup>3</sup> Havia um número de recrutas estabelecido a cada província, era dividido pelo presidente entre as comarcas, proporcionalmente ao número de freguesias e ao número de cidadãos qualificados votantes nas eleições primárias existentes em cada uma delas. Na localidade onde não se completasse a quantidade estabelecida de indivíduos, o recrutamento seguiria aberto o tempo que fosse necessário (AMARAL, 1872).

O recrutamento era uma tarefa nada fácil. Os recrutadores estavam sempre relatando aos seus superiores as dificuldades que enfrentavam no desempenho de suas funções. Estratégias eram buscadas pelos “caçadores de homens” para mascarar seu intento, como a relatada acima. Dessa forma, Mendes (1998, p. 12) concluiu que:

Paradoxalmente, o sucesso da tarefa do recrutamento será dependente, justamente, e no mais alto grau, de sua imprevisibilidade. Segredo e simultaneidade serão recomendados como fatores decisivos para o sucesso do apresamento. Todos sabem que na ausência de quaisquer previsões distributivas, praticamente qualquer um pode ser objeto da caçada humana. À menor suspeita da aproximação do recrutamento, os possíveis recrutas se antecipam e desaparecem nos sertões. A população se vê tomada de pânico e as vilas tornam-se desertas.

Ou seja, quanto menos se espalhasse a notícia de que o recrutamento estava aberto, melhores resultados seriam obtidos. A falta de pessoas recrutáveis é a queixa apresentada com maior frequência para o não cumprimento das metas impostas aos recrutadores<sup>4</sup>. Em muitas ocasiões, era dito não haver naquelas localidades ninguém nas circunstâncias de ser recrutado, pois todos tinham uma “ocupação” válida ou estavam protegidos pelas isenções previstas em lei<sup>5</sup>.

Porém, o que observamos nessa prática é como a estratégia do sub-delegado Feliciano Xavier leva a pensar a intrínseca relação entre o grupo social atingido pelo recrutamento e a farda. Por conseguinte, as implicações em decorrência de vesti-la, a farda era vista como símbolo de um sistema dominante de complexas relações entre senhores, recrutadores e recrutados.

## 1 Os passos do recrutamento na historiografia

O recrutamento militar é o alistamento de pessoas do sexo masculino para preencher as fileiras das tropas de linha, termo que, à época, denominava as tropas profissionais do Exército e a Armada (Marinha).

---

<sup>4</sup> Ver Borba (2016) sobre as práticas de recrutamento no Maranhão Provincial.

<sup>5</sup> Referimo-nos às Instruções de 10 de julho de 1822, que entraram em vigor no mesmo ano e ficaram conhecidas com as Instruções de 1822. De acordo com Faria (2007, p.112), elas podem ser vistas como “os pilares do recrutamento forçado” para as tropas profissionais, colocadas em prática durante quase todo o Império Brasileiro, e que seriam complementadas com outros decretos, vigorando até 1875, quando foi estabelecida a lei do recrutamento através do sorteio (BRASIL. Lei n.2556, de setembro de 1874).

Era deflagrado anualmente quando o governo estabelecia o calendário e o número de indivíduos que os municípios da Corte e as províncias deveriam fornecer para servir em cada corpo militar, ocorrendo ou de maneira voluntária ou de maneira forçada (AMARAL, 1872). Os indivíduos com desejo de servir em uma dessas tropas poderiam apresentar-se ao quartel, nesse caso, considerar-se-iam voluntários. Porém, quando não se completasse a meta estabelecida para as forças militares, o caráter forçado seria acionado.

Na historiografia que aborda a temática, o recrutamento é considerado como um dos processos mais arbitrários e que vitimava grande parcela da população pobre. De maneira geral, sua função consistia não somente em suprir as fileiras das tropas de linha, mas também servia como estratégia para a manutenção da ordem e o controle social de quem se encontrava nas camadas mais marginalizadas da sociedade (MOREIRA, 2006; SILVA, 2001; IAMASHITA, 2010). Ao mesmo tempo, especialistas na temática são unânimes em enfatizar a coercitividade empregada nessa prática (SILVA, 2001; GOMES, 2010).

Os estudos acerca do “recrutamento militar no Maranhão” são bem recentes e seguem a perspectiva dos estudos denominados e inseridos no que se tem chamado de Nova História Militar<sup>6</sup>, que é considerada uma nova escrita, em que os objetos/temas podem ser os mesmos, porém são olhados com outra perspectiva que não se atém a narrar os feitos dos comandantes das batalhas, nem mesmo a descrição das batalhas consideradas gloriosas ou estratégias de guerra e muito menos a idealizar os corajosos homens com suas altíssimas patentes que venceram as adversidades e deixaram seus nomes e marcas na história do país, tornando-se os heróis idolatrados. Deixa-se de lado as posições anteriormente já célebres, não as (re)negando, tornando-as, entretanto, mais amplas para além dos conceitos já conhecidos, vejamos:

A História Militar é um conjunto de muitas coisas. É – e para muitos escritores do passado e do presente é pouco mais do que isso – o estudo dos gerais e do generalato [...]. A História Militar é também o estudo do armamento e do sistema de armas, da cavalaria, artilharia, castelos e fortificações, do mosquete, do arco, do cavaleiro com armadura, do encoura-

---

<sup>6</sup> Borba (2016) oferece um trabalho nessa proposta que viria a somar a linha de estudos voltados nessa temática e na pretensão de responder aos questionamentos de como essa prática se deu na Província do Maranhão, considerando que já existia uma produção bibliográfica significativa em outras regiões.

çado, do bombardeiro estratégico. [...] A História Militar é, por outro lado, o estudo das instituições, regimentos, estados-maiores e escolas de estado-maior, dos exércitos e das marinhas em geral, das doutrinas estratégicas adotadas na batalha [...]. A História Militar, podemos inferir daqui, tem, em última análise, de tratar da batalha. (KEEGAN, 2000, pp. 28-30, apud PEDROSA, 2011, p. 2).

Para Pedrosa (2011), tal postura era algo tradicional na escrita da História Militar e só mudaria após a Segunda Guerra Mundial. Haveria uma amplitude do conceito passando a considerar também categorias como a “história das instituições militares”, seja na “paz” ou na “guerra” e, principalmente, “a relação com a sociedade”. Dessa forma, busca-se nesse momento oferecer destaque à história daqueles que foram deixados à margem da escrita, os quais não são vistos por seus feitos/participação nas batalhas, mas que ainda assim fizeram parte do conjunto para que o objetivo final fosse alcançado.

Na ampliação dessa abordagem, podemos destacar que os estudos de Edward Thompson meio que alavancaram abordagens com ênfase em uma história não da elite<sup>7</sup>, mas que dissessem respeito àqueles que foram deixados à margem da história. A partir de então, o conceito de história vista de baixo foi idealizado, passando a fazer parte do vocabulário dos historiadores (SHARPE, 1992).

De acordo com Sharpe (1992, p. 54), a história vista de baixo é o caminho para uma “compreensão histórica mais rica” em que “a experiência do cotidiano das pessoas” comuns somada à temática dos “tipos mais tradicionais de história” tem melhores resultados, pois não se pode escrever a história com um único olhar, é necessário um contexto. A abertura a esses novos caminhos possibilitou o aprofundamento da escrita da história e a aproximação com outras áreas.

A proposta de uma nova história com interesses mais amplos já vinha tomando posições desde o movimento dos *Annales*, em 1929, uma “*nouvelle histoire*”.

Tripudiar sobre a historiografia historicista do século XIX, reduzida por eles à mera descrição factual de episódios políticos, em contraposição a uma história-problema, totalizante e interdisciplinar. Referiram-se à sua proposta

---

<sup>7</sup> Referimo-nos à publicação de seu artigo ‘The History from Below’ em The Times Literary Supplement, em 1966 (SOARES e VAINFAS, 2012: 113).

como uma *nouvelle histoire* caracterizada, antes de tudo, por ser uma história social no sentido amplo. (SOARES; VAINFAS, 2012, p. 113).

Essa nova história teria como pilares fundamentais o econômico e social, em contraposição à história que vinha sendo escrita, mais precisamente a história política<sup>8</sup>, preocupar-se-ia, a partir de então, com o estudo das estruturas, “aquilo que não se vê, mas está por trás” (FERREIRA, 1992, p. 266).

Ou seja, o advento dessa nova história influenciou a escrita, a forma de pensar e ver as instituições militares, seguindo o caminho dessa nova corrente de pensamento que havia surgido.

Os adeptos da Nova História buscam a multidisciplinaridade dos estudos históricos, com a utilização de novas fontes de pesquisa, além dos tradicionais documentos escritos, e de novos pontos de vista, como a história vivida e protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, no que ficou conhecido como a “história vista de baixo”. Seu ideal é ser a “Ciência dos homens’ [...] [e] É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’” (BLOCH, 2002, p. 55 apud PEDROSA, 2011, p. 4).

Da mesma forma que se mudam os protagonistas também são outros os autores. Há um legado na historiografia militar em que seus escritos iniciais são reservados a militares, os quais, em geral, detalharam as estratégias de guerra/batalha utilizadas para vencer ou narrar os principais atos que os direcionaram ao fracasso.

Essa modificação na conceituação e também no autor – que foi do militar ao historiador – também tem seus resquícios na Escola dos *Annales*, que acenderam novas possibilidades para a aceitação de estudos das mais variáveis temáticas com um jeito diversificado na forma de escrever e interpretar. Embora, segundo Moreira e Loureiro (2012, p. 14), o grupo a princípio não tenha priorizado a temática “militares”, mas contribuiu de forma significativa no “modo de produção do conhecimento”.

Essa nova abordagem na história militar traz à tona explicações sob um novo olhar – o do historiador – que, ao trabalhar com determinados seres humanos, coloca-os como tal, buscando em suas pesquisas as

---

<sup>8</sup> A história política foi renegada e só retornaria ao cenário a passos largos, retorno esse que René Rémond chamou de “renascimento da história política”, muitos fatores foram revistos e outros foram somados à história política, como, por exemplo, a aproximação com outras disciplinas. Segundo René Rémond, a nova história política havia perdido seu caráter elitista e individualista (FERREIRA, 1992).

respostas para os questionamentos que se estabelecem segundo as suas subjetividades.

Parente (2009) propõe que o historiador militar deve compreender o conceito de guerra como “uma estrutura histórica dinâmica no tempo das civilizações”, considerando que ambos os conceitos – guerra e história – “não são os mesmos em todas as culturas”.

Nas palavras de Jardim e Piepper (2010, p. 90), independente da história que se estuda, seja a “vista de cima” seja a “vista de baixo”, é preciso encontrar um caminho mediador que possa oferecer abertura a novos campos de estudos. A Nova História Militar é fruto desses novos caminhos, ela é mostrada como uma escrita de oposição à história militar considerada tradicional.

A principal crítica com relação à historiografia militar tradicional reside na forma estanque em que o militar e as instituições militares eram tratados; ou seja, eram retratados “fora” dos “contextos social, cultural, psicológico e geográfico. Não eram entendidos como receptores e agentes de transformação social”. (JUNIOR; LOUREIRO, 2012, p. 92-93 apud VIANNA, 2013, p. 14).

Essa nova abordagem voltada para o diálogo e a contextualização perpetuou-se nos estudos e discursos que caracterizaram a Nova História Militar. Consoante Pedrosa (2011, p. 9-10), a gênese da “Nova História Militar sofria clara influência da ‘Nova História Cultural’ então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc.”, passando a ter como objeto de estudo “as relações entre as instituições militares e a sociedade”, além de proporcionar o aparecimento de estudos voltados a temáticas como a “composição social das forças e dos quadros de oficiais, o recrutamento e questões culturais, de gênero e de raça nas instituições militares”. Segundo o autor, essa tendência seria também uma consequência da falta de familiaridade do historiador com as experiências militares.

O encontro entre a História Militar e a História Social, segundo Parente (2009, p. 9), tornou-se um dos “campos mais fecundos da historiografia atual”, sendo a categoria entendida a partir “de uma rede complexa de estruturas sociais” no sentido de tentar compreender as instituições e os fenômenos militares a partir das sociedades onde estão inseridos. O autor ainda nomeia os novos campos de estudos que surgi-

ram dessa união, entre eles, o recrutamento e as mais diversas formas de como vê-lo. Vejamos:

O estudo das formas recrutamento ou engajamento – forçado, sorteio, obrigatório, voluntário – em suas ideologias e motivações, nos grupos sociais, étnicos, econômicos ou regionais que atingiu. Ou o contrário do recrutamento, o seu oposto simétrico, a deserção, tema sobre o qual pouco se conhece na História Militar, não apenas a brasileira (PARENTE, 2009, p. 10).

São estudos que alargaram o debate acerca da temática “militares”, ampliando os caminhos já percorridos e estabelecendo novos nas mais diversas perspectivas e nos diferentes campos do conhecimento. Foram obras como a de Nelson Werneck Sodré (2010) intitulada *A História Militar no Brasil*, escrita na década de 1960, que ganharam espaço e notoriedade. O autor expõe os principais eventos ocorridos no Exército, iniciando desde a fase colonial até o golpe de 1964, ele evidencia o caráter militar da colonização empregado pela Coroa portuguesa, assim como o desgaste da corporação ao ser deixada em segundo plano frente à criação da Guarda Nacional. Abordagens como a exposta no livro *Nova História Militar Brasileira*, organizado por Celso Castro, Izecksohn e Hendrik Kraay, ganharam fôlego e tornaram-se referências por suas temáticas plurais. Temas como “A Guerra do Paraguai” voltaram a ser revistos fundamentados na perspectiva da Nova História Militar (PARENTE, 2009; MOREIRA, 2011; VIANA, 2013).

É nesse novo entendimento que temáticas como o recrutamento militar, mais especificamente, ganharam posição de destaque. Atualmente, há uma produção já significativa na historiografia. Obras de referência como a de José Eudes Gomes (2010), versando sobre o Ceará setecentista, aborda uma história militar pautada no conhecimento não mais da descrição das táticas de guerra e dos feitos heroicos, e sim das construções ocorridas no processo de militarização que envolve a defesa e conquista dos territórios coloniais da Coroa Portuguesa. Discutindo conceitos como guerra justa, resgate, honra, mercê etc., que direcionam ao entendimento da organização militar, apresentando em seu estudo o processo de conquista da então capitania a partir da noção de *guerra justa e economia de mercê*. Entende que o recrutamento, para as forças regulares, não difere de outras localidades periféricas da América portuguesa, onde, de maneira geral, era forçado e servia como “forma de

punição a elementos indesejados” e controle social sobre a “gente turbulenta”, “vadios”, “vagabundos” e “criminosos” encontrados na população das camadas mais pobres.

Nessa mesma perspectiva segue Kalina Vanderlei Paiva da Silva (2001) que analisa a situação dos soldados na capitania de Pernambuco no período colonial, os quais eram mal pagos, mal vistos pela sociedade, embora fossem os principais responsáveis pela manutenção da ordem, além de serem originários das camadas periféricas da sociedade. A referenciada autora define a prática de recrutar como:

[...] grande contribuinte do baixo conceito que a sociedade colonial constrói acerca dos soldados burocráticos, graças à indistinção que faz – ou à distinção que não faz – entre as diferentes categorias de homens em uma sociedade onde a qualidade de cada homem, seu lugar na hierarquia social, é diferenciado por signos externos: a pompa, a cerimônia e as homenagens que pode ou não receber. O recrutamento para a tropa burocrática unifica os homens livres pobres, igualando todos nas margens da sociedade. (SILVA, 2001, pp. 84-85)

Cristiane Figueiredo Pagano de Mello, ao estudar os corpos de auxiliares e ordenanças nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, segue o mesmo entendimento de que o recrutamento servia para que homens “forros, homens brancos livres e pobres, considerados grupos de risco para a manutenção da ordem pública” estivessem na linha de frente das tropas (MELLO, 2006 apud VIANA, 2015, p. 1).

Para Enrique Peregalli (1986), ao estudar o recrutamento colonial na capitania de São Paulo, por meio do envio de soldados para as fronteiras do Império, concluiu que essa prática era o princípio gerador do rompimento familiar, fator que direcionava a um dos principais meios de fuga dos recrutados: a deserção.

Já para Fabio Faria Mendes (2010, pp. 25-32; 1998, pp. 14), a dinâmica e o desdobramento da prática teriam influenciado na construção do Estado nacional através da “densa rede de isenções e privilégios” que permeavam as negociações entre os poderes locais e as autoridades competentes. Segundo o autor, o recrutamento serviu a interesses pessoais – seja na forma de punir ou isentar – promovendo nas localidades um “conjunto de regras não escritas” que prevaleciam perante as normas jurídicas consolidando uma “espécie de economia moral” do recrutamen-

to. Tal conceito promovia ao mesmo tempo formas de distinção de pessoas “entre casados e ‘mal casados’, filhos bons e maus, artífices industriosos e vadios etc.”. Tese que é corroborada por Hendrik Kraay (1998).

Estava nas mãos das elites locais o poder de dizer quem poderia ser ou não recrutado, por isso, por vezes recrutava-se “forasteiros”, “viajantes, tropeiros e roceiros”, quando esses se encontravam longe de seu local de moradia e de suas “redes sociais” de proteção. Segundo o autor, a proteção ao recrutamento servia como um “indicador do status”; ao mesmo tempo em que indicava quem podia ser liberado, honra que beneficiava os fiéis e obedientes nas relações clientelísticas, penalizava os insubmissos, sobre quem recairia a ameaça de servir nas tropas profissionais (KRAAY, 1998, p. 124 apud BORBA, 2016, p. 45).

Contudo, Hendrik Kraay faz um adendo a essa extensa rede de negociações e privilégios:

[...] sustento que foi um sistema no qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, e da qual cada participante tirou benefícios significativos. Uma densa rede de ligações entre patronos e clientes nos três grupos guiou e constrangeu um sistema de recrutamento “legítimo” em tempo de paz, o que suscitou pouco mais do que oposição retórica, senão, claro, dos poucos infelizes alistados nas Forças Armadas (KRAAY, 1998, p. 115).

Dessa forma, acaba diferindo das interpretações de boa parte dos autores que debatem o tema expondo-o como uma prática impositiva do Estado e de controle social das camadas periféricas da sociedade, distanciando-se de sua função precípua: o engajamento de soldados para as tropas militares. Contudo, Hendrik Kraay segue a linha dos demais quando se trata da forma violenta e coercitiva com que a prática foi executada. Aliás, sobre essa questão os estudiosos são unânimes.

Desse modo, durante o Império (e na Colônia) “o poder sobre o recrutamento de homens para o serviço da guerra foi disputado e apropriado pelas facções locais e regionais, consistindo em um espaço de conflito e de hierarquização social” (RIBEIRO; FARINATTI, 2013: 98). Marcado por disputas que ao mesmo tempo funcionavam como “um componente das relações clientelares, o que dificultava a sua realização, porque implicava na ruptura da proteção fornecida pelos grandes proprietários” (FREIRE, 2014, p. 40).

Podemos dizer então que o Recrutamento militar é um fenômeno social diante do qual ainda existem enormes lacunas em relação ao Maranhão. E, embora a produção acadêmica existente venha posicionando, aos poucos, o estado no sentido de acompanhar as produções de outras regiões, faz-se necessário compreender as suas especificidades.

## 2 A farda e as implicações de vesti-la

Nos períodos em que o recrutamento forçado passava a vigorar, toda a sorte de acontecimentos poderia ocorrer. O relato de Feliciano Xavier Freire e sua estratégia para pegar recrutas não são isolados entre tantos outros que ocorreram no Brasil, o que legou uma imagem negativa dessas práticas, ficando registrada na memória coletiva e na história como algo que prejudicava aqueles que eram vulneráveis de serem atingidos por elas.

É inegável que o recrutamento no século XIX, prática institucionalizada pelo regime político da época, legou diferentes imaginários da história. Imaginário, conforme Baczko (1991, p. 8 *apud* ESPIG, 2003, p. 52), é, pois, “um conjunto de representações coletivas e idéias imagens” constituídas nas relações sociais. Nessa perspectiva, as representações são elementos fundamentais na construção desse imaginário social.

Chartier (1990, p. 17) analisa representação como um conjunto de “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. Nesse contexto, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade.

Consideremos a estratégia tomada por Feliciano Xavier, foi uma forma de esconder algo de que muitos indivíduos do sexo masculino fugiam, o serviço das armas. Observa-se que a falta da vestimenta é determinante para que se consiga ter sucesso na prática empregada pelo subdelegado, parte da ideia de que mesmo a ausência remete à ideia original, a prestação do serviço militar e as consequências advindas desse serviço.

Portanto:

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85 apud ESPIG, 2003, p. 52).

A representação, mesmo que o objeto esteja ausente, ainda é possível substituí-la por uma imagem capaz de remeter ao que condiz ou pintá-la como é, a exemplo do episódio descrito, os indivíduos, quando “pegos”, logo se veem inseridos num sistema tido por eles como abusivo, autoritário e violento, presente na pessoa do soldado que os “pega”, tornando o recrutamento “um dos grandes vilões que assombrava a população masculina pobre e livre do Maranhão” nos oitocentos (CHARTIER, 1991; DUTRA, 2010, p. 30).

Segundo Chartier (1990, p. 17), as representações estão inseridas em espaços de lutas “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, fator observado nos grupos sociais que tiveram contato com o recrutamento. Por um lado, o grupo que detinha o domínio da prática satisfazia-se a seu bel prazer, o recrutamento acaba sendo visto como uma prática permeada por uma “densa rede de isenções e privilégios legais”, num “complexo jogo de negociações com os poderes locais”, tornando-o objeto de “tradução local” pelas autoridades competentes, ou seja, servindo a interesses pessoais<sup>9</sup>. Numa tentativa, por vezes, usada com força da violência para imposição de domínio nos territórios ocupados pelos senhores.

Por outro, os grupos sociais atingidos pelo recrutamento não estavam totalmente passivos aos caprichos dos dominadores, nesse contexto, as armas e a farda são aparelhos vistos como sinônimos de perseguição e punição, a única saída era a fuga. Havia um intenso combate entre esses grupos refletido nas mais variadas formas de como escapar de cair nas malhas do recrutamento e o uso da violência.

Os abusos cometidos ao “pegar” os recrutas assim como a propagação de notícias sobre a árdua vida de soldado foram fatores que se

---

<sup>9</sup> Segundo Mendes (2010; 1998), no Brasil Império, esse jogo foi ainda mais concretizado e legalizado quando da criação da lei de isenções, as Instruções de 1822, em que as isenções foram alargadas, o que significou a consolidação de uma espécie de “*economia moral do recrutamento*”, promovida pela “*tradução local*”, isto é, “*um conjunto de regras não escritas*”, que se sobrepunha às normas jurídicas.

reproduziram e cristalizaram-se no imaginário daquela sociedade, tais “imaginários sociais veiculados tanto pela linguagem dos gestos e dos objetos como pela palavra viva neste meio dominado pela cultura não-escrita, são solidários com o ritual da violência” vistos por ambos os grupos sociais, gerando confrontos armados, principalmente quando as pessoas das localidades tomavam conhecimento antecipado da chegada das autoridades encarregadas do recrutamento. Dessa forma, buscavam alternativas para escapar, fosse embrenhando-se nas matas, casando-se às pressas ou partindo para os embates representando atos defensivos em reposta à chegada dos invasores e contra uma agressão já caracterizada anteriormente (BACZKO, 1985, p. 316).

Ao ocultar suas intenções, Feliciano Xavier reafirma-nos como através da farda os indivíduos já “pintavam” o que seria o serviço militar, estavam agregados a esse objeto fatores muito negativos como o receio de ser mandado para longe do convívio familiar e das redes de sociabilidade em que se estava inserido; aversão à degradante vida de soldado, com soldos baixos e constantemente atrasados, marchas forçadas, alimentação precária, entre outros fatores (ASSUNÇÃO, 2003). Somados à violência com que a prática era exercida, pois as casas, lavouras e vilas se tornavam suscetíveis de invasão e os homens considerados válidos eram apanhados, algumas vezes com o uso da força.

A farda, para uns, era a representação de algo repulsivo e motivado a fugas, para outros, tornava-se abrigo, usando as palavras de Kraay (1994, p. 30):

No Brasil do século XIX, os escravos fugiam cotidianamente para se alistar no Exército como voluntários, enquanto outros eram recrutados a força para desespero de seus donos, os quais eram obrigados, muitas vezes, a enfrentar longos e maçantes procedimentos legais e administrativos para reclamar suas propriedades.

Porém, essa questão esbarrava no direito de propriedade, pois o escravo pertencia a alguém, ainda assim, não podemos esquecer que o engajamento de escravos foi oficialmente permitido apenas em momentos críticos<sup>10</sup>. É digno de nota dizer que o sistema do qual esses

---

<sup>10</sup> Segundo estudiosos, houve o recrutamento de escravos em casos de guerra como a da Independência da Bahia (1822-1823) e a guerra do Paraguai (1864-1870), mas deixamos claro que em ambos os casos não houve ameaça ao direito de propriedade (KRAAY, 1994). Podemos ver mais informações nos trabalhos de Cesar Eugênio Macedo de Almeida Martins, entre eles **A Dinâmica do Recrutamento Militar na Província de Minas Gerais: Mobilização,**

indivíduos eram provenientes é visto de forma opressiva, então, veem no alistamento voluntário a saída de uma vida repleta de horrores. Contudo, Silva (2001), em seus estudos na Bahia colonial, dirá que a vida de um soldado é equiparável à vida de escravo, a autora considera fatores como a alimentação (praticamente igual) e a árdua vida de trabalhos forçados (muitas vezes sem recebimentos), o fator que os separava era apenas a condição jurídica, esta que alimentava os sonhos dos escravos que se alistavam voluntariamente, pois preferiam morrer de fome livres à vida de escravidão.

As ações dessa prática internalizaram nos indivíduos anseios de repulsa, controle ou saída de uma situação opressiva devido à falta de uma compreensão a respeito da funcionalidade do sistema de recrutamento, dessa forma, diferentes imagens foram pintadas para retratá-lo. Os objetos que estiveram relacionados ao recrutamento mesmo quando estivessem longe dos olhos seriam representados em sua quase totalidade objetivando “a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” considerando que nenhum discurso estaria livre da subjetividade (CHARTIER, 1990, p. 17).

## Considerações Finais

É inegável que os meios utilizados e as formas de executar o recrutamento deixaram marcas indeléveis na história em todos os recantos do extenso território brasileiro. Os autores que estudam o assunto colocam-no como causador de grande terror, pois, além da arbitrariedade, não havia convocação prévia quando se iniciava o processo. A violência exercida não deixou de ser reproduzida no imaginário da sociedade como visto nos estudos de Assunção (1998; 2008) em um retrato da revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão de 1839 a 1841, colocando o recrutamento como o ápice para o início do conflito e como a prática ficou conhecida na memória oral.

A farda serviu a diferentes senhores gerando diversos sentimentos, desde o patriotismo, que os grupos sociais dominantes esperavam por parte dos indivíduos, ou o patriotismo daqueles que se voluntariavam, assim como a repulsa vista nas fugas e deserções. Fato é que havia forte

aversão dos pobres livres ao recrutamento. As condições de vida dos soldados levavam essa parcela da população a afastar-se do alistamento espontâneo, mesmo que houvesse algumas medidas que visavam diminuir a aversão, na prática, o recrutamento continuava sendo uma espécie de caçada humana, como os contemporâneos o chamavam. A farda, então, tornava-se símbolo de coercitividade do alistamento feito de forma compulsória e, ao mesmo tempo, representação de um sistema que a tornou instrumento de perseguição e punição aos desafetos de ambos os grupos sociais envolvidos.

## Referências

AMARAL, Antônio José do. **Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...** 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872. v. 1, parte I e II.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Histórias do Balaio”: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **Revista Brasileira de História Oral**, n. 1, junho, p. 67-89, 1998. Disponível em <<http://revista.historia.org.br>> Acesso em: 14 julho 2016.

\_\_\_\_\_, **A guerra dos Bem-te-vis**: a balaiada na memória oral. São Luís: Edufma (Coleção Humanidades, nº 6), 2008.

\_\_\_\_\_, Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem Pós-Colonial no Maranhão. In: PRIORE, Mary Del e GOMES, Flávio dos Santos. **Os Senhores dos Rios**: amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Acesso em maio/2018.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue**: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.

BORBA, Polliana. **A Caçada Humana**: recrutadores e recrutados no Maranhão Provincial (década de 1840). Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

BRASIL. **Lei n.2556 de 26 de setembro de 1874**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral>> Acesso em: maio/2018.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n.11, 173-191, 1991. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em março/2018

DUTRA, Edvaldo Dorneles. **Ordem e desordem**: recrutamento e desvio de conduta no Corpo de Polícia do Maranhão em meados do séc. XIX. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2010.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a construção de aparatos policiais no universo luso brasileiro (Séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937>>. Acesso em: 06. Maio. 2018.

FREIRE, Tarantini Pereira. **Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial**: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

GOMES, José Eudes. **As milícias d'rei**: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. **Modernização e Rebeldia**: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

JARDIM, Rejane Barreto e PIEPPER, Jordana Alves. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura** – v. 9, n. 18, pp. 87-97, jul./dez. 2010. Disponível em: <[www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis)> Acesso em: 12/09/2016.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1881. **Revista Afro Ásia**, n. 17, 1996, p. 29-56. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n17\\_p29.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p29.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Repensando o recrutamento militar no Brasil. **Diálogos**. vol.3, n.3. p. 113-151, 1998. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Polícia. **Delegados de Polícia (Correspondências) 1842-1850**. Delegados de Polícia de diversos Municípios para o Chefe de Polícia da Província do Maranhão. Setor de Avulsos. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MENDES, Fabio Faria. **Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

\_\_\_\_\_. A Economia moral do recrutamento militar no império Brasileiro. **Revista Brasileira Ciências Sociais**, vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Caboclisto, Vadiagem e Recrutamento Militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). **Diálogos Latinoamericanos**. Dinamarca, num. 11, 2006, pp. 94-120. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo>> Acesso em: 1 fev. 2015.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império Português. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: < [www.snh2011.anpuh.org](http://www.snh2011.anpuh.org) > Acesso em: 12/09/2016.

\_\_\_\_\_, LOUREIRO, Marcello José Gomes. A Nova História Militar e a América Portuguesa: balanço historiográfico. In.: POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo, Oikos, 2012, pp. 13-31.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar. **Revista Brasileira de História Militar**. Ano I, ed. especial de lançamento, dez-2009. Disponível em: < <http://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-01-ano-I-dez-de-2009/> > Acesso em: 15/09/2016.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[www.snh2011.anpuh.org](http://www.snh2011.anpuh.org)> Acesso em: 12/09/2016.

PEREGALLI, Enrique. **Recrutamento militar no Brasil colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, (Série Teses).

RIBEIRO, José Iran; FARINATTI, Luís Augusto. Interesses em disputas: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MUGGE, Miquéias H.; COMISSOLI, Adriano. (orgs). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil século XIX**. 2ª ed., São Leopoldo: Oikos, 2013. pp. 95- 112.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

- SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 113-132.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. **Revista Textura-ULBRA**, Canoas-RS, v. 05, n. 09, nov. de 2003 a jun. 2004, p. 49-56. Disponível em <[www.periodicos.ulbra.br](http://www.periodicos.ulbra.br)>. Acesso em 20 jul. 2018.
- VIANA, Wania Alexandrino. **A “gente de guerra” na Amazônia Colonial. Composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazonia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- \_\_\_\_\_. História Militar: algumas reflexões metodológicas sobre a presença indígena nas fontes militares do século XVIII. **XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Florianópolis-SC, julho 2015. Disponível em: <[www.snh2015.anpuh.org](http://www.snh2015.anpuh.org)> Acesso em: 12/09/2016.

## Parte II

### **História, cultura & práticas religiosas**

*“O historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar”.*

(Peter Burke)

## **A Escravidão no Brasil: Entre experiências, sujeitos e representações**

Esmênia Miranda Ferreira da Silva

A escravidão negra é um tema que possui variada bibliografia. Primeiramente, por ser tema muito amplo que se instituiu num país de características tão diversas como o Brasil e que passou por período igualmente extenso, fato que justifica ser objeto de estudo bastante presente na historiografia nacional. Por isso, a produção historiográfica acerca desse assunto é cada vez mais vasta e sua dinâmica tem possibilitado uma visão mais abrangente sobre as consequências da instituição escravista na sociedade brasileira.

Os caminhos percorridos pela historiografia sobre a escravidão brasileira e as possibilidades de abordagem sobre esse tema têm sido orientados pela alteração de perspectivas teórico-metodológicas e conceituais, bem como a investigação de novas fontes ou ainda a releitura de fontes já utilizadas anteriormente. Isso tem permitido redimensionar interpretações tradicionalmente aceitas pelos historiadores, propondo novas questões, estas também impulsionadas pelas necessidades do presente, levando à problematização de paradigmas explicativos já cristalizados.

A investigação histórica e a reflexão teórica são essenciais para responder às novas perguntas e desnaturalizar algumas respostas sobre a escravidão no Brasil. Dessa forma, propomos com este trabalho investigar as possibilidades de um diálogo entre a perspectiva teórico-metodológico e conceitual de E. P. Thompson e o projeto intelectual de Roger Chartier com a Nova História Cultural e sua noção de representação, no estudo da escravidão negra no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário uma breve revisão da historiografia brasileira sobre esse tema, destacando o aporte epistemológico que

caracterizou cada fase; em seguida, faremos um balanço das contribuições de Thompson no debate historiográfico, com destaque para o artigo “Patriícios e Plebeus” e o conceito de paternalismo; destacaremos as implicações mais contundentes da noção de representação em Roger Chartier; e, ao fim, serão analisados alguns pontos de diálogo possíveis entre os historiadores no estudo sobre a escravidão no Brasil partindo da pressuposição de que todo objeto historiográfico entretém-se no cruzamento não de um, mas de alguns campos históricos que ajudam a constituí-lo.

## **1 A escravidão enquanto objeto de pesquisa na historiografia brasileira**

A escravidão brasileira há muito tem ocupado espaço como objeto de estudo na produção historiográfica, apresentando-se enquanto terreno fértil para a análise acerca da relação entre o condicionamento imposto pelo sistema escravista e a ação dos negros escravizados no Brasil, ampliando muito a apreensão sobre nosso passado escravista, além de ser considerada basilar para a compreensão da formação da sociedade brasileira, constituindo-se, dessa forma, em um importante objeto de pesquisa histórica.

Todo o revisionismo historiográfico sobre o escravismo brasileiro decorre de problemas sociais que requerem um constante repensar da história do Brasil, por isso, embora o tema não seja totalmente novo, tem sido submetido constantemente a novas perspectivas de abordagens e um novo repertório documental. É difícil inventariar todas as contribuições, mas podemos mencionar algumas, como os estudos sobre a escravidão urbana, sobre práticas sociais de compadrio, família e demografia escrava, sobre práticas econômicas e identitárias, resistência escrava, normas e práticas legais relacionadas com o cativo, sobre práticas e estratégias no mundo rural, sobre alforrias etc. Além de que, atualmente, uma diversidade de fontes se coloca à disposição dos historiadores, dentre as quais podemos citar os livros de batismos, livros de óbitos e de casamentos, registros de tributos, paroquiais e cartoriais (testamentos e inventário) até livros de irmandades.

Tais abordagens e fontes permitem-nos lançar um olhar diferenciado sobre o papel dos sujeitos históricos, sobre as relações de poder vigentes no período escravista, além de melhor compreender a comple-

xidade das relações sociais entre senhores e escravos, conhecendo um pouco mais das práticas habituais dos grupos que compunham a sociedade escravista e parte da vida social dos escravos no cotidiano e na busca pela liberdade.

Em artigo recente, Luís Claudio Palermo propõe-se a identificar como a relação indivíduo e sociedade é mobilizada pelas tradicionais tendências da historiografia sobre a escravidão brasileira. A partir da análise do embate teórico-metodológico e conceitual nesse campo de estudo, o autor induz a pensar para além das mudanças de perspectivas que um objeto pode ser submetido, ao mesmo tempo em que nos leva a refletir sobre a complexidade que envolve a própria produção do conhecimento histórico.

Tradicionalmente, os trabalhos produzidos sobre a escravidão encontram-se organizados, de acordo com aquele autor, em três momentos na historiografia brasileira: as pesquisas referendadas na obra de Gilberto Freyre, a partir da década de 1930; os trabalhos produzidos sob influência do marxismo ortodoxo que marcaram o período de 1950 e as duas décadas seguintes; e uma terceira fase produzida na década 1980, que impõe a necessidade de refletir a respeito das subjetividades dos sujeitos históricos.

É inegável o pioneirismo do sociólogo Gilberto Freyre como pesquisador da escravidão no Brasil. Em sua obra *Casa Grande e Senzala*, lançado em 1933, abre-se a possibilidade de repensar as ideias sobre a cultura africana e avaliar as contribuições desta na formação social e cultural do Brasil, ideias que até aquele momento se submetiam às teorias raciais que prevaleceram no pensamento pseudocientífico desde a segunda metade do século XIX. É, por isso, considerada uma obra de importância inquestionável e que vai referendar os trabalhos sobre escravidão a partir de 1930.

Palermo avalia que, ao se apropriar de instrumentos teórico-metodológicos da Antropologia Cultural, Gilberto Freyre distancia-se das determinações estruturais e lança olhar mais específicos sobre os grupos sociais que se estabeleceram na América Portuguesa. Ainda sendo possível identificar os “antagonismos em equilíbrio”, conceito que permite ao sociólogo perceber não só a complexidade nas relações estabelecidas entre senhores e escravos, como as especificidades da participação do negro na formação da sociedade brasileira (PALERMO, 2017, p. 328-29).

A segunda fase da historiografia sobre o sistema escravista no Brasil tem como característica primária a contestação do referencial interpretativo freyriano. Os trabalhos que surgem por volta de 1950, e se multiplicam nas décadas seguintes, sugerem uma nova interpretação acerca do papel da escravidão na formação do Brasil.

Nomes importantes da chamada Escola Paulista de Sociologia foram influenciados por Caio Prado Junior, e esse segundo momento pode ser definido pelo predomínio de uma interpretação ancorada numa vertente do marxismo, em que a escravidão é repensada como estrutura fundamental no processo de acumulação de capital. É fundada nessa dimensão superestrutural, privilegiando os aspectos econômicos, que são instigadas questões como a violência sistemática da escravidão, a vitimização e coisificação do escravo, e o antagonismo de classes que opõe rigorosamente senhores e escravos. Nessa perspectiva, o condenado paternalismo de Gilberto Freyre dá lugar ao patrimonialismo, em que a visão de mundo dos atores sociais e a própria sociedade que emerge é moldada pela lógica do capital.

Um novo paradigma historiográfico desponta a partir de 1980, marcado por severas críticas às limitações das análises que se faziam sob o prisma dos efeitos deletérios do capitalismo mundial. Por isso, a principal mudança que se identifica nas pesquisas sobre a escravidão desse período é o deslocamento de análise do foco econômico para a ênfase nos aspectos culturais.

Um aparato teórico-metodológico diferenciado lançou novas perspectivas para a compreensão da escravidão no Brasil, que passa a valorizar as ações e experiências dos cativos. Muito centrado no revisionismo marxista, essa nova tendência historiográfica tem como principal referência as propostas interpretativas do historiador inglês E. P. Thompson, que, na busca por superar o determinismo de base econômica em relação aos aspectos culturais, traz à luz a importância das evidências empíricas e a capacidade de agência dos sujeitos históricos.

Novas questões ou antigas questões, agora sob novo enfoque que valoriza as experiências dos sujeitos, conduziram os trabalhos dos historiadores a partir da década de 1980. Os estudos sobre o cotidiano e o comportamento dos escravos estão inseridos nesse deslocamento das macroanálises para as microanálises, e possibilitou a ampliação do olhar sobre os diferentes vínculos entre os escravos e seus senhores, para além dos condicionamentos infraestruturais.

Desse modo, a tendência historiográfica que marca os estudos sobre a escravidão no Brasil nas últimas décadas do século XX passou a interpretar nosso passado escravista com base em outro aparato conceitual e teórico, em que se buscou superar os pressupostos teóricos responsáveis por fabricar uma visão linear e previsível do movimento histórico, ao passo em que denuncia a ênfase nos aspectos econômicos como um fator que geraria uma determinação histórica, incapaz de apreender a agência dos sujeitos históricos.

## **2 As contribuições de Edward Thompson para o estudo sobre escravidão no Brasil**

Edward Palmer Thompson (1924-1993) foi um dos nomes mais importantes da historiografia do século XX, seus estudos contribuíram não apenas para a renovação do marxismo, mas para a história em geral. Nascido na cidade de Oxford, na Inglaterra, no dia 3 de fevereiro de 1924, tornou-se professor de história na Universidade de Leeds em 1948 e, durante 17 anos, trabalhou com educação de adultos, ministrando cursos direcionados aos trabalhadores.

Dessa experiência, Thompson elaborou, a partir da década de 1950, estudos que resgataram a história das classes trabalhadoras inglesas, inseridos em grande parte nas pesquisas sobre História do Trabalho e da Cultura, sempre no âmbito das questões sociais. O historiador manteve seu ponto de vista centrado na classe trabalhadora, argumentando que a trajetória dessa camada da população não é empreendida apenas no sentido econômico, mas principalmente na edificação de suas vivências históricas, por isso aborda as experiências e culturas das pessoas não apenas como simples atos de ideias, mas também como sentimentos, valores e consciência.

Thompson faz parte de um grupo de historiadores sociais que propuseram, no interior dos marcos conceituais do marxismo, uma história que ressaltasse a importância e a autonomia relativas dos outros níveis de análise, para além do econômico e sem abandonar o eixo de análise que é o movimento real da sociedade, na sua singularidade e na sua totalidade, privilegiou, ainda, aspectos do processo histórico até então pouco estudados.

Vendramini e Tiriba referem-se a Thompson quando afirmam que velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. Ademais, reforçam a premissa de que:

Por dedicar-se ao estudo das tradições, dos costumes e modos de vida, Thompson tem sido interpretado, de forma equivocada, como um historiador culturalista. Entretanto, ao contrário de compreender a cultura no seu sentido abstrato, descolada da materialidade histórica, o autor privilegia o estudo empírico, atenta-se para os sujeitos que vivenciam os processos culturais, articulando-os com o movimento real da sociedade, sem perder de vista a análise mais ampla de base marxista. (VENDRAMINI e TIRIBA, p. 58).

Em suas obras, percebe-se um diálogo com as ciências sociais, em particular com a Antropologia, que permitiu o compartilhamento de um olhar mais atento às dimensões simbólicas da autoridade e da dominação no interior das relações sociais. Ressalta-se o grande valor que o autor atribui aos estudos empíricos, e que a análise da experiência, gerada na vida material, contribui para o entendimento das diversas formas de organização da vida social e do sentido histórico das atuais experiências coletivas de trabalhadores.

Apesar da contribuição das perspectivas antropológicas na renovação das pesquisas sobre os grupos sociais, com expectativas culturais marcadas pelo costume, e de uma agenda das investigações e reflexões que apontava para a consideração das experiências das classes subalternas, em suas complexas relações de influência, teias de cultura e poder, Thompson não perde de vista a preocupação com as especificidades da história como disciplina do contexto e do processo, em que “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (THOMPSON, 2001, apud MATTOS, 2006).

Entre as contribuições do aporte teórico-metodológico de Thompson, a categoria experiência é central, uma vez que a partir dela conduz a toda uma ressignificação de um repertório conceitual utilizado para a análise da realidade histórico-social. Isso é possível porque, para aquele historiador, as categorias não são catedráticas, indiferentes às mudanças do tempo, mas emergem das relações sociais, são históricas e representam as situações reais no campo do conhecimento.

De acordo com Suely Martins (2006), a categoria experiência concebida por Thompson permite sair da armadilha do estruturalismo althusseriano, que desconsidera o papel dos sujeitos na história e tende a reduzir todos os acontecimentos sociais ao econômico. A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano (FORTES et al, 1998, p. 35), permitindo compreender homens e mulheres como sujeitos,

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (MARTINS, 2006, p. 117).

A partir da categoria experiência, Thompson dá uma ressignificação ao conceito de cultura, conferindo-lhe relativa autonomia em relação aos eventos econômicos, não mais submetendo os eventos culturais ao imperativo da vida econômica, mas pensados como eventos entrelaçados, o que nos faz escapar de uma análise determinista e mecânica.

A perspectiva cultural desenvolvida por Thompson é de caráter epistemológico e conceitual, ao descartar a ideia de cultura “vista de cima”, ou mesmo como puro reflexo das relações do campo econômico, pois faz um revisionismo do marxismo ortodoxo, segundo o qual a superestrutura é hegemônica, e propõe que se trabalhe com a ideia de cultura entendida como um palco onde acontecem as relações sociais.

Para ele, na análise histórica, sociológica ou política, “é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem ‘a reboque’, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações” (THOMPSON, 2001, p. 208, apud VENDRAMINI e TIRIBA, 2014, p. 56).

O diálogo com a Antropologia foi essencial para essa virada conceitual, pois, ao tomar por base a experiência humana e a própria dinâmica das relações sociais, possibilita aos historiadores refletir sobre os aspectos simbólicos inscritos nas ações dos atores sociais sem, no entanto, perder de vista que essas ações estão situadas em tempo e espaço determinados, ou seja, no real. Assim, a cultura em Thompson é um “processo social constitutivo que cria ‘modos de vida’ específicos e diferenciados, mas que está visceralmente vinculada à vida material.” (VENDRAMINI e

TIRIBA, 2014, p. 61) e entendida dessa forma, torna-se um componente não-passivo de análise histórico-social.

A articulação entre experiência e cultura constitui “um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos” (MORAES e MÜLLER, 2003, p.12, apud MARTINS, 2006, p. 117), o que permite pensar a capacidade de homens e mulheres romperem com as condições que a realidade lhes impõe, podendo romper a ideologia dominante ao rever práticas, valores e normas. Essa explicação se faz necessária para compreender a forma como Thompson trabalha com as noções de classe social, consciência de classe e luta de classe, distanciando-se da matriz do materialismo histórico.

Em Thompson, a classe não é estrutura, uma vez que traz em si a noção de relação histórica, sendo constituída por homens e mulheres em suas ações e experiências cotidianas, culturais, ideias, tradições e valores. Nessa perspectiva, a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de interesses que diferem (e geralmente se opõem dos seus)” (THOMPSON, 1987, pp. 9-10, apud MEIRA, 2014, p. 194).

Seria equivocado esquecer que essas experiências são derivadas das relações econômicas de produção e/ou dominação, logo, não se pode apartar o componente econômico. Mas pensar classe social por aquele viés contribui na reflexão sobre a complexidade das relações sociais entre grupos diversos, a exemplo de senhores e escravos, no momento que pensamos para além de duas classes separadas que se olham e concebem-se como inimigas instintivamente.

Thompson considera a experiência humana fundamental para compreender o diálogo entre o ser social e a consciência social. Para Meira:

A experiência é o terreno comum em que os trabalhadores se reconhecem em quanto classe, mas, acima de tudo, os define como sujeitos de sua própria história, não sendo, portanto, definidos apenas pela posição econômica que ocupam em uma estrutura predeterminada e coerciva, por mais basilar que sejam as relações de produção na história da luta de classes. (MEIRA, 2014, p. 196)

A classe constitui-se, nessa perspectiva, como um *fazer-se* que articula dialeticamente ação humana e condicionamentos sociais.

Silvia Lara, ao fazer um balanço das contribuições de Thompson na historiografia da escravidão brasileira, em artigo publicado em 1995, lembra-nos que a maior dessas contribuições é essencialmente teórica e política. Isso ocorre porque a partir da crítica a termos generalizantes, ao mesmo tempo abstratos, que pouco ajudam na compreensão das especificidades históricas, abriu-se a possibilidade de repensar a subjetividade e participação dos sujeitos no processo histórico.

### **2.1 Patrícios e plebeus: Repensando o paternalismo no estudo do escravismo brasileiro**

O artigo “Patrícios e Plebeus” de 1978, ao trazer reflexões acerca do sistema de significados que envolve a relação entre a *gentry* e os pobres na Inglaterra do século XVIII, contribui de forma significativa para os estudos sobre a escravidão no Brasil. À primeira vista, os objetos de estudo parecem não apresentar características em comum devido aos aspectos espaço-temporal e os grupos sociais analisados, no entanto, em uma citação direta, em que o historiador inglês sugere a possibilidade do uso do termo paternalismo no estudo para a compreensão das relações escravistas no Brasil, abriu-se um vasto campo para a inserção de outras ressignificações teóricas.

No Brasil, a inspiração analítica thompiana é percebida nos trabalhos surgidos após a década de 1980, quando alguns historiadores incluem a experiência negra na história da escravidão brasileira e põem, sob novo prisma, a relação senhor-escravo. Esse novo paradigma historiográfico valoriza as ações e experiências cativas a partir da lógica dos escravos como agentes históricos e coloca-os em cena, agora como indivíduos com interesses próprios e divergentes dos interesses de seus senhores, e que agiram dentro do sistema a fim de construir sua própria história.

Os trabalhos que surgem nesse período tendem a superar a visão que marcou a historiografia nas décadas de 1960/70 em que prevalecia a visão do escravo como uma peça submetida a um sistema econômico, superando o determinismo estrutural, ao mesmo tempo em que repensam a questão da violência, admitindo a existência de espaços de negociação entre senhores e escravos, os quais nunca cessaram a luta pela conquista de espaços adicionais. É nessa nova perspectiva de análise

que se enfatizou os aspectos culturais, o que será de grande valia para a ressignificação do termo paternalismo.

Thompson faz uma crítica às generalizações decorrentes de termos como paternalismo, considerando-o fraco para dar conta da complexidade das relações sociais, quando pensado numa perspectiva social vista de cima, pois somente pode ser definido como uma concentração de autoridade econômica e cultural. Todavia, insiste que o termo não deva ser abandonado, uma vez que “pode ser um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais”. O que nos permite inquirir sobre a possibilidade de inserção do paternalismo no ambiente de negociações praticadas entre senhores e escravos (THOMPSON, 2002).

No Brasil, a obra de Genovese é considerada a ponte que intermedia as contribuições de Thompson, no tocante à reformulação do conceito de paternalismo e história da escravidão. Em Genovese, o paternalismo escravista, mesmo dependendo fundamentalmente das relações pessoais que se estabeleceram entre senhores e escravos, não está dissociado do conceito de hegemonia, uma vez que implica a existência de classes e não tem significado fora delas.

No caso brasileiro, é inegável que a instituição da escravidão urdiu as relações entre os grupos sociais, que havia uma hegemonia cultural por parte dos senhores, a qual, assim como a *gentry* inglesa, era “a unidade de controle dominante” e “secundariamente havia controle econômico, físico ou militar”. Também não perdemos de vista que a escravidão integra essa nova cultura econômica que é o capitalismo e que o escravizado era, a um só tempo, trabalho vivo e mercadoria. Entretanto, havia uma constante mediação de forças, já que aquilo que parecia concessão pode ser interpretado como direito adquirido nos espaços de negociação que o paternalismo permitia. Isso talvez não defina uma consciência e clareza de objetivos, mas demonstra manifestação de presença política, visto que possibilitava a negociação diante de situações que estavam em desconformidade com os costumes.

Ainda referenciando-nos na relação *gentry* e pobres na Inglaterra setecentista, quando Thompson explica que havia sim uma batalha entre esses dois grupos sociais, mas que não era uma guerra “encarnçada” e “inflexível” entre “antagonistas sociais irreconciliáveis”, mas um combate de possíveis ajustes com “reconciliações”, permite-nos pensar o cotidiano

das relações escravistas para além da lógica da violência física, considerada necessária à reprodução do sistema, em que encontramos espaços de negociação responsáveis por manter uma convivência possível.

Pensando a escravidão no Brasil, por muito tempo a população escrava foi superior à população livre. Para superar esse problema, vários mecanismos de dominação foram tecidos a fim de evitar grandes sublevações. Essa questão pode ser apontada como promotora, de forma implícita, desses espaços de negociação.

Partindo desse ponto, podemos refletir sobre a complexidade das relações entre senhores e escravos no Brasil e problematizar como esse paternalismo revisitado foi essencial para equacionar essas relações. Existiam infindáveis práticas cotidianas de estratégias construídas pelos escravos e não havia um modelo de negociações a ser seguido, recorrendo a outras frestas da instituição para obterem ganhos na rotina da vida.

Em “Repensando o conceito de paternalismo escravista nas Américas”, Douglas Libby aponta nessa direção ao fazer um balanço entre a manutenção da ordem, com a constante ameaça do castigo, e a relativa tranquilidade dos escravizados. Para esse autor, havia uma espécie de código de comportamento não-escrito, em que se percebe claramente o poder de agência dos cativos. Casos de ataques de escravos aos seus senhores, apesar da aparência de convivência harmônica entre eles na medida do possível, foram justificados pelo excesso do castigo em alguma situação específica.

As contradições e ambivalências das experiências históricas; as condições objetivas e subjetivas das situações reais; o estudo do contexto social, dos costumes, da relação com o tempo, da disciplina no trabalho, das tradições das experiências e da cultura que nelas emergem são questões presentes no estudo da formação da classe operária inglesa e, também, elementos preciosos para pensar as relações escravistas no Brasil.

### **3. A escravidão sob a ótica das representações**

Roger Chartier é um autor que forma seu cabedal intelectual no contexto da terceira geração do *Annales*, mantendo estreita relação com a história das mentalidades, mas que formula suas pesquisas partindo da crítica a esta modalidade histórica que marcou a historiografia nos idos

de 1960 e 1970. Faz parte de um grupo de historiadores franceses que se propõem estudar a dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. Esse autor é considerado o principal articulador do reconhecimento da noção de representação nos domínios da disciplina histórica, tendo como marco o artigo “O mundo como representação”, publicado na célebre revista *Annales* (CHARTIER, 1991).

A começar por delimitar o que ele chama de História Cultural do Social, em que as clivagens culturais não estariam determinadas segundo um recorte social previamente construído, sendo mais importante, nessa história cultural reformulada, a compreensão de como se constitui o processo de construção das representações que os grupos fazem de si e de suas práticas. O autor propõe, assim, uma nova forma de refletir a articulação entre os recortes sociais e as práticas culturais.

A elaboração da noção de representação por Roger Chartier e o entendimento das representações como forças reguladoras da vida coletiva e exercício do poder são produtos da contribuição de vários autores. Um desses autores é Pierre Bourdieu, referenciado por Chartier (1990) para explicar a luta de representações e a violência simbólica. Norbert Elias é outro que também dá sustentação à elaboração de caminhos conceituais que orientam a pesquisa dessa história entre práticas e representações. Ele potencializa a eficácia da dominação simbólica, vendo as representações como armas que substituem a violência física, quando essa não é mais necessária para imposição da força. Segundo Carvalho, o próprio conceito com o qual Chartier (op. Cit.) trabalha é devedor das formulações de Elias. O diálogo com Michel de Certeau vai possibilitar a formulação da noção de apropriação a partir da reflexão sobre o crédito concedido à representação, que sempre vai depender da autoridade do grupo que a impõe, o que, por sua vez, pode gerar discordâncias no sentido construído de quem a recebe (CARVALHO, 2005, p. 154).

Na perspectiva de Chartier, as representações estão inseridas no panorama das práticas sociais. São elas que tornam o indivíduo legítimo na realidade a qual pertence, visto que estão presas a um determinado contexto de origem. Para cada sujeito, são o real e a maneira de pensar. As representações estão ligadas ao seu contexto de origem, não podendo ser generalizadas. O conceito está relacionado ao que lhe permitiu emergir, e será sempre o elemento que possibilita a um indivíduo estar inserido em determinado grupo social. Dessa forma, entende representação como aqui-

lo que significa a forma de percepção e apreensão do real, determinada pelo lugar social de quem as elabora (CHARTIER, 1990, p.47).

As representações devem ser pensadas considerando a força de seus efeitos sociais, de como elas atuam socialmente inscrevendo-se nas estruturas cognitivas e objetivas do campo social. A partir desse conceito é possível compreender o social e o cultural da realidade via representação, o real como sentido, ele recebe sentido, é representado. Desta maneira, segundo Chartier (op. Cit), pode-se pensar uma história cultural que “tome por objetivo a compreensão das representações do mundo social, que o descrevem como pensam que ele é ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p.19).

Ainda sobre as reflexões a respeito do conceito de representações, Chartier, em sua obra (1991, p.17), diz-nos que essa nova abordagem tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. É nesse contexto que as representações sociais são inseridas. O conceito chamou a atenção para o fato de que “os homens elaboram ideias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais, que não só qualificam o mundo, como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade” (PESAVENTO, 2006, p.49).

Para esclarecer de que forma se articulam as representações do mundo social com o próprio mundo real, recorre-se ao contexto (econômico, social e político) e ao texto (discurso sobre aquele contexto), operando a linguagem como meio de representação. Na percepção de Roger Chartier (1990), o conceito de representação está inserido na conjuntura de um grupo social que precisa dar sentido ao mundo em que vive e buscar, em símbolos sociais e nas suas práticas, a importância e sentimentos que possuem.

Todas essas reflexões sobre o conceito de representações nos dão subsídios para pensar a lógica responsável pela elaboração de representações sobre os escravos e suas ações em diferentes momentos, dentro do longo período que durou a escravidão no Brasil, permite-nos compreender, também, as estratégias utilizadas pelas elites dirigentes a fim de legitimar a escravidão, ao mesmo tempo em que nos dá pistas sobre sistema simbólico de dominação que definia os papéis sociais e o lugar de cada indivíduo na sociedade escravista.

## 4 Possibilidades & Conjecturas

Discussões importantes vêm sendo introduzidas pelo campo da História, tais como aquelas apresentadas por Thompson e Chartier. Apesar da diferença de concepção entre esses dois autores, acreditamos ser possível apropriar-se de algumas discussões levantadas por eles no tocante a uma nova maneira de estudar e pesquisar questões relacionadas ao processo histórico, ou seja, aos processos de construção das relações numa determinada sociedade. O ponto de partida são as experiências, as relações que as constituem, as tensões que se apresentam na construção de novas culturas.

O lugar social da produção de Chartier não é o mesmo de Thompson. Seus objetivos e problemas são outros, mas seus trabalhos intelectuais demonstram, em essência, preocupações parecidas, que podem subsidiar significativamente os estudos sobre a escravidão no Brasil.

O primeiro ponto que destacamos é a importância da processualidade histórica para a compreensão de uma determinada realidade social. Pois apesar de marxista, Thompson se aproxima de Chartier ao assumir que o conhecimento histórico deve implicar sempre na observação dos fatos no tempo. Além do fato de que sua construção metodológica tem como fio condutor a busca do sujeito na história, dando muita importância à *práxis*, à ação humana, ao desenrolar dos acontecimentos, a partir da vivência e experiência dos sujeitos históricos. O historiador francês, por seu turno, parte da premissa que o homem produz *imagens* de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca, produzidas ao nível da vida cotidiana através de atores de diferentes especificidades sociais, atrelados às condições sociais de produção.

O tecer de relações que fazem parte da vida dos sujeitos (individuais e coletivos) é mediado pelas diversas experiências e vivências, que vão influenciando os comportamentos e modos de viver. Silvia Lara pensa a busca pelo sujeito da história partindo do entendimento que “as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades.” Esse entendimento facilita a compreensão de que “as relações entre senhores e escravos são frutos das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração” (LARA, 1995, p. 46).

A aproximação com a Antropologia e um novo entendimento de cultura mostraram a necessidade de inter e transdisciplinaridade, além de colocar como propósito a compreensão dos aspectos sociais do homem no tempo, agora pelo viés cultural. Essa é outra questão que agrega possibilidades partindo da proposta de ampliação do conceito de cultura. Thompson é considerado precursor dos estudos culturais, ou pelo menos de uma variante da História Cultural – apesar de sempre rejeitar o título de culturalista –, enquanto Chartier propõe uma Nova História Cultural que resgate o caráter social do sujeito produtor e receptor de cultura, e que circularia entre as práticas e as representações, o que de certo modo corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”. Sobre isso, João de Assunção Barros afirma:

Para além dos sujeitos e agências que produzem a cultura, estudam-se os meios através dos quais esta se produz e se transmite: as *práticas* e os *processos*. Por fim, a 'matéria-prima' cultural propriamente dita (os *padrões* que estão por trás dos objetos culturais produzidos): as 'visões de mundo', os sistemas de valores, os sistemas normativos que constroem os indivíduos, os 'modos de vida' relacionados aos vários grupos sociais, as concepções relativas a estes vários grupos sociais, as ideias disseminadas através de correntes e movimentos de diversos tipos. (BARROS, 2003).

Esse horizonte teórico que perpassa as reformulações conceituais de Thompson e dá suporte às propostas teóricas de Chartier deixou de lado o estudo das grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos, voltando-se ao estudo do pensar e do sentir de uma comunidade. Com isso, possibilitou a visualização de como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo, proporcionando a multiplicação do universo temático, dos objetos e a utilização de novas fontes, decorrentes da formulação de questões renovadoras. A noção de “cultura” que a perpassava era uma noção demasiado restrita, que os avanços da reflexão antropológica vieram desautorizar permitindo, assim, a ampliação dos objetos de pesquisa, revisão conceitual e metodológica.

A historiografia brasileira sobre escravidão não foi incólume a essas novas propostas de análise. Ela passou por um revisionismo que vai privilegiar as atitudes de senhores e escravos em suas relações cotidianas e suas representações da realidade social. A análise da experiência negra, vista por esse prisma, tem objetivo de trazer à tona a subjetividade dos

cativos, superando a teoria do escravo-coisa e atribuindo-lhe *status* de sujeito histórico.

Thompson admite que a relação de deferência entre as classes na Inglaterra setecentista era antagonica, mas que havia uma dialética correspondente entre as partes, em que, de certa forma, mantinham uma convivência equilibrada entre os pobres e ricos, de modo que uma se tornava prisioneira da outra. E é aqui que Thompson define seus conceitos de paternalismo e deferência, conceitos esses baseados em interesses de ambos os lados. Seria um equilíbrio mantido dentro de um ambiente de desordem consentida, permeado pela representação dos pobres na multidão como de caos acomodado, pois mesmo que o campo hegemônico da cultura tenha à sua disposição os recursos materiais e mentais para impor a transmissão dos seus valores, há de considerar-se que a parte dominada não é tão passiva assim, pois se manifesta mesmo que de forma sub-reptícia, criando, dessa forma, um ambiente de negociação entre ricos e pobres (BRAGHINI, 2008, p. 205).

Essa perspectiva de análise nos reporta a Chartier quando este autor considera que as representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” – em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações”. Essas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis de representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano (BARROS, 2003, p. 165).

A convergência dos pontos de vista dos historiadores é essencial para compreender as nuances da política senhorial no Brasil escravista, que operava no interior de uma relação que não pode ser entendida sem o conceito de luta de classes, pois os homens e mulheres que foram submetidos à escravidão nem sempre correspondiam às expectativas de seus senhores, uma vez que também possuíam projetos e ideias próprias, e buscaram das mais diversas formas alcançá-los. Essa perspectiva nos possibilita analisar a escravidão permeada de “direitos” e “deveres” (LARA, 1995, p. 47).

Quando Thompson analisa a formação dos estereótipos dos pobres pela *gentry*, vendo naquele vocábulo polarizado na boca dos próprios atores sociais um modelo de ordem política e social que por si mesmo se perfaz em uma força ideológica, em que a *gentry* atribui identidade diferente daquela que atribui a eles próprios, numa espécie de autopercepção

que a classe tem de si mesma. A essa análise podemos acrescentar a possibilidade de uso do conceito de representação quando esse possibilita desvendar qual lógica específica é responsável por acionar os mecanismos gerais de classificação, denominação, hierarquização e procedimentos de explicação para as ditas divisões de organização social, as quais existem apenas enquanto representadas e praticadas, uma vez que as diferenças culturais não são traduções de divisões estáticas e imóveis, são efeitos de processos dinâmicos.

A ressignificação da noção de classe social, em que o sujeito se insere na história podendo reexaminar sistemas densos e complexos pelos quais a vida familiar e social é estruturada, conduz a pensar a consciência social de forma também diversa da ortodoxia marxista, ela seria a realização e expressão da classe. Pela consciência de classe, segundo Thompson, além do reconhecimento das condições materiais e de dominação socioeconômica resultantes disso, compreende-se “o conjunto de valores, ideias, tradições, manifestações culturais e religiosas de cada grupo humano, que os diferencia e, ao mesmo tempo, aproximava os seus membros”. Definição bem próxima às possibilidades de representações sociais dos sujeitos, das identidades (MEIRA, 2014, p. 198).

Para a análise do escravismo brasileiro, essa nova forma de conceber a consciência de classe, permite-nos inferir sobre uma possível consciência de classe entre os escravos, construída a partir de experiências comuns, uma vez que o processo de identificação da classe não pode ser creditado somente aos aspectos econômicos, que, a partir da lógica do capital, coloca em lados opostos expropriadores e expropriados, deve-se considerar, também, as experiências cotidianas culturais, as ideias, as tradições e os valores das pessoas.

Nos marcos do materialismo histórico, a análise de E. P. Thompson acerca da classe social e da consciência de classe como fenômeno histórico e como formação econômica, política e cultural, ajuda-nos a compreender o atual processo de constituição da classe escrava, sua identidade, suas lutas, sua experiência e seu sentido histórico. Thompson compreende que a classe e a consciência de classe vão formando-se juntas na experiência: é uma formação imanente.

Tendo em vista as considerações levantadas, como as contribuições teórico-metodológicas de Thompson podem ajudar a compreender as representações sobre os escravos no Brasil?

O momento é desafiador, pois implica construir novas argumentações e superar alguns obstáculos, no entanto, alguns trabalhos já apontam nesse sentido. João de Assunção, por exemplo, indica que:

João José Reis, conjuntamente com Kátia Mattoso, já havia sido um dos primeiros a chamar atenção para o fato de que os escravos brasileiros não eram apenas vítimas, mas utilizavam da escravidão para negociar e da sua inteligência para elaborar estratégias e ardis que podem ser encarados como formas de resistência contra o poder que os submetia. Ou seja, a resistência processava-se em âmbitos culturais — ressalvado já o sentido moderno de cultura que inclui os sistemas de hábitos e comportamentos e o âmbito das práticas e representações. Não sena possível encarar um problema tão delicado como o da escravidão a partir desta perspectiva sem o viés da história vista de baixo, do qual foi pioneiro Edward Thompson. (BARROS, 2003, p. 151).

Além de outros historiadores como Sidney Chalhoub que toma como objeto de análise as “visões de liberdade” dos escravizados confrontadas às visões dos senhores e outros grupos, e porque não as chamar de representações, de grande influência para pensar os outros “tipos” de liberdade, não necessariamente instituídas, mas os espaços de liberdade e autonomia nas relações cotidianas. Também em Célia Azevedo, podemos apreender os mecanismos de negociação que mantinham certo “equilíbrio de forças”, simbólico nas relações entre senhores e escravos, pois ao recuperar o medo enquanto dimensão histórica oculta nas relações sociais incorpora-o em suas análises para além das explicações estruturais, partindo daí para investigar como se constituíram as imagens mentais, em sua maioria depreciativa, acerca do negro diante do fim eminente da escravidão.

Como proposta de análise, ainda na perspectiva de convergência entre Thompson e Chatier - experiência e representação -, sugerimos a reflexão sobre como as distintas ocupações dos escravizados urbanos e as situações de experiências cotidianas desses cativos eram percebidas pelos grupos dominantes, levando em conta que o ambiente citadino tem suas peculiaridades permitindo certa autonomia e mobilidade entre os escravos e constituindo-se em espaços de sociabilidade. De igual modo, não podemos negligenciar o fato de que nas cidades os escravos conviviam lado a lado com senhores na lida diária, e podiam até estabelecer certos vínculos solidários e maior aproximação.

Mas nas cidades a ação do Estado, por vezes, mediou as relações entre escravos e seus senhores. A presença do Estado se expressava por meio de um conjunto de mecanismos complementares no discurso da norma que sustentava a mentalidade escravista sempre orientada pelo mundo da ordem, sob o qual foi formulado todo um aparato jurídico policial e que representam mais do que medidas de repressão, eram verdadeiros mecanismos de controle dos espaços de sociabilidade e mobilização dos escravos.

Tomemos como exemplo desses mecanismos os Códigos de Postura das Câmaras Municipais do século XIX, que formaram um conjunto de medidas normativas regularizadoras da ordem na vida cotidiana da cidade, e foram produzidos na intenção de melhorar o ambiente urbano e estimular hábitos de civilidade no usufruto do espaço público, tendo como principais alvos os escravos e a população pobre.

Considerando que as práticas e representações são sempre resultadas de determinadas motivações e necessidades sociais, podemos refletir sobre como as práticas sociais costumeiras dos escravos e da população mais pobre entravam em choque constante com os novos valores que se tinham na época como civilizados – valores expressos em forma de leis. O que nos é muito útil quando nos propomos a investigar o sistema de interpretação que vai mediar o indivíduo e seu meio e entre os membros do mesmo grupo, além de nos fornecer indícios para compreender a lógica sobre a qual foram criadas as mais variadas representações sobre os escravos e suas atitudes.

As noções complementares de práticas e representações são bastante úteis, porque através delas podemos examinar as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes, pois é, também, através da prática desses sujeitos que se vê a possibilidade de compreender como as experiências foram construídas e as representações elaboradas.

Mesmo diante das pressões senhoriais e contundentemente favoráveis à continuidade da exploração do trabalho escravo, muitos escravos compreenderam a lógica de organização do trabalho e buscaram vantagens próprias, de construção de espaços com autonomia e, conseqüentemente, concessões de mobilidade social, sejam elas por meio de negociações, conflitos, ou mediante estratégias paternalistas nas relações estabelecidas. Nem sempre as mediações ou barganhas redimiam a

condição escrava, mas o fato de conseguirem alguns proveitos, quer seja na luta e resistência incansável pela liberdade ou busca por condições exíguas de sobrevivência, geravam expectativas e melhorias de vida.

Portanto, a categoria experiência e a noção de representação propiciam-nos pensar novas dimensões das relações sociais no período que a escravidão se estabeleceu no Brasil, e a problematização dos paradigmas foi crucial para o revisionismo historiográfico. As novas análises sobre a relação senhor-escravo não se esgotam e são essenciais para pensar a própria epistemologia sob a qual têm sido produzidos os trabalhos sobre esse tema. Pesquisas recentes apontam nessa direção e voltam-se para analisar o lugar da fala e a construção dos discursos tradicionalmente aceitos pelos historiadores, os quais se propõem a estudar a escravidão em um novo horizonte que se abre para pensar as relações raciais, étnicas e de classe no Brasil.

## Referências

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema.** 1. UNESP/Assis. Revista de Teoria da História Ano 6, Número 11, Maio/2014 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.
- BARROS, José d'Assunção. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico.** TEXTOS DE HISTÓRIA, vol. 11, nº 1/2, 2003. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/490>. Acesso 20 out 2018.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **Patrícios e plebeus: uma pesquisa em história** por E. P. Thompson. História: Debates e Tendências – v.7, n.1, jan./jun. 2007, p.203-213, publ. No 2º sem. 2008.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier.** Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9, núm. 1, 2005, pp. 143-165; Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados** [online], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. ISSN 0103-4014.
- \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2.ed. Coleção Memória e Sociedade, Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

- LARA, Sílvia Hunold. **Blowin' in the Wind**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, 12(out), 1995.
- LIBBY, Douglas Cole. Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas. In: PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (Orgs.). **Escravidão, mestiçagem e história comparadas**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2008.
- LUIGI NEGRO, Antonio. **E. P. Thompson no Brasil**: recepção e usos. *Miolo\_Rev\_Critica\_Marxista-39\_(GRAFICA)*. indd 151. 11/09/2014; *Crítica Marxista*, n.39, p.151-161, 2014. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie2015\\_11\\_09\\_16\\_36\\_2843.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2015_11_09_16_36_2843.pdf). Acesso 20 out 2018.
- MARTINS, Suely Aparecida. **As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura**. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539>. Acesso 20 out 2018.
- MEIRA, Júlio Cesar. **A contribuição de e. p. thompson para os estudos históricos**. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia V. 5, N.1, Janeiro-Julho de 2014.
- PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural** – Belo Horizonte: Autêntica, 2004, Cap. I e III
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Representações**: uma trajetória. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, jan/dez 2006. Disponível em [www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31549/000632033](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31549/000632033). Acesso 20 out 2018.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.=
- \_\_\_\_\_. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VENDRAMINI, Célia Regina; TIRIBA, Lia. **Classe, cultura e experiência na obra de e. p. thompson: contribuições para a pesquisa em educação**. Revista HISTEDBR Online, Campinas, nº 55, p. 54-72, mar 2014 – ISSN: 1676-2584.

## **A magia do futebol: Cosmovisão em jogo**

Jandson Joubberth Maciel Rodrigues

“Cosmovisão se refere a uma visão de mundo, esquema de pensamentos e ações, um conjunto de pressuposições que um grupo social sustenta sobre a formação e organização do mundo, inclusive do extrassensível ou sobrenatural”.

(SANTIROCCHI, 2016, p. 4).

Este trabalho analisa o universo das cosmovisões dentro do ambiente esportivo, social e político dos clubes e do jogo de futebol em Lourenço Marques (atual Maputo, capital de Moçambique) durante o período colonial (1910 – 1975). Vale ressaltar que a análise recai, notadamente, sobre a produção disponível em língua portuguesa e no periódico de circulação diária *O Brado Africano*. Assim, as representações jornalísticas e acadêmicas sobre esporte em África são tomadas como objeto de estudo e reflexão.

Na primeira parte deste trabalho, faço menção aos processos teórico-metodológicos que norteiam esta pesquisa e abordo as noções conceituais que irei utilizar no decorrer da fala. Problematizar-se-ão conceitos como “cosmovisão”, “religião” e “magia”, a partir do viés de História das Religiões, e, assim, far-se-á diferenciação da Ciência (fenomenologia) das Religiões.

Em seguida, faço uma explanação a respeito da introdução do futebol em Moçambique e sua ligação intrínseca à política colonial portuguesa e abordo processos de cisão, segregação social e racial nessa sociedade. Em suma, analiso o ambiente social e político. Finalizo de forma enfática as cosmovisões africanas e suas relações com os clubes e com o jogo de futebol, e mesmo suas influências sobre os atletas.

## **1 Teoria e metodologia: Uma análise sobre o universo das cosmovisões africanas nos clubes e no jogo de futebol**

Para início, por questões metodológicas, é necessário explicar o título deste trabalho e problematizar a discussão com relação à temática. “A Magia do Futebol”, por questões de lugar e recepção de fala, tratando-se aqui do Brasil, quando ouvimos o termo “magia” atrelado ao “futebol”, temos, geralmente, a tendência de imaginar questões relacionadas às habilidades dos jogadores, à ginga, ao drible, gol, todas as sensações que esse esporte pode proporcionar. Barros (2010) argumenta que “para quem vive, para quem torce ou para quem obtém algum dividendo simbólico, político ou econômico através do futebol, este esporte é uma coisa muito séria”.

Mas o termo “magia”, aqui empregado, por tratar de um antagonismo entre o sistema colonial português cristão e as práticas ditas feiticistas da população local de Lourenço Marques, antagonismo que surge daquilo que Eliade (1992) classifica como “Sagrado e o Profano”, logo, dentro da visão colonial portuguesa, toda prática que tiver um viés diferente daquilo que os europeus criaram, ou inventaram, será tida como uma prática profana, neste caso classificada como “magia”, “feitiço”, elementos da natureza profana do negro, coisas do Diabo, uma visão negativa da cultura do outro. Portanto, “magia”, aqui, faz referência aos rituais advindos das cosmovisões africanas que eram colocadas em prática antes, durante ou depois das partidas de futebol nos campeonatos locais, daí o subtítulo “a cosmovisão em jogo”. Que se enfatize, neste trabalho faço menção à cosmovisão africana em Lourenço Marques.

Mas por que utilizar o conceito “cosmovisão” em vez de “religião”? Por tratar-se de uma análise no diversificado continente africano, Oliva (2004) alerta que devemos ficar atentos para elaborar uma abordagem explicativa das relações, diferenças e percepções daquilo que os europeus classificam como religião. No entanto, é “fundamental relativizar o universo africano e demonstrar como as estruturas de explicação das relações sociais e de cosmovisões são diferentes dos ocidentais” (OLIVA, 2004, p. 452). Dessa forma, os princípios ou fenômenos “religiosos” em África não se tratam de questões singulares, não tendo assim as mesmas bases da religião ocidental, “por isso, para os povos da região seria mais adequado usar o termo cosmovisão e não religião” (OLIVA, 2004, p. 452).

Seguindo a sugestão de Dias (2013), é necessária uma reflexão sobre o “eurocentrismo metodológico” e certo cuidado em categorizar com conceitos ocidentais certas culturas, a exemplo:

“Aliás, a observação do ‘outro’ enquanto fenômeno exterior serve de alavanca para a compreensão de que os padrões ou fronteiras religiosas de costume ocidental (cristão, leia-se) não esgotam as modalidades ou padrões de experiência religiosa. Todavia, o desafio de mergulhar na definição de religião é um exercício que implica também um despir de conceitos e categorias de base, as quais o observador transporta consigo, irremediavelmente, na observação do objeto de estudo. “Descascar conceitos” é um exercício importante para compreensão de uma realidade exógena. Ora, foi esse despreparo que os missionários, bem arraigados aos valores morais e aos dogmas cristãos, levaram para variados lugares do mundo, do qual a África merece destaque”. (DIAS, 2013, p. 35).

Problematizada a questão entre “cosmovisão” e “religião”, resalto que este trabalho visa explicar os fenômenos das cosmovisões africanas no futebol moçambicano através da guia metodológica da História das Religiões, diferenciando este trabalho de uma análise embasada na Ciência (fenomenologia) da Religião. Dessa forma, dialogamos com dois dos principais nomes cujos pensamentos se entrelaçam em termos de abordagem teórico-metodológica de História das Religiões.

Ao descrever os fenômenos do universo esportivo, assim como Agnolin (2013) e Maranhão Filho (2013), empreendo uma “desobjetivação” da “religião” ou “cosmovisão” enquanto termo categórico, sem procurar uma origem unívoca para a origem como um todo, considerando que os fenômenos não são consubstancias ao homem, buscando uma constituição histórica em um universo diversificado fundamentando as noções através de uma abordagem rebuscada em uma cultura e estabelecendo sempre uma comparação histórica das formações basilares desse universo em análise. Contextualizada e embasada em uma teoria e método histórico, enfocando que esses fenômenos são, em suma, imanentes ao ser humano, problematizo, pluralizo a categoria “religioso”, como já explanei aqui. “Em suma, nesta modalidade de pesquisa, busca-se relacionar os fenômenos e suas relações entre as civilizações com um etnocentrismo crítico” (AGNOLIN, 2013, p. 180-183).

Quanto à descrição operativa deste trabalho que será exposta na última parte, irei partir da afirmação que as cosmovisões africanas no

universo esportivo são um fato histórico. Dessa forma, os objetos são apresentados historicizados dentro da análise, e sempre que possível exibindo uma comparação sistemática entre os contextos históricos de formações e cosmovisões, logo, é necessário historicizar. Em suma, essa abordagem tem um viés de ciência histórica (AGNOLIN, 2013, p. 180-183). Antes de descrever o universo das cosmovisões africanas nos clubes, no próximo tópico farei uma exibição da introdução do futebol em Moçambique.

## **2 Introdução do futebol em Moçambique: Uma breve nota sobre o ambiente social, político e esportivo**

Os estudos sobre as práticas esportivas em Moçambique têm mostrado, a exemplo de outros contextos africanos, uma relação direta com a política colonial, assim, o futebol, é claro, não era algo comum à cultura dos povos de Lourenço Marques. Segundo Domingos (2006) e Zamparoni (2008), a introdução das práticas esportivas, especialmente o futebol, relaciona-se diretamente aos processos de urbanização, intensificados a partir de fins do século XIX, de cidades como Lourenço Marques. Evidentemente, devem ser destacados, como acentuam A. Basil Davidson, Allen F. Isaacman e René Pelissér (2010, p. 787-8), os traços específicos da África meridional que resultariam da estratificação étnica da sociedade, mais complexa do que no resto da África, e do caráter da penetração colonial e capitalista. De fato, “a perda das terras, a espoliação dos camponeses, a proletarianização e a urbanização foram, pois, mais rápidas e mais marcantes na maior parte dos países da África meridional do que em outras partes do continente”.

O esporte era visto como prática desportiva e educação física, em que tudo isso fazia parte da política colonial de assimilação. Importante salientar que, classicamente, dividem-se as políticas coloniais em África em dois modelos: as políticas de assimilação e diferenciação. Abordarei somente a primeira, por questões de colonização, no que condiz a Portugal. A primeira seria característica dos casos português e francês, e visava converter o africano em europeu. Para tanto, ensinava-se a língua, a religião e a moral ocidentais e cristãs, bem como os costumes, tradições e modos de vida europeus. Dividia-se a sociedade em estratos: civilizado, assimilado e indígena. Embora promettesse a assimilação pela aculturação, o sistema

acabava permitindo que poucos deixassem de ser indígenas, e os assimilados quase nunca eram tratados como cidadãos de primeira classe, instituindo-se uma segregação. (HERNANDEZ, 2005, p. 103-6)

A educação física é apropriada no campo educacional e militar por uma questão de disciplinamento do corpo; é praticada pelo exército e depois introduzida nas escolas. O exército implanta as mais variadas modalidades que variam de desportos de combate até os desportos equestres. Diferente das modalidades de educação física que foram introduzidas por meio de ações centralizadas com os militares, os esportes foram introduzidos de maneira aberta e articulados inicialmente por organizações particulares, as quais promoveram realizações de inúmeras competições de modalidades de esportes diferenciados, como futebol, basquetebol, hóquei, handebol, voleibol, críquete, tênis, rúgbi, entre outros. Nas décadas iniciais do século XX, ocorrerá um movimento de formação de clubes esportivos (DOMINGOS, 2006, p. 405).

A prática esportiva pode ser vista como cenário significativo para observar os conflitos religiosos, étnico-raciais e de classe, bem como as complexidades do processo de colonização da região. Durante a primeira década do século XX, serão formados os primeiros clubes esportivos na região<sup>1</sup>. Há relatos que apontam que o futebol era praticado antes de 1904 em Moçambique e envolvia indivíduos de origem ocidental, pois predominava a ideia que os africanos e indígenas não seriam capazes de desenvolver práticas esportivas complexas, pois não teriam cultura esportiva, estando suas ações de cunho esportivo ligadas estritamente a questões naturais de sobrevivência. O indígena só seria capaz de praticar atividades como caça, pesca, salto, corrida, escalada, levantamento, lançamento, luta e natação, sendo totalmente diferenciadas das práticas do europeu. Cabe salientar que essas ideias se conectam ao racionalismo do século XIX. (DOMINGOS, 2006, p.405).

Em 1934, foi institucionalizada a Associação de Futebol Africana (AFA), que funcionava desde os anos 1920. A AFA gerenciava torneios de futebol cujas regras eram basicamente aquelas europeias. As competi-

---

<sup>1</sup>São diversos os clubes fundados em Lourenço Marques na primeira metade do século XX: Sporting Club de Lourenço Marques (1916), fundado como uma filial do Sporting Clube de Portugal, tendo sido depois da independência rebatizado de Maxaquene; Grupo Desportivo de Lourenço Marques (1921), Clube Ferroviário de Lourenço Marques (1924), Lourenço Marques Athletic Club, Vasco da Gama, Sporting Club Azar, Grupo Desportivo João Albasini, Grupo Desportivo Beira-Mar, Grupo Desportivo Mahafil Islamo, Grupo Atlético Luso-Africano, Grupo Internacional Africano, Grupo Desportivo Nova Aliança e Atlético Club Mahometano.

ções que envolviam os chamados indígenas, nativos considerados não assimilados, eram realizadas no mesmo período do campeonato oficial de Lourenço Marques, organizado pela Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFLM), filiada à federação portuguesa, e que contava com a participação de clubes que hoje são tradicionais em Moçambique.

A composição dos times também demonstra que existia pouca participação de negros nas equipes. Os estudos demonstram que dentro dessa divisão de organização dos desportos entre a AFA e a AFLM existe uma abertura maior para a participação da população excluída na última. Criticava-se, através de jornais de cunho nativista, a marginalização do jogador negro, como se fazia em *O Brado Africano*, jornal moçambicano controlado por mulatos letrados críticos do colonialismo português (DOMINGOS, 2006, p. 406).

A expansão do futebol na região parece ter sido acompanhada e mesmo incentivada pelo crescimento da mídia. Entre fins do século XIX e começo do século XX, surge uma imprensa pulsante em diversos países de África, a exemplo daqueles da África Austral, como Angola, Moçambique e África do Sul (ZAMPARONI, 1998).

As associações africanas no meio desportivo poderiam servir para demonstrar a capacidade do atleta “indígena”. Vários jornais defendiam, de diferentes formas, a valorização do jogador nativo, negro. Através do futebol, poder-se-ia valorizar não somente as habilidades e poder físico dos negros, da população nativa, como também a capacidade mental desses sujeitos. Tudo indica que quando o futebol era praticado apenas por brancos e assimilados, era representado como esporte mental, e não apenas físico. Mas, a partir do momento em que os africanos negros começam a dominar os campos, esse esporte passa a ser visto como um esporte sobretudo ou somente corporal, retirando-se do corpo a faculdade da inteligência.

Um dos jornais mais críticos ao sistema colonial em Moçambique, *O Brado Africano*, teve, como um de seus membros mais atuantes, o desportista Karel, que “representou Portugal nas Olimpíadas de Paris, em 1924, e bacharelou-se em Direito na Universidade de Coimbra, de onde retornou para Lourenço Marques, em junho de 1931”, e “assumindo a presidência do Grémio Africano de Lourenço Marques e a direção de *O Brado Africano*, onde expressava as mais ácidas críticas à política racista vigente na Colônia” (ZAMPARONI, 1998, p. 403).

Embora por caminhos diferentes, nas sociedades que foram colonizadas por portugueses, o futebol foi, algumas vezes, ensinado como forma de educar o africano negro, como elemento similar à educação e ao cristianismo, que seria capaz de civilizá-lo. O certo é que o futebol foi apropriado pelas massas africanas e praticado aos seus modos, fazendo desse esporte, originalmente inserido para “civilizar” os negros, um instrumento de resistência, manifestação de identidade e poder.

Nesse íterim, cabe destacar aquilo que argumenta Terence Ranger (1997), em trabalho clássico sobre “a invenção das tradições”, enfocando a África colonial. Ranger caracteriza o período que vai do século XIX ao século XX como sendo marcado pelo florescimento das tradições inventadas europeias – educacionais, eclesiásticas, militares, republicanas e monárquicas, e mesmo esportivas. Ao mesmo tempo, é o período de forte penetração europeia em África. Segundo Ranger, esses dois processos estariam complexamente ligados. Algumas tradições europeias (para garantir relações de subordinação e dominação) teriam sido distribuídas em África, conformando-se em neotradições, que adquiriram um caráter peculiar, que as distinguiu de suas versões imperiais europeias e mesmo asiáticas. Diferentemente da Índia, por exemplo, muitas partes da África tornaram-se áreas de colônias de povoamento de brancos. Os colonizadores definiram-se como os senhores naturais de uma grande população africana, teriam como base as tradições inventadas europeias, tanto para definir quanto para justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais, às vezes, incluíram os africanos. Assim, em África, o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais – e esportivas – veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa. Evidente que se as tradições inventadas importadas da Europa forneceriam aos brancos modelos de “comando”, ao mesmo tempo, dariam a muitos africanos modelos de comportamento “modernos”, muitas vezes usados para questionar a presença europeia em África.

Exposta a metodologia de trabalho e explicada a questão da introdução do futebol em Moçambique, no próximo, e último tópico, farei uma descrição das cosmovisões africanas e suas influências no meio esportivo abordando elementos conceituais.

### 3 Cosmvisão africana: Os clubes o futebol, cuxo-cuxo, cuscuxeiro e o vovô

Observamos no tópico anterior que em Lourenço Marques ocorreu um processo de formação de clubes, em que os primeiros eram compostos somente por indivíduos de origem ocidental, as ligas eram organizadas pelos mesmos, fazendo desse esporte um elemento de segregação social e racial. Observamos também que, a partir dessa cisão, ocorreu um processo de formação de clubes por parte dos povos de Moçambique. Aqui, observo que os clubes formados pelos povos de Lourenço Marques eram montados no subúrbio e por lá jogavam e organizam seus campeonatos. Faço essa observação para enfatizar que existiam dois “futebóis” em Lourenço Marques: o futebol do subúrbio e o futebol da “Cidade de Cimento”, também conhecido como “Futebol da Baixa”, “o último pertencente aos portugueses e com pouca aceitação de negros em suas ligas”, como observa Domingos (2012).

É nesse ambiente do subúrbio que antigas práticas das cosmvisões africanas serão impregnadas dentro desse novo universo, o universo colonial e esportivo, serão entrelaçadas ao ambiente dos clubes e das pessoas como forma de sobrevivência e como forma competitiva no subúrbio. Essas práticas, aos poucos, irão ganhar o mundo esportivo em geral, inclusive adentrando aos clubes da “cidade de cimento”, tudo isso resultado dos processos de introdução do jogador negro do subúrbio nos “Clubes da Baixa”, mostrando que o talento era uma das formas de obter mobilidade social, a outra seria a assimilação.

Segundo Domingos (2012), os jornais metropolitanos por volta de 1966 “alegavam” que o trabalho de treinadores estava sendo “atrapalhado” por aquilo que os portugueses chamavam de “macumba”, “magia negra”, “voodoo”, que eram exercidos pelos ditos “doutores da macumba”, que, segundo as crenças locais, teriam influências sobre os corpos dos jogadores e, claro, sobre o jogo de futebol em si. Os periódicos metropolitanos apontavam a proliferação do “cuche-cuche”. Uma nota publicada por *O Brado Africano*, do mesmo ano de 1966, rebate as falas do jornal metropolitano e define racionalmente esses rituais (DOMINGOS, 2012, p. 202-203).

Primeiro, não é “cuche-cuche”, como diziam os portugueses, mas sim “cuxo-cuxo”. Cuxo-cuxo era um ritual executado por um “cuscuxei-

ro”, aquele que lançava das mãos ossos e outros adereços para fazer adivinhações, “uma prática bem comum entre os povos bantus do Sul de Moçambique”, uma prática sincrética, que une elementos daquilo que no Brasil é chamada de macumba, aquela de origem africana junto a elementos do catolicismo e espiritismo. O “cuscuxeira” também exercia funções de curandeiro, dito na região como feiticeiro. Logo, o “cuscuxeiro” é aquele que faz, lança, joga um “cuxo-cuxo”; para nós brasileiros, ele seria aquele que faz um “trabalho” para manipular a realidade. O termo “cuxo-cuxo” deriva de um sistema “onomatopaica”, que imita o barulho dos ossos e dos outros objetos que sacodem dentro das mãos do “cuscuxeiro”, fazendo um barulho repetitivo que derivou e veio a tornar-se o termo “cuxo-cuxo” (DOMINGOS, 2012, p. 204).

Lembrando que aqui abordo os fatores sociais e históricos que essas práticas proporcionaram. Dessa forma, o “cuxo-cuxo” afetava a crença das pessoas, elas acreditavam que esse ritual poderia influenciar não somente a mente, mas também o corpo, podendo ser “usado para ferir, prejudicar, vencer” o oponente, como Lourenço Marques vive um ambiente esportivo, o “cuxo-cuxo” cai bem a essa configuração social. Enquanto muitos observam esses fenômenos como algo sobrenatural, na verdade, o “cuxo-cuxo”, para este momento da história de Lourenço Marques, seria um elemento motivador, semelhante a uma palestra feita por um capitão do exército antes de entrar no campo de combate ou mesmo das orações e preces que normalmente alguns jogadores, até hoje, em diversos cenários do futebol mundial, fazem, como superstições, usar a mesma roupa, imagem de santos e outros ritos supersticiosos semelhantes aos de Lourenço Marques no período colonial, isso dava ao atleta mais esperança e um “acréscimo de força” (DOMINGOS, 2012, p. 204).

Através de uma análise social afirmo que o “cuscuxeiro” era visto como algo ultrapassado para essa nova sociedade moçambicana, agora com médicos, aparelhos que podem prever o tempo e substituir o que antes o “cuscuxeiro” fazia. Dessa forma, o futebol é algo primordial para o retorno dessa prática e do praticante que exerce a função, tratando-se de uma adaptação à sociedade capitalista, o “cuscuxeiro” vira profissão. Domingos (2012) aponta que esse tipo de crença era mal vista pela administração portuguesa, pois, claro, ofendia o trabalho das instituições católicas, não fazia parte dos processos de assimilação, portanto, era

extremamente negativada pela política colonial, mas impossível de ser controlada, ela, unida ao futebol, consistia em uma ação de resistência ao colonialismo.

No ambiente esportivo, o “cuxo-cuxo”, na maioria das vezes, era conhecido principalmente no subúrbio como “vovô”, o termo era designado para classificar tanto a prática quanto para classificar quem a exercia, portanto alguém pode mandar um “vovô” fazer um “vovô” contra você, algo comum no meio esportivo quando nos deparamos com uma série de entrevistas coletadas por pesquisadores. “Vovô”, na verdade, é um termo que sofre influência da língua portuguesa, Domingos (2012) aponta que na boca dos atletas mais velhos, o termo soava como “vuvu”, palavra que nas tradições daquela região em África designa “espírito dos mortos”, a exemplo, na Tanzânia utilizam a expressão “juju”, palavra que tem conotação referente a “feitiço” em competições de dança, podendo observar sua derivação em outras línguas a exemplo do crioulo francês “joujou” que designa “brinquedo”, ornamentos e amuletos para proteção. Outro termo variado estaria na sugestão de palavras do Corão “yajuju” e “majuju”, palavras que fazem referência ao Diabo e aos espíritos malignos, outras referências em Moçambique, na língua ronga, o termo faz referência a tambores pequenos. O certo é que o termo “vuvu” em Lourenço Marques sofreu um aportuguesamento (DOMINGOS, 2012, p. 206-207).

Os clubes do subúrbio consultavam os “vovôs”, quase sempre um homem mais velho para exercer magias que influenciariam no jogo e na mente dos jogadores, levavam o cuxo-cuxo para os clubes, usando de magia na bola, nas equipagens, nas traves e em diversos lugares onde seriam realizadas as partidas. Nessa lógica, existiriam na mente das pessoas duas formas de jogo, um jogo físico e sobrenatural, na fala de um atleta antes do jogo: “temos vovô e vamos usá-lo” (DOMINGOS, 2012, p. 207).

Além da preparação física era necessária, dentro desse contexto, uma preparação espiritual (mental), esta segunda ficaria sob a responsabilidade do “vovô”, que combatia o “vovô” adversário e organizava o jogo espiritual imaginário do clube ao qual servia. Basicamente, para estar preparado significava obedecer às dicas do “vovô” antes, durante ou depois das partidas. O “vovô”, geralmente, acendia e queimava certas coisas que só ele sabia e os jogadores deveriam inalar, bebiam algo feito pelo vovô, às vezes iam ao mar tomar banho ou enterrar algo na madru-

gada. Nos relatos podemos observar inúmeras “simpatias”, como pôr sal em alguns lugares, como nas botas, andar com certas moedas, não apertar a mão do adversário, observar o voo de certos pássaros para fazer previsões, tudo isso para não ser atingido pelo “vovô” do adversário. Dessa forma, a vitória do time dependia do esforço dos jogadores e dos esforços do “vovô” (DOMINGOS, 2012, p. 209).

Cada clube contratava o “vovô” mais qualificado, aquele que dava mais resultados, o mais incrível é que a filiação religiosa de todos os envolvidos com o “cuxo-cuxo” não tinha nada a ver com suas religiões, o “vovô” e a religião atuavam em universos distintos, uma separação entre o sagrado e o profano, a religião um fenômeno da vida do cotidiano, o “vovô” uma prática, um conhecimento do mato, como diziam nessa sociedade, dessa forma, o “vovô” seria algo intrínseco ao futebol. O “vovô” era tão necessário que se um jogador não consultasse um curandeiro antes das partidas, ele acreditava que não iria sair-se bem na partida, ou que poderia lhe acontecer algo pior, era uma obsessão, tornando-se um *habitus* da vida esportiva, sem ele “o jogador não consegue jogar” (DOMINGOS, 2012, p. 210).

Aos poucos, ocorria um processo de racionalização da crença no jogo, tudo que o “vovô” falava era obedecido, caso contrário, perder-se-ia o jogo, um episódio, digamos assim, hilário em uma narrativa conta que o “vovô”, ao olhar a entrada de um estádio, haveria notado a armadilha de outro “vovô”, e indicou que os atletas não passassem pela porta do estádio, então? “Que pulem os muros”, e assim foi a entrada do clube treinado por um ex-atleta de Portugal chamado Hilário. Os serviços do curandeiro com as equipes e com os instrumentos de elaboração do jogo deviam ser obedecidos com rigor, caso contrário, a culpa sempre cairia nos atletas, a palavra do “vovô” estava acima deles, por exemplo, “você não fizeram como falei” (DOMINGOS, 2012, p. 2013 -2014).

De acordo com Domingos (2012), ocorre uma profissionalização dos “vovôs”, afirma-se que a AFA gastava inúmeras quantias para a preparação de seus clubes. Prova que essa ação de influência sobre os jogadores não se trata de um fenômeno sobrenatural e sim de influência cultural, podemos observar alguns dirigentes ganhando partidas afirmando que haviam contactado “vovô” sem ter feito, causando uma influência mental pela qual obteriam a vitória. Em outros casos, quando os dirigentes não mentiam, falavam que não tinham feito “nada” antes do jogo, os relatos

afirmam que os atletas entravam em campo derrotados. Os treinadores que não aceitavam isso, a solução era não treinar em África.

O “vovô” era visto como uma forma de proteção e direito comunitário, proteção, pois guardava os atletas e suas traves, evitando a bola entrar, direito comunitário, pois é um elemento de resistência e sobrevivência de uma sociedade violentada pela política colonial. Todos os membros da comunidade, independente de fatores como a classe, religião, entre outros, todos recorriam ao “vovô”. O “vovô” é como símbolo do direito comunitário e de resistência, foi capaz de abalar um dos maiores símbolos do capitalismo português, o relógio. Salienta Domingos (2012) que em uma partida do *derby* Muçulmano, Mahafil Isslamo e Atlético Mahometano, um “vovô” havia conseguido barrar um jogo manipulando o tempo, manipulando o relógio. O Atlético se dirigia para o estádio para disputar a partida quando o goleiro da equipe havia percebido que tinha esquecido sua camisa, ao alertar a situação, o dirigente do clube olha o relógio e afirma “que ainda há muito tempo”, retornam para buscar a dita camisa do goleiro, quando retornam para o estádio, o dirigente observa que seu relógio havia parado, perderam o jogo por “WO”, o relato termina com a observação que o relógio de todos os dirigentes havia parado. Tudo que aconteceu ficou na responsabilidade do “vovô” do time adversário (DOMINGOS, 2012, p. 2018).

Esses homens eram vistos como heróis da comunidade, em grande parte. O mérito das vitórias ficava no crédito do “vovô” e, aos poucos, com a introdução do jogador negro suburbano no espaço de urbano, essa prática irá invadir a “cidade de cimento” e seus clubes, proporcionando ao futebol do grande centro urbano os mesmos fatores mágicos do subúrbio. Depois de chegar à “baixa”, o “vovô” passa ao contato com os europeus, é transportado para a metrópole, e para outras regiões do mundo, manifestado sobre novas configurações em uma diversidade de regiões do mundo, como exemplo hoje em alguns clubes no Brasil, principalmente no subúrbio.

### **Considerações finais**

Em suma, neste trabalho, observou-se a importância das metodologias de História das Religiões para abordar fenômenos religiosos e das cosmovisões sob um viés científico histórico, e exibiu-se uma narrativa

historicizada dos objetos. Dessa forma, buscou-se descrever, de forma sucinta, como as cosmovisões africanas afetavam o futebol e seu jogo e aqueles que as praticavam durante o período colonial em Lourenço Marques. Fazendo daquela região um ambiente repleto de “magia” no futebol. Portanto, foi possível observar a importância social dessas cosmovisões para essas comunidades em África, abordando sob o olhar atento de uma história sob um viés epistemológico extremante fundado.

## Referências

- AGNOLIN, Adone. **Histórias das Religiões:** perspectiva histórica-comparativa/ Adone Agnolin – São Paulo: Paulinas, 2013.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **Entre a segregação e o arco-íris:** John Dube na Memória e Nação Sul-Africanas. 2012. 164f. Qualificação (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- \_\_\_\_\_. **As faces de John Dube:** memória, história e nação na África do Sul. 2012. 205f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. 2012b.
- \_\_\_\_\_. **Identidades, Memórias e Representações em torno de um espetáculo esportivo glocal.** Salvador, Pós-Afro, 2010. (Mimeo)
- DAVIDSON, A.; ISAACMAN, Allen F. Isaacman; PELISSÉR, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919- 1935. In.: BOAHEN, Albert Adu. **História geral da África, VII:** África sob dominação colonial, 1880-1935. 2 ed. rev. e amp. Brasília: UNESCO, 2010
- DIAS, João Ferreira. A Magia dos Negros ankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VI, Nº XI, Agosto/2013**
- DOMINGOS, Nuno, “O desporto e o Império Português”, In: José Neves, Nuno Domingos, **Uma história do desporto em Portugal**, Matosinhos, Quidnovi, vol. 2, 2011, p.107
- DOMINGOS, Nuno. “Desporto moderno em situações coloniais: o caso do futebol em Lourenço Marques”. In: Victor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt, Augusto Nascimento (orgs.). **Mais do que um jogo:** o esporte e o continente africano, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010, p. 211.
- DOMINGOS, Nuno. **Futebol e colonialismo, dominação e apropriação:** sobre o caso moçambicano. *Análise Social*, vol. XLI (179), 2006, 397-416

DOMINGOS, Nuno. **Futebol e colonialismo, Corpo e Cultura Popular em Moçambique**. Análise Social - Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

Eliade, Mircea, 1907-1986. **O sagrado e o profano** / Mircea Eliade ; [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HERNANDES, Leira Maria. **África na sala de aula: visita a história Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. (org) (Re) **conhecendo o sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades/org**. Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho. São Paulo, Ed. 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. In.: **Revista Múltipla**, Brasília, ano 9, v. 10, n. 16, jun. 2004. p. 9-40. 2004

\_\_\_\_\_. **A História da África nos bancos escolares**. Representações na literatura didática. Estudos Afro-asiáticos, v. 25 n. 3, 2003.

RANGER, Terence. A invenção da tradição na África colonial. In.: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ZAMPARONI, Valdemir D. **Entre Narros & Mulungos**. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940. 1998. 58of. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

**Gilberto Freyre & Florestan Fernandes:  
Duas propostas para uma questão  
racial brasileira e dois projetos de Brasil <sup>1</sup>**

Messias Araujo Cardozo

A história intelectual brasileira tem nos seus sociólogos uma fonte imensa para a discussão sobre a temática racial brasileira. Como um dos últimos países a abolir formalmente a escravidão negra, o Brasil tem na questão racial uma das suas principais questões históricas. Durante o século XIX, a produção da ciência social no Brasil não teve um grande desenvolvimento, nem sequer havia uma estrutura universitária para compor um quadro de profissionais que pensassem as questões sociais do país, ficando a cargo de literatos ou bacharéis a análise que podemos denominar de “pré-sociológica”.

Entretanto, alguns intelectuais no final do século XIX e primeiras décadas do XX, por meio de uma singular situação socioeconômica, obtiveram formação acadêmica no exterior. É o caso do nosso primeiro autor que tratamos no artigo: Gilberto Freyre (1900-1987), que estudou em universidades estadunidenses e assim conseguiu as ferramentas conceituais para a sua particular (e controversa) interpretação do Brasil efetuada principalmente na década de 1930. Freyre contornava a ausência de universidades brasileiras com seu contato com estudos e ideias que circulavam no exterior na época.

Foi somente na década de 1930, quando a Universidade de São Paulo foi fundada, que um corpo docente qualificado lançou as bases de uma nova forma de pesquisa social no país. Esse momento tem para a história intelectual brasileira um significado importante. E foi nesse tempo que a figura do nosso segundo autor tratado no artigo: Florestan Fernandes

---

<sup>1</sup> O artigo é parte da pesquisa da dissertação do mestrado que está sendo realizada junto ao PPGHis-UFMA, sob a orientação do Professor Dr. Marcus Baccega.

(1920-1995) surgiu na história do pensamento social brasileiro. Absorvendo o que os mestres europeus puderam lhe proporcionar em termos de pesquisa e saber acadêmico, Florestan interpretou, principalmente nos anos 1950-60, o dilema racial brasileiro de uma forma radicalmente diferente de como Freyre o interpretou antes dele.

O nosso artigo aqui busca demonstrar duas leituras sobre o dilema racial brasileiro. Num primeiro momento, iremos insistir naquilo que compreendemos como o sentido conservador da narrativa de Freyre sobre o tema. No segundo momento, buscaremos demonstrar o sentido radical da narrativa de Florestan sobre o dilema do negro, e assim é nosso objetivo: proporcionar ao leitor uma visão ampla dos dois autores sobre a questão racial brasileira, questão essa uma das mais importantes da história nacional, que não se circunscrevia apenas a questão do negro, mas também sinalizava, em nossa análise, projetos para o Brasil bastante opostos dos dois autores em questão.

## **1 O sentido conservador da narrativa freyriana sobre as relações raciais**

*“O passado nunca foi; o passado continua”<sup>2</sup>.*

A interpretação freyriana do tipo metaracial brasileiro nos trópicos onde repousaria a democracia racial exportável ao mundo, principalmente no pós-guerra em 1945, tinha, de acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, uma singular significância para as elites nordestinas em crise na época:

Essa visão plástica da realidade condiz com a sua principal postura política: a da busca da harmonização dos conflitos, da superação dos antagonismos por uma interpretação conciliatória dos contrários. [...] Esta procura da harmonia alia-se à procura da permanência, da manutenção da ordem, por isso o pensamento freyriano se orienta mais no sentido espacial do que temporal. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 112).

Dito isso, um caminho possível, que é o que estamos afirmando, de análise da obra freyriana é apontar o projeto de Brasil que ela comportava com a ideia, ora implícita ora subentendida, de democracia racial

---

<sup>2</sup> Frase de Gilberto Freyre In: Epígrafe. PALLARES-BURKE, BURKE, Peter. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 9.

baseada na sua concepção de que a constante da história brasileira, e até mesmo do seu presente, era a “conciliação de contrários”, da harmonia racial e, por conseguinte, social.

Seu projeto de país em que a representação do mesmo repousa em uma interpretação histórica, bem particular das relações raciais, era, portanto, um projeto vinculado às elites que, nordestinas ou não, em crise ou não, beneficiaram-se e beneficiavam-se com a sociedade como ela está, ou seja, sem “abalos” na estrutura que perturbe o antagonismo e a hierarquia em equilíbrio histórico.<sup>3</sup> Não é só, portanto, no seu explícito e público apoio à ditadura civil-militar de 1964 (BASTOS, 2006, p. 34), ou no seu também notório e visível apoio ao regime salazarista português nos anos 1950. Na sua própria reflexão sobre a história brasileira, principalmente na questão das relações raciais, repousava uma visão de sociedade vinculada aos interesses sociais historicamente vinculados às elites, o que permite compreender sua narrativa como especialmente conservadora.

O historiador Carlos Guilherme Mota – em análise sobre a ideologia da cultura brasileira – apontou sobre a obra freyriana dos anos 1930 que:

Uma abordagem sumária permite, desde logo, vislumbrar em seu comportamento intelectual – que também se traduz em nível político, possuindo enraizamento social e econômico – as expressões de um estamento dominante, embora em crise. Carrega consigo um certo sentido de mando, as marcas da distinção e do prestígio, uma *visão senhorial do mundo*, suavizada pelas condições gerais de vida criadas na esteira das transformações sociais e políticas com foco na crise de 1930. (MOTA, 2008, p. 94). (**Grifos meus**).

Essa “visão senhorial” que se pode caracterizar como um estilo de pensamento conservador<sup>4</sup>, que à época teve muito sucesso<sup>5</sup>, revalorizan-

<sup>3</sup> Sobre isso, Roberto Damatta, em texto introdutório à edição de SB utilizada nesta pesquisa, afirmou que: “o que Gilberto tenta demonstrar, correndo o risco de ser chamado de reacionário e um ideólogo de um escravismo doce, é que o sistema funcionava *hierarquicamente*. As diferenças não corriam em paralelo, mas faziam parte de uma geometria social de inclusão, uma figura na qual os senhores englobavam mas eram também englobados por seus escravos, com os quais mantinham laços de interdependência” (DAMATTA In: FREYRE, 2004, p. 19).

<sup>4</sup> Ver: MANHHEIN, Karl. “Conservative thought” In: *Essays on Sociology and Social Psychology*. Ed. London: Routledge e Kegan Paul, 1953. p. 74-164.

<sup>5</sup> “Estranho sucesso. A invenção, ou revalorização das tradições, aparece num momento quando os setores dominantes tradicionais, ligados à agricultura do açúcar, estão claramente em decadência. Momento em que seu poder político é questionado. Mais uma vez teve razão Hegel, ao afirmar que a coruja de Minerva retorna ao crepúsculo. Nunca, antes da década de 1930, os setores dominantes agrários tiveram tão grande ideólogo. E, nunca, uma interpretação sobre os mesmos tão grande sucesso” (BASTOS, 2006, p. 48).

do, dentre outras coisas, “as tradições”, o tempo perdido, em que as elites e principalmente os estratos inferiores da sociedade “estavam em seu lugar”. Nesse ponto, portanto, narrativa e visão política estão interligadas, democracia racial e projeto conservador de Brasil estavam entrelaçados.

Depreende-se da análise da obra de Freyre sobre a questão da discriminação racial que a identificação racial no Brasil seria mais afetada pelo critério econômico, de classe, por exemplo, do que pela consciência racial *stricto sensu*. Essa não poderia existir ou, se existia, era circunscrita aos círculos racistas na sociedade brasileira exógena, pois o brasileiro, mesmo o mais alvo e loiro, teria sangue negro, como se esse dado por si desimpedisse discriminação racial que, sem dúvida, havia e fazia a democracia racial brasileira não fluir plenamente.

Ele mesmo afirmou que – em protesto por ocasião de um hotel em São Paulo nos anos 1950, quando era ainda deputado federal, ter recusado receber a coreógrafa e dançarina negra estadunidense Katherine Dunharm:

Este é um momento – o ultraje à artista admirável cuja presença honra o Brasil – em que o silêncio cômodo seria uma traição aos nossos deveres de representantes de **uma nação que faz do ideal, se não sempre da prática, da democracia racial, inclusive a étnica, um dos seus motivos de vida, uma das suas condições de desenvolvimento** (FREYRE, 1966, p. 190).  
(Grifos meus).

Aqui, é possível perceber bem claramente ao menos duas coisas. Primeiro, que do ponto de vista do discurso sobre o Brasil atual (década de 1950 aqui), Freyre pensou o país onde a democracia racial e étnica se não era uma prática era um ideal da nação. Segundo, que do ponto de vista mais historicizante, Freyre pensava que historicamente as bases da democracia étnica e racial eram as condições do desenvolvimento do Brasil que desde os inícios da colonização lusa já se formava “sem consciência de raça”.

Usando os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, do historiador alemão Reinhart Koselleck<sup>6</sup>, aplicando-os à

---

<sup>6</sup> Para quem *espaço de experiência* se vincula ao tempo *passado* e o *horizonte de expectativa* se vincula ao tempo *futuro* (KOSSELLECK, 2006, p. 304-327). Sobre esses conceitos em Koselleck ver: BARROS, José D'Assunção Barros. *O tempo dos historiadores*. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013, p. 140, 141.

obra freyriana, é possível compreender sua narrativa nesses dois planos conceituais da seguinte maneira: o espaço de experiência freyriano das elites nordestinas em suas casas-grandes de engenho, naquele espaço ainda colonial, era um espaço de experiência positivo, evocado inclusive pela sua memória pessoal, sendo ele mesmo descendente de aristocrata família, ou seja, no espaço de experiência da sociedade brasileira havia algo que se quebrara, justamente aquilo que a singularizaria como uma “civilização tropical”, no caso, os antagonismos raciais em equilíbrio, mesmo em sociedade que se dividia fundamentalmente entre senhores brancos, de um lado, e escravizados negros, do outro, afinal, como ele mesmo afirmou:

Foi então o Brasil uma sociedade quase sem outras formas ou expressões de *status* de homem ou família senão as extremas: senhor e escravo. O desenvolvimento de “classes médias”, ou intermediárias, de “pequena burguesia”, de “pequena” e de “média agricultura”, de “pequena” e de “média indústria”, é tão recente entre nós, sob formas notáveis ou, sequer, consideráveis, que durante todo aquele período [colonial] seu estudo pode ser quase desprezado; e quase ignorada sua presença na história social da família brasileira. (FREYRE, [1936] 2004, pp. 52-53).

Nesse trecho é lembrado que o característico do nosso espaço de experiência, esse da família patriarcal e tutelar do Brasil, é uma sociedade de antagonismos e de hierarquia. Uma sociedade em que as engrenagens funcionavam com mãos de ferro, porém, ser perder o doce característico da açucarocracia do engenho, adocicado ainda pelo catolicismo também de família, mais sincrético e até mesmo *dionisíaco* do que o protestantismo mais ascético das colônias inglesas. O Brasil do passado de Freyre era um Brasil bom, principalmente para a sua elite econômica e política, a mesma que, em declínio de poderio tanto econômico e principalmente político a partir de 1930, teria no discurso de Freyre um intelectual que lhe restituía a grandeza e opulência de outrora.

Parece-nos que o horizonte de expectativa de Freyre, com sua argumentação, levou-o a considerar a civilização tropical e seus antagonismos raciais em equilíbrio – basilar de sua democracia racial – como modelo a ser exportado para o mundo. Modelo de política de integração racial de sucesso que não engendrara, como nos Estados Unidos ou África do Sul, em um regime de segregação racial, em termos legais, ou um *apartheid*.

Usando basicamente essa mesma nomenclatura de R. Koselleck (2006), o historiador José Carlos Reis, sobre o “tempo histórico do Brasil em Freyre”, apontou que:

Freyre prefere a continuidade à mudança, ou a mudança dominada pela continuidade. Seu olhar sobre o futuro do Brasil é pessimista: nos anos 30, a mudança se acelerava, assustando-o, pois, comprometia a continuidade do passado patriarcal. Com sua reflexão, ele quer fazer uma defesa desse passado e impedir ou desacelerar a mudança. (REIS, 2006, p. 80).

Era um intelectual do *engenho antimoderno* em que a significação política de sua obra se vinculava à crítica da noção de progresso como “agente perturbador do equilíbrio social.<sup>7</sup> Sua produção, no que tange ao tema democracia racial, pode ser lida também – embora não tenhamos nos aferrado a essa estrita conceituação, como a de um “intelectual tradicional” no sentido de Gramsci<sup>8</sup> – ligada às elites em crise de sua época, porém nos pareceu simplista demais pensar sua produção nesses termos, como se verá em capítulo seguinte, a crítica contundente à democracia racial e às relações “harmônicas” entre as raças, proposta principalmente nos anos 1960 por Florestan Fernandes, irá diferir frontalmente com essa forma de interpretação do Brasil mediada pela ideia da democracia racial de Freyre.

## 2 O sentido radical da reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais

“É preciso extirpar esse passado para que nos livremos dele”<sup>9</sup>.

Qual o significado do protesto negro? Esse é um dos títulos de uma das últimas obras publicadas por Florestan Fernandes. Nesse texto que é uma compilação de vários textos sobre a questão racial brasileira e sua significação política num sentido bem peculiar (conforme a interpretação do autor), podemos compreender a forma como foi desenvolvendo-se o pensamento do sociólogo paulista para um sentido cada vez mais radica-

<sup>7</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 113

<sup>8</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. “A Formação dos Intelectuais” In: \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3-23.

<sup>9</sup> FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. p. 10.

lizado, já no que alguns autores denominaram como o tempo em que a *linha tênue entre a academia e o partido* era praticamente inexistente<sup>10</sup>.

No caso de Florestan Fernandes, principalmente a partir da década de 1960, é difícil dissociar teoria e prática, estudos e reflexões mais acadêmicas com a sua práxis política e militância em vários planos. Era um autor engajado com os dilemas de seu tempo e o dilema do negro, herdados dos padrões de exclusão racial que operaram no plano formal das relações entre brancos e negros – e ainda operavam em sua época – por praticamente toda a história brasileira, era parte fundamental de sua inquietação, cientista e cidadão engajado no esforço de diminuir as contradições da sociedade.

A obra de Florestan tem na análise das relações raciais, que são produto do sistema de longa duração escravista, uma faceta política de sua interpretação sobre o Brasil. Sua narrativa se concentrava em perceber os excluídos e os que ficaram de fora das benesses da modernidade. Os dilemas do negro, para além da pobreza, revelam que raça e classe são indissociáveis, o que o levou a pensar que somente com a mudança revolucionária, no sentido socialista, os problemas de raça iriam, juntamente com a abolição das classes, progressivamente desaparecer. Não havia como separar o dilema racial do dilema classista.

Nos anos 1960, vários movimentos sociais que militavam em torno da questão do negro no Brasil e no mundo estavam ganhando relativa força e importância.<sup>11</sup> Nesse período, já mais distante daquela figura do *scholar* academicista, que fazia ciência isoladamente na universidade, Florestan retomava sua militância – que deixara de lado para se profissionalizar como sociólogo – em torno das causas sociais, o que vai dar à sua investigação sócio-histórica sobre o drama do negro na sociedade capitalista uma significação política, um uso político possível para a causa social do negro.

O projeto de Brasil de Florestan mesclava revolução socialista com ruptura com os padrões raciais vigentes. Esses padrões legados de séculos de exploração escravista tinham uma força no tecido social bastante

---

<sup>10</sup> Ver: COSTA, Diogo Valença de Azevedo. *Florestan Fernandes em questão: Um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2004.

<sup>11</sup> Ver: SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. *Encontros e desencontros de um movimento negro*. Ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

significativa, o que fez com que Florestan lesse o problema do negro e seus desajustamentos estruturais. As barreiras de classe para o negro e o mestiço se somavam à barreira racial.

A democratização das relações raciais no Brasil não ocorreria apenas com a democratização formal, mas com uma revolução mais geral e radical, que irrompesse na história. O protagonismo do negro seria fundamental para a concretização do que o autor nomeou como “segunda abolição”, a verdadeira, para além da formal e sem nenhuma assistência ao ex-escravo que foi feita/realizada pelas elites em 1888.

Como já se afirmou, a questão racial em Florestan, o dilema do negro, confundia-se com o dilema de classe. Opressão racial e de classe estavam juntas e o negro nessa circunstância orientaria sua ação em sentido também duplo, em que:

Ele pode ser, assim, duplamente revolucionário – como proletário e como negro. Se não conta com razões imperativas para defender a ordem existente, ele tem muitos motivos para negá-la, destruí-la e construir uma ordem nova, na qual raça e classe deixem de ser uma maldição. Por essa razão, os de cima estão tão atentos aos movimentos negros, [...]. (FERNANDES, 1989, p. 11).

Nesse sentido, de uma forma muito mais aberta e contundente – principalmente após a sua entrada na vida política institucional por meio de seus mandatos como deputado federal – Florestan insiste que a luta de classes e a luta de raças estão na mesma proporção, caminhando necessariamente em conjunto na perspectiva de transformação do *status quo* econômico e racial.

Nessa perspectiva, o movimento negro e o movimento socialista, portanto, são um só ou devem unificar-se para que transformações mais profundas sejam possíveis na racista e capitalista sociedade brasileira. Nesse confronto histórico, as forças reacionárias e defensoras da ordem racial e econômica estariam no outro lado do front, da marcha da história que levaria à consolidação de uma nova sociedade, ao menos em nossa leitura podemos entender nesses termos e o próprio Florestan argumentou que:

[...] o protesto negro antecipou a substância da realidade histórica do presente que estamos enfrentando com tantas angústias e sobressaltos. Cabe às classes subalternas revitalizar a República democrática, primeiro, paraaju-

darem a completar, em seguida, o ciclo da revolução social interrompida, e, por fim, colocarem o Brasil no fluxo das revoluções socialistas do século XX (FERNANDES, 1989, p. 18).

A política revolucionária no sentido socialista não podia desconsiderar a questão racial, pois nesse discurso é nítida que a condição da transformação econômica é a eclosão de uma revolução em termos raciais. A racialização da política revolucionária iria se aproveitar do estoque de insatisfação racial latente na sociedade brasileira para canalizar essa mesma insatisfação para a luta aberta pelo socialismo.

Essa interpretação global contém uma mensagem clara aos companheiros que tentam refundir e reativar o protesto negro. É preciso evitar o equívoco do “branco de elite”, no qual caiu a primeira manifestação histórica do protesto negro. Nada de isolar *raça* e *classe*. Na sociedade brasileira, as categorias raciais não contêm, em si e por si mesmas, uma potencialidade revolucionária (FERNANDES, 1989, p. 18).

Fica claro para Florestan que após a desconstrução do mito da democracia racial e da exposição dos dilemas do negro após a Abolição (para ele uma “revolução dos brancos”), a união da luta de raças e da luta de classes na sociedade brasileira não é apenas opção teórica, mas uma análise condizente com o próprio processo histórico de dupla exclusão: racial e de classe. Uma revolução autêntica, na perspectiva socializante, deveria, no caso do Brasil, necessariamente acoplar na sua agenda programática a questão racial.

Nesse ponto, é interessante como a postura de Florestan, um intelectual declaradamente de esquerda, de certa forma está fora da agenda das esquerdas na época de suas reflexões sobre a questão racial brasileira. Sua luta pelo esclarecimento da questão racial e sua forma de analisar a questão, associando à questão de classe, não estavam em consonância com a agenda, por exemplo, do Partido Comunista Brasileiro, conforme ele mesmo apontou: “Em 1951 enfrentamos a resistência do PCB, que teimava em separar raça e classe e considerava a questão racial como exclusivamente de classe” (FERNANDES, 1989, p. 10). Em certa medida, sua postura à esquerda não era condizente com a postura e forma de analisar a situação social do país com a esquerda partidária tradicional (oficial).

Sobre a questão de raça e classe, uma pesquisadora da obra de Florestan afirmou que:

A estrutura social brasileira operou durante séculos através de um código social baseado na hierarquia entre as “raças”. Os processos de integração do negro que foram possibilitados pelo crescimento da economia não romperam, entretanto, com esse aspecto social, sendo o racismo importante elemento para pensarmos a relação entre status e posição social. Por isso que Florestan aponta para um paralelismo entre “raça” e classe, colocando o racismo como um elemento fundamental para entendermos a formação social brasileira (MOTTA, 2012, p. 128).

Como parte de sua perspectiva de abarcar a questão da não integração do negro na sociedade de classes em um sentido bem amplo e de fazer da causa do negro um mote para a causa revolucionária, era imprescindível (e empiricamente verificável como ele se esforçou em mostrar com seus estudos sobre a situação do negro em São Paulo) fazer a análise concatenando classe e raça numa perspectiva ampla.

Assim:

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só seria uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativa e intensamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles as exigências específicas mais profundas da sua condição de oprimido maior. [...] *Mesmo quando o negro não sabe o que é socialismo, a sua luta por liberdade possui uma significação socialista.* (FERNANDES, 1989, p. 24).

Nesse ponto, convergia, na perspectiva de Florestan, uma dupla revolução conjunta. A contestação necessária do negro oprimido se coaduna perfeitamente com a contestação – igualmente necessária – do proletário oprimido. Surgia aí, também, o problema da falta de consciência dessa “significação” socialista da luta dos negros, porém, mesmo com a ausência da consciência, para Florestan, o socialismo convergia com os objetivos do protesto negro, traduziria em muito o seu significado, dava-lhe, portanto, uma causa política que se soma às suas causas social e cultural de raízes eminentemente históricas.

Aqui, a retórica não é nada saudosista ou mesmo compassiva em relação ao *status quo* racial e econômico. Para Florestan, a sociedade

brasileira tinha na questão do negro não só um símbolo de mais uma das várias “questões” históricas mal resolvidas, no caso, não resolvida, mas a questão que se fundamentava na postura, quando não francamente racista, de ambígua tolerância da parte dos poderes instituídos em relação ao problema do negro. Por isso, sua problemática, nessa perspectiva do sociólogo paulista, captava de uma só vez toda uma série de problemáticas a ela associadas, problemáticas que o autor direcionou uma significação socialista e revolucionária.

Era uma narrativa da revolta, uma contestação intelectual de uma causa social cuja solução deveria ser parte da agenda de qualquer revolução autenticamente compromissada com a ruptura histórica. É possível ler também essa forma de pensamento dentro do contexto mais amplo da luta por mudanças mais radicais no Brasil quando do período da ditadura civil-militar de 1964 e também como parte de uma reflexão sobre a própria história brasileira.

Por mais paradoxal que possa parecer, a expressão de Freyre – sobre o passado não só brasileiro, mas o brasileiro em particular – de que “o passado nunca foi; o passado continua” tem na reflexão de Florestan uma demonstração empírica. É a necessidade da união de forças que consiga *implodir* a tradição e produzir a mudança – a ruptura, a abrupta modificação do padrão continuísta da história – que Florestan chamou atenção aqui, tão insistente e veementemente.

No texto “luta de raças e de classes” contido na coletânea *o significado do protesto negro* (1989), podemos encontrar trechos em que Florestan defendia arduamente que:

Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*, por exemplo. Aí está o buslils da questão no plano político revolucionário. Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação da transformação da ordem vigente, há distintas racionalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso. (FERNANDES, 1989, p. 62).

É notório que para Florestan o aspecto racial de contornos dramáticos no Brasil teria com a revolução socialista uma espécie de resolução do problema do negro. Nesse ponto, toda a sua construção teórica anterior, seus estudos sobre a situação do negro – particularmente em São Paulo,

porém, que adquirem, em graus variáveis, significações mais amplas – na sociedade de castas escravista, encontrava na fórmula revolucionária classista a sua síntese final dessa dialética senhor-escravo<sup>12</sup> que envolvia “branco” e “negro”, “senhor” e “escravo”.

## Considerações Finais

Nosso ensaio buscou mostrar duas narrativas sobre a questão racial. Porém, não era apenas a questão racial por si mesma que estava em jogo nessas duas unidades discursivas, o que se depreende da análise aqui desenvolvida é que para além de questão sobre os conflitos étnicos (históricos e atuais) o que estava em questão também eram dois projetos de Brasil bastante distintos. O Brasil de Gilberto era o patriarcal, do açúcar nordestino, das elites da casa-grande e do elogio à colonização portuguesa, ao mundo que o português criou nos trópicos. O Brasil de Florestan era o do futuro socialista, da crítica à falácia da democracia racial, do Brasil onde raça e classe são indissociáveis e, assim, a emancipação proletária convergia na emancipação do negro.

Nesse sentido, podemos perceber que a forma como Gilberto analisou a questão racial diz muito de sua posição sobre a forma como a sociedade brasileira deveria ver-se, enxergar-se. No caso, a imagem de um país metaracial tropical, os contrários em equilíbrio, onde a harmonização e o apagamento das diferenças numa identidade comum seria o natural, era a imagem ideal para o brasileiro conhecer-se e reconhecer-se como povo e como nação. Tal forma de análise teve nos anos 1930 uma ressonância interessante para a situação política da época, sobretudo quando o Estado Novo buscava criar uma imagem e uma identidade para o país. O Brasil de Gilberto era o do passado contínuo.

Nos anos 1960, principalmente, Florestan foi um intelectual sensível à questão racial e contrapôs-se a essa visão conservadora e senhorial de Freyre. Realizando estudos sobre a situação do negro na emergência da sociedade de classes – principalmente em São Paulo – e tendo como ponto de partida a ideia de conflito e não de coesão social, Florestan juntou

---

<sup>12</sup> Lembra a célebre forma de Hegel em: HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Parte I. 2. ed. Petrópolis-RJ, 1992. p. 126-133. Comentando sobre essa questão, Devye Redyson (em texto introdutório à filosofia de Hegel) afirmou que: “O escravo é aquele que teve medo da morte, e para ter salva a vida aceitou a submissão; o senhor é aquele que aceitou o risco da morte. O domínio do senhor se exerce por meio das coisas que são objeto do apetite: o senhor é aquele que desfruta e usufrui, enquanto que o escravo trabalha para o senhor” (REDYSON, 2014, p. 37).

raça e classe argumentando que o significado do protesto negro, que a causa negra, que seus movimentos convergiam em interesses e objetivos com o movimento revolucionário socialista. Sem dúvida que esse esforço significou para o movimento negro uma base teórica fundamental nas lutas sociais nos anos 1960. O Brasil de Florestan era do futuro implodindo o passado.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS, José D'Assunção Barros. **O tempo dos historiadores**. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu**: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. Ed. São Paulo: Global, 2006.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes em questão: Um estudo sobre as interpretações de sua sociologia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2004.
- “O Brasil como morada – Apresentação para *Sobrados e mucambos*” DAMATTA, Roberto In: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 11-22.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 33).
- FREYRE, Gilberto. “Contra o preconceito racial no Brasil” In: \_\_\_\_\_. **Quase política**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 190-192.
- \_\_\_\_\_. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. “A Formação dos Intelectuais” In: \_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Parte I. 2. ed. Petrópolis-RJ, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

- MANHHEIN, Karl. “Conservative thought” In: **Essays on Sociology and Social Psychology**. Ed. London: Routledge e Kegan Paul, 1953. p. 74-164.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-74):** pontos de partida para uma revisão histórica. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- PALLARES-BURKE, BURKE, Peter. **Repensando os Trópicos:** um retrato intelectual de Gilberto Freyre. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- REDYSON, Deyve. **10 lições sobre Hegel**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014. (Coleção 10 lições).
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

## O *Pacotilha*: Um campo de disputa de memória sobre a escravidão <sup>1</sup>

Silvan Sousa Mendes

Este artigo objetiva analisar o Jornal *Pacotilha* como campo de disputa de memória, com ênfase na busca pela memória coletiva, pois, nesse jornal impresso (com circulação em São Luís entre 1880 e 1938)<sup>2</sup>, estando vinculadas formas político-ideológicas de pensar assuntos comuns à sociedade da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, entre eles, a abolição. Através desse periódico foi possível forjar um pensamento ou até mesmo estabelecer múltiplas verdades ou pretender uma verdade hegemônica.

Nesse sentido, privilegio as memórias impressas no Jornal *Pacotilha* como objeto deste estudo, ressaltando sua importância como fonte de pesquisa histórica, visto que são inúmeras as informações a respeito de assuntos variados que permeavam a sociedade no qual estava inserido.

Um dos temas mais debatidos nesse contexto foram, sem sombra de dúvidas, a escravidão e a possibilidade de sua extinção através das leis que afrouxavam esse sistema. Portanto, as memórias sobre escravidão e as leis que pretendiam extinguir o trabalho servil dos negros e as disputas no entorno dessas memórias serão focadas nesta pesquisa acadêmica.

A reflexão a respeito da relação entre história e memória tem permeado cada vez mais as produções acadêmicas nas últimas décadas. Esse diálogo nos parece de extrema relevância, até porque a história se utiliza

---

<sup>1</sup> Faz parte do meu objeto de estudo da dissertação que ainda está em desenvolvimento, cujo provisório título é: **As festas da abolição**: O 13 de maio de 1888 em São Luís, grupos, sujeitos, percursos em múltiplos sentidos.

<sup>2</sup> Jornal *Pacotilha* com o subtítulo “*Hebdomadario critico e noticioso*”, segundo descreve o livro *Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite*, foi um “jornal de grande expressão no cenário jornalístico, fundado por Victor Lobato, em 1880. Era propagandista da Abolição e da República. *Pacotilha* parou de circular em janeiro de 1881, voltando em abril do mesmo ano como novo formato. No ano de 1930, o jornal deixava de circular novamente, retornando somente em 1934” (2007, pp. 54-55)

constantemente da memória através das fontes que são questionadas e ao mesmo tempo respondidas a tais questionamentos por meio do uso da memória, seja ela manuscrita, impressa ou oral.

A memória não parece ter um fim em si mesma, uma vez que é perpetuada e reinterpretada ao longo do tempo. Está e sempre esteve presente nas vivências humanas. Destarte, diferentes sociedades vivenciaram diferentes memórias coletivas. Em cada período histórico havia uma forma de lidar com ela, assim como em cada momento era manipulada e posta em uso/desuso.

O Brasil, na segunda metade do século XIX, pode ser compreendido como um período histórico em que a sociedade buscava meios de acessar espaços de propagação de memória, levando em consideração o fato da relevância social, política e econômica desse contexto. Começava, então, a desenhar – mesmo que de forma tímida – os caminhos da extinção da escravidão.

Os jornais foram tomados como espaço de propagação de ideias através de discursos impressos em torno do tema escravidão. Esses discursos, uma vez impressos, visavam atingir a sociedade nas diversas esferas, permeando a memória coletiva.

Uma visão contextual nos ajuda compreender a dimensão que assume a memória e seu papel no decorrer dos processos históricos, sobretudo, a chamada memória coletiva e os discursos vinculados a ela, objetivando, de certa maneira, ganhar seu espaço na sociedade. No qual, de alguma forma, espera que essa memória – que tem pretensão de fundamentar ou alinhar-se a um pensamento do sujeito – responda as questões pelas quais ele anseia. Nesse caso, a extinção ou a continuação da escravidão.

Há que se ponderar as limitações da memória como fonte de informações da ciência histórica, bem como suas questões relativas à seletividade. Há esquecimentos que apontam para uma necessidade de atenção por parte do historiador que necessita submetê-las às questões teóricas, conceituas e metódicas. Portanto, explorar a memória como objeto ou fonte de informação faz-se tanto necessário quanto possível à medida que se respeite as regras do fazer do campo historiográfico.

É importante ressaltar uma certeza: a história e a memória se correlacionam. A história deve utilizar memórias, cruzá-las, contrapor, para analisar sua intencionalidade em um determinado tempo e espaço. Toda

memória que tem pretensão de ser coletiva é gestada necessariamente em um determinado tempo-espaço, tem um público alvo e um objetivo a ser difundido coletivamente, podendo servir para consolidar interesses relativos às ideologias políticas, religiosas ou de processo de identidade.

Através da memória é possível reivindicar saberes e fazeres tradicionais de uma comunidade, espaços culturais, lugares de fala, territórios, entre outras questões. Aqui, reside um dos motivos da relevância do estudo da memória e sua pluralidade, bem como sua relação com a história em determinadas temporalidades e espaços, levando, claro, em consideração as suas especificidades, seus motivos de produção e sua circulação.

## **1 História & memória: No tempo e espaço**

Quando nos remetemos à questão da memória por ela mesma, poderíamos dizer que seria a capacidade que o ser humano possui de conservar para reproduzir ideias, imagens ou até mesmo conhecimentos adquiridos ao longo de sua história de vida. Está relacionada ao ato de armazenar para não esquecer, pois acessá-la novamente pode ser possível apenas quando se tem a memória guardada sobre múltiplas formas discursivas ou imagéticas.

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 1998, pp. 94-95).

A transitoriedade humana no tempo e sua existência efêmera demandam da memória uma das funções primordiais, qual seja, de conservar os fatos do cotidiano do ser humano, sejam eles simples ou aqueles que de simples são submetidos a regras e métodos de pesquisa histórica e passam a obter status de relevância histórica e científica.

O que se pode destacar em comum entre a história e a memória é justamente a presença do passado e do presente, já que esta se relaciona com aquela de forma semelhante, mas não idêntica, porque enquanto a história tem por pretensão a cientificidade e adéqua-se à lógica acadêmi-

ca com critérios de verificação, a memória é passível de falhas, inconsistências e sempre está reformulando-se.

Lembrar ou esquecer obedece a duas lógicas distintas. À do tempo passado e à do tempo atual. Ambas são filhas de tempos presentes diferentes, nos quais os interesses divergem. As valorações culturais respectivas precisam ser levadas em conta para se entender a rede de circunstâncias em que se sustentam opções ou preferências, adesões ou rejeições. (MARTINS, 2008, p. 27)

No que tange às falhas e imprecisões da memória, é necessário ressaltar que ela ainda assim é utilizada pela história, pois entre as tarefas dessa ciência está a de visitar a memória e propor-lhe questões que são inerentes ao período no qual foram gestadas, mas que se ligam diretamente a questões que perpassam o nosso presente.

Desta forma:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ela representa como passadas. (LE GOFF, 1994, p. 423).

A memória coletiva ao longo da história e em determinados contextos em que grupos sociais estão dispostos a se afirmarem, enquanto grupos político-partidários, religiosos, econômicos, entre outros, adquiriu valor imprescindível. A busca pela atualização de informações passadas foi e tem sido elemento de importância primária na disputa por espaços sociais e até mesmo territoriais, ou seja, tem sido cada vez mais necessária a atualização da memória na afirmação da tradição dos grupos frente aos processos de identidade.

Nem sempre a memória é chamada a depor a favor de grupos sociais diversos, por vezes ela é justamente silenciada ou relegada em detrimento de interesses jurídicos, políticos, identitários de grupos dominantes, porém, embora algumas memórias específicas de grupos sejam silenciadas, é necessário ressaltar que a função da história seja também saber as causas, os motivos, as circunstâncias, para quais interesses foram produzidos esses silêncios.

A memória coletiva foi oposta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Torna-se senhor da memória e do esquecimento é

uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1994, p. 426).

As reflexões sobre a história e a memória estão perpassadas por dois outros fatores relevantes: o tempo e o espaço. Tanto a memória quanto a história estão inseridas nesses campos, e são gestadas em tempos e espaços múltiplos. Portanto, é necessário levar em consideração os contextos sociais de cada temporalidade e seu espaço para compreender as motivações da criação de uma memória que pretende ser diluída e permear a memória dos sujeitos, transformando-se em coletiva, através da difusão por diversos meios, entre eles, o jornal.

Após serem criadas, as memórias tencionam a reprodução em larga escala, de forma que se tornem coletivas e permaneçam ao longo da história. Embora haja sempre a necessidade do retorno de ligação com os tempos e espaços de suas produções, o “tem-se, pois, que a tarefa de assenhorear-se do tempo pela memória, de o inserir na consciência histórica e de dar-lhe um sentido aceitável é uma constante da atividade humana” (Martins 2008, p.27), sobretudo, no desenvolvimento das sociedades modernas em que as questões de identidade tornam-se cada vez mais acirradas e as disputas por espaços e lugares de fala tornam-se prioridades no processo de afirmação coletiva.

Nesse sentido, é importante realçar, ainda, o lugar da historiografia na discussão da afinidade entre história e memória, e de que forma a memória coletiva se relaciona com a memória subjetiva.

A memória subjetiva pertence ao mundo real, ao mundo do passado, de que só sobrevive, por assim dizer, o registro (na sua forma espontânea) na lembrança intencionalmente consignada. Sobre esse mundo do passado a historiografia constrói conhecimento controlável a partir das memórias consignadas (sob as mais diversas formas). Não faz sentido desconfiar da memória individual ou coletiva por não ter sido construída com base em critérios epistemicamente inatacáveis. A questão estaria mal colocada. Esses critérios são aplicáveis à operação metódica do conhecimento científico. Na versão historiográfica desse conhecimento, a coleta dos indícios, sua análise e interpretação, e a elaboração de um feixe fatorial explicativo do que foi o caso no tempo passado são sempre e necessariamente uma operação no respectivo tempo presente. (MARTINS, 2008, p. 26).

Assim sendo, as memórias subjetivas e coletivas se relacionam no fazer historiográfico na medida em que, através das operações e dos métodos, tornam-se viáveis explicações científicas a respeito desses dois tipos de memórias. Logo, a memória é interpretada e compreendida para fins explicativos tanto do passado quanto do presente.

Mesmo que as memórias sejam dotadas de falhas, levando em consideração as lembranças e os esquecimentos, elas merecem um olhar ajustado quando ainda não são explicadas pelos métodos e técnicas de pesquisa histórica. Afinal, elas guardam contextos, conceitos, processos, interpretações da realidade que habitaram e, tudo isso, é posto ao presente, seja pela oralidade, documentação manuscrita ou impressa. Todas essas formas de apresentações das memórias são o que dão ao historiador acesso a elas, seguidas de múltiplas análises. Para Martins (2008, p. 19), “a historiografia, assim, capta, analisa, interpreta e ecoa a realidade social em que haure suas memórias”.

O uso do jornal para ter acesso a essa memória impressa não parece por si só algo tão necessário quanto à análise como fonte histórica que reproduz e vincula, através de seus periódicos, ideologias, construções, identidades, assim como os processos que se desenrolam a respeito de vários temas que permeavam a sociedade na qual circulavam. No caso do Brasil, podemos citar o sistema escravista como preocupação da sociedade, ainda mais na segunda metade do século XIX, bem como a exposição de posicionamentos nos jornais.

### **3 O espaço do jornal na pesquisa histórica**

É fato que nem sempre os jornais tiveram relevância na pesquisa histórica. Nas últimas produções publicadas, eles aparecem como fonte ou até mesmo como próprio objeto de análise, mas, até atingir esse status, a história teve que trilhar novos caminhos como ciência. Nesse sentido, cabe ressaltar o papel da Escola dos *Annales*, surgida durante a primeira metade do século XIX, como movimento historiográfico que revolucionou as formas de escrita do historiador propondo novas temáticas.

A partir de então, foram ampliados os campos de discussão da História e, por conseguinte, as fontes, os métodos e as formas de sua produção, aparecendo novos sujeitos, novos grupos, novas formas de

percepções de sociedade que poderiam ser identificadas em fontes diversas, fazendo as devidas interrogações a elas. O jornal, portanto, configura-se como uma das formas de acesso a esses novos sujeitos.

As pesquisas realizadas na história abrem-se para novas possibilidades, tendo uma nova abordagem para os acontecimentos históricos, estamos tratando agora da história de gênero, da criança, do operário das mulheres não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história, é o partir do micro para o macro. E são estas modificações nos temas a serem abordados que remetem o historiador a novas fontes, a novos questionamentos e novas interpretações e reflexões por parte dos historiadores que agora não precisam mais esconder a suas opiniões a respeito dos temas trabalhados, ele não age mais de forma imparcial quando debruça-se sobre a sua fonte. (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 4).

Apesar da renovação no campo temático, os jornais não despontaram de imediato como fonte histórica. Na explicação de Tania Regina de Luca (2005, p. 20), essa crítica dos *Annales*, em 1930, em que tencionaram repensar o fazer historiográfico por si só não “implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”.

Seria um equívoco afirmar que a ampliação das temáticas implicou necessariamente em uma mudança do status imediato da imprensa, sendo mais específico, dos jornais como fontes ou objetos da história. Apesar de tudo, é importante levar em consideração o fato de que os *Annales* contribuíram de forma significativa para que o uso de novas abordagens fosse possível.

Ainda segundo Tania Regina de Luca:

A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi à renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundos, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódio e pelas diferenças. (LUCA, 2005, p. 113).

O interesse crescente em fundamentar trabalhos nas perspectivas da Escola dos *Annales* levou os jornais com o passar dos anos a ganhar espaços nas pesquisas, sendo, inclusive, enquadrados em métodos e técnicas de pesquisa histórica visando responder a questões que lhes eram impostas. Passaram a entender o jornal não apenas como um reprodutor de ideias, mas também produto do meio em que está inserido, um agente que participa, embora houvesse ainda um debate a respeito do cunho ideológico que o permeava.

Portanto, os jornais podem ser considerados, ao mesmo tempo, uma testemunha da história e um agente participativo na configuração da própria história. Legam, desse modo, uma relevante contribuição à historiografia, devido promoverem uma ampliação do campo temático, possibilitando o desenvolvimento de diversas abordagens, e beneficiarem o alargamento do conhecimento histórico. (BEZERRILL, 2011, p. 10).

Os jornais, enquanto fontes, são perfeitamente capazes de demonstrar as cosmovisões relacionadas à religião, sociedade, política, economia, bem como, no caso do Brasil, sobre a escravidão e sua extinção, além de trazer memórias coletivas a respeito de temas variados.

Devido ostentarem a tarefa de representar a sociedade na qual estão inseridos, os periódicos se tornaram fontes fundamentais para os estudos de temáticas diversas, que tiveram grande visibilidade histórica graças à permanência de suas memórias nas páginas dos jornais. (BEZERRILL, 2011, p. 10).

Atualmente, é comum serem publicadas pesquisas que tem o jornal como fonte ou objeto de estudo de múltiplas temáticas e abordagens. Parece que foi reconsiderado e vem conquistando cada vez mais espaços variados. Nosso interesse, então, não seria necessariamente mostrá-lo como fonte na pesquisa histórica, mas apenas pautar o lugar que ocupou e vem ocupando nela, e, a partir de então, pensá-la como um dos espaços em que ocorre a disputa de memória em torno da escravidão.

O jornal possui relevância tanto por ser testemunha ou agente participativo, como também por ser uma das fontes mais ricas que o historiador pode recorrer nos periódicos do século XIX, por exemplo, versa sobre diversos assuntos, entre eles, a escravidão que a um só tempo transitava em todos os ambientes da sociedade.

Os escravizados mantinham relações próximas ou longínquas com os livres e com todas as esferas da sociedade. E o sistema escravista, na lógica mais geral, dividia a opinião dos grupos entre os que prezavam pela sua manutenção e aqueles que eram a favor de sua extinção completa.

Assim sendo, é possível afirmar que não havia consenso em torno da questão da abolição, buscava-se ganhar apoio contra ou favor da liberdade dos escravizados e um dos meios mais viáveis era através dos jornais, que ocupavam lugar de destaque no século XIX, levando em consideração a sua forma rápida de fazer com que circulasse as ideias entre o público-leitor oitocentista.

O jornal *Pacotilha* será tomado como base para analisar posicionamentos em torno da questão da escravidão e a disputa de memória travada por alguns setores da sociedade que estavam inseridas nesse processo.

#### **4 O jornal *Pacotilha*: A escravidão e as disputas de memória**

A edição do jornal *Pacotilha*, de 30 de outubro de 1880, número 01, faz uma breve apresentação de características e pretensões desse periódico, a respeito de sua atuação no Maranhão e de sua intenção e público alvo.

A PACOTILHA, pois não tem programma nem opinião, nem artigo de fundo-é a imprensa a retalhe, miúda sortida e variada. Não vae esgueirar-se de ma-drugada. Contendo um pouco de cada cousa que possa distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatoria de censura, sem especialidade distribuindo em fôrma de pilula, noticias, receitas, contos, romances tudo! (PACOTILHA, 1880, N° 01).

Essa forma de apresentar-se do jornal demonstra o seu interesse em publicar variedades. Quanto mais variado, mais poderia atingir um número maior de público e, assim, influenciar a opinião dos leitores que ouviam falar de assuntos diversos sem opinião formada. Sua localização, como ele mesmo nos informa na edição de 1880, era “ao n.05 da Rua do *Egypto*, meia morada de casa recentemente pintada, com um tabuleta extra-retumbante” (PACOTILHA, 1880. n° 01).

Com relação aos anúncios, os valores são os seguintes: 50 reis por linha, porém, tornando-se assinante trimestral pagaria a quantia de 2\$000 reis e ainda teria o direito de ocupar os espaços reservados no

jornal para avisos que entendesse necessários. A sua atuação pretende ser imparcial, pois se coloca à disposição dos diversos grupos políticos, fossem eles de Direita ou Esquerda.

E dito isto, ahi vae a PACOTILHA, pequena, humilde, bem creada, cumprime-tando a direita e a esquerda, tantos os ilustres membros do jornalismo-sem distincção de côr politica e opiniões- como todos aqueles que tiveram a bon-dade de assigna-la e de lê-la. E até mesmo de lê-la sem assigna-la-a. cumprimentamos a todos!. (PACOTILHA, 1880, n° 01).

Nessa forma de apresentação, fica nítido o interesse que o jornal tem de ganhar campo de circulação, talvez visando nesse primeiro momento apenas fins econômicos, mas também circulação de ideias e memórias, sobretudo, no que tange às discussões político-partidárias, pronunciando-se ideologicamente até mesmo sobre o escravizado, assunto tão debatido na segunda metade do século XIX, e sobre as leis que, de certa forma, afrouxavam o sistema escravista.

O público, como sujeito ativo da esfera pública, foi estruturado em São Luís da segunda metade do século XIX, tomando como base os parâmetros concedidos pela estratificação da sociedade Maranhense. Formavam a opinião pública todos aqueles que possuísem condições mínimas de se inserirem na sociedade como consumidores de um mercado de bens materiais. (ARAÚJO, 2014, p. 370).

Os contextos nos quais estão inseridos os jornais merecem um olhar distinto, porque é precisamente neles que se dá a circulação de ideias, indicando a necessidade de compreender as esferas sociais que os compõem e de que forma essas esferas atuam, até mesmo suas relações com a circulação de ideias nos jornais.

A cidade de São Luís, por exemplo, assim como outras capitais de províncias no Brasil, era palco de disputas políticas de várias ordens, acentuando destaque para aquelas relativas à escravidão, que não somente eram perpassados os ambientes das assembleias de deputados. Tal discussão ganhava a rua e era cada vez mais alimentada por discursos publicados em jornais.

O jornal privilegiado neste artigo começa sua publicação em 1880, posterior às duas leis de fundamental importância para a história da escravidão no Brasil. A Lei que proibia o tráfico negreiro de forma mais efetiva no ano de 1850 e a Lei do Ventre Livre, publicada em 1871, que

proibia a escravização de crianças nascidas a partir de então. Ambas também se constituem memória coletiva e influenciaram mesmo que de forma não tanto incisiva para a abolição, que de fato só aconteceria anos mais tarde, em 13 de maio de 1888, com extinção completa da escravidão. Ainda assim, o jornal não perde sua credibilidade, pois continua sendo uma fonte e um objeto rico em análises.

Nas edições posteriores à criação do jornal, a escravidão é apresentada como algo comum, pois de fato fazia parte da vida como algo inerente à sociedade do Brasil oitocentista, isto é, posto sob a forma de anúncios de escravizados fugidos, necessidade de alugar escravizados. Começam a aparecer as discussões de outrora sobre as leis de 1850 e de 1871, que apenas pareciam ter cessado neste contexto.

No ano de 1885 foi noticiada uma informação de que Joaquim Nabuco, no dia 20 do ano anterior (1884), havia partido de Pernambuco para a Corte (ele é apresentado como chefe da abolição). Chegando à Corte, foi festejado por 4 a 5.000 pessoas. Essa notícia é assinada pela Confederação Abolicionista, ou seja, um espaço é cedido à confederação, ainda que não muito grande para noticiar a respeito de uma das pessoas mais importantes para ela.

Tudo que estava sendo realizado pela Confederação Abolicionista era noticiado, mesmo que não fosse realizado necessariamente em São Luís. Ainda no ano de 1885, foi publicada a notícia de uma conferência organizada pela Comissão Central Emancipadora, que é relatada como sendo a mais vultosa de todas que já se haviam realizado até aquele momento, dessa vez a cidade foi Pernambuco e o espaço de realização foi o Teatro Isabel. Aos poucos, o movimento começou a ganhar mais notoriedade no Brasil, justamente por conta das notícias difundidas nos jornais, porém, havia necessidade do enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 8).

Ao preferir discursos a favor da extinção do sistema escravista, havia também uma intenção que seguramente se refere ao enquadramento

da memória coletiva à memória subterrânea. A forma pela qual são preparados os discursos que chegaram até o jornal *Pacotilha* pressupõe esse enquadramento, visto que, segundo o relato, o discurso articulado por Joaquim Nabuco em Pernambuco é seguido por palmas, e varias cartas de liberdade são postas em suas mãos. Desta forma, por exemplo, a liberdade dos escravizados em São Luís ganha espaço na memória através da leitura do periódico, tanto dos que apoiam quanto daqueles que não apoiam, sendo enquadrada exatamente na memória daqueles que estão propensos às ideias de abolição.

O discurso proferido por Joaquim Nabuco não é somente um discurso solto, individual. Ele está atrelado a um consenso, a uma coletividade, pois, o grupo no qual faz parte como chefe, a Confederação Abolicionista dá um norte para as discussões sobre escravidão e a necessidade da extinção do sistema escravista. Dessa maneira, à medida que o discurso é posto em voga, ele afirma os interesses e as identidades do grupo no qual faz parte.

Toda organização política, por exemplo - sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 7).

As orientações desse grupo, conhecido popularmente naquela época como abolicionista, promovem, dentro da ordem estabelecida socialmente, uma divisão de ideias acentuadas, que vem de outros períodos históricos e vai ganhando cada vez mais campo na memória, demonstrando diretamente os malefícios da ordem que até então era vigente, com vista a ganhar apoio de um número cada vez maior de pessoas, comuns, religiosos ou até mesmo políticos.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas intervêm

na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. (POLLAK, 1989, p. 9).

Ao passo que se aproximava do 13 de Maio de 1888, dia em que era assinada a Lei Áurea que versava a respeito da extinção da escravidão no Brasil, ficaram mais recorrentes os discursos a favor da abolição no jornal Pacotilha, feito por diversos grupos sociais de diferentes setores.

Uma das publicações que chamam atenção foi no mês de fevereiro, do mesmo ano que versava sobre alguns assuntos, entre eles, a Lei Rio Branco, que dizia o seguinte:

O Brazil Abolicionista  
A' America meridional outrora ave negreira,  
hoje ostenta-se garbosa canta a liberdade;  
dois vultos salientes, da geração d' Andrade  
- Sustentão (Já nos ares-) a tremula bandeira.  
Nabuco, com palavra- sublime (d' orador  
Attrahe a si o povo... e espera sempre alivio  
E, qualquer gemido de um misero captivo  
-D'um canto surge o -Dantas- a mitigar-lhe a dor  
Da liberdade- do Rio Branco- o bravo  
Com sua sabia lei- fez livre o ventre escravo  
E ergueu do lodaçal- anova geração.  
Seu nome em letras d'ouro, adormece na historia  
E o relembrar-lhes os feitos, soluça a escravidão  
-Rendendo ao immortal, as lagrimas por memoria"  
S. Luiz, 8 de fevereiro de 88.  
(M.Castro).  
(PACOTILHA, 1888. N° 02).

Este é um dos vários textos publicados nesse jornal e que faz refletir a respeito da tarefa da história e da memória como ato de relembrar e, ainda, como busca de rupturas, traçando a trajetória da luta contra a escravidão até o ponto onde havia chegado, com presença de Lei e de personagem que ficaram como lembranças dessa luta e que ainda vive tanto fisicamente como na memória do escritor e também da sociedade daquele período.

[...] para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais (HALBWACHS, 2013, p. 61).

O momento em que a memória vira um documento impresso é muito importante, pois é como se ela já saísse dela mesma e agora passasse a habitar na memória de outros, fazendo os devidos enquadramentos necessários, habitando tanto no impresso quanto na memória de cada pessoa.

Os debates sociais que permeiam o cotidiano das pessoas em contextos variáveis são mediados por questões de memória e daquilo que lhes são inerentes, como as lembranças ou esquecimentos, o próprio silenciamento. Mas, de qualquer forma, os impressos, neste caso os jornais, redimensionam a memória à medida que esta se dilui, sobretudo, no trabalho do historiador através dos métodos e técnicas do campo disciplinar da História.

A memória é convidada a atuar em vários campos, mesmo com suas limitações. Ela trata de responder as questões pertinentes ao presente que estão intimamente relacionadas à sociedade que esta inserida. Um desses campos de atuação é justamente o jornal, que pode ser compreendido como espaço de disputa de memória, levando em consideração sua relevância nas sociedades onde circulou. E seu papel fundamental na aquisição e propagação de discursos, ora convergentes da ordem em vigor, ora contrárias a ela.

### **Considerações finais**

Trabalhar a memória e sua relação com a história tem sido tema explorado de forma recorrente na historiografia e suas formas mais diversas de apresentar-se. Sejam memórias manuscritas, impressas ou orais. O que se pode afirmar é que ela tem relevância significativa, e saber como relacioná-la deve ser exercício de todo historiador, pois a memória tanto se relaciona com a história como com o passado. Ela existe tanto subjetivamente como coletivamente, cabendo, então, a necessidade de enquadramento das memórias subterrâneas.

Com relação às suas limitações por conta da questão das falhas e esquecimentos, cabe à história revisitá-la constantemente, pois a memória contribui para a pesquisa histórica respondendo os questionamentos do historiador a respeito de questões diversas de determinada sociedade ou sistema que nela operam.

Sobre a relação entre a história e memória, devemos levar em consideração o tempo e espaço, afinal, as duas são gestadas em tempos e espaços diversos, ao passo que transitam entre eles, levando e trazendo informações valiosas que preenchem questionamentos, bem como abrem novas questões.

As marcas e os vestígios dessas memórias são de interesse do historiador que pretende constituir ou reconstruir um determinado contexto, em que sujeitos ou até mesmo grupos inteiros se tencionam em torno de questões centrais pulsantes na sociedade abordada por ele. A memória é tensionada a ganhar espaços, porém, antes, é importante lembrar que ela pode ser administrada por grupos diversos que podem nela buscar reivindicações ou compensações históricas, forjando discursos na busca pela identidade de grupos, sejam eles de gênero, religiosos, políticos.

A todo historiador cabe a tarefa de estudar, refletir e pesquisar sobre a memória e as diversas formas que se apresenta, caso contrário, ficará tanto complexo quanto impossível trabalhar com o tempo e suas divisões, reconstruir a dinâmica de sociedades inteiras e seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

A memória pode ser discutida e analisada sob os vieses de distintas percepções e sob os vários prismas de atuação e lugar que ocupa. No jornal *Pacotilha* foi possível perceber sua reivindicação através dos textos publicados, que ao mesmo tempo em que os autores citam a necessidade de abolição, eles reforçam certa aceitação do público. Porém, isso talvez possa ser apenas método de enquadramento à memória já existente, pois os reforços que se referem podem não ter as proporções destacadas na notícia, mas no momento de disputa de memória, o que torna válido empregar meios de convencimento da ideia que se pretende ser aceita pelo público leitor e outros.

No texto de M. Castro, publicado no jornal em 8 de fevereiro de 1888, a memória assume um papel interessante, pois ele lembra de uma Lei que já havia passado, a Rio Branco, e atesta-a como sendo boa. Ele ainda busca na memória a figura de Joaquim Nabuco para reforçar seu discurso e um possível enquadrando à sua memória e de outros.

O jornal como campo de disputa de memória pode ser entendido enquanto tal à medida que está carregado de discursos com pretensão a ganhar espaço social. Nele há variadas visões de mundo, formas divergentes de lidar com as realidades opostas ou semelhantes. Aí reside a

necessidade de ampliar o horizonte de discussão sobre ele e também sobre as temáticas que podem ser propostas a partir dele, através de inúmeras disputas de memórias que vão sendo encontradas em suas páginas impressas.

## Referências

- ARAÚJO, Johny Santana de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. In: **Dimensões**, vol. 33, 2014, p. 360-383. ISSN: 2179-8869.
- Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.** – São Luís: Edições SECMA, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2013.
- KRENISKI, Gislania Carla P. e AGUIAR Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991) In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória;** Tradução Bernardo Leitão. [et-al]-3<sup>o</sup>ed.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Memória e experiência vivida: a domesticação do tempo na história. In: **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, pp. 17-30 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.
- POLLAK Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

## **Cristianismo & Marxismo: A Teologia da Libertação na América Latina e no Brasil**

Teresa Cristina Freitas Oliveira <sup>1</sup>

Como bem demonstrou Sérgio da Mata (2010), a religião contrariando teorias que apontavam o seu fim, “o mundo não foi desencantado” (MATA, 2010, p. 12). A religião continua com vigor na atualidade, os “sistemas de crenças, seitas e igrejas não refluíram ante o avanço da ciência e da racionalização” (MATA, 2010, p. 12). A religião não ficou no passado nem foi abandonada com o advento da modernidade. Sob esse prisma, este texto tem o objetivo central de demonstrar a aproximação da teologia da libertação com aportes teóricos do marxismo, especialmente a partir do pensamento de Antonio Gramsci. Aborda-se a contribuição do teórico italiano sobre a questão religiosa, o sardo foi o pensador marxista que mais se dedicou à temática da religião e é essencial para o entendimento do catolicismo contemporâneo.

A teologia da libertação foi um movimento surgido dentro das bases da Igreja Católica, no continente latino-americano e Brasil, a partir da década de 1970, com influência direta do marxismo, em plena Guerra Fria, quando o comunismo foi demonizado. O contexto era de governos ditatoriais, implantados nos anos 1960 e 1970, em vários países da América Latina. No Brasil, o golpe de Estado foi consolidado em 1964 com a implantação nos anos posteriores de uma ditadura que durou 21 anos.

O movimento aproxima fé e política e torna-se uma das mobilizações mais expressivas ocorridas nesta parte do planeta. É constituída por um conjunto de escritos publicados a partir de 1971, por teólogos como

---

<sup>1</sup> Graduada em História Licenciatura, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Docência do Ensino Superior, pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista CAPES. E-mail: freitas.teresa@hotmail.com.

Gustavo Gutiérrez, Hugo Assmann, Pablo Richard, Leonardo e Clodovis Boff, e vários outros, com projeção na América Latina e no Brasil. Nesse período, setores mais progressistas da Igreja Católica lançaram-se à esquerda identificando-se com as camadas populares. Utilizando-se de aportes teóricos analíticos do marxismo de interpretação e transformação da realidade, pretenderam atuar nas periferias e entre os setores marginalizados, associando a práxis cristã em função de uma sociedade mais justa, com menos desigualdade e exclusão. Trata-se de uma teologia com base no Evangelho, em que a fé deva produzir mudanças, ser salvadora e libertadora. O sociólogo Michael Lowy (2016), em estudo sobre o movimento, utiliza o termo “cristianismo para a libertação”, pois o considera “muito mais profundo e amplo que uma mera corrente teológica”, e com “consequências políticas de grande alcance” (LOWY, 2016, p. 28).

O marco inicial para a teologia da libertação pode ser o Concílio Vaticano II, realizado entre os anos 1962 a 1965, que contribuiu para a renovação de um modo de pensar a Igreja num contexto latino, e “inaugurou um momento de abertura de consciência da Igreja, compreendendo melhor a realidade vivida pelos pobres” (NORONHA, 2012, p. 191). Há um discurso com a intenção de dialogar com as ciências sociais para resolver os problemas reais do contexto. Essa visão termina por penetrar na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano promovido pelo Conselho Episcopal Latino Americano (Celam), em Medellín, no ano de 1968, que objetivou discutir os desafios e os problemas do homem e da Igreja no continente. Embora com desconfianças da Santa Sé, a visão da teologia da libertação influenciou também as decisões da III conferência do Celam, realizada em Puebla, em 1979.

A conferência em Medellín produziu documentos que serviram como base para dar a fundamentação teórica da teologia da libertação e induziram padres, freiras, militantes católicos a se engajarem nas lutas sociais. Nos anos seguintes, diversos simpósios, encontros, assembleias e cursos de teologia foram realizados. Gustavo Gutiérrez ressalta que “o Vaticano II dá as grandes linhas de uma renovação da Igreja; Medellín dá a pauta para uma transformação da Igreja em função de sua presença em um continente de miséria e injustiça” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 187). Gutiérrez lança a expressão teologia da libertação em 1969, numa conferência sobre o tema, em 1971, publica o livro inaugural dessa nova reflexão teológica pastoral intitulado *Teologia da Libertação: perspecti-*

vas. Sua obra aprofunda a doutrina social da Igreja com ideias contestatórias. A América Latina e o Brasil sempre foram absorvidos por forças imperialistas, seja pela Europa ou EUA. Ao longo de séculos, estiveram reféns de uma ordem política e econômica desse sistema capitalista. Numa perspectiva de “opção pelos pobres”, há a denúncia de situações de injustiça e violação dos direitos humanos praticados pelas ditaduras implantadas em diversos países do continente entre os anos de 1960 a 1970.

A relação entre fé cristã e política marxista surge dessa conjuntura latino-americana de opressão, das contradições sociais geradas pelo sistema capitalista e da incompatibilidade da extrema pobreza, de um lado, e a fé cristã da população, do outro. A Revolução Cubana, representando uma vitória contra o imperialismo no continente, e a efervescência de estudos marxistas nas academias também tiveram grande contribuição para o surgimento do movimento. Esses conjuntos de fatores certamente tornaram o “cristianismo da libertação” algo singular no continente.

## **1 A religião em Gramsci e a Teologia da Libertação**

Antonio Gramsci nasceu em 1891, na Sardenha, Itália, foi um pensador marxista defensor da Revolução Bolchevique de 1917 e um ativista da esquerda. Em 1914, ingressou no Partido Socialista Italiano (PSI) e, em 1919, fundou com um grupo de companheiros, em Turim, o periódico *L'Ordine Nuovo*. Gramsci rompe com o PSI e se torna co-fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), em 1921, legenda pela qual foi eleito deputado em 1924. Processado e preso pelo fascismo italiano, em 1926, à época em que já era um dos principais dirigentes do partido. Gramsci manteve suas posições políticas e ideológicas até sua morte, em 1937.

A obra de Gramsci é resultado da sua intensa reflexão e militância política do período em que viveu, uma Itália explorada, governada por Benito Mussolini e tomada pelo fascismo, assim, Gramsci dedicou sua vida à militância política numa luta pela libertação da classe operária da dominação burguesa e por uma sociedade mais justa e igualitária. Antes da prisão, os escritos de Gramsci se constituem eminentemente por artigos e textos jornalísticos. É no período em que esteve preso que o teórico escreveu diversas obras, que ficaram conhecidas como “Cadernos do Cárcere” ou “Cartas do Cárcere”.

A importância e o reconhecimento atribuídos às suas obras são imensos. As reflexões feitas sobre a relação entre Estado e sociedade, de forma crítica e histórica dos mecanismos sociais, em especial, aqueles contidos nos “Cadernos do Cárcere”, são essenciais para pensar aspectos da sociedade contemporânea. Como afirma Nelson Coutinho (1998, p.15), a contribuição do pensamento político de Antonio Gramsci ultrapassa o campo acadêmico e político. A esfera da extensão dos seus estudos ultrapassa a área das ciências humanas colaborando até mesmo na esfera da literatura, da arte, dentre outros domínios de análise. Afirma ainda que “quem conhece, por exemplo, a história da teologia da libertação, sabe que essa importante corrente de ideias foi profundamente influenciada pelas reflexões gramscianas” (COUTINHO, 1998, p.15).

O pensador sardo apresenta uma discussão com grande contribuição para o entendimento do catolicismo contemporâneo. Ao estudar a Igreja Católica, mostra o peso da cultura religiosa entre as massas populares. Hugues Portelli (1984, p.15) destaca que a religião se configura em uma das temáticas fundamentais da reflexão de Gramsci nos Cadernos. O pensador escreve sobre o fenômeno religioso, especialmente, entre os anos de 1934 e 1935. Porém, essas reflexões não se constituem de forma sistematizada, os escritos estão fragmentados na sua vasta obra.

A necessidade de Gramsci em escrever sobre a questão religiosa advém do seu pensamento político revolucionário. A Igreja Católica representa um obstáculo para a transformação da Itália que ocorreria a partir da formação de uma vontade coletiva nacional-popular. Assim, impede o nascimento de um pensamento crítico do povo diante do contexto histórico para a verdadeira reforma intelectual e moral. Na Itália, diferente de outros países da Europa em que movimentos como a Reforma Protestante, o Calvinismo e a Revolução Francesa derrubaram o sistema feudal e construíram uma sociedade burguesa, ainda predominava uma cultura medieval entre as massas, isto é, havia uma “concepção religiosa do mundo e da vida cujo sustentáculo ideológico e político está na Igreja Católica” (PIMENTA, 1984, p. 61). A Igreja e o papado impedem o nascimento da cultura moderna na Itália.

Gramsci afirma ser necessária a construção da hegemonia de um Estado de cunho democrático-popular a partir da denúncia e resistência provenientes das forças subalternas. Estabelece uma profunda ligação entre religião e o senso comum. Indica que no momento que se pratica

política não há como “ignorar o considerável substrato cultural da religiosidade presente no universo dos simples e as formas encontradas pelos subalternos nesta expressão para construir a própria identidade e visão de mundo nas lutas emancipatórias” (SEMERARO, 2017, p. 98). O pensador marxista percebe a força revolucionária desempenhada pelo cristianismo e o seu poder nas sociedades contemporâneas. Afirma que a religião e o senso comum podem exercer uma grande função ideológica e desempenhar um papel revolucionário, e não apenas ter aspectos alienantes, presentes nos seus escritos da juventude. Assim afirma:

Nesse sentido, a religião é a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca “metafísica” que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar, em uma forma mitológica, as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma “natureza”, que existe o homem em geral, enquanto criado por deus, filho de deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros; e ele pode se conceber desta forma espelhando-se em deus, “autoconsciência” da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em outro (utópico). Desta maneira, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentavam entre os homens; entre homens que não se veem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. Ocorreu assim que, em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas e ideologias determinadas, foram colocadas estas reivindicações. (GRAMSCI, 1978, p. 115-116).

Assim, a religião se constitui em uma força com o poder de articular a mobilização da classe oprimida e uma luta efetiva dentro da sociedade. Por isso a necessidade da sua compreensão para a formação de um pensamento crítico.

Gramsci possui uma concepção de religião bastante conexa a de ideologia (PORTELLI, 1984). Porém, atenta que não há unidade no cristianismo, a religião não é um conjunto de princípios coerente e homogêneo, apresenta subdivisões, existem sub-religiões relacionadas com o grupo social ao qual está vinculada. Gramsci afirma “há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequeno-burgueses e dos operários urbanos, um catolicismo das mulheres e um catolicismo dos intelectuais, também este variado e desconexo” (GRAMSCI, 1978, p. 144). Sua concepção de religião está ligada à ideia de ideologia, mas não se apresenta de forma homogênea, e sim em diversas formas de religiões, contraditórias dentro da Igreja.

A expressão “religião é ópio do povo” se tornou comum à sua associação ao pensamento marxista. Michael Lowy afirma (2016, p.34) que a frase não deve ser unicamente atribuída a Karl Marx pois está presente nos escritos de Kant, Herder, Feuerbach, Bruno Bauer, Moses Hess e Heinrich Heine. A ideia está presente no texto *Para a crítica da filosofia do direito de Hegel* (2010), a primeira vez que Marx aborda sua interpretação sobre o tema religião. Uma visão adequada à concepção da religião presente no jovem Marx, aproximada mais de um neohegelianismo de esquerda, percebida enquanto alienação da essência humana, do que uma conspiração clerical como denunciava a filosofia das luzes. Corresponde a uma análise sem alusão a classes sociais, ahistórica, precedente da descoberta do método marxista, o materialismo histórico. Marx, ainda que avesso à religião, não minimiza o caráter duplo do fenômeno religioso (LOWY, 2016). Ressalta:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. (MARX, 2010, p. 145).

Ou seja, Marx compreende o aspecto dialético da questão religiosa que legítima ou protesta contra a sociedade existente.

Em *A Ideologia Alemã* (LOWY, 2016), Marx aprofunda seus estudos sobre o fenômeno religioso, considerando-o como realidade social e histórica, entendendo como uma ideologia, “ou seja, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, de representações e consciência, necessariamente condicionada pela produção material e pelas relações sociais correspondentes” (LOWY, 2016, p. 36).

De acordo com Lowy (2016), a percepção religiosa em Marx se torna mais concreta em *O Capital*. Nessa obra, o pensador reconhece que, em algumas condições, a religião pode exercer uma função crucial na história de uma sociedade. No continente americano, a religião toma dimensões libertadoras.

Portelli (1984) consta a religião como “ópio do povo” no pensamento de Gramsci, embora o oposto também possa ocorrer. Gramsci se interessa pela análise da religião como “norma de conduta prática”. A religião pode conduzir a uma atitude progressista e ter um potencial revolucionário, como já ocorreu no cristianismo primitivo, ou simples-

mente conduzir a uma conduta passiva e conservadora. Nesse momento, a religião perde a sua função histórica e se torna opíácea, o que aconteceu com o cristianismo jesuitizado. Desse modo, Gramsci afirma:

A religião cristã, que – em um certo período histórico e em condições históricas determinadas – foi e continua a ser uma “necessidade”, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma determinada de racionalidade do mundo e da vida, fornecendo os quadros gerais para a atividade prática real. (GRAMSCI, 1978, p. 24).

Porém, “também neste caso trata-se do cristianismo ingênuo; não do cristianismo jesuitizado transformado em simples ópio para as massas populares” (GRAMSCI, 1978, p. 25). Isto é, a religião pode ser uma necessidade, porém, no momento em que conduz as massas à passividade deve ser combatida ou neutralizada. O cristianismo jesuitizado, por exemplo, impediu a iniciativa das massas para a sua emancipação política e evolução na ocasião em que foi superada por uma “concepção superior do mundo”.

A difusão do pensamento de Gramsci na América Latina e Brasil influenciou políticos, acadêmicos, intelectuais e diversas experiências políticas no continente. A disseminação da sua obra ocorreu concomitantemente com a “reforma da Igreja” e foi essencial para o movimento da teologia da libertação. A filosofia das práxis e o cristianismo da libertação pretendem possibilitar o protagonismo das classes marginalizadas na composição de uma nova sociedade, apesar das diferenças estratégicas, sociopolíticas e perspectivas teóricas. Ainda que de maneira divergente de operar, ambos partem de situações concretas, da dialética do processo histórico, combatem a dominação, o capitalismo, o imperialismo, a divisão de classes, a exploração, o individualismo.

## **2 Teologia da libertação na América Latina e marxismo**

Michael Lowy (1989, p. 5) afirma que o cristianismo e marxismo estiveram próximos em eventos sociais e políticos como a Revolução Nicaraguense, a insurgência popular em El Salvador e do movimento operário e popular no Brasil, quando setores da Igreja se aproximaram de temas fundamentais ao marxismo. O desenvolvimento do pensamento cristão utilizando elementos do marxismo na América Latina aparece já na década de 1960, com a esquerda cristã brasileira articulada na Juven-

tude Universitária Católica (JUC), na Juventude Estudantil Católica (JEC) e na Ação Popular (AP).

O Brasil foi o primeiro a desenvolver essa convergência, cujo impacto foi maior do que em qualquer outro país latino, pois estava sob forte influência da cultura católica francesa, mais progressista e ligada a correntes socialistas. Enquanto isso, no resto do continente predominavam modelos ibéricos e italianos de cristandade, mais tradicionais e conservadores. Desse modo, “a teologia da libertação não é a origem do cristianismo radical, mas sim, como insistem os próprios teólogos, o produto, o resultado de toda uma prática, de uma experiência anterior, a começar pela JUC brasileira de 1960-62” (LOWY, 1989, p. 14).

A “reforma” da Igreja popular é realizada concomitantemente com a difusão do pensamento de Gramsci nos países latinos e Brasil. Na sua obra *Teologia da Libertação: perspectivas*, Gustavo Gutierrez cita o intelectual Antonio Gramsci e destaca a importância do método marxista para entender os instrumentos pelos quais a opressão e injustiça se impõem. Desse modo, para fazer uma mudança do contexto é necessária “uma transformação profunda do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social que rompa com tal dependência” (GUTIERREZ, 2000, p. 82), para assim, “permitir a passagem a uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista” (GUTIERREZ, 2000, p. 82).

Ao introduzir ideais de justiça, direitos humanos, igualdade social, liberdade e afirmar que as práticas de atividades assistencialistas devem ser articuladas com a política, para que as estruturas econômicas e políticas mantenedoras das desigualdades na sociedade sejam destruídas, os teólogos da libertação rompem com preceitos tradicionais da Igreja Católica. Na elaboração da teologia, o oprimido é capaz de entender sua força, consciência e poder de transformar as relações socioeconômicas e políticas, e, assim, ser agente da sua própria libertação e emancipação. Nessa perspectiva, há uma grande aproximação com o marxismo. Porém, a teologia da libertação parte de ações envolvendo classes, raças e cultura, diferente do marxismo, em que o protagonismo é o proletariado. Como afirma Lowy (1989), a noção essencial que brota no cerne desta “práxis”, produto da “experiência junto aos pobres, aos camponeses sem terra, aos favelados, aos trabalhadores, as mulheres, aos negros e índios, é a de que só uma mudança radical das estruturas sociais – protagonizada pelos próprios pobres- pode acabar com a pobreza” (LOWY, 1989, p. 15).

Os teólogos da teologia da libertação adotaram conceitos-chave de base marxista a fim de entender a realidade socioeconômica e política da América Latina para viabilizar a construção do “Reino de Deus” na terra, como, por exemplo, luta de classe, estrutura e superestrutura, mais-valia, opressor/oprimido, dominador/dominado, opressão/libertação. Lowy (2016) apresenta alguns pontos em comum entre o cristianismo e socialismo como: condenação do capitalismo, liberalismo e individualismo, a importância destinada à divisão de bens para a coletividade; visão dos pobres como oprimidos e injustiçados, visão da humanidade de forma universal, como um todo; esperança de uma humanidade fraterna e mais justa. Desse modo, os teólogos da libertação, entenderam o marxismo como “a única teoria capaz de oferecer ao mesmo tempo uma análise precisa e sistemática das causas da pobreza, e uma proposição precisa e radical do método para a sua abolição” (LOWY, 1989, p.15).

A teoria marxista foi adotada em parte pelos padres da teologia da libertação, pois estavam distantes do ateísmo pregado pelos teóricos marxistas. Alguns desejavam tão somente a consolidação de uma cidadania plena, outros eram favoráveis à implantação de regimes socialistas ou comunistas no continente.

### **3 Teologia da Libertação no Brasil e Leonardo Boff**

A teologia da libertação foi uma das principais expressões religiosas surgidas no Brasil e influenciou muitos padres e bispos da Igreja Católica a defender a causa da população no continente. O contexto de exploração de classe durante a ditadura no Brasil despertou uma reflexão por parte de religiosos católicos para com a prática pastoral da Igreja. Leonardo Boff e frei Betto são os maiores representantes da teologia revolucionária no Brasil. O primeiro, como teólogo, pregou um cristianismo de transformação, contra a opressão e a pobreza, o segundo, como militante dos movimentos católicos e das CEBs, lutou contra a ditadura implantada em 1964 e as injustiças sociais. Muitos religiosos passaram a ter simpatia pelas ideias dos irmãos Leonardo e Clodovis Boff, compreendendo a luta pelos direitos humanos e a transformação social.

De acordo com Giovanni Semeraro (2017, p.96), as atividades exercidas pelos cristãos militantes deram origem às Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e as mais diversas pastorais sociais. Essas forças popula-

res desenvolvem um papel de organicidade dentro da população e funcionam como verdadeiros partidos. No Brasil, ainda colaboraram para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central dos Movimentos Sociais (CMS), do Fórum Social Mundial (FSM), dentre outras atividades de conscientização política no processo de redemocratização do país.

Antes da sistematização da teologia da libertação, agentes pastorais progressistas e movimentos leigos brasileiros já faziam reflexão em que associavam uma concepção de fé a posições progressistas. O catolicismo, progressivamente, foi ocupando um novo lugar na sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX. A Igreja muda seu aspecto institucional tradicional, com maior aproximação das camadas populares em fins da década de 1950, com enfoque na realidade social, no conhecimento da realidade e compromisso social. No período, os católicos participam de forma mais profunda dos movimentos sociais e populares, engajados na chamada esquerda católica, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). A eclosão desses movimentos não está ligada apenas à Igreja, militantes leigos faziam parte de uma estrutura social, eram estudantes, camponeses, trabalhadores e influenciados pelos movimentos sociais.

Leonardo Boff se torna um dos maiores expoentes da teologia da libertação no país. Sua contribuição intelectual e política para o movimento é imensa tanto no Brasil quanto na América Latina, suas obras são conhecidas no mundo inteiro. É autor e coautor de mais de 60 livros, artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras nas áreas de teologia, filosofia, antropologia e mística. A obra *Jesus Cristo Libertador*, publicada em 1972, foi fundadora da teologia da libertação no Brasil. Em um momento de mudança na Igreja, Boff aprofundou reflexões teológicas sobre o cristianismo da libertação, em que concentrou maior esforço no tema da Cristologia, que acompanha os principais postulados da teologia da libertação.

A Cristologia busca saber a respeito da realidade de Jesus e seu significado para a existência humana, assim, “esse processo de decifração do significado e da realidade de Jesus de Nazaré denominamos de Cristologia. Cristologia ontem e hoje é uma ininterrupta tentativa de responder quem é Jesus e o que ele significa para a existência humana” (BOFF, 1976, p.154, apud, SILVA, 2007, p. 108). Além disso, cunha a expressão

eclesiológico, que seria um novo modo de ser Igreja, em que o poder religioso não seria atuado de forma vertical, mas a partir do estabelecimento de relações mais horizontais, com traços fraternais, comunitários e participativos. Para o teólogo, a reestruturação da Igreja deve ocorrer pelas bases, as CEBs, locais com profunda relevância social e política, onde são produzidas práticas de libertação, cuja fundamentação é a teologia da libertação (JESUS, 2009).

Silva (2007), ao comentar Boff, afirma que o Jesus histórico é essencial para a base bíblica do movimento da libertação. A religião deve levar em conta a dialética da história, a compreensão da proposta de Deus só torna possível entendendo a história do mundo. A sustentação teológica de Boff está na associação entre o pobre e a figura de Jesus Cristo. Os textos cristãos deveriam ser lidos levando em conta a realidade latino-americana e suas características. Em editorial publicado na Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (2013), o teólogo afirma que “faz-se mister analisar as causas que geram tal opressão” (2013, p. 1325). Sobre a importância das ciências sociais para a compreensão da opressão, ainda acrescenta no mesmo texto o seguinte:

A tradição crítica em sociologia, em suas várias vertentes, realizou plenamente a desmontagem do sistema do capital, acumulador, individualista, concorrencial e nada cooperativo (“injusto em sua raiz”, nas palavras do Papa Francisco), e acumulador apenas de bens materiais (por isso materialista). Ele é o causador principal, embora não exclusivo, da opressão que tomou dimensões planetárias. Sem passar por esta análise, corre-se o risco de ficarmos apenas em discursos profético-denunciatórios. A Igreja perdeu muito ao temer esta análise. (BOFF, 2013, p. 1325).

Na mesma publicação, destaca que os padrinhos da teologia da libertação foram Jesus, os profetas, os Apóstolos e os cristãos que se uniram aos oprimidos em favor da justiça social, e não Marx, como costumam afirmar alguns religiosos e estudiosos da temática ((BOFF, 2013).

Boff nunca considerou a militância política acima da experiência religiosa, mas apreendeu o método marxista de análise social, para, desse modo, elaborar propostas políticas e estratégicas de cunho emancipador. O desejo da “eficácia” da fé está num nível superior ao materialismo histórico, “o que propomos não é a teologia dentro do marxismo, mas a utilização do marxismo (materialismo histórico) pela teologia”. (BOFF, 1998, p. 287 apud COSTA, 2016, p. 449). Para Boff (1986):

A fé incorpora uma visão de clareza política, porque fé aqui significa fundamentalmente uma prática ou ‘uma concepção ativa do mundo’ (Gramsci). Aqui a religião se apresenta não como obstáculo à transformação do mundo (visão marxista), mas como fator de mobilização popular em vista da libertação. (BOFF, 1986, p. 99).

Certamente o Evangelho está na base do movimento da teologia da libertação, mas a influência do marxismo é inegável. Para Silva (2007), os teólogos da libertação utilizaram teorias marxistas, mas também inovaram e reformularam, “pode-se considerá-los também como ‘neomarxistas’, isto é, inovadores que deram ao pensamento marxista uma nova inflexão, perspectivas inéditas ou contribuição originais” (SILVA, 2007, p. 141).

Em 1981, Leonardo Boff publica o livro *Igreja: Carisma e Poder*, que teve por consequência um processo doutrinário junto à Congregação para a Doutrina da Fé, antigo Santo Ofício. A obra reúne artigos com questionamentos e críticas à Igreja e sua estrutura de poder. O teólogo foi julgado e condenado a um ano de silêncio obsequioso por Joseph Ratzinger, o papa emérito Bento XVI. A Igreja vetou entrevistas, conferências, declarações públicas e até mesmo as pregações nas missas deveriam ser discretas.

Em 1992, o teólogo renuncia ao presbiterado e deixa sua ordem religiosa, mas continua sendo teólogo leigo e acompanha as comunidades dando assessoria aos grupos marginalizados. Desde os anos 1990, participa de debates de temas contemporâneos. Hoje, Boff continua suas defesas às causas sociais, com engajamento também em discussões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento social e ecologicamente sustentável.

### **Considerações finais**

A teologia da libertação fomenta a luta por uma sociedade mais justa, busca ver, sentir e relacionar-se com a sociedade sob os pilares da libertação. O movimento nasceu na periferia das Igrejas centrais e sempre foi considerado suspeito para conservadores da Igreja Católica Romana, principalmente dos centros metropolitanos do pensamento consagrado. O catolicismo progressista com vínculos aos movimentos sociais logo entraria em conflito com a hierarquia da santa fé romana.

Com o intuito de combater a atividade política dos cristãos latinos, a Igreja nomeia bispos conservadores para dissolver as redes pastorais

engajadas na atividade social, excluindo teólogos e religiosos de suas ordens religiosas. A Igreja reagiu considerando que a teologia da libertação reduzia a fé à política, transformando a Igreja numa organização política com princípios marxistas, “o Vaticano acusa Gutiérrez e seus amigos de haver substituído o pobre da tradição cristã pelo proletariado marxista” (LOWY, 1991, p. 96).

A partir da década de 1980, a Igreja se opõe de forma mais incisiva. Por exemplo, em dezembro daquele ano, uma carta apostólica comunica aos bispos brasileiros que a Igreja não devia envolver-se em questões sociais e limitar tendências à teologia da libertação. Roma também fez recomendações aos bispos progressistas que não comparecessem ao II Congresso Ecumênico Internacional de Teologia, ocorrido em São Paulo naquele mesmo ano. Desse modo “a teologia da libertação foi sendo cada vez mais duramente criticada, suas publicações censuradas, teólogos sofriam processos doutrinários. Vários bispos progressistas foram advertidos pelas autoridades romanas” (SILVA, 2007, p. 165).

É certo que o movimento perdeu vigor nos últimos anos em função da represália da Igreja e o próprio declínio do socialismo no leste europeu. Alguns teóricos apontam para a sua reabilitação, com a ascensão de Jorge Mario Bergoglio ao papado, em 2013, o papa Francisco. De todo modo, como bem colocou Michael Lowy (1996, p.77), a teologia da libertação foi um importante movimento na história da América Latina no século XX que deixou sua semente enraizada e moldou várias gerações. Num processo de libertação envolveu muitos cristãos com seus princípios éticos e sociais, numa aproximação direta com o pensamento marxista.

## Referências

- BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- BOFF, Leonardo. O perene desafio da Teologia da Libertação. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1323-1327, out./dez. 2013.
- COSTA, Marcelo Timotheo da. Em nome do Pai: o Francisco de Assis de Leonardo Boff. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 444-467, jul./dez. 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e Democracia: a atualidade de Gramsci. In: Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**, Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. Tradução Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Marcos Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- JESUS, Rodrigo Marcos de. **Religião como fé e política**: o cristianismo libertador em Leonardo Boff. Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte, 2009.
- LOWY, Michael. **Marxismo e Cristianismo na América Latina**. **Lua Nova**, São Paulo. Novembro, 1989, n.19.
- LOWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LOWY, Michael. **O que é o cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- LOWY, Michel. A teologia da libertação acabou? **Teoria & Debate**, v. 31, abr./jun. 1996.
- MARX, Karl. **Para a crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATA, Sérgio. **História e Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012.
- PIMENTA, Eli. **A igreja na sociedade moderna segundo Gramsci**. São Paulo: Perspectivas 1984.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. **O Social em Questão** - Ano XX - n. 39 - set./dez. 2017.
- SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito**: a trajetória intelectual de Leonardo Boff. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

**Entre Imagens, Memórias & Mitos:  
O processo de sertanejização de São Francisco  
no sertão do Ceará <sup>1</sup>**

Yann Victor Maia Santos <sup>2</sup>

Canindé, pérola escondida  
Dos confins deste Nordeste  
É um exemplo de fé  
De supremacia incontestada  
Sua fama é conhecida.  
A Xavier de Medeiros  
O valor é atribuído  
De construir esta vila  
Neste sertão exaurido  
Sendo de S. Francisco  
Este lugar protegido.

Este torrão é o berço  
De grande peregrinação  
Chegam romeiros devotos  
De toda esta Nação  
De carro ou mesmo a pé  
Como é de tradição.

(Gonzaga Vieira<sup>3</sup>/ Canindé: Da lenda à Realidade. 2000. p.1)

---

<sup>1</sup> O referido artigo faz parte das pesquisas desenvolvidas no mestrado a partir do projeto “*São Francisco ponte para outras religiões: o trânsito e o turismo religioso na romaria de São Francisco das Chagas de Canindé*” que se encontra em desenvolvimento, sob orientação do Prof. Lyndon de Araújo.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (2018). Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2017). Bolsista de Mestrado FAPEMA. E-mail: yann-maia@hotmail.com

<sup>3</sup> José Maria Gonzaga Vieira nasceu em Canindé no dia 20 de setembro de 1946. Autodidata, milita na imprensa escrita e falada. Pertence à Associação de Arte e Cultura de Canindé. É correspondente de vários grêmios culturais de Fortaleza, Natal, Campina Grande e Brasília. É autor de quase duas dezenas de folhetos rimados, com destaque para *A menina perdida nas matas do Amazonas e Canindé: Da lenda à Realidade*, obras escritas no ano de 2000 disponível para acesso <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordel>.

Localizada no agreste cearense, a cidade-santuário de Canindé encontra-se distante a 120 km da capital Fortaleza, considerada a Meca Nordestina<sup>4</sup>, é o local onde o santo vivo<sup>5</sup> é buscado, vislumbrado e vivido, tornando-se “‘Porta dos Deuses’ e, portanto, {lugar} de passagem entre o Céu e a Terra” (ELIADE, 1992, p.30).

O festejo de São Francisco das Chagas de Canindé acontece entre os dias 24 de setembro a 04 de outubro. É importante frisar que em anos eleitorais essa data sofre mudança, iniciando o festejo uma semana depois das eleições. Na época da festa, a cidade vive esse agitado, lúdico e sagrado momento,romeiros (as) vindos dos quatro cantos do Brasil se condensam na pequena e bucólica cidade do agreste cearense.

**Figura 1:** Visão panorâmica da cidade de Canindé-CE.



**Fonte:** Arquivos do autor (2018).

O festejo de São Francisco é aqui entendido a partir de sua historicidade, a romaria como meio e momento privilegiado para pensar o exercício da religiosidade popular, “a festa como caminho para se conhecer uma coletividade, suas identidades, valores e tensões, através das atitudes, do imaginário, dos comportamentos e gestos presentes em suas celebrações” (ABREU, 1996, p. 27).

Parto nesta pesquisa do pressuposto que o homem se coloca em romaria impelido por questões do seu cotidiano, lançando-se por cami-

---

<sup>4</sup>Expressão utilizada por Marcelo Oliveira (2011) buscando comparar características da peregrinação dos muçulmanos realizada anualmente à Meca com o significado atribuído pelo romeiro do santo vivo que vai todos os anos a Canindé construindo a partir desse peregrinar um sentido para sua vida.

<sup>5</sup> “o santo vivo é a forma de linguagem utilizada pelos romeiros de Canindé para auto-comunicação, ou seja, comunicam no próprio sagrado escondido à busca da própria identidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 307).

nhos que o levam a um centro religioso, acreditando que a sacralidade de tais espaços possam produzir benefícios para a sua vida.

Desse modo, tomamos a religião a partir de suas imbricações políticas, econômicas e sociais, concebendo-a como conceito flexível e plural, aliando-nos à proposta defendida pela Escola Italiana de História das Religiões<sup>6</sup> que visa “ressaltar, antes de tudo, a historicidade dos fatos religiosos enquanto produtos culturais, redutíveis em sua totalidade à razão histórica” (AGNOLIN, 2013, p. 40).

## 1 Começos e lugares de memória na Cidade-Santuário

Lucília Maria Oliveira Silva (2007) analisa as discussões acerca do processo de sacralização do espaço de Canindé e de como esta foi sendo reafirmada e vivenciada pelos devotos. A autora indica os possíveis milagres que mitificaram a antiga capela de São Francisco. Segundo ela, a história de sacralização do santuário está ligada à “tradição” e à oralidade. São histórias difundidas e reafirmadas pelo povo.

Os mitos fundadores estão relacionados aos sinais, alianças entre São Francisco e o local escolhido, as histórias mais difundidas dizem respeito ao processo de construção da capela. Conforme a autora, uma discussão envolvendo o terciário franciscano, Xavier de Medeiros, suposto fundador da capela, e três irmãos que reivindicavam a posse do terreno de construção, teria sido um dos sinais de manifestação da sacralidade do local. Na ocasião da contenda, dois dos irmãos morreram; o terceiro ficou gravemente doente e, por sua vez, fez promessas a São Francisco: se escapasse da morte, não colocaria mais dificuldades à edificação da capela (SILVA, 2007, p. 22).

Outro caso recorrente nos relatos dos romeiros é o Milagre da Menina Perdida, que tem sua data de registro em 1907, quando uma menina desaparece nas matas do Amazonas e seus pais, desesperados depois de tanto procurar e não ter retorno, fazem promessas a São Francisco: se devolvessem a filha, iriam com ela até o santuário oferecer esmolas ao santo. Ao terceiro dia do desaparecimento, a criança aparece no pátio da casa, para a alegria de todos. Então, durante a visita a Canindé, para o

---

<sup>6</sup> “Surge em 1925, com a Revista ‘Studi e Materiali di Storia delle Religioni (SMSR), nasce na Itália através da obra de Raffaele Petazzoni, o qual produziu por meio da comparação os estudos antropológico-etno-lógicos que se propõe ressaltar a historicidade dos fatos religioso” (AGNOLIN, 2013 p.39)

pagamento da promessa, a menina entra na Igreja e, ao olhar a imagem de São Francisco, afirma com veemência ter sido aquele senhor que a trouxe de volta para casa (SILVA, 2007, p. 38).

Esse milagre teve grande repercussão no imaginário<sup>7</sup> dos devotos, que instituíram e cultuam um mito através da imagem da Menina que pode ser vista na Casa dos Milagres (SILVA, 2007, p. 38). A imagem que hoje se encontra no salão principal da Casa dos Milagres precisou ser retirada da Basílica, pois, conforme a informação de uma romeira, os devotos usavam espinhos para furar a boneca acreditando que ela estaria viva. O santuário, por sua vez, retirou a boneca da Casa dos Milagres colocando-a em uma caixa de vidro sobre uma prateleira presa à parede.

Conforme Eliade (2002, p. 23):

O mito, portanto, é um ingrediente vital da civilização humana; longe de ser uma fabulação vã, ele é ao contrário uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática.

Para o homem religioso, segundo Eliade (2002), as fronteiras entre o mito e a realidade são tênues, os mitos funcionam como paradigmas de todos os atos humanos, longe de ser ficção, ele é uma realidade viva e presente. O mito da Menina Perdida também é lugar de memória, revivê-lo é rememorar e reatualizar as experiências religiosas que marcam a vida do romeiro(a):

Os lugares de memória são os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupos numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 7).

Os lugares de memória são ritos que permitem uma atualização dos mitos, viver os mitos implica, pois, uma experiência religiosa significativa, preciosa e exemplar. O milagre da Menina Perdida também foi ponto de partida para muitos cordéis, Gonzaga Vieira, cordelista, assim descreve sua versão sobre o milagre:

---

<sup>7</sup> “o imaginário faz parte de um campo de representação e, com expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (PESAVENTO, 1995, p. 15).

No Pará, esse milagre.  
Dessa forma aconteceu  
Aparecida, na mata,  
Entre as feras conviveu  
Mas a fé no padroeiro  
Depois de um ano inteiro  
O santo lhe recorreu

Aquele pobre casal  
Tinha Deus no coração  
E ao santo de Canindé,  
Já fazia quase um ano  
Porém não perdia a fé  
Viu a menina chegar  
E, pode até constatar.  
Sem um arranhão até!

Perguntou então à filha:  
- O que foi que se passou  
(naquele degredo horrendo)  
E como assim se salvou?  
Inspirada no Evangelho  
Ela disse: “Um padre velho  
Na mata me ajudou!...”

Viajaram à Canindé  
Para a promessa pagar  
Quando chegaram na igreja  
A menina, ao adentrar,  
Apontou pra São Francisco  
E com oração - me arrisco,  
Começou assim falar:

“- Mamãe, o padre é aquele”.  
Que na mata me ajudou!  
A mulher mui comovida,  
Ali se ajoelhou  
Abraçado a filhinha  
E cantando ladainha  
Emocionada rezou.  
(VIEIRA, 2000, pp. 6-7)

**Figura 2:** Boneca da Menina Perdida disposta na Casa dos Milagres;

**Fonte:** Arquivo do Projeto: História, Memória e Imagem no Maranhão do tempo presente Imagem: Yann Maia, outubro de 2015.

Como argumenta Mircea Eliade (1992, p. 17), “poder-se-ia dizer que a história das religiões [...] é constituída por um número considerável de hierofanias<sup>8</sup>, pelas manifestações das realidades sagradas”. Essas manifestações fundam ontologicamente o mundo, é a partir dessa revelação que o mundo toma um ordenamento. A caminhada ao santuário, bem como as práticas religiosas tecidas pelos romeiros(as), atestam um processo de transfiguração das realidades vivenciadas por eles. “O devoto de Canindé é um ser desejoso, tal é à força da energia que o impulsiona a agir, a procurar o sentido de sua vida no santo vivo<sup>9</sup> que representa alcançar o objeto de seus desejos” (OLIVEIRA, 2011, p. 133).

Diante das versões sobre as ‘origens de Canindé’, pode-se pensar como o caráter de lenda tem ornado os fatos, neste ponto onde a memória toma ares de história. É possível perceber que a composição do espaço/santuário de Canindé deu-se segundo as narrativas, por meio de acontecimentos sagrados e fundamentou-se no ato de pedir, esperar e agradecer, consolidando uma relação definida em termos de obrigações entre o santo e seus beneficiados pela fé. Dessa forma, dava-se a expansão do culto a um São Francisco já co-

<sup>8</sup> Mircea Eliade apresenta o termo hierofania a fim de indicar o ato de manifestação do sagrado. Explica: “este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicado no seu conteúdo etimológico, a saber, que algo sagrado se nos revela”. (1992, p.17)

<sup>9</sup> “o santo vivo é a forma de linguagem utilizada pelos romeiros de Canindé para auto-comunicação, ou seja, comunicam no próprio sagrado escondido à busca da própria identidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 307).

nhecedor das Chagas do povo do sertão. Assim, os sertões inóspitos de Canindé configuravam-se num espaço sagrado por excelência. (SILVA, 2007, p. 24).

O romeiro é o agente que atualiza a cosmologia da cidade-santuário: na maior parte dos casos, os romeiros são atraídos aos lugares sagrados em virtude das notícias de milagres que acumulam. Através delas, esses homens e mulheres comunicam suas dores, aflições, angústias e sonhos ao santo franciscano. Constituindo-se, desse modo, enquanto experiência espacial e cultural de sentimentos e vontades. Por conseguinte, é importante estar atento para a polissemia de sentidos presentes nas romarias.

### 3. Sertanejização do santo italiano

Sylvana Brandão (2004), analisando o processo de sertanejização do santo italiano (São Francisco de Assis) através das imagens presentes em Canindé, argumenta que os artesãos, ao fabricarem, procuram expressar a dor e o sofrimento das jornadas excessivas de trabalho dos homens e mulheres humildes do Nordeste. Desse modo, o santo:

[...] já tem cabeça chata dos nossos queridos cearenses: já tem pés esbrugados por trabalhar nas roças, andar maltrapilhos nos subúrbios, nas favelas e atravessar quilômetros de estradas escaldantes, em busca de condições materiais mínimas possíveis, no Sudeste ou na Amazônia do Brasil. (BRANDÃO, 2004, p. 344).

O catolicismo popular se caracteriza pela força da multidão de romeiros(as), que elegem santos e produzem, a partir dessa criação, sentido para suas vidas. O catolicismo popular está presente no Brasil desde o seu processo de colonização. Nele, a figura dos santos tem um papel importante na manutenção dos laços de fé.

O *modus operandi* pelo qual os(as) romeiros(as) se relacionam com a instância do sagrado indica a pluralidade e as diversas faces de um catolicismo “marcado pela religiosidade popular, pelas credices populares, pelas rezadeiras que misturam orações de cunho católico com elementos do misticismo, característica essa predominante no interior do Nordeste”(FLORES FILHO, 2013, p.75).

Nesse contexto, ser devotado a um santo contribui para afirmar também uma personalidade baseada em ações, discursos e experiências

que moldam o indivíduo na direção do objeto sagrado. A movimentação aos locais sagrados reafirma a religiosidade e a fé como fatores identitários de uma sociedade enquadrada na crença. Em pleno século XXI, as romarias/peregrinações são essenciais para a sobrevivência do homem, pois mobilizam um grande contingente de pessoas no mundo promovendo momentos especiais de sociabilidade, fé, esperança, solidariedade e pertencimento.

**Figura 3:** São Francisco com um triângulo na mão ao lado de Sto. Antônio, que toca zabumba, e São José, que toca sanfona (A). É possível observar ainda um chapéu de cangaceiro nas costas do santo (B e C).

Fonte: Sylvana Brandão (2004).



**Figura 4:** São Francisco talhado com a cabeça chata dos cearenses (A) e os pés esbrugados por trabalhar nas roças (B).



Fonte: Sylvana Brandão (2004).

Uma parcela significativa dos(as) romeiros(as) entrevistados nessa pesquisa possui pouco ou nenhum grau de escolaridade formal, desse modo, esses homens e mulheres vão se relacionando com o sagrado de modo espontâneo e simples. Há um profundo desconhecimento dos dogmas e liturgias da Igreja. Um exemplo dessa religiosidade se encontra

na prática já citada acima: de que o santo nasceu em Canindé e está vivo, e ainda intervém nas chagas das gentes sofridas do Nordeste.

São Francisco das Chagas do Canindé, repito, *está vivo!* Assim afirmam os devotos de São Francisco do Canindé, muitos dos quais sequer acreditam que Francisco tenha nascido em Assis, na Itália. Quando muitos acreditam que apesar de ter nascido em solo italiano, caminhou até o Brasil e se estabeleceu definitivamente no Ceará, em Canindé. (BRANDÃO, 2004, p. 341).

É sobre essas bases populares que a devoção a São Francisco das Chagas de Canindé vem se alicerçando, indicando os múltiplos caminhos que se inter cruzam constantemente nas práticas religiosas presentes no Nordeste. São homens e mulheres de fé que vivem no mundo e relacionam-se com o transcendente sem se distanciarem de suas práticas cotidianas de vivência.

Assim, as imagens tentam representar os traços físicos e psicológicos da divindade, valorizando um ou outro aspecto, conforme a visão do santeiro. Isso explica porque certas representações acabam sendo mais apreciadas que outras, por se adequarem de maneira mais exata a perspectiva dos fiéis. (OLIVEIRA, 2011, p. 64).

**Figura 5:** São Francisco cercado por araras nordestinas.



Fonte: Sylvana Brandão (2004).

Nesse sentido, o santo italiano é (re)elaborado pelo povo do Nordeste num processo de reinvenção histórica, o santo de Assis tornou-se o santo nordestino, desse modo, as representações imagéticas e discursivas

dão conta de um santo que intervém nas chagas das gentes pobres do Nordeste, sendo por excelência um *cabra da peste*<sup>10</sup>.

Renata Menezes (2009, p.110) indica que no Brasil o culto aos santos é um dos canais de manifestação da vitalidade do catolicismo. Os devotos não possuem regras pré-estabelecidas de relacionamento com o campo do sagrado, vão relacionando-se à sua maneira com o santo, “os devotos vivenciam sua fé como vivem sua vida. O corpo que a experimenta é o mesmo corpo que trabalha, adoce, namora e vai à praia” (SILVA, 2007, p.171).

O ato de peregrinar é físico e simbólico, é histórico e cultural. Relaciona valores, sentido e significados que podem funcionar como elementos estruturadores da vida. A romaria deve ser compreendida a partir da perspectiva do romeiro enquanto sujeito criativo que cria e recria o objeto de sua crença.

Nesse sentido, os romeiros vão construindo suas histórias, tecendo suas experiências e relacionando-as com outra dimensão: a do sagrado. Os romeiros(as) vislumbram no sagrado uma modificação de suas realidades. Os pedidos vão brotando do cotidiano dos devotos, marcados por sacrifícios, lutas, trabalhos, angústias, sonhos e desejos.

## Considerações finais

A cidade de Canindé representa um mosaico em que distintas e interessantes experiências de devoção se desenvolvem. A cidade é relativamente pequena, muito quente, especialmente nessa época do ano (setembro e outubro), possui pouca infraestrutura, aliás, esse é um dos embates que a cidade-santuário tem enfrentado ao longo dos tempos com as políticas públicas da região.

Canindé é essa cidade-santuário que tem na devoção dos romeiros sua marca principal, são sujeitos que vivem, oram, compram, comercializam, brincam, constituem o alicerce e o cimento da cidade. São lavradores, domésticas, costureiras, quebradeiras de coco, homens e mulheres chagados pelas adversidades da vida, que buscam no São Francisquinho um subterfúgio, um auxílio, um amigo.

---

<sup>10</sup> Cabra da peste é uma expressão popular usada no Nordeste do Brasil que significa homem valente, corajoso, batalhador.

As religiosidades contemporâneas, como podemos observar em Canindé, vêm (re)apropriando-se de novos estilos, influências, mercados próprios do mundo moderno capitalista e consumista. É possível percebermos um processo de aglutinação entre o moderno e o tradicional. Nas práticas religiosas, esse processo se faz presente através do turismo religioso, dos sistemas de comunicação que fazem parte, atualmente, das estruturas dos santuários, através de um processo de estilização dos santos.

Em Canindé, é possível obter nas barracas de vendedores imagem sertanejizadas de São Francisco, que se apresenta portando uma sanfona, com chapéus de palha, novos adereços que permitem uma aproximação e identificação do devoto com o devotado. Enfim, é a modernidade e a religião que se reinventam, indicando os múltiplos caminhos que se inter cruzam constantemente entre as práticas religiosas e as demandas consumistas da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a lição maior da romaria de São Francisco das Chagas é revelar a possibilidade de o homem interpretar, criar e recriar sua cultura, conferindo-lhe significado. Nesta sociedade contemporânea, as manifestações populares continuam reinventando seus gestos e reavendo sua identidade, enquanto grupo. Forma de (re)construir o religioso: “o catolicismo popular é, portanto, uma cultura em movimento. Reconstrói grupos, pessoas, lugares e temas. Historicizar seu processo festivo é o desafio da memória” (PASSOS, 2010, p. 13).

## Referências

- ABREU, Martha. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Campinas, SP, 1996.
- AGNOLIN, Adone. História das Religiões: teoria e métodos. In: MARANHÃO FILHO, Eduard- do Meimberg de A. **(Re) Conhecendo o Sagrado**. São Paulo: Fonte editorial, 2013.
- BRANDÃO, Sylvana. **São Francisco das Chagas do Canindé**, Ceará, Brasil. In: *História das Religiões no Brasil*. Sylvana Brandão (org.). Recife: UFPE, 2001. Vol. III
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988, 244p.
- \_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991, v.5, n.11, pp173-191.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: tradução Rogério Fernandes.- São Paulo: Martins Fontes, 1992.- (Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Mito e realidade**: tradução Polla Civelli.- São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 6ª edição.

FLORES FILHO, José Honório das. **Frei Damião, o santo popular e a edificação do ícone**: a fé na modernidade e o catolicismo popular no santuário de Frei Damião. São Paulo: Fonte editorial, 2013.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez.1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Marcelo João Soares de. **A peregrinação e seus enigmas**: o desvendamento no encontro de devoto com o “santo vivo” rumo ao santuário de São Francisco das Chagas do Canindé. São Paulo-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós- Graduação em Ciência da Religião, 2011. (tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. **Em busca do santo vivo**. Kairós, Revista Acadêmica da Prainha, ano 2, jul-dez 2005.

\_\_\_\_\_. **O símbolo e o ex-voto em Canindé**. In. Revista de Estudos da Religião/ REVER. n° 3/ 2003/ pp 99.107.

PASSOS, Mauro. (org.). **Diálogos cruzados**: religião, história e construção social. Belo Horizonte: Arvmentvm, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Lucília Maria. **Pedir, promover e pagar**: escritos, imagens e objetos dos romeiros de Canindé. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2007. (Dissertação de Mestrado)

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição Transformações do campo religioso. In **Revista de Ciências Sociais e Religiões**. Porto Alegre: ano 3, n.3, p. 115-129 oct. 2001.

TEIXEIRA, Faustino, MENEZES, Renata. **Catolicismo Plural: uma introdução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VIEIRA, Gonzaga. História de Aparecida, **a menina perdida nas matas do Amazonas**. Fortaleza: Editora Tupynanquim, 2000.

## Posfácio

### A cultura e o poder pelos olhar dos artesões de Clio

Jakson dos Santos Ribeiro <sup>1</sup>

Ao folhear as páginas desta obra, os meus olhos, enquanto artesão de Clio, não perdeu de vista o compromisso que os artesãos desta obra tiveram em colocar em cada página, capturas do tempo e a experiência históricas vividas. Não apenas a experiência de cada um, enquanto feitos da escrita histórica, mas da própria dinâmica do tempo.

Nesse compasso, não foi impossível acompanhar a leitura de cada capítulo sem deixar de lembrar de E. Thompson, quando na categoria de seus textos, a maneira de compreender a experiência do indivíduo dentro do espaço – singular e plural – e ao longo desta corrida entre os tempos.

A experiência nos leva a identificar nos lampejos da História como cada recorte temporal buscou se costurar, onde cada sujeito dinamizou suas experiências, seus modos, seus costumes, mas, acima de tudo, como operacionalizou sua relação com poder.

Destarte a esta questão, os textos que acabamos de ler nos relevam de maneira quase que sincronizada, como o tempo e os sujeitos que fazem parte dele acabam sendo muito mais que negociantes. São, na verdade, articuladores, estrategistas, pois são filhos e filhas de relações de poder. Esse poder se materializa na fala, no papel, no comportamento, na maneira como se costura o cotidiano em que estão inseridos.

Assim, a cultura e dentro dela, se fazem e moldam maneiras de olhar para o tempo e o poder que se pode extrair. A cultura, dos modos e costumes, dos gestos e comportamentos, nos relevam o quanto os protagonistas do tempo (homens e mulheres) podem se fazer refém, mas também donos desse tempo, principalmente quando se está em jogo, interesses, verdades e a própria condição de bem-estar desses sujeitos.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Adjunto I no curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/Campus Caxias .

Nesse compasso, os companheiros de Clio – os artesãos e artesãs desta obra –, foram perspicazes, principalmente em olhar para Cultura e as relações de poder que estão imbricados nela em suas mais diversas formas e, assim, demonstrar em cada capítulo, como o tempo (e no tempo), podemos identificar como homes e mulheres se tornam fatores dele, não apenas por sua existência, mas como eles/elas querem ser visto(as) no tempo deles, no tempo de ontem e no próprio tempo do amanhã.

Por isso que em nenhum momento da obra e cada capítulo presente nela não nos deixa se esquecer das leituras e apontamentos feitos por E. Thompson, visto que é a experiência histórica entrelaçada no tempo e com o tempo que podemos ver os sujeitos, seja qual for o segmento pertencente costurarem sentidos e significados.

A experiência serve, desse modo, como via para condução do olhar pelo tempo. Não apenas do ontem sentido e vivido, mas para o próprio presente hoje, quase esquecido e para esse amanhã tão almejado, tão cobiçado. Nesta obra, temos não apenas vozes, silêncios relevados, costumes interpretados, estratégias usadas, corpos marcados. Temos também olhares e versões da história, cujos autores e autoras buscaram esmero em delinear sobre o papel suas versões, seus incômodos e, mais ainda, suas interpretações.

Caxias-MA, 30 de dezembro de 2019.

## Sobre os organizadores e autores

### **ORGANIZADORES:**

#### *Joabe Rocha de Almeida*

Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Programa de Pós-graduação em História - PPGHIS. Bolsista CAPES. Especializando-se em Ensino de História do Brasil: cultura e sociedade pelo Instituto de Educação Superior Franciscano - IESF. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA/Campus Caxias. Faz parte do Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia - GESEA/UEMA-Campus Caxias e do Grupo de Pesquisa Poderes, Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas - PIMTI/PPGHIS-UFMA. Segue E-mail: joaberochauema@gmail.com.

#### *Silvan Sousa Mendes*

Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Programa de Pós-graduação em História PPGHIS. Bolsista FAPEMA. . Especializando-se em Ensino de História do Brasil: cultura e sociedade pelo Instituto de Educação Superior Franciscano - IESF. Atualmente trabalha como Professor na educação básica do no Município de Primeira Cruz/MA. Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA/ Campus São Luís. Faz parte do Gupo de Estudos História Cultural, Educação e Relações Étnico-raciais. Segue E-mail: silvanhst@hotmail.com.

### **PREFACIADOR:**

#### *Víctor de Oliveira Pinto Coelho*

Professor do curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História do Centro de Ciências Humanas, Saúde e Tecnologia de Pinheiro - CCHNST/UFMA e do Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS/UFMA. Bolsista Produtividade FAPEMA. Possui graduação em História pela UFMG, é Mestre em História e Culturas Políticas pela UFMG e Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio na linha de pesquisa Teoria e Historiografia. Atua nos campos da Teoria da História e Historiografia, História Moderna e Contemporânea; desenvolve pesquisas, atua e orienta/tem interesse em temas tais como Estado de exceção e tempo presente; modernidade, modernização e secularização/secularidade; capitalismo e mundos do trabalho; história das ideias políticas e sociais; história, literatura, ficção e arte; organização de acervos e políticas públicas. É um dos líderes do grupo de pesquisa CNPq Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (POLIMT/UFMA) e membro do grupo de pesquisa CNPq História Transdisciplinar dos Conceitos (PUC-Rio). Atualmente, ocupa também a direção da Associação Nacional de História - Seção Maranhão (ANPUH-MA), biênio 2019-2020.

**POSFACIADOR:**

*Jakson Santos Ribeiro*

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2018). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Maranhão (2014). Especialista em História do Maranhão pelo IESF( Instituto de Ensino Superior Franciscano) (2011). Graduado no Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores de Caxias-MA) (2011). Coordenador do Grupo de Estudos de Gêneros do Maranhão- GRUGEM/UEMA. Membro Colaborador do Grupo de Estudos Surdos & Interfaces (GESI) do Instituto de Educação e Cultura do Pará (Instituto IEPA). Desenvolve pesquisa sobre História e Gênero com ênfase nas identidades constituídas acerca do gênero, masculinidades, feminilidades, Sexualidades, surdez, surdez e sexualidade, História e Imprensa, História e Cidade, História e Literatura, sociabilidades, festas, infância, ensino de história e prática do ensino.

**AUTORES:**

*Ariani de Oliveira Lima*

Possui graduação em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2017). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil. Atualmente é mestranda em História Social, pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí (PPHis-UFMA, 2018). No momento pesquisa a História do Piauí e Maranhão, dando enfoque nas relações de poder, agentes reinóis, viajantes, missionários, instituições administrativas e projetos coloniais. E-mail: arianioliveira@hotmail.com.

*Carlos Victor de Sousa Ferreira*

Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA. Pós Graduado (*Especialista*) em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESFMA) (2018), Graduado em Licenciatura em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP (2017). Membro do grupo de pesquisa NEÁFRICA: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global. Email: victhorcarlos5@gmail.com.

*Ivã Dutra Lima*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

*Mário Augusto Carvalho Bezerra*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão - PPGHis/UFMA. Bolsista FAPEMA. cursando Especialização em Ensino de História do Brasil: cultura e sociedade pelo Instituto de Educação Superior Franciscano -

IESF. Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Integrante do Grupo de Pesquisa NEMO – Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista/UEMA. E-mail: marioaugusto769@gmail.com

*Polliana Borba*

Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

*Esmênia Miranda Ferreira da Silva*

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA).

*Jandson Joubberth Maciel Rodrigues*

Graduado em Ciências Humanas – Sociologia (Universidade Federal do Maranhão-UFMA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (Universidade Federal do Maranhão – UFMA). Pós-Graduando: Libras e Docência do Ensino Superior (Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME). Professor da rede de Ensino Privada locado no Colégio Reis Magos. Pesquisador vinculado ao NEAfrica (Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global). Orientador: Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros - Departamento de História/UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA) e em História (UFMA), Colegiado e Programa de Pós-Graduação em História (UEMA), Coordenação da Escola da Terra (UFMA).

*Messias Araujo Cardozo*

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS/Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Graduado em História (UESPI/2016). O artigo é parte da pesquisa que foi realizada ao PPGHIS-UFMA. E-mail: messias.histsocial@gmail.com.

*Teresa Cristina Freitas Oliveira*

Graduada em História Licenciatura, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em Docência do Ensino Superior, pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista CAPES. Email: freitas.teresa@hotmail.com.

*Yann Victor Maia Santos*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (2018). Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (2017). Bolsista de Mestrado FAPEMA. E-mail: yann-maia@hotmail.com.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**